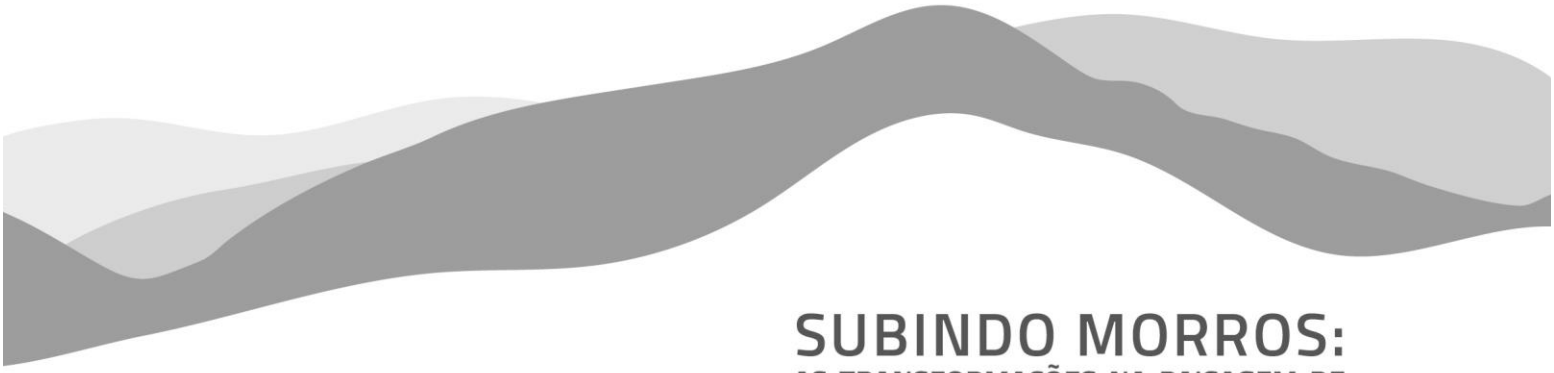
CAMILA CONTI



SUBINDO MORROS:
AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DE SOCORRO-SP

FAU USP
São Paulo, 2022

Camila Conti

Subindo morros:
As transformações na paisagem de Socorro-SP

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DA AUTORA E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.
A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 13 de julho de 2022.

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Paisagem e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Vladimir Bartalini.

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Conti, Camila
Subindo morros: As transformações na paisagem de Socorro-SP / Camila Conti; orientador Vladimir Bartalini. - São Paulo, 2022.
216.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Paisagem e Ambiente.

1. Paisagem. 2. Morros. 3. Cidade. 4. Topografia. I. Bartalini, Vladimir, orient. II. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <http://www.fau.usp.br/fichacatalografica/>

CONTI, Camila. **Subindo morros: As transformações na paisagem de Socorro-SP.** 2022. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento _____

Assinatura _____

À minha falecida avó, Ramira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de maneira especial, ao Professor Dr. Vladimir Bartalini, por compartilhar seus conhecimentos, por sua dedicação e paciência.

A pesquisa que deu origem a esta dissertação foi realizada com o fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que foi de extrema importância para a sua viabilização.

Agradeço à minha irmã gêmea, Caroline, pelo grande apoio direto, pelas conversas, leituras e comentários que foram essenciais para a finalização do trabalho. Ao Rodrigo, por ser meu companheiro há tantos anos e se fazer presente também durante meu percurso no mestrado. À amiga Sol por suas revisões. Às minhas irmãs Flaviana e Aline, pelo constante incentivo. Agradeço às pessoas de Socorro que tiveram disponibilidade imensa em colaborar com a pesquisa, em especial Vilma e Denise. Também àqueles socorrenses que não participaram diretamente do trabalho, mas que também são responsáveis por minha sensibilização às questões da paisagem de Socorro: Flávia, Ana, Celi, Tiago e tantos outros.

Por fim agradeço à minha mãe, Geralda, e ao meu pai, José, por terem me ensinado a reconhecer a chuva por detrás do morro.

Bem mais tarde, compreendi por que costumava ver essa serra de pedra em sonho. *Omama* criou as montanhas para esconder o caminho que tomou ao fugir. Elas não estão na floresta à toa.

(KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 91)

RESUMO

CONTI, Camila. **Subindo morros: As transformações na paisagem de Socorro-SP.** 2022. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Esta dissertação se dedica ao estudo da relação de assentamentos urbanos com formas expressivas do relevo. Toma-se como objeto empírico as relações da cidade de Socorro-SP com a morraria que caracteriza a sua paisagem. Localizado na divisa de São Paulo e Minas Gerais, na Serra da Mantiqueira, o município de Socorro encontra-se implantado em meio a um cenário geomorfológico extremamente rico, marcado pela topografia movimentada e por rios com cachoeiras e corredeiras. Ao explorar de forma descriteriosa a força expressiva dos morros, e ao eleger alguns cumes como locais privilegiados de visitação, a atividade turística atual, contraditoriamente, agudiza a degradação da paisagem e cerceia as possibilidades de uma experiência paisagística satisfatória por parte dos moradores e visitantes.

Dividido em períodos históricos de análise, os capítulos acompanham as transformações que foram sendo operadas no relevo em cada uma das etapas do crescimento da cidade, a fim de identificar continuidades e mudanças na relação com a morraria do lugar, que atualmente se vê sob um processo de desordenada expansão urbana. Conclui-se que o ocultamento dos morros e seu progressivo alijamento da vida cotidiana da cidade, provocados pela urbanização e atividades turísticas recentes, não representam uma prática nova, mas inserem-se como continuidade de processos anteriores, que passam agora a exercer um impacto maior na paisagem do lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem; morros; cidade; topografia.

ABSTRACT

CONTI, Camila. **In the hills above: The transformations in Socorro's landscape.** 2022. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

This thesis investigates the relationship between urban settlements and expressive forms of relieves. Its empirical subject is the relationships between the city of Socorro, São Paulo, Brazil, and the hill chain that characterizes its landscape. Located in the Mantiqueira Mountains, on the border between the states of São Paulo and Minas Gerais, the city of Socorro is part of an extremely rich geomorphological scenario, with a complex topography and rivers with waterfalls and rapids. By unceremoniously exploring the expressive force of the hills and choosing hilltops as privileged locations for tours, today's tourism operations, conversely, aggravate the degradation of the landscape and reduce the possibilities of enjoyable landscape experiences for local residents and visitors.

By providing a broken-down analysis of different time periods in history, each chapter looks into the transformations that have been operated in the relief in each stage of city growth, in order to identify continuities and changes in the relationship with the local hill chain, which is currently undergoing a process of unbridled urban expansion. The research draws the conclusion that, while recent tourism operations and urbanization are now hiding the hills and progressively removing them from the city's everyday life, this is not a new undertaking, but rather a continuation of previous processes, which are now exerting a bigger impact on the local landscape.

KEYWORDS: Landscape; hills; city; topografy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista geral da cidade de Socorro. 25

Figura 2: O município de Socorro na escala regional....26

Figura 3: Vista da cidade de Socorro. Destacados o morro do Cristo e o topo do morro loteado pelo Residencial Serra da Mantiqueira, no bairro do Barrocão....28

Figura 4: Vista das obras do loteamento Residencial Serra da Mantiqueira. 29

Figura 5: John Ruskin, Monte *Pilatus* no Lago Lucerna, por volta de 1854. Aquarela, guache, lápis sobre papel, 102 × 220mm. 33

Figura 6: Vista do centro histórico de Socorro em meados de 1940. Autor desconhecido.....51

Figura 7: Vista do centro histórico de Socorro em agosto de 2021. Ao fundo o morro do Cristo. 51

Figura 8: Localização aproximada da morraria de Socorro sobre detalhe do *Mappa da capitania de S. Paulo e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o camiho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens*, [17--]. Caminhos de Goiás e de Atibaia conforme Villanueva (2013). 54

Figura 9: *Mappa da Fazenda Sant'Anna*, propriedade do coronel Olympio Gonçalvez dos Reis, implantada ao longo do córrego Sant'Anna, tributário do ribeirão dos Cubas, afluente do rio do Peixe. Levantamento de 1901 elaborado pelo agrimensor Gregório Gonçalves Mascarenhas. 59

Figura 10: Antigo edifício da igreja Matriz, construído no século XIX. Vista do largo em 1909.62

Figura 11: Mercado Municipal de Socorro. Autor desconhecido, 1909.....62

Figura 12: Vista do largo e igreja Matriz em 1931. Autor desconhecido.....67

Figura 13: Ponte da avenida Dr. Rebouças. Ao fundo a estação ferroviária da CMEF. Autor desconhecido, 1910. 67

Figura 14: Vista do Paço Municipal, sede da prefeitura. Autor desconhecido, [19--]. 67

Figura 15: Vista da morraria de Socorro com sua cobertura predominante. Trecho de serra não identificado, 30 de jan. de 1940. 68

Figura 16: Socorro até 1940 - Vista da rua Marechal Floriano. Ao fundo vê-se a igreja da Matriz e a morraria ao norte da cidade. Autor desconhecido, [193-]. 70

Figura 17: Corte esquemático da ocupação de 1940 passando pelos dois cumes históricos da cidade. Corte A-A, indicado no Mapa 5. 71

Figura 18: Corte esquemático da ocupação de 1940. Corte B-B Indicado no Mapa 5. 71

Figura 19: Rua Campos Salles vista na direção da colina da Santa Casa. Autor desconhecido, 1935. 72

Figura 20: Casario do largo da Matriz (atual praça Coronel Olympio Gonçalves dos Reis). Autor desconhecido, 1931. 73

Figura 21: Vista da esquina das ruas 13 de maio e Campos Salles com a rua Capitão Sobrinho. Ao fundo e por detrás da morraria leve, vê-se a serra da Bela Vista. Autor desconhecido, 1932.....73

Figura 22: Vista da rua Campos Salles. Autor: Machado, [19--].....73

Figura 23: Casarios defronte da vista do atual morro do Cristo. Ruas 13 de maio (à frente) e Marechal Floriano Peixoto (ao fundo). Autor desconhecido, [19--].....74

Figura 24: Muares e pessoas enchem o pátio da máquina de beneficiar café de Juvenal de Souza Pinto & Zavanella. Autor desconhecido, [19--].....75

Figura 25: Pastinho do Calafiori com circo e antigo caminho da fonte Santa Maria no atual morro do Cristo. Autor desconhecido, 1939. 76

Figura 26: Antigo caminho da fonte Santa Maria. Autor desconhecido, [193-]. 76

Figura 27: Pessoas posam no caminho da fonte Santa Maria. Ao fundo vê-se o eixo da rua General Glicério. A alta serra da Bela Vista aparece no canto superior esquerdo. Autor desconhecido, [19--]. 77

Figura 28: Escavações das obras da fonte Santa Maria. Autor desconhecido, [194-] 77

Figura 29: Balneário Municipal de Águas de Lindóia. Foto Postal Colombo, [19--].....80

Figura 30: Vista da avenida das Nações Unidas e praça Ademar de Barros em Águas de Lindóia. Autor desconhecido, [19--]. 80

Figura 31: Rochas granito-gnáissico-migmatíticas do Embasamento Cristalino e suas zonas de cisalhamento de alto ângulo fraturadas.....81

Figura 32: Vista das estruturas turísticas em Termas de Lindóia, com piscina construída ainda na década de 1930 e trecho do Hotel Glória ao fundo e à esquerda. Foto Mattielo, [19--].....84

Figura 33: Vista para o morro da fonte Santa Maria e as escavações de suas obras. Sequência dos anos 1943, 1945 e 1946. Autores desconhecidos. 86

Figura 34: Vista da rua Luiz Pizza, considerada no Plano Diretor do CPEU como uma das vias principais da cidade, ainda sem pavimentação no período. Autor desconhecido, [195-].....89

Figura 35: Vista do morro da fonte Santa Maria (atual morro do Cristo) coberto de eucaliptos, [196-]. 91

Figura 36: Vista parcial da ocupação em meados da década de 1950.....92

Figura 37: Lago da Pompeia no sopé da serra da Lapa desmatada.....94

Figura 38: Corte esquemático da ocupação de 1960 passando pelos dois cumes históricos da cidade. Corte A-A, indicado no Mapa 10.....99

Figura 39: Loteamento Vila São Benedito e as áreas de maior declividade do morro de sua implantação.....99

Figura 40: Vista da rua Antônio Leopoldino e ao fundo o Lar Dom Bosco, [195-]. Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.....100

Figura 41: Vista da rua Visconde do Rio Branco com o morro da fonte Santa Maria ao fundo em um dia de acidente aéreo, [196-]..... 100

Figura 42: Localização do Grande Hotel Moraes (visto do outeiro da Santa Casa). Indicações: 1- Rio do Peixe; 2-Grande Hotel; 3- Edifício do Paço Municipal; 4- Caminho para Fonte Santa Maria, rua Gal. Glicério..... 103

Figura 43: Vista do bebedouro da fonte Santa Maria configurado como capelinha, 1950..... 104

Figura 44: Fonte Nossa Senhora do Rosário configurada como indústria de engarrafamento de águas minerais. Serra Negra, 1958..... 104

Figura 45: Hotel Piloto no Álbum do Sesquicentenário de Socorro. Fonte: Barbosa, Oliveira e Netto, 1979, p. 136..... 113

Figura 46: Vista do complexo da Pompeia. Abaixo, à direita, vê-se o restaurante do rancho do Batatão; logo acima vê-se o Balneário e ao final da estrada o Hotel Piloto da AFPESP; no alto, a serra da Lapa/ Pompeia. Autor desconhecido, 1981. 114

Figura 47: Alguns dos empreendimentos do período entre 1961 e 1980..... 117

Figura 48: Asfaltamento da rua Campos Salles, [197-]..... 119

Figura 49: Vista da rua Treze de Maio com sua nova ocupação de pequenos edifícios comerciais e residenciais. Foto tirada durante a limpeza feita após a grande cheia do rio do Peixe de 1970. . 119

Figura 50: Vista da cidade tomada da praça da Matriz. Aos fundos, à esquerda, destaca-se Prédio dos 40; à direita, o morro do barrocão, [196-]..... 119

Figura 51: Edifício do Fórum Municipal construído na praça Nove de Julho. Autor desconhecido. 120

Figura 52: Dois fragmentos do Álbum do Sesquicentenário de Socorro que tratam das expectativas sobre o desenvolvimento do município e o crescimento da cidade. 121

Figura 53: Folheto dos festejos de aniversário da Estância Hidromineral de Socorro de 1977, com destaque para a cachoeira do Rancho Alegre..... 123

Figura 54: Apresentação da estátua do Cristo Redentor de Socorro no Álbum do Sesquicentário do município..... 123

Figura 55: Vista do morro do Cristo de Socorro tomada a partir da Praça Cel. Olympio Gonçalves dos Reis (praça da Matriz), [197-]..... 124

Figura 56: Os vários Cristo Redentores do Circuito das Águas existentes no período. Acima: Monte Alegre do Sul e Serra Negra. Abaixo: Amparo e Lindoia..... 125

Figura 57: O monte sagrado em seu esquema tradicional com o arranjo de capelas nas encostas e no topo, culminando nas cruzes da paixão de Cristo. Anônimo, gravura, *Profit du Mont Valerien*, meados do século XVII. 127

Figura 58: Cristo Redentor no morro do Corcovado da cidade do Rio de Janeiro. 128

Figura 59: Dois dos morros notáveis do Circuito das Águas, segundo o PLADETUR 1972-1980: Acima Pedra Grande em Atibaia; abaixo, Morro Pelado em Águas de Lindoia..... 130

Figura 60: Morro loteado pelo Jardim Bela Vista..... 134

Figura 61: Capa da publicação do Programa de Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo. 139

Figura 62: Passarela de travessia do rio do Peixe nas áreas centrais da cidade e vista da rua Campos Salles com o tratamento que se tornaria típico, com pequenas árvores e arcos metálicos usados para decorações nos períodos de festas. Autor desconhecido. 142

Figura 63: Obras da praça do Jardim Araújo (praça Mar Del Plata) inaugurada em maio de 1986 e equipada com um dos típicos bebedouros da cidade. Autor desconhecido, [198-]..... 143

Figura 64: Portal de entrada da cidade de Socorro construído na saída para o município de Lindoia. Meados da década de 1990. 143

Figura 65: Obras de reformas do antigo Mercado Municipal para sua conversão em centro cultural. Aos fundos vê-se o edifício Cortina D' Ampezzo, 1999. 143

Figura 66: Vista parcial da cidade em 1996. Destaques: A- Edifício Cortina D'Ampezzo; B- Edifício Mantovani; C- Prédio dos 40; D- Igreja Matriz. 148

Figura 67: A configuração do bairro da Vila Nova como um bairro de morraria na década de 1980. 151

Figura 68: Corte esquemático da ocupação urbana até o ano 2000. 153

Figura 69: Vista parcial da cidade de Socorro e das morrarias vizinhas à cidade, 2002..... 153

Figura 70: Uma das equipes que iniciaram a prática e os cursos de voo livre nos morros socorrenses. Autor desconhecido, [199-]. 154

Figura 71: Vista Cortina D' Ampezzo contraposto ao morro do Cristo. Experiência dada em vários pontos da cidade baixa..... 155

Figura 72: Cortina D' Ampezzo e morro do Cristo ao fundo. Situação em 2017. 155

Figura 73: Vista da encosta do morro do Cristo junto à avenida XV de Agosto no início dos anos 2000. 156

Figura 74: Vista da morraria do Barrocão onde se vê o início da ocupação dos loteamentos Jardim Parque Ferrúcio I e II..... 156

Figura 75: As imagens de divulgação do turismo socorrense presentes nos roteiros Aventura e Ecoturismo, Caminhos da Natureza, Caminhos da Roça e Gastronômico & Rural..... 157

Figura 76: A configuração do Circuito das Águas a partir de 2013. Municípios e suas populações totais, conforme IBGE, 2020..... 162

Figura 77: Padrão de adensamento construtivo dos lotes da segunda década dos anos 2000..... 174

Figura 78: Novos padrões de ocupação predominantes: A- Sobrados sem recuo; B- Edificações multipavimentos sem recuo. 174

Figura 79: As novas edificações no caminho para o mirante do Cristo. 174

Figura 80: Vista do mirante do Cristo para a cidade..... 175

Figura 81: A configuração atual do mirante do Cristo.....177

Figura 82: Mirante do Cristo e seu uso atual. 177

Figura 83: Estruturas instaladas na Pedra da Bela Vista. 179

Figura 84: O uso do Pico da Cascavel em Socorro. 179

Figura 85: A relação entre o mirante do Cristo e o sítio de implantação do loteamento Residencial Serra da Mantiqueira. 181

Figura 86: Loteamento Jardim Nova Araújo e sua implantação no morro. À esquerda, a fotografia de sua implantação final; à direita, as declividades predominantes do terreno,.....182

Figura 87: Novas situações de lotes urbanos no morro do Cristo. 182

Figura 88: Corte esquemático das relações de cidade e morro em 2020.....183

Figura 89: A configuração típica dos novos loteamentos mais distantes do centro da cidade. Caso do loteamento Residencial Portal Colonial. 185

Figura 90: Esquema da percepção dos morros - Situação 1. 185

Figura 91: Esquema da percepção dos morros - Situação 2. 186

Figura 92: Esquema da percepção dos morros - Situação 3. 186

Figura 93: Situação 1 - As edificações que alteram a percepção do contorno do morro do Cristo- diferentes pontos de vista. 187

Figura 94: Situação 2 – O início dos bloqueios de vista nas ruas altas da cidade. 188

Figura 95: Situação 3 - A relação com o entorno em um lote pequeno do centro da cidade....190

Figura 96: Situação 3 – Dois casos de transição quanto à ocupação dos lotes e suas relações com a morraria. Contrastes entre os quintais plantados tradicionais da cidade e as novas construções sem recuo que compõem também edículas nos fundos dos lotes. 190

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: A fundação da cidade de Socorro em meio à morraria. 55

Mapa 2: O núcleo urbano de Socorro do século XIX. 61

Mapa 3: Ocupação da morraria do município de Socorro em 1938. Núcleo urbano, caminhos e fazendas sobre hipsometria e corte geral. 64

Mapa 4: A cidade de Socorro até 1940 65

Mapa 5: Ocupação urbana de Socorro até 1940 sobreposta à topografia 69

Mapa 6: A cidade de Socorro até 1960 88

Mapa 7: Localização das fontes da Pompeia na serra da Lapa e área urbanizada conforme CPEU (1961). 93

Mapa 8: Propostas urbanas do Plano Diretor do Município - CPEU, 1959 95

Mapa 9: As rodovias e ferrovias do Circuito das Águas Paulista 96

Mapa 10: Ocupação urbana de Socorro até 1960 sobreposta à topografia. 97

Mapa 11: As áreas urbanizadas na morraria até 1960. 98

Mapa 12: Municípios do Circuito das Águas-SP, segundo PLADETUR 1972-1980 110

Mapa 13: Projetos do Programa de Preservação e Desenvolvimento dos recursos paisagísticos naturais, PLADETUR 1972-1980. 112

Mapa 14: A cidade de Socorro até 1980 118

Mapa 15: Ocupação urbana de Socorro até 1980 sobreposta à topografia. 132

Mapa 16: Esquema geral da configuração de cidade e morro de Socorro até 1980 133

Mapa 17: A ocupação do núcleo principal da cidade de Socorro até o ano 2000. 146

Mapa 18: Distribuição dos empreendimentos de lotes (loteamentos e desmembramentos) aprovados até o ano 2000. 147

Mapa 19: Ocupação do núcleo principal da cidade de Socorro até o ano 2000 sobreposta à topografia 150

Mapa 20: Esquema geral da configuração de cidade e morro de Socorro até o ano 2000. 152

Mapa 21: Distribuição dos empreendimentos de lotes identificados até o ano 2020 e os perímetros urbanos de Socorro estabelecidos nas leis urbanísticas do período. 168

Mapa 22: Perímetros urbano e de expansão urbana definidos para Socorro a partir de 2012. Sobreposição com a morraria. 170

Mapa 23: A ocupação do núcleo principal da cidade de Socorro até o ano 2020. 171

Mapa 24: Distribuição dos novos padrões de ocupação da cidade e suas correlações com a regulação urbanística. 172

Mapa 25: Ocupação do núcleo principal da cidade de Socorro até 2020 sobreposta à topografia. 180

Mapa 26: Esquema de ocupação dos morros até 2020..... 184

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Loteamentos aprovados entre 1961 e 1980, constantes no acervo da Diretoria de Tributos da PMES..... 116

Tabela 2: Loteamentos aprovados no período entre 1991 e 2000, constantes no acervo da Diretoria de Tributos da PMES. 145

Tabela 3: Número de estruturas turísticas de Socorro em 1994 e 2014..... 159

Tabela 4: Loteamentos e condomínios fechados aprovados entre 2001 e 2020, constantes no acervo da Diretoria de Tributos da PMES e loteamentos irregulares identificados. 165

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1: Evolução populacional do município de Socorro entre 1832 e 2020. 214

Apêndice 2: Parcelamentos urbanos privados aprovados de Socorro, constantes no acervo da Diretoria de Tributos da PMES. Período entre 1950 e 2020..... 214

LISTA DE ABREVIATURAS

Abeta	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
AFPESP	Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo
ANM	Agência Nacional de Mineração
ASTUR	Associação de Turismo da Estância de Socorro
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CMEF	Companhia Mogiana de Estradas de Ferro
CODEMA	Conselho de Defesa do Meio do Ambiente de Socorro
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio de Socorro
COMTUR	Conselho Municipal do Turismo de Socorro
COMUC	Conselho Municipal de Cultura de Socorro
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDEPACNAS	Conselho de Defesa do Patrimônio Arquitetônico Cultural e Natural de Socorro
CONISCA	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Circuito das Águas
CPEU	Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos
DADE	Departamento de Apoio e Desenvolvimento das Estâncias
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FUMEST	Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias
FUMTUR	Fundo Municipal de Turismo
IGC	Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo
IGG	Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MICT	Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
MTur	Ministério do Turismo
PDS	Plano Diretor do Município de Socorro
PDTR	Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo
PLADETUR	Plano de Desenvolvimento do Turismo do Circuito das Águas
PMES	Prefeitura Municipal da Estância de Socorro
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRT	Programa de Desenvolvimento de Roteiros Integrados de Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 25

Estrutura dos capítulos 31

CAPÍTULO 1: A relação com as formas de relevo na paisagem 33

1.1. A importância das feições de relevo na experiência humana da Terra 34
1.2. As formas de relevo na experiência da paisagem 39
1.3. A metodologia da pesquisa 46

CAPÍTULO 2: A consolidação da pequena cidade na morraria – Socorro até 1940 51

2.1. O contexto da ocupação dos morros socorrenses – A formação da cidade 53
2.2. Socorro como pequena cidade encravada no vale 69

CAPÍTULO 3: Os primórdios da Estância hidromineral - Socorro até 1960 77

3.1. A formação da Estância de Socorro 82
3.2. A cidade e os morros até 1960 97

CAPÍTULO 4: Os primórdios do turismo recreativo no Circuito das Águas - Socorro até 1980 105

4.1. Aspectos da urbanização no período 113
4.2. A cidade e os morros até 1980 124

CAPÍTULO 5: A redemocratização e a formatação de uma estância municipalizada - Socorro até o ano 2000 135

5.1. Aspectos da urbanização no período 141
5.2. A cidade e os morros até o ano 2000 150

CAPÍTULO 6: A consolidação do turismo rural e o crescimento da cidade - Socorro até 2020 157

6.1. Aspectos da urbanização no período 164
6.2. A cidade e os morros até 2020 175

CONSIDERAÇÕES FINAIS 191

Referências 195

Apêndice – Dados complementares 213

INTRODUÇÃO



Figura 1: Vista geral da cidade de Socorro.
Fonte: Ricardo Beccari; PMES, 2019.

Este trabalho parte de uma situação que pode ser considerada corriqueira no desenvolvimento das cidades, trata-se do fato de elas se fixarem e crescerem ocupando a topografia dos sítios onde se implantam. No entanto, como se pode esperar, essa questão tem contornos específicos para o caso estudado: o da pequena cidade de Socorro, no interior de São Paulo, onde predominam os terrenos ondulados de uma morraria.

Socorro é um município com população estimada em 41690 habitantes (IBGE, 2021) que dista 135 quilômetros a nordeste da capital paulista, fazendo parte da região administrativa de Campinas. Está localizado na divisa do estado de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, nos contrafortes ocidentais da serra da Mantiqueira que configuram as cabeceiras de importantes bacias hidrográficas de ambos os estados. O cenário geomorfológico da região é extremamente rico, marcado pelos morros arredondados em que os afloramentos abundantes dão origem a vales de numerosos corpos d'água, muitos deles caracterizados por corredeiras e cachoeiras.

É de se esperar que os aspectos pitorescos desse cenário com tanta força expressiva sejam explorados. E é o que faz, de fato, a atividade turística atual ao difundir a paisagem rural dos morros e ao eleger alguns dos cumes como pontos privilegiados de visitação. Todos os dias há pessoas em Socorro subindo os morros para desfrutar das vistas, saltando deles para

escorregar nas tirolesas ou praticando os voos de parapente e asa-delta nos dias de tempo mais favorável.

Essa inserção de Socorro no turismo, no entanto, tem origem mais antiga, remetendo à primeira metade do século XX quando, de terra exaurida pelo cultivo do café, a região passou a se destacar por seu potencial em conformar estâncias de águas minerais. Apesar de perderem recentemente este título, Socorro e os municípios vizinhos – Serra Negra, Águas de Lindoia, Lindoia, Monte Alegre do Sul e Amparo – foram conhecidas estâncias hidrominerais do estado de São Paulo[1], vinculadas ao Circuito das Águas, atualmente reconfigurado e chamado de Rota das Águas e Flores no âmbito do programa Rota Cênica do estado de São Paulo (SETUR, 2021).

A principal especificidade de Socorro é justamente a de ser uma cidade territorialmente pequena implantada nesta configuração, que há tempos chama atenção por suas qualidades singulares. Seu núcleo urbano encontra-se encravado no vale do rio do Peixe, sendo possível reconhecer os seus limites a partir de um ponto elevado, fazer uma travessia a pé de um limite a outro, além de ainda ser possível observar de dentro da cidade a paisagem circundante. As distâncias com as quais se lida podem ser vencidas em uma caminhada, alcançando aproximadamente sete quilômetros de norte a sul e quatro quilômetros de leste a oeste da cidade.

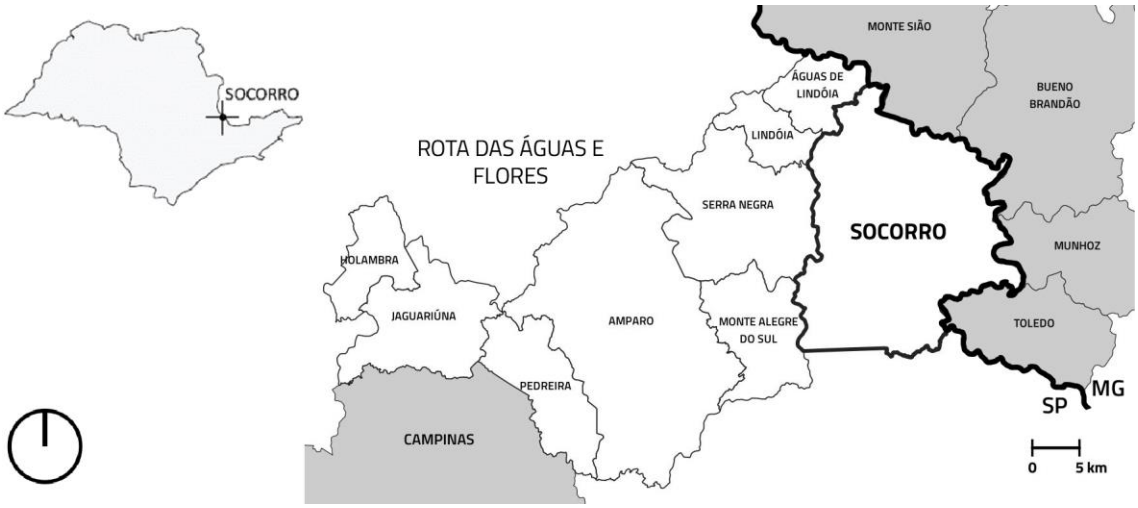


Figura 2: O município de Socorro na escala regional.
Fonte: Camila Conti, 2021.

[1] As estâncias hidrominerais deixaram de compor a divisão administrativa do estado de São Paulo por meio da emenda Constitucional nº 40, de 09 de abril de 2015, que alterou o Artigo 146º da Constituição Estadual dividindo os municípios turísticos entre Estâncias Turísticas e Municípios de Interesse Turístico (SÃO PAULO (Estado), 2015). A Lei nº 17.469/2021 consolidou essa situação revogando todas as leis anteriores que as classificavam e regiam (SÃO PAULO (Estado), 2021).

Pelo fato de a cidade encontrar-se cercada de morros, cuja principal característica é a variedade de formas, o deslocar-se pelas ruas de Socorro é uma ação feita sob a presença constante dessas elevações. Essa experiência se dá de diversas maneiras; seja de forma direta, pela visualização dos morros verdes ao fundo de várias de suas ruas; seja de forma indireta, por exemplo, pela variação da luminosidade que se torna cadenciada durante a passagem do dia ao atingir de diferentes maneiras cada uma das faces dos morros voltadas para a cidade.

Apesar de ainda pequena, Socorro guarda relação com as cidades brasileiras que se submeteram a um crescimento sem controle nas últimas décadas. A esta ocupação, soma-se o desordenado loteamento das áreas rurais que conformam chácaras e casas de veraneio.

Os processos envolvidos no crescimento da cidade articulam os interesses dos diferentes atores que também podem ser encontrados em tantas cidades: daqueles interessados em gerar renda com o parcelamento da terra ainda não urbanizada; de pessoas que buscam nos novos lotes a possibilidade de moradia mais barata que a encontrada nas áreas mais centrais do tecido urbano; e das instâncias de planejamento urbano municipais com as suas dificuldades em acompanhar o ritmo das novas ocupações urbanas, assim como em antever problemas ou em atuar diante dos casos que resultam marcados pela precariedade.

Neste ponto, torna-se necessário dizer que este trabalho se fez diante de circunstâncias bastante específicas. Primeiramente, porque a pesquisadora conhece Socorro, por ter passado ali sua infância e adolescência, vivendo imersa nessa cidade e convivendo com os morros que serão abordados nesta dissertação. Já como arquiteta, a pesquisadora manteve contato próximo com a cidade e se envolveu nas discussões coletivas sobre seu planejamento urbano, atuando, enquanto sociedade civil organizada no processo da última revisão do Plano Diretor do município, no ano de 2016. Foi nesse contexto, que duas situações chamaram a sua atenção e, com o passar dos anos, tornaram-se o motivo inicial para o desenvolvimento das reflexões que serão aqui apresentadas.

Entre os anos de 2015 e 2016, parte da população socorrense se mobilizou contrariamente ao projeto de um loteamento em um de seus morros. Tratava-se do morro "do Cristo", uma formação expressiva que representa um marco na cidade, um limite histórico à urbanização e sobre o qual encontra-se instalado um monumento do Cristo Redentor que configura um mirante turístico da cidade. O movimento foi iniciado porque os colegiados municipais, destacando-se entre eles o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente



Figura 3: Vista da cidade de Socorro. Destacados o morro do Cristo e o topo do morro loteado pelo Residencial Serra da Mantiqueira, no bairro do Barrocão.
Fonte: Camila Conti, 2019.

de Socorro (COMDEMA), tiveram acesso aos documentos de aprovação do empreendimento que pretendia lotear as encostas mais altas do morro voltadas à cidade.

Naquela época, a discussão sobre o destino da área se tornou pública e relativamente abrangente, uma vez que a população se manifestou formalmente através de uma petição que foi entregue, via ofícios, aos poderes Executivo, Legislativo e ao Ministério Público. O objetivo final do movimento, batizado como "Salvem o morro do Cristo", era a criação de uma Unidade de Conservação Municipal que tornasse a área passível de proteção segundo os critérios da Lei Federal nº. 9985/2000, a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)[2].

Em meio a essas demonstrações públicas, a tentativa de urbanização de outro morro vizinho ao morro do Cristo também chamou a atenção de moradores socorrenses. Tratava-se de um loteamento chamado "Residencial Serra da Mantiqueira" que passou pelos ritos de aprovação nas instâncias municipais e teve suas obras iniciadas no ano de 2016.

Seu destaque entre os vários loteamentos que se encontravam em etapa de execução, deveu-se à intervenção de sua obra na topografia do lugar. A gleba loteada localiza-se em um morro com altas declividades, mas de topo achatado, o que levou à tentativa de ocupá-lo neste compartimento. Assim que se iniciaram as obras do terrapleno para conformação das novas ruas e lotes, o subsolo do lugar se comportou de maneira a fazer jus ao nome do bairro que remete à palavra barroca, ou seja, terreno pedregoso e irregular submetido à

[2] A Lei nº 9985/2000 regulamentou o Artigo 225º, Parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal que trata do Meio Ambiente e tornou possível criar e gerir Unidades de Conservação públicas e privadas definidas em seu artigo 2º, inciso I como: "o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção" (BRASIL, 2000).

força erosiva das águas (HOUAISS; VILLAR, 2009). Foi, então, que as suas terras rasas e instáveis começaram a ser carreadas morro abaixo para o centro da cidade através do córrego que é conhecido como córrego do Barrocão[3].

Assim que o fato ocorreu, a transformação daquele morro passou a servir de combustível para as discussões públicas: "Loteamento no bairro do Barrocão começa a acabar com os morros no entorno da cidade e com a bela paisagem que faz a cidade de Socorro ser tão bonita" (SALVEM O..., 2016), diziam moradores nas redes sociais, nas quais multiplicavam-se também as fotografias do morro retalhado e das águas barrentas dos eventos de chuva (Figura 4). Por se ter mostrado inviável, não apenas pela maneira como se deu o fato, mas também por ter sido loteado o topo de um morro que configura uma das Áreas de Preservação Permanente segundo a normativa do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)[4], esse empreendimento foi embargado por meio de uma ação civil do Ministério Público Estadual[5]. Restaram no lugar os montes de terra revirada, desde então visíveis em vários pontos da cidade.

Esses casos descritos poderiam ser abordados sob diferentes enfoques em uma pesquisa acadêmica, uma vez que envolvem tanto questões ambientais, políticas, como também falam sobre a relação próxima dos moradores de Socorro com os morros do lugar. A princípio, havia sido este último aspecto o que interessara à pesquisadora. Isto porque, envolvida em meio às dificuldades de se expressar e de sensibilizar sobre a importância da participação dos munícipes no processo político da revisão do Plano Diretor, a pesquisadora presenciou de perto aquela mesma população reunindo prontamente uma boa capacidade



Figura 4: Vista das obras do loteamento Residencial Serra da Mantiqueira.
Fonte: Salvem o Morro do Cristo, 2016.

[3] Socorro possui um córrego oficialmente nomeado de Barrocão, sendo esse citado, apenas informalmente conhecido por este nome.

[4] Conforme Artigo 3º da Resolução CONAMA nº 303 (CONAMA, 2002).

[5] Ação Civil Pública Processo 1002153-73.2016.8.26.0601 da 1ª Vara de Socorro (SÃO PAULO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017).

de mobilização diante de uma realidade que, aparentemente, tocava suas vidas no cotidiano da cidade.

A pesquisa, no entanto, aborda o próprio fenômeno do crescimento da cidade e suas configurações nos morros, questões que são bastante evidentes nos dois casos citados e que podem ser analisadas mais criteriosamente por uma arquiteta da paisagem. Além disso, por essas configurações adquirirem não apenas um arranjo físico, mas também serem apropriadas cotidianamente na cidade, ou seja, praticadas nos usos que acontecem sobre e entre a morraria, o trabalho vale-se do contato próximo da pesquisadora com o lugar. Aproveita-se, assim, tanto o seu conhecimento dos processos sociais que ali decorrem quanto, também, em um sentido mais profundo, a sua experiência concreta com os morros.

Dessa maneira, a dissertação centrou-se em uma questão inicial: Evidenciadas na configuração dos novos loteamentos que "sobem os morros" e na reação das pessoas da cidade, haveria uma relação nova com os morros que começava agora a ser praticada neste lugar? Mais precisamente: Como, em cada etapa do crescimento da cidade de Socorro, a relação com os seus morros foi sendo transformada?

Considera-se que essas questões são sensíveis à paisagem, uma vez que este trabalho parte do entendimento de que a paisagem fala da experiência humana na Terra, diante da qual a superfície terrestre tem um papel importante.

Diante das questões colocadas e da abordagem escolhida, o trabalho foi estruturado segundo os seguintes objeto e objetivo:

Objeto: O objeto desta pesquisa é a relação dos assentamentos urbanos com formas expressivas do relevo, considerando o seu papel na vida cotidiana dessas cidades e na experiência da paisagem. Para isto, toma-se o caso da pequena cidade de Socorro-SP e dos morros de sua implantação.

Objetivo: Acompanhar a evolução de Socorro e as transformações que foram sendo operadas no relevo em cada uma das etapas do crescimento da cidade a fim de, por meio dessa visada histórica, identificar continuidades ou mudanças na relação do lugar com a sua morraria.

ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

Nesta dissertação, as relações com a morraria socorrense são abordadas de maneira progressiva em diferentes períodos históricos que culminam nas situações emblemáticas citadas em sua apresentação.

Apoiando esta estrutura geral, o Capítulo 1 é dedicado às reflexões teóricas e metodológicas da pesquisa.

Em sua primeira seção relembra-se que as relações com as feições do relevo foram e continuam sendo importantes para experiência humana da Terra. Neste contexto, o gesto de subir o morro, que remete ao caso socorrense, guarda ligação com uma experiência que, através dos tempos, se fez assinalada pelos símbolos e mitos relacionados às formas expressivas terrestres. A seção seguinte é dedicada à orientação teórica da paisagem que guia a dissertação. Nesse caso, faz-se referência direta aos autores que possibilitam pensar a participação da superfície terrestre em sua abordagem e em sua experiência. O primeiro capítulo termina com uma última seção voltada à metodologia da pesquisa, feita por aproximações sucessivas que envolveram a pesquisa histórica sobre a evolução da cidade, a leitura da topografia e também os estudos exploratórios de campo, e que auxiliaram as reflexões feitas sobre cada período estudado.

No Capítulo 2 inicia-se a descrição histórica das transformações da paisagem abordando primeiro a formação da cidade de Socorro até 1940. A relação com os morros, nesse caso, encontra-se inserida nas dinâmicas específicas do ciclo cafeeiro que ajudou a conformar a forma do pequeno povoado e dos morros ao redor, que resultaram dominantes sobre o urbano de uma maneira específica.

Nas décadas seguintes, até 1960, a pequena cidade de Socorro tornou-se formalmente uma estância hidromineral do estado de São Paulo, embora não tenha se configurado efetivamente como uma estância típica do termalismo da época. É nesse contexto, que as relações com a morraria tratadas no Capítulo 3 são reveladas nos diferentes valores e configurações das áreas altas das nascentes de águas minerais.

No Capítulo 4, discorre-se sobre o fato de Socorro inserir-se, em meados da década de 1970, no contexto do Circuito das Águas, o qual se tornou foco do planejamento estadual voltado ao desenvolvimento do turismo recreativo paulista. Mantendo-se aquém das expectativas dessa atividade, as relações com os morros em Socorro se deram sob a

hierarquização dos lugares praticada pelo turismo, mas também revelaram-se na configuração dos empreendimentos imobiliários locais.

O Capítulo 5 aborda o período da transição democrática que, para municípios pequenos, como Socorro, marcou o início de uma maior independência administrativa. Enquanto se conformava como uma estância municipalizada, a relação com os morros se deu tanto sob um novo olhar voltado às questões locais quanto diante de um novo ritmo de crescimento urbano precariamente regulado.

Por fim, o Capítulo 6 é dedicado a demonstrar como o novo contexto de crescimento urbano e a intensificação do turismo rural e de aventura das duas primeiras décadas do anos 2000 encontram-se mutuamente nas situações descritas na apresentação, assim como revelam as novas maneiras de ver e acessar os morros do município.

Em cada um dos períodos, a complexidade das relações com os morros é abordada tanto nos aspectos históricos dos usos e ideias praticadas no lugar quanto descrita nas formas como a morraria se fez presente de diferentes maneiras no cotidiano da cidade.

Nas Considerações Finais da dissertação, encontram-se reunidas as reflexões sobre as continuidades e mudanças identificadas na relação com os morros em Socorro e sua relevância para o tema da experiência da paisagem.

CAPÍTULO 1: A RELAÇÃO COM AS FORMAS DE RELEVO NA PAISAGEM



Figura 5: John Ruskin, Monte *Pilatus* no Lago Lucerna, por volta de 1854. Aquarela, guache, lápis sobre papel, 102 × 220mm.
Fonte: Lancaster Ruskin Foundation (Ruskin Library, Lancaster University), inv. RF 971.[6]

[6] Disponível em: https://www.wikiart.org/en/john-ruskin/mount-pilatus-1854. Acesso em: 20 dez. de 2021.

1.1. A IMPORTÂNCIA DAS FEIÇÕES DE RELEVO NA EXPERIÊNCIA HUMANA DA TERRA

Como se verá, nos capítulos desta dissertação, cada uma das etapas da evolução da cidade de Socorro se viu sob diferentes relações com os morros. Essas formas de relevo apareceram às vezes de maneira imponente, chamando os olhos para si por sua expressividade e seu contraste com o urbano. Nesse caso, elas facilmente poderiam se tornar referência e guia nos percursos ou fixar-se na lembrança do lugar, associando-se a ele. Outras vezes, os morros foram ocupados e, inevitavelmente, suas qualidades espaciais apareceram incorporadas ao meio urbano. No entanto, houve também situações que explicitaram relações mais complexas. O exemplo mais evidente é dado no fato dos socorrenses terem encimado um de seus morros mais expressivos com um Cristo Redentor, o que poderia apontar tanto para a valorização dos morros quanto demonstrar uma conexão religiosa. Essa relação revela-se também de maneira mais obscura no fato de se ter tentado implantar um loteamento no cume de outro morro muito próximo a este monumento. Como dito, cotidianamente, também se sobe e desce morros em Socorro nas atividades turísticas.

Por esse contexto, mostrou-se importante relembrar no capítulo que inicia esta dissertação, que o gesto de subir um morro, um monte ou uma montanha se fez, por muito tempo e a muitos povos, como uma experiência transcendente, frequentemente mediada pelo simbólico e o mítico.

Por ter uma altura infinita, como mostra Elíade (2008, p. 40–41), o Céu foi muitas vezes considerado como lugar do que é altíssimo, ou seja, de uma dimensão que é investida da qualidade de ser inacessível ao homem, expressando-se como sobre-humano. Elevar-se cerimoniosamente pelas encostas de um terreno ou por uma escada ritual repete o gesto da condução ao Céu e, por isso, pode fazer-se "saturado" desse caráter de sacralidade.

Mais próximos do Céu por sua forma verticalizada, as montanhas e os montes altos também participam espacialmente desse simbolismo do supremo, tendo sido lugares importantes para o sagrado expresso na atmosfera. Muitos deuses se manifestaram em acontecimentos meteorológicos. O Senhor de Israel, por exemplo, se anunciou pelo fenômeno atmosférico do relâmpago, do trovão e de uma espessa fumaça que cobriu a montanha do Sinai no momento em que transmitiu as leis a Moisés[7] (ELIADE, 2008, p. 86).

---

[7] "Toda montanha do Sinai estava envolta em fumo porque o Eterno aí descerá no meio do fogo" (Exôdo, 19,16 *apud* ELIADE, 2008, p. 86).

Essa relação praticada com o sagrado dessas formas pôde ser efetuada historicamente de diversas maneiras: às vezes coletivamente, como na repetição milenar das peregrinações sagradas japonesas ao Monte Fuji (MARTIN, 2012, p. 108); ou remetida a um evento individual e original, como na experiência culminante de Abraão, que ouviu soar as verdades divinas reveladas aos hebreus no monte Moriah (ELIADE, 2008).

Por serem muito altas, as montanhas também foram frequentemente consideradas como um "centro", como o eixo do mundo onde se tornaria possível praticar o reencontro entre o Céu e a Terra (ELIADE, 2008, p. 90). Isso pode ser verificado na Mesopotâmia, onde a "Montanha das terras" configurava-se como um monte central que unia Céu e Terra. Para os cristãos o monte Gólgota também era um centro de mundo, porque seu cimo ligava "cosmicamente" o lugar onde Adão teria sido criado e enterrado com o lugar onde o Cristo teria sido crucificado: "De forma que o sangue do Salvador havia banhado o crânio de Adão, enterrado precisamente ao pé da Cruz e o resgatado" (ELIADE, 2008, p. 302). A mesma experiência pode também ser vista na tradição budista:

> Logo que nasce, o Bodhisattva assenta os pés completamente no chão e voltado para o Norte dá sete passadas e atinge o pólo e exclama: 'Sou eu que estou no topo do mundo [...] Sou eu que sou o mais velho do mundo [...]'. Com efeito, ao atingir o cume cósmico, buda torna-se contemporâneo do começo do mundo (ELIADE, 2008, p. 304).

Entretanto, também essa relação pôde ser imaginada de maneiras diversas: por vezes tratou-se de uma forma única que se eleva sozinha, como a do gigantesco Monte Meru, concebido nas tradições indianas, erguendo-se no meio do mundo com a estrela polar brilhando sobre ele (ELIADE, 2008, p. 91); outras vezes imaginou-se várias elevações, como as montanhas numerosamente espalhadas do pensamento Yanomami, que não deixam a terra tremer e o céu cair e servem de morada aos *xapiris,* que de lá saem para dançar aos homens na revelação da sabedoria (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Presentes em narrativas tradicionais, as experiências "culminantes" falaram também dos percalços e das decisões envolvidas na relação do homem com os elementos de seu ambiente, que podiam revelar-se na forma contrária daquilo que permite subir, ou seja, de maneira abismal.

Esse é o caso da epopeia mesopotâmica de Gilgamesh (*SIN-LÉQI-UNNÍNNI*, 2017). "Ele que o abismo viu" (*šanaqba īmuru*) é um dos títulos originais do poema que narra a trajetória heroica de Gilgamesh, quinto rei da cidade babilônica de Úruk, em seu percurso para conhecer "o fundamento da terra", seus caminhos e se tornar "sábio em tudo". Em

uma de suas jornadas reveladoras, Gilgamesh sobe a Montanha dos Cedros acompanhado de Enkídu, seu *alter ego* criado como um homem caçador e entendedor da natureza que é seduzido para a cidade. Nessa empreitada os dois personagens atravessam vários montes até chegar à montanha coberta de todos os lados pela densa floresta de cedros que desejam dominar. A vitória culminante dos dois jovens personagens se dá através da morte de Humbaba, o gigante guardião dos Cedros e da destruição do santuário que se elevava em seu cume. A floresta subjugada passa, então, a servir à cidade oferecendo "o melhor da montanha e do vale" e a fama dos heróis é construída. No entanto, nesta que é também chamada de a "jornada da rota sem volta", a experiência culminante revela ao rei a sua face de presságio e a vitória da subida da Montanha de Cedros transforma-se na morte que chega a Enkídu:

> As veredas, Enkídu, da Floresta de Cedros
> Chorem-te ---- noite e dia!
> Chorem-te os anciãos da vasta cidade de Úruk, o redil,
> Chore-te o povo que atrás de nós te bendiz!
> Chorem-te ---- de colinas e montanhas
> GILGAMESH, versos 7 a 11 (*SIN-LÉQI-UNNÍNNI*, 2017)

Relacionar-se com essas formas enquanto sagradas ou míticas não significa apenas uma crença de um povo. Primeiramente porque, tornando-se "objetos cosmológicos", o pensamento simbólico que as envolve configura-se sempre como uma necessidade: "O símbolo revela certos aspectos da realidade – os mais profundos – que desafiam qualquer outro meio de conhecimento"(ELÍADE, 1991, p. 10 *apud* DIEGUES, 2008, p. 57).

Além disso, há também uma questão espacial que interessa a esta dissertação. A experiência do sagrado, presente nas narrativas que envolvem as formas de relevo, esteve frequentemente relacionada a configurações específicas, através das quais se fez possível reger gestuais de uso e reservar funções aos espaços sacralizados.

Na fenomenologia religiosa desenvolvida por Elíade (2008), o espaço é considerado, inclusive, uma das "modalidades" do sagrado. Para entender essa colocação, diz Croatto (2001, p. 58), é necessário compreender o que seria o sagrado em termos de experiência. Isso porque, para Elíade, o sagrado "transcende" como experiência de caráter religioso, mas também é experimentado como realidade. Assim, quando se fala da experiência de determinados espaços ou formações naturais enquanto sagradas, considera-se que esses espaços nunca se apresentam isoladamente ao espírito, mas encontram-se conectados a um complexo que envolve as cerimônias e ritos da tradição, os seres das histórias e todas as emoções suscitadas por esse conjunto que são vividas e praticadas nos espaços. Vive-se,

assim, em uma terra habitada por narrativas que tornam possível a comunhão com uma intuição que é elementar ao lugar. (ELIADE, 2008, p. 296).

Sob outras palavras e outra abordagem, Ingold (1993, 2000) lembra que as narrativas, assim como as músicas tradicionais, dão forma à percepção do mundo, auxiliando na capacidade de se localizar as informações básicas dadas em um contexto de envolvimento perceptivo direto com o ambiente. Elas ajudam os ouvintes de diferentes povos a se posicionarem em relação a características específicas da paisagem, de maneira que seus significados possam ser revelados ou divulgados (INGOLD, 1993, p. 172).

As elevações de terreno, de fato, repetiram-se como sagradas entre diferentes povos, sendo ritualizadas por distintas tradições. Para Elíade, isso se deve ao caráter de "manifestação" do sagrado dessas formas, ou seja, é relacionado à expressividade do meio que se impõe ao homem na experiência do espaço sagrado: "o lugar nunca é escolhido pelo homem; ele é simplesmente "descoberto" por ele, ou, por outras palavras, o espaço sagrado revela-se-lhe sob uma outra forma" (ELIADE, 2008, p. 297). Em outras palavras, é apenas quando as qualidades de um lugar se "manifestam", que os espaços podem ser "consagrados".

No caso da consagração de formas naturais, ela pode se dar tanto através de uma técnica tradicional de orientação quanto por meio da revelação de sinais descobertos, por exemplo, pela presença de um animal que transforma o lugar em sagrado. Essa teria sido a operação que consagrou muitos montes e montanhas através dos tempos e que também pôde ser levada para os demais espaços produzidos pelo homem, como os edifícios e as cidades, que repetiriam as qualidades manifestadas por montanhas e montes:

> [...] o termo sumério para zigurate (ziqquratu) é U-Nir (monte), o que Jastrow interpreta como: "visível de muito longe" (p.92- nota 285) Para falar com precisão, diremos que ziqquratu era um "monte cósmico", ou seja, uma imagem simbólica do cosmos; os sete andares representavam os sete céus planetários (como em Borsippa), onde existiam as cores do mundo (como em Ur). O templo Barabudur é em si mesmo uma imagem do cosmo e está construído à maneira de uma montanha artificial. Por uma extensão da qualidade sagrada do templo (monte + centro do mundo) a toda cidade, as cidades orientais tornavam-se elas mesmas "centros", cimos da montanha cósmica, pontos de junção entre as regiões cósmicas" (ELIADE, 2008, p. 91–92).

Torna-se uma das características do sagrado o caráter de poder ser tanto útil quanto perigoso; tanto destinar à imortalidade quanto servir à morte; de atrair e, em outros momentos, repelir para longe: "Não te aproximes daqui – diz o Senhor a Moisés – tira os seus sapatos, porque o lugar onde estás é terra santa" (Êxodo, 3, 5 *apud* ELÍADE, 2008, p. 298). Também o espaço sagrado repete esse caráter na característica de ser tanto acessível quanto inacessível; de ser único e transcendente por um lado, mas de também de poder ser

repetido indefinidamente (ELIADE, 2008, p. 310). Os círculos de pedra e os muros aparecem historicamente como uma das mais antigas estruturas arquitetônicas que revelam essa relação, uma vez que, no contexto do sagrado, elas serviam para garantir a reserva de lugares e reger os movimentos considerados adequados para sua aproximação (ELIADE, 2008, p. 298).

Ao caráter ambivalente próprio da relação com o sagrado, Elíade associa a própria ambivalência do humano e sua tendência em negar uma experiência direta com o mundo, como uma insegurança diante daquilo que impõe uma posição de incerteza, de se deixar ver o abismo, como nos caminhos da "jornada da rota sem volta" de Gilgamesh: "Essa resistência ao sagrado tem como correlato, na perspectiva metafísica existencial, a fuga à autenticidade" (ELIADE, 2008, p. 375). Mas ao mesmo tempo, há também uma persistência que se revela como uma importância desse tipo de experiência. A busca de uma experiência nos espaços naturais de característica expressiva, revela um traço humano, como uma "nostalgia das formas transcendentes" (ELIADE, 2008, p. 311).

Nesta dissertação, as relações com os morros não serão abordadas especificamente no contexto do sagrado ou do transcendente. Ainda assim, as questões acima citadas apontam para pontos importantes do tema trabalhado: subir os morros, acessar ou não seu cume, poder ou não experimentar as qualidades da elevação, todos esses aspectos compõem historicamente a relação humana com as formas topográficas, seria de se esperar que elas também se fizessem evidentes na história da morraria de Socorro.

1.2. AS FORMAS DE RELEVO NA EXPERIÊNCIA DA PAISAGEM

As formas expressivas de relevo têm uma grande importância para as concepções da paisagem ocidental. Um exemplo clássico dessa relevância é a subida de Petrarca ao monte *Ventoux* que foi diversas vezes teorizada, de modo que se tornou possível referir-se a ela como exemplo de diferentes experiências e relações com o natural na paisagem (BESSE, 2014b; RITTER, 1997; ROGER, 2000; SCHAMA, 1996).

Registrada em carta de 1336, Petrarca narra em tom confessional a seu professor de teologia o dia em que, acompanhado pelo irmão mais novo, decidiu executar a empreitada que há anos havia projetado: "movido pelo desejo de ver um lugar reputado por sua altura" subiria a montanha gélida e pedregosa que havia contemplado em sua infância vivida em Avignon e em Carpentras, na França, construindo na sua narrativa um paralelo com as suas reflexões morais (PETRARCA *apud* RITTER, 1997).

Numa primeira interpretação do relato do poeta, fixada no século XIX por Jacob Buckhardt, haveria em Petrarca a sensibilidade moderna dos italianos da renascença de se sentirem "atraídos pela natureza por um 'senso particular' de 'pesquisa e de saber científicos'" (BUCKHARDT, 1964 *apud* RITTER, 1997, p. 37)[8]. Considerou-se, então, que teria sido eles a fundar o olhar da secularização, ou seja, da objetividade praticada na autópsia da natureza e que Petrarca teria encontrado também a fórmula da experiência paisagística moderna: "a da contemplação desinteressada, do alto, do mundo natural aberto ao olhar" (BESSE, 2014b, p. 2).

Na interpretação de Ritter (1997), o relato de Petrarca corresponderia à refundação moderna da sensibilidade ao natural. A narrativa do poeta traduziria, em linguagem neoplatônica e cristã, o movimento espiritual da tradição grega da *Theoria tou Kosmo*. Segundo esse fundamento, a experiência sensível do natural seria investida do significado universal de experiência teórica da contemplação da natureza. Essa contemplação específica seria feita a partir de um impulso que parte do corporal para se efetuar como "incitação" ao espírito humano que busca, nesse sensível, "transcender" para chegar à intuição da "ordem do mundo".

---

[8] O acesso e a tradução livre das obras de Besse (1990), Dardel (1990) e Ritter (1997), apresentadas nesta dissertação, devem-se ao caderno Paisagem Textos 1, organizado em 2013 pelo Professor Dr. Vladimir Bartalini como subsídio ao curso de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

As feições de relevo também fazem parte da historiografia que conta sobre a aparição da montanha enquanto objeto paisagístico da pintura de paisagem, relacionado também à concepção de categorias estéticas, como a do "sublime" (BESSE, 2014b; RITTER, 1997; ROGER, 2000; SCHAMA, 1996).

No contexto específico da cultura europeia, Roger (2000, p.37) lembra, por exemplo, que até o século XVIII o que era chamado paisagem limitava-se aos campos bucólicos enquadrados na pintura flamenga de meados do século XV. Em contraposição ao campo, como "país tranquilo", a região montanhosa seria o "país pavoroso" presente nos relatos de viajantes. Para que o cenário montanhoso fosse reconhecido como paisagem, seria necessário que escritores como Haller, Gessner, Rousseau e Saussure e seus gravadores, como Aberli, Linck, Wolf, revelassem a visão dos "sublimes horrores".

Schama (1996) mostra, no entanto, que a transformação dessas ideias se deu de maneira bem mais complexa. Ao menos duas visões dominantes sobre montes e montanhas chegaram ao século XVIII herdadas do desenvolvimento integrado das expressões artísticas, das teorias sobre as origens da Terra e das expedições empíricas ocorridas nos séculos anteriores. De um lado, estaria o caráter benigno das montanhas do humanismo platônico com historiadores naturalistas como John Ray que, no século XVII, buscavam nelas o propósito divino da criação, enquanto fundamento de sua utilidade aos humanos. De outro lado estaria a dramatização das irregularidades naturais introduzida, no mesmo século, pela cosmologia do *Tellurius Theoria Sacra* de Burnet (SCHAMA, 1996, p.451). Expressa nas pinturas de Salvator Rosa, a dramatização do relevo inspirou escritores do século XVIII, como Horace Walpole e Thomas Gray, na concepção dos sublimes horrores. Assim, passou-se a celebrar a beleza horrível, selvagem, rejeitada pela convenção estética de então, estabelecida, por exemplo, na pintura de Claude Lorrain (SCHAMA, 1996, p. 456-457).

Diante de distintas orientações, que atribuem também distintos papeis às formas de relevo, a paisagem é tomada nesta dissertação a partir do pressuposto específico de que a superfície terrestre participa em sua experiência.

Essa dimensão aparece sugerida indiretamente em alguns autores. Em Simmel (2011), por exemplo, a paisagem adquire o caráter de um encontro com o natural que se qualifica como experiência. Apesar de descrevê-la no contexto da pintura (BARTALINI, 2018; SERRÃO, 2011), a paisagem é considerada por Simmel enquanto experiência que não se limita ao que, em um quadro, pode ser representado como imagem única: "As barreiras autotraçadas de cada paisagem são constantemente deslocadas, dissolvidas por esse

sentimento, e a paisagem, embora arrancada e tornada autônoma, é perpassada pelo obscuro saber dessa conexão infinita" (SIMMEL, 2011, p. 45). Essa experiência se efetuaria quando, diante de múltiplos "conteúdos anímicos singulares", se apreende uma unidade sentida, chamada pelo autor de *Stimmung* da paisagem. Entretanto, esse sentido de unidade também não se configuraria enquanto relação dada com um elemento ou um conjunto de elementos naturais, uma vez que, nesse encontro, o natural para Simmel diz respeito a um fluir (BARTALINI, 2018, p. 23). Referente ao processo vivente na Terra, esse fluir é dado como transformação contínua que cria e aniquila formas ininterruptamente. A experiência da paisagem se qualifica, então, como um modo particular de colocar-se "na atmosfera" desse processo terrestre:

> Precisamente aí onde a unidade da existência natural tende a integrar-nos nela, a nós bem como à paisagem à nossa frente, a cisão num eu que observa e num eu que sente revela-se duplamente errónea. Estamos em face da paisagem, a natural e a que deveio artística, como seres humanos inteiros, e o ato que a cria para nós é imediatamente um ato que observa e um ato que sente, que só a reflexão posterior dissocia nestas particularidades. (Simmel 2011, 51)

Diante desse entendimento, outras questões importantes que envolvem o objeto da pesquisa precisariam ainda ser mais bem conduzidas. Por exemplo, na investigação da história das transformações de Socorro, como não fazer dela uma coleção de arranjos das ruas, dos lotes e das construções que se acumulariam sobre a morraria, como se essas feições do relevo fossem consideradas somente enquanto matéria submissa sob as vontades e as ideias humanas?

Nesse sentido, serve também à pesquisa uma distinção inicial feita por Assunto (2011b), que buscou definir uma especificidade e uma importância para a abordagem da realidade como paisagem.

Primeiramente, parte-se da orientação do autor de que as questões abordadas na paisagem se diferem das questões do território. Neste caso, toma-se aqui o território por um entendimento circunscrito aos aspectos que remetem a "uma extensão da superfície terrestre mais ou menos vasta que pode ser delimitada" (ASSUNTO, 2011b, p. 126). Esses limites podem ser traçados por uma convenção, como no caso de limites político-administrativos ou podem ser históricos-culturais, como no caso do predomínio de um grupo étnico-liguístico em um local. Em todo caso, eles podem tanto coincidir com os aspectos histórico-culturais e com os aspectos geofísicos dos lugares, fixando-se, por exemplo, nos referenciais naturais como montes e rios, quanto podem ignorá-los, impondo-se a eles. Essas divisões do território podem também permanecer fixas, ou seja, manter-se idênticas frente às transformações ocorridas em um lugar. Nesse sentido, o

território pode tanto ser transformado quanto destruído, ou seja, ele permanece alheio às questões que afetam a vida de um lugar: "A vida, não a vivemos no território; o território é uma mera abstração burocrática, útil ao registro civil, ao estado civil, à repartição das finanças." (ASSUNTO, 2011b, p. 128).

A esse entendimento, Assunto acrescenta o fato de que o ambiente teria um significado mais abrangente: "o ambiente é o território tal qual como a natureza e o homem o organizaram em função da vida" (ASSUNTO, 2011b, p. 128). A vida de um lugar, portanto, depende do ambiente. Primeiro, porque sem as condições da vida física, consideradas por Assunto como integrantes do conteúdo "biológico" do ambiente, não se vive. No caso do objeto desta dissertação, esses conteúdos se mostram evidentes, por exemplo, nos processos que conformam a geolologia que permite o assentar-se sobre um morro, ou a hidrografia que, disposta nas encostas da topografia, distribui as águas que matam a sede de criaturas e plantas.

Mas a vida no lugar também depende, igualmente, do ambiente entendido como histórico-cultural, ou seja, depende daqueles conteúdos consoantes às funções desempenhadas, aos costumes, às tradições ou à moral praticada no território, aspectos que, por sua vez, variam conforme os períodos históricos (ASSUNTO, 2011b, p. 127). Ainda assim, diante desta importância ambiental inegável, Assunto conclui que a realidade que se deve estudar é a paisagem. E esta conclusão se efetua ao reconhecer que a paisagem inclui o ambiente, uma vez que não se abstém da experiência de seus conteúdos. No entanto, inclui também o material, porque não abstrai dele aquela relação que se encontra expressada e praticada como forma concreta:

> [...] o ambiente, enquanto ambiente puro e simples, é uma mera abstração, assim como seria abstração irreal o conteúdo de um livro, poesia ou romance sem a realidade em que se exprime modelando uma matéria verbal (...), e como é abstração irreal a função de um edifício (...) se não se exprimir como forma na qual se modelou uma matéria. O ambiente concreto, o ambiente que vivemos e do qual vivemos vivendo nele, é sempre o ambiente como forma de um território: paisagem (ASSUNTO, 2011b, p. 129).

É possível ver essa questão, que diz respeito à relação com a dimensão material do terrestre, colocada também no entendimento da realidade geográfica de Eric Dardel (1990), que serviu às reflexões desta dissertação por apontar para algumas consequências específicas da consideração do papel das formas de relevo na paisagem.

Ao fazer o percurso da geografia como ciência, Dardel identifica a necessidade de recuperar seus vínculos com a "geograficidade" do homem, isto é, com a relação concreta que se trava entre o homem e a Terra, que diz respeito tanto ao seu modo de existência quanto

ao seu destino (DARDEL, 1990, p. 2). Essa realidade geográfica se expressa como uma densidade da vida terrestre, sempre composta por características que afetam o homem e que são descritas pelo autor em suas diferentes qualidades. Diante disso, torna-se mais evidente que o agir, por exemplo, sobre a topografia nunca é feito sobre uma matéria inerte, indiferente, que se dispõe ou que se pode dispensar. A relação com o terrestre pressupõe uma "espécie de cumplicidade no ser" (DARDEL, 1990, p. 8). Essa cumplicidade, como mostra Dardel, pode ou não ser realizada, uma vez que o encontro com a Terra pode evocar um "sim", que se abre ao humano e o convida a agir ou pode evocar um "não", em qualidades terrestres como a do corpo rochoso, que se oferece em solidez impenetrável, expressando-se como um mistério da natureza terrestre (DARDEL, 1990, p. 21-22).

Considera-se, portanto, que qualquer transformação operada sobre a superfície terrestre ocorre sobre uma matéria que ameaça ou acolhe o humano. Nesse sentido, torna-se necessário reconhecer essas qualidades, isto é, saber colocar-se diante do que seria a "face da Terra" que se desvela: "Uma região montanhosa não é, antes de mais nada, uma região que impõe obstáculo à circulação dos homens? A planície só é "vasta", a montanha só é "alta", na escala do homem, na medida de seus desígnios (DARDEL, 1990, p. 10).

Dardel assume que a realidade, assim entendida como geográfica, só é geográfica "para o homem". Entretanto, compreende-se que isso não se limita ao significado de "no interesse" ou "para o uso" do homem: "Habitável, cultivável, navegável, estas atitudes não esgotam o sentido de 'para o homem', que exprime simplesmente e muito comumente o ponto de vista do homem" (DARDEL, 1990, p. 11). Torna-se necessário evitar,então, a suposição de que a espacialização ocorra apenas de forma ativa pelo homem. A noção de espaço geográfico de Dardel tem em si embutida esse sentido específico, relativo ao fato de que ele não é vazio de conteúdo, como um espaço geométrico. A rigor, o espaço geométrico não consideraria as irregularidades da topografia, uma vez que se permite dividir a extensão do espaço imaginando, de maneira abstrata, que ele é infinito e homogêneo[9]. Ao contrário, o espaço geográfico de Dardel aparece como concreto: "Ele nos instala em um espaço na nossa dimensão, em um espaço que se dá e que responde, espaço generoso e vivo aberto

[9] Pode-se dizer que o espaço meramente geométrico pressupõe o controle e a ordem quando imaginado. Martin (2012, p. 108) lembra, por exemplo, que Lutero via as montanhas como "grotescas irregularidades no seio da criação ordenada". Dardel (1990, p. 126-127) afirma que, sob os códigos da modernidade, uma superioridade humana se efetua no espaço, como uma afirmação de um sujeito que busca promover uma ordem visual do mundo.

diante de nós" (DARDEL, 1990, p. 35). Diante desse espaço de dimensões concretas, as feições de relevo participam também ativamente na relação com o homem.

> A alta montanha "se ergue" acima do vale, se "destaca" do maciço vizinho, valorizada pelas vertentes que a "faceiam". A localização desta montanha é a resultante destas relações recíprocas entre lugares-eventos. Como evitar abrir assim a espacialidade do espaço geográfico sobre sua perspectiva temporal? Não é a geografia, afinal de contas, uma certa maneira de sermos invadidos pela terra, o mar, a distância, de sermos dominados pela montanha, conduzidos pela direção, atualizados pela paisagem como presença na Terra?
> Temporalização do nosso ambiente terrestre, espacialização da nossa finitude [...] (DARDEL, 1990, p. 54).

Descrever uma configuração de cidade considerando a sua relação com as formas de relevo, teria, portanto, um papel importante de tornar mais evidente essa dimensão concreta.

Por fim, resta ainda mais uma distinção, que diz respeito a uma consciência que se pretendeu conservar nas reflexões construídas: a de que não seria todo gesto operado sobre as feições de relevo que se mostraria compatível com a paisagem.

Sobre isso, considera-se o esforço de Assunto (2011a) de distinção mais detalhada da espacialidade da paisagem, que diz respeito também a sua qualidade de contemplação estética. Ao contemplar a paisagem, vive-se uma experiência qualitativa de tempo. Mas esse tempo não diz respeito à História dos fatos humanos, ele remete a uma duração que fala da vida terrestre, ou seja, se expressa remetendo à "imagem da vida". A paisagem configura-se, então, como um espaço que é finito, mas aberto a este contexto infinito. Ela refere-se ao espaço exterior "povoado" de vida e possibilidade. É sob esse entendimento qualitativo da vida, que pode ser afirmada ou pode ser negada, que Assunto constrói sua análise estética dos espaços citadinos.

A megalópole, como a imagem de uma "cidade-território", remete ao autor a um tempo que expressa o "primado da função sobre a existência". Esse tempo pode ser praticado e se impor tanto sobre uma extensão de terra quanto sobre as pessoas, quando considerados meramente como recurso de um sistema produtivo. Sob essa condição, as transformações da cidade-território efetuam-se sempre através do consumo de espaço e de tempo, fazendo com que ela se expresse como uma negação da paisagem: "se contrapõe à paisagem, a exclui de si e lhe volta as costas, colocando entre as suas próprias margens extremas e cada possibilidade de paisagem o território extra-urbano; cujo território, em relação à paisagem, é algo mais que negação: é a contradição absoluta" (ASSUNTO, 2011a, p. 355).

Ainda conforme Assunto (2011a), a "imagem da vida" pode ser negada através do gesto artificial de esconder a vida povoando o espaço apenas com maquinários e objetos, em

detrimento do ser vivente. Essa relação de negação da paisagem se daria também no gesto do consumo que é expresso, por exemplo, nas atividades típicas da indústria de alimentação, que reduzem a vida a produto sempre consumido. Ambas as atitudes expressam o alheamento da vida na forma do alheamento da morte. Ao contrário, a materialidade da terra, o vegetal e o movimento dos animais cumprem o papel de remeter à própria finitude humana: "a paisagem enquanto objeto estético se revela contra o fundo da nossa identificação vital e vivida com a natureza"(ASSUNTO, 2011a, p. 374).

Sobre essa questão, Lynch (1976) lembra que, ao se interferir na visibilidade dos espaços urbanos, interfere-se na capacidade das pessoas de "intuir" a vivacidade dos lugares. Essa vivacidade torna-se mais acessível quando se possibilita às pessoas compreender a história natural do sítio, do ciclo aparente das estações e quando se mantêm também mais perceptíveis os rastros da presença de outras pessoas e outros seres: "O significado mais profundo de qualquer lugar é seu senso de conexão com a vida humana e, na verdade, com toda a teia de coisas vivas". (LYNCH, 1976, p. 34).

Por essas considerações, esta dissertação se adere, por fim, à concepção dada por Assunto de que a paisagem se refere a uma categoria sintética de experiência que enlaça a duração de nossa vida com a "temporalidade como natureza" (ASSUNTO, 2011a, p. 358), convertendo-se também em uma categoria de juízo da transformação espacial:

> [...] uma espécie de juízo que tem por tema não só a paisagem, naquilo que nela se pode assimilar a uma obra de arte, mas também as sensações físicas do nosso estar na paisagem, do nosso viver da natureza que se apresenta como a paisagem da qual somos parte, porque a vivemos enquanto nela nos encontramos; e o nosso estar na paisagem é todo um com nosso viver a paisagem e viver da paisagem, viver da natureza que é paisagem. (ASSUNTO, 2011a, p. 368)

1.3. A METODOLOGIA DA PESQUISA

Com o intuito de responder à questão central desta dissertação, a metodologia dividiu-se em três aproximações que se complementam: da contextualização histórica dos períodos estudados, da análise da configuração adquirida pela cidade na morraria e da descrição das relações com os morros.

Considera-se que essas três aproximações colaboram igualmente para tornar visível a forma como os morros afetaram a configuração da cidade, como foram usados e como se mostrariam disponíveis para serem percebidos e sentidos na paisagem. Todos esses aspectos fazem-se relevantes ao objeto da pesquisa.

A contextualização histórica mostrou-se necessária porque, em cada época, foi possível identificar questões que não poderiam ser deixadas de lado, como por exemplo, a apropriação dos morros que se encontra vinculada à exploração das águas nas estâncias hidrominerais, ou a nova apropriação trazida pelos usos do turismo recreativo. Ambas circunstâncias se encontram inseridas em um contexto regional e nacional historicamente dados.

Como lembra Lynch (1976, 2007), a forma da cidade, sua função real e os valores que as pessoas atribuem a ela constituem um fenômeno único que perdura através de decisões cumulativas, deixando um legado na experiência de uma região habitada. Essa inércia das práticas opera por seus sistemas físicos e não físicos, como os relativos à economia política e às imagens difundidas, e são concorrentes à inércia da "estrutura resistente do mundo físico", compondo a qualidade sensorial dos lugares. No contexto deste trabalho, elas são encontradas nas transformações da relação com os morros[10].

Tratando especificamente do município de Socorro, colaboram para o trabalho os estudos históricos de Siqueira (1999, 2005) e Vieira (2000). Por abordarem a região do Circuito das Águas Paulista, foram importantes também os estudos geográficos de Fuini (2010) e Borin (2013). Contou-se também com a bibliografia especificamente relacionada ao turismo na região, destacando-se Souza (2010), Serpa (2009) e Bantin e Frattuci (2016). Sobre o planejamento urbano das antigas estâncias hidrominerais, cita-se aqui os trabalhos de Franco (2003) e de Rainho e Anelli (2017). Todos esses trabalhos serviram como guias

[10] Como também lembra Lynch (1976, p. 9), nossos sentidos são locais, mas nossa experiência é também regional.

principais para as demais bibliografias consultadas e citadas na abordagem histórica do trabalho.

A análise da configuração adquirida pela cidade na morraria exigiu um trabalho anterior de levantamento de dados que foi dividido em duas frentes principais: por um lado, envolveu o levantamento das transformações consecutivas dos traçados e padrões construtivos da cidade; de outro, envolveu a análise da implantação sobre a topografia.

A fim de abordar as transformações da cidade, dividiu-se os períodos de estudo em intervalos de 20 anos entre 1940 e 2020 que corresponderam, de maneira aproximada, aos documentos cartográficos disponíveis, sendo eles:

- O Mapa Municipal elaborado pelo Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo (IGG) em 1938, produzido na escala de 1:10.000 e disponibilizado pelo Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo (IGC).
- As cartas constantes no relatório do Plano Diretor do Município de Socorro elaboradas pelo Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos (CPEU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) em 1959, disponíveis na escala de 1:20.000 (CPEU, 1961).
- As cartas do Plano Cartográfico do Estado de São Paulo elaboradas em 1979 na escala 1:10.000 pelo IGC (Articulação de Cartas SF-23-Y-A-VI-2-NE-F e SF-23-Y-A-VI-2-NE-F).
- O mapeamento vetorizado do Município correspondente ao ano de 2002, elaborado pelo Departamento de Cartografia da Prefeitura Municipal da Estância de Socorro (PMES).
- O mapeamento do Perímetro Urbano constante no anexo III da Lei Complementar nº 109/2006 (SOCORRO, 2006).
- Os arquivos georreferenciados do município de Socorro (logradouros, lotes e edificações) disponibilizadas em formato *shape file* pela PMES, referentes ao ano de 2017.
- O levantamento da área urbanizada aproximada dos anos 2000 e 2020 constantes nos mapas matriciais (pixel 30 x 30m) do Projeto MapBiomas – Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil (MAPBIOMAS, 2021)[11].

[11] O Projeto MapBiomas é uma iniciativa multi-institucional de geração de mapas anuais de cobertura e uso do solo a partir de processos de classificação automática aplicada a imagens de satélite (MAPBIOMAS, 2021).

A ocupação correspondente ao ano 2000 foi a única para a qual não se pôde contar com uma base pré-elaborada do traçado das ruas da cidade, tendo sido necessário produzi-la, utilizando-se como referência o mapeamento da PMES de 2002 e as ruas citadas no levantamento de Vieira (2000).

Ao que é de conhecimento da autora, Socorro não foi objeto de um trabalho que abordasse, em diferentes períodos, a evolução de sua ocupação, de modo que esta pesquisa buscou também contribuir neste sentido. Diante desse desafio, fez-se uso de documentos bastante variados.

Foi de grande importância para o resgate da memória do assentamento urbano de Socorro, o acervo fotográfico pessoal de Vilma de Oliveira Santos Simões[12] que abrange todos os períodos estudados. O trabalho de seleção das fotos que compõem esta dissertação também contou com a colaboração direta da Sra. Vilma Simões na identificação de referências que pudessem ser usadas para se distinguir os períodos, como os edifícios existentes, a pavimentação das ruas, os tipos de postes de iluminação e os tipos de cobertura de uso do solo nos morros.

Essa reconstrução histórica também foi feita fazendo uso de documentos informais da cidade. Destaca-se, nesse sentido, as publicações independentes de Ferrari (2013) e do Álbum do Sesquicentenário de Socorro, datado de 1979, uma obra de iniciativa coletiva dos socorrenses que reuniu informações históricas e registros detalhados sobre seus equipamentos públicos, espaços livres e construções (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979).

A fim de descrever o crescimento da cidade, foi feito um levantamento dos empreendimentos imobiliários de lotes aprovados no município nos diferentes períodos, de modo que a ocupação pôde ser confirmada tomando-se por base as suas datas de aprovação constantes nas plantas do acervo digital da Diretoria de Tributos da PMES. O trabalho contou também com o apoio direto dos funcionários da PMES, destacando-se aqui a colaboração das servidoras Denise e Mayara que contribuíram na confirmação de dados referentes ao período entre 2000 e 2020. A consolidação desses dados é apresentada no Apêndice 2.

A legislação urbanística municipal também foi utilizada como documento, revelando aspectos específicos do crescimento da cidade e sua configuração resultante nos morros.

[12] Identificada nesta dissertação como Vilma Simões.

Destaca-se, nesse sentido, os Planos Diretores datados de 1959, 1995 e 2006 (CPEU, 1961; SOCORRO, 1995a, 2006) e as leis de parcelamento e uso do solo datadas de 1996 e 2007 (SOCORRO, 1995b, 1996c, 2007).

O dado principal utilizado para a leitura da topografia correspondeu às cartas já citadas do Plano Cartográfico do IGC de 1979. Além disso, complementou-se esse dado, gerando novos materiais de análise a partir dos Modelos Digitais de Elevação disponibilizados no banco de dados Topodata (INPE, 2011). Neste ponto, é necessária uma ressalva. A geração de produtos dessa natureza foi necessária por permitir a descrição da configuração da cidade na topografia e auxiliar a leitura feita em campo. No entanto, foge ao escopo da dissertação as análises das precisões obtidas pelos métodos de modelagem utilizados, aspectos necessários em estudos geomorfológicos mais aprofundados. Nesse caso, o conteúdo dos mapas produzidos ficou limitado à identificação básica das curvas de nível e declividades do terreno compatíveis com a precisão máxima de 30m, ao reconhecimento dos cumes dos morros, das formas características de seus dorsos e seus alinhamentos gerais.

Para os mapas de declividade, utilizou-se as classes definidas em 1979 para o Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos (EMBRAPA, 2018), acrescentando-se uma subdivisão que pudesse distinguir também os 30% de inclinação definido na Lei nº. 6.766/1979 como limite ao parcelamento do solo urbano (BRASIL, 1979). Somou-se à representação da topografia feita através de mapas a execução de cortes explicativos das situações urbanas e suas relações resultantes com os morros.

Por fim, para descrição da relação com os morros fez-se necessário também os estudos exploratórios, desenvolvidos como exercícios de paisagem que envolveram a execução de caminhadas na cidade e em meio aos morros tratados na pesquisa. O registro dessas caminhadas foi feito através de documentação fotográfica, desenhos e execução de relatos que serviram às reflexões. Baseou-se, para isso, no entendimento de Besse (2014a) do caminhar como leitura crítica do real na qual se expõe de forma direta, imediata e física à exterioridade como forma de restituir a disponibilidade do corpo e a capacidade de ser afetado pelos dados sensíveis do mundo vivido.

O resultado das aproximações metodológicas é apresentado nos Capítulos 2 a 6. Buscou-se cumprir o objetivo da pesquisa de maneira a identificar fatores, descobrir padrões e relacionamentos que pudessem revelar as continuidades ou mudanças na relação com a morraria do lugar, questões essas discutidas nas Considerações Finais da dissertação.

CAPÍTULO 2: A CONSOLIDAÇÃO DA PEQUENA CIDADE NA MORRARIA – SOCORRO ATÉ 1940

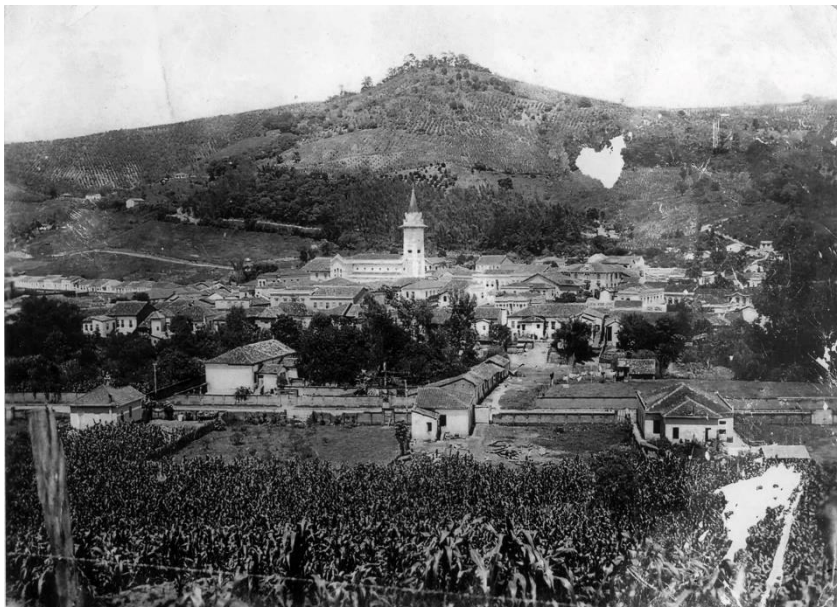


Figura 6: Vista do centro histórico de Socorro em meados de 1940. Autor desconhecido.
Fonte: Acervo Vilma Simões.



Figura 7: Vista do centro histórico de Socorro em agosto de 2021. Ao fundo o morro do Cristo.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Este capítulo dá início à abordagem histórica dos morros e da cidade de Socorro. Como se verá, a configuração do primeiro assentamento urbano possuía várias qualidades que propiciavam um relacionamento próximo com os morros no cotidiano da cidade. Algumas de suas características mais marcantes encontram-se reconhecíveis ainda hoje em algumas vistas. Mirando de determinados pontos altos do entorno, a cidade apresenta-se abaixo dos contornos expressivos da topografia, entregando a impressão marcante de ser um pequeno povoado encravado no vale. Entre os morros arredondados, um deles se destaca por seu cume mais pronunciado. De dentro da cidade, conforme já dito, também se torna possível experimentar sua presença nas vistas.

No entanto, as relações com os morros da cidade existente até 1940 não aconteceram apenas dessa forma. Uma outra relação se encontra expressada justamente na morraria do entorno, na sua característica que, deste então, se tornou predominante: a de ser coberta por pastagens. É nessa aparência que alguns aspectos territoriais da cidade são revelados: Socorro é ali uma cidade pequena, mas que pressupôs os morros dessa maneira.

Antes de expor as qualidades topográficas daquela cidade, inicia-se contando primeiro essa história. Assim, percorre-se o período que vai da fundação do primeiro arraial até a sua consolidação, que se dá na virada do século XIX para o XX e nas décadas iniciais do novecentos quando, em meio à economia do café, ocorreram as intervenções urbanas que resultaram no traçado principal da cidade e na definição dos seus espaços públicos centrais. Chega-se, por fim, ao final da década de 1930, que coincide com o momento em que o empreendimento cafeeiro do município começou a se esvair.

As dinâmicas que envolveram a ocupação das terras demonstram, sob muitos aspectos, a importância dos morros para a história de Socorro. Exatamente por isso, inicia-se aqui sua contextualização quando ainda não havia cidade, a fim de que essas relações se tornem mais evidentes.

2.1. O CONTEXTO DA OCUPAÇÃO DOS MORROS SOCORRENSES – A FORMAÇÃO DA CIDADE

Poucos são os registros de como eram exatamente os morros socorrenses antes de ser iniciado o tipo de ocupação que será aqui descrito, ou seja, antes de se constituir um povoado urbano à beira do rio do Peixe e de se formarem campos por entre as dobras da morraria.

O que se sabe remete já ao século XVIII, quando teria ocorrido o início da ocupação ligada às atividades econômicas da região bragantina e do comércio entre São Paulo e Minas Gerais existente na época, (SIQUEIRA, 2005, p. 40).

A pouco quilômetros de Socorro, entretanto, algumas trilhas já eram conhecidas e usadas desde o século XVII. A oeste, na altura do atual município de Mogi Mirim, passava o caminho de Goiás. Já a sudoeste, no atual município mineiro de Extrema, passava o Caminho de Atibaia, colado ao Morro do Lopo, onde se encontram as maiores altitudes da região[13] e onde as gargantas formadas pelos leitos dos rios permitiam a passagem de tropas carregadas. Como mostra Villanueva (2013), a serra do Lopo, como é conhecida atualmente, era uma grande agregadora no quadro geral dos percursos que permitiam a travessia da serra da Mantiqueira e era a maior referência da região para a delimitação das disputadas divisas entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais.

Em uma época em que os marcos geográficos eram tomados como os principais referenciais para circulação, foi ao longo desses caminhos entre morros e rios que se estruturou a primeira rede de povoados da região, implantada em meados do século XVIII. Não foi, no entanto, o caso de Socorro que àquela altura se conformava como uma morraria fora das rotas oficiais, em uma região conhecida, mas não o suficiente para figurar com seus corpos d'água mapeados nas corografias do período.

Sob essa condição, Socorro não se tornou um lugar de pouso de tropas e também não foi incluída nos processos de exploração de riqueza dos ciclos econômicos do período colonial. A formalização de um povoado nessa localidade acabou por acontecer apenas no início do

[13] Os picos da serra do Lopo ultrapassam os 1700 metros de altitude (IBGE Cidades @, 2021). No munícipio de Socorro os cumes mais altos correspondem aos da divisa com Minas Gerais no bairro do Serrote, destacando-se o Pico do Serrote, que atinge 1509m (IGC, 1979).

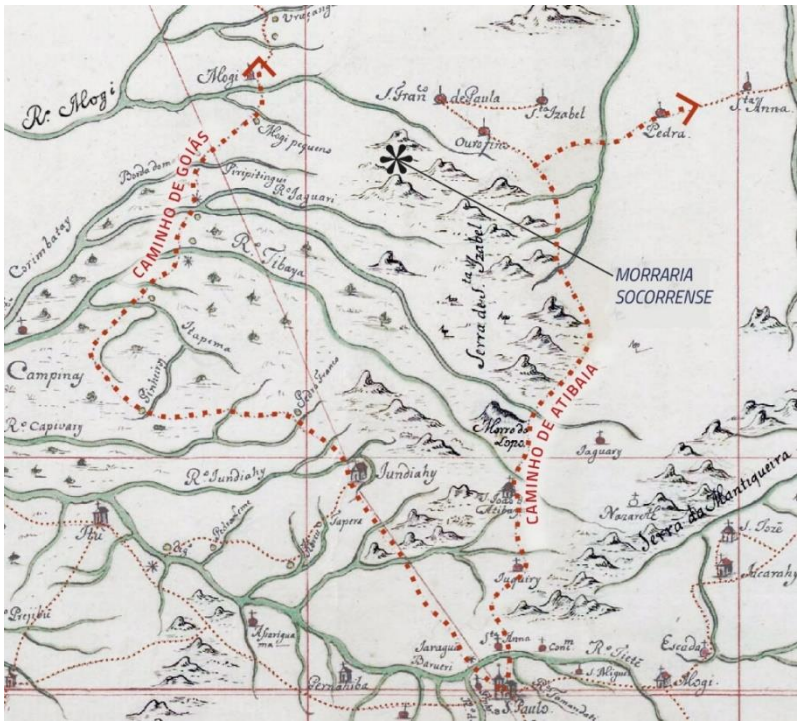


Figura 8: Localização aproximada da morraria de Socorro sobre detalhe do *Mappa da capitania de S. Paulo e seu sertão em que devem os descobertos, que lhe forão tomados para Minas Geraes, como tambem o camiho de Goyazes, com todos os seus pouzos, e passagens*, [17--]. Caminhos de Goiás e de Atibaia conforme Villanueva (2013).

Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil). 049,05,008 n.03 – Manuscritos.
Tratamento de imagem e anotações: Camila Conti, 2021.

século XIX, quando a região se tornou um polo de atração para as pessoas de Atibaia e Bragança que começaram a se assentar e arranjar suas moradas (SIQUEIRA, 2005)[14].

Quando essa ocupação se inicia, os morros eram ainda todos cobertos por mata densa, conforme se vê no retrato dessa região da serra da Mantiqueira presente no relato da expedição de Spix e Martius, na segunda década dos mil e oitocentos[15]. Ao descreverem a chegada ao arraial de Camanducaia[16], vizinho a Socorro, os viajantes encontraram ali uma ocupação que se caracterizava pela precariedade geral das paragens em meio à mata fechada. Os caminhos, não sendo os principais para o transporte de mercadorias, se mantinham também precariamente abertos:

> Após dois curtos dias de viagem, a partir de Atibaia, chegamos à fronteira da Capitania de São Paulo, na qual está estabelecido ao pé da serra um Registro.
> [...]
> A fronteira [de São Paulo com Minas Gerais] é formada em todo este lado por altas montanhas na maior parte cobertas de selvas fechadas, por onde passam, na direção de Minas, somente poucos caminhos secundários, impraticáveis durante grande parte do ano. (...) somente poucas miseráveis cabanas, habitadas em geral por mulatos, encontramos nestes ermos sombrios e, além de um pouco de leite

[14] Esse processo de ocupação se mantém até a metade do século XIX. Conforme demonstrado por Siqueira (2005, p. 46), a maioria das pessoas inventariadas em Socorro no início do séculos XIX era nascida em Bragança Paulista. Depois da metade do século XIX os nascidos em Socorro se tornam maioria.

[15] SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**, tradução Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

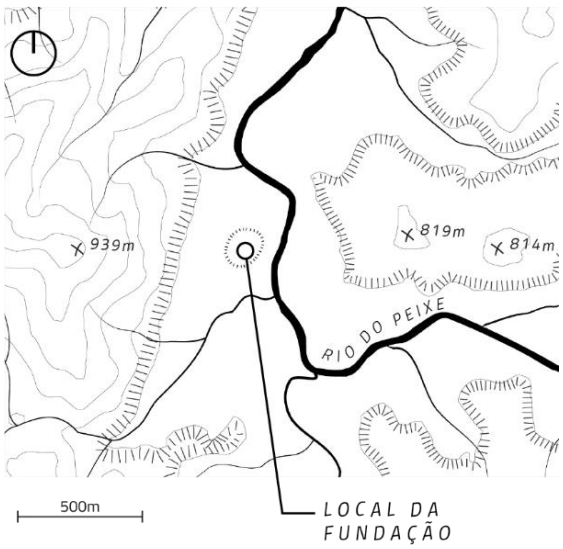
[16] Camanducaia correspondia ao primeiro registro depois da fronteira com Minas Gerais (SIQUEIRA, 2005, p. 43). Trata-se do antigo registro de *Jaguary* presente na Figura 8.

> e feijão preto, não se podia contar com mais alimento algum. (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 176-177 *apud* SIQUEIRA, 2005, p. 43)

É nesse cenário geral, que acontece a fundação do povoado que deu origem à cidade de Socorro. O processo é recuperado por Siqueira (2005, p. 41), em um trabalho um tanto arqueológico dispendido em meio à escassa documentação histórica sobre os primórdios da ocupação das terras do município. Esses documentos deram conta de que, ao menos desde o início da década de 1820, havia pessoas que moravam em um assentamento chamado de Rio do Peixe, pertencente à vila de Bragança Paulista.

A fundação oficial da cidade veio depois e acompanhou os ritos da época, mediados pela Igreja. Os proprietários das terras, dois homens de Bragança, Pedro da Silva e Vicente Correa de Moraes, doaram terrenos para a construção de uma capela. A partir de então, formalizou-se a construção, intermediada pela figura que é conhecida em Socorro como o fundador da cidade, o Capitão Roque de Oliveira Dorta, que havia sido encarregado pela administração da capela e pela venda dos terrenos da Igreja a quem interessasse construir no arraial (SIQUEIRA, 2005, p. 41). Por fim, conforme registrado no primeiro Livro de Tombo da capela, por solicitação dos então moradores, que buscavam na formalização uma possibilidade de adquirir melhorias para a localidade, é requerida à Igreja que a capela fosse curada, o que acontece em 9 de agosto de 1829, quando foi inaugurada a pia batismal, na data que se convencionou comemorar o aniversário do município e da cidade (VIEIRA, 2000, p. 50–51).

É assim que o núcleo foi fundado às margens do rio do Peixe, implantado em uma curva deste corpo d'água espremida entre morros que se tornam aí, também históricos. A oeste um cume mais elevado, que forma uma vertente mais pronunciada. A leste um morro de topo mais achatado. A esse núcleo fundado uniam-se as terras das demais morrarias do entorno que passavam a abrigar gente que criava porcos, plantava milho, feijão, confirmando a característica da região de servir ao abastecimento daqueles que



Mapa 1: A fundação da cidade de Socorro em meio à morraria.
Fonte: Camila Conti, 2021.

passavam no caminho de Minas Gerais ou Bragança Paulista.

O café chegaria logo depois. Como pôde identificar Siqueira (2005, p. 62), esse plantio começava a aparecer já na década de 1840 entre as demais roças. Essas pequenas plantações eram, no entanto, destinadas ao consumo próprio e só começaram a adquirir valor comercial no final da década de 60, quando se passou a produzir em quantidade suficiente para dar início a uma pequena comercialização, feita com localidades vizinhas (SIQUEIRA, 2005, p. 55).

Nesse contexto, ao inserir o caso socorrense no que seria o processo de expansão da fronteira agrícola do café no estado de São Paulo, faz-se necessário atentar para algumas particularidades.

Sabe-se que a monocultura cafeeira penetrou em São Paulo a partir da zona montanhosa do estado do Rio de Janeiro, concentrando-se, ainda na primeira metade do século XIX, nas regiões mais habitadas da então província, especialmente nas terras férteis do rio Paraíba do Sul (MILLIET, 1941; MONBEIG, 1984). A porção ocidental de São Paulo, junto à serra da Mantiqueira, da qual faz parte Socorro, é reconhecida como uma segunda zona cafeeira, por onde o cultivo avançou, ainda no século XIX, para continuar o deslocamento contínuo que acabou por caracterizar também a ocupação do estado na virada e início do século XX. Para Monbeig (1984), essa região correspondia a toda porção de terrenos movimentados mais próximos de Minas Gerais que partiam de Itu ao Sul a Mococa ao Norte, passando no caminho pela região de Socorro, nas proximidades de Bragança Paulista e Amparo.

Olhando a partir das dinâmicas sócio espaciais, como fez Borin (2013), não apenas Socorro, mas também os pequenos povoados contíguos – como os atuais municípios de Monte Sião, Serra Negra, Lindoia, Águas de Lindoia – acabaram inseridos nos processos gerais da especialização do território da economia cafeeira do período, ainda que de maneira local e seletiva. Assim, em termos gerais, pode-se dizer que, à medida que o café chegava, essa região, antes baseada na cultura de subsistência, ligada a dinâmicas mais locais do território, ao abastecimento daqueles que passavam no caminho de Minas Gerais ou Bragança, passou a incorporar outras dinâmicas, baseadas em um mercado externo à região e ao país. Tudo isso acontecia como um rearranjo na vida no lugar, que acabava se refletindo também na relação entre o urbano e o rural que se diversificavam. No entanto, é possível verificar que a participação dos diferentes municípios da região na exportação da monocultura do café ocorreria em períodos diversos.

No caso específico de Socorro, o início de sua produção exportada consta, nos levantamentos de Milliet (1941), apenas a partir da data 1886, que corresponderia ao período em que a localidade vizinha de Amparo apresentava já sua maior marca de produção. Monbieg (1984) mostra que, entre 1886 e 1905, eram grandes os rendimentos da então jovem plantação cafeeira amparense, que ultrapassava largamente o apresentado pelas plantações antigas do Vale do Paraíba. No entanto, quanto ao volume de cafezais e produção total, a região mostrava já uma tendência à estabilização e não crescimento: "não seria na região que a cultura do café poderia esperar expandir-se e isso porque a altitude crescente do lado de Minas Gerais limitava toda possibilidade de extensão" (MONBEIG, 1984, p. 168). Socorro, por sua vez, intensificaria sua produção a partir de 1920, quando Amparo já estava em franco declínio (MILLIET, 1941), de modo que, em um período relativamente breve, a monocultura do café foi se esgotando na região, de município a município, de morraria a morraria.

Entretanto, ao menos até o final do século XIX, muito dessa dinâmica permaneceu distante das grandes transações da economia cafeeira internacional e se consumia nas relações locais, na vida que se dava entre aqueles que se enriqueciam nos negócios criados e aqueles que se endividavam, tanto pelo consumo dos que deixavam escassear suas roças de subsistência quanto através dos investimentos para formar os cafeeiros. É dessa maneira, que a inserção de Socorro na economia do café aconteceu a partir de uma interação específica entre os sitiantes e lavradores que plantavam nos morros, com os negociantes do núcleo urbano que ampliavam sua influência no município – ou porque se tornavam credores permanentes de toda gente, ou porque reuniam, através de suas vendas, a produção dos pequenos cafeicultores que, até aí, eram maioria. A dinâmica resultante passou, então, a ligar os destinos da cidade e da morraria na época:

> A peculiaridade dos sitiantes socorrenses está no fato de que acorriam aos negociantes urbanos com o seu café - antes faziam-no mais com milho ou com parte da criação; os negociantes, por sua vez, usavam o café recolhido entre tantos pequenos produtores na aquisição de mercadorias para seus armazéns e lojas - faziam-no com gente de Santos, São Paulo, Campinas, Bragança. Dessa maneira, portanto, e principalmente a partir dos últimos anos do século XIX, as pequenas propriedades de Socorro, com seus parcos investimentos, inseriram-se no curso da agricultura para exportação. (...), conviviam as duas realidades, a da vida rural esparsa que passava sob os ligais, no lombo das mulas, nas paragens, com a dos cafezais que começavam a cobrir e a riscar os morros. (SIQUEIRA, 2005, p. 115-116)

Esse arranjo social do café se refletiu também na ocupação das terras do município. A partir de 1870, o processo de assentamento das pessoas encontrava-se relativamente avançado. Siqueira (2005, p. 53) nota que a ocupação avança até o século XX, mas sobressai, nesse

período, a fragmentação de propriedades existentes, diluídas na divisão das heranças de sucessivas gerações[17].

Conforme o café avançava, as terras aumentavam de valor e todo esforço de trabalho e bom pedaço de chão passavam a ser destinados a essas plantações. Mas aqueles que tinham recurso para ver crescer seus cafezais, não podendo expandir suas terras de maneira contínua, passaram a adquirir propriedades espalhadas entre os diferentes bairros do município, fenômeno que ocorreu a partir de 1870 (SIQUEIRA, 2005, p. 179). Foi assim que grandes produtores socorrenses conseguiram formar os cafezais que ganharão destaque no início do século seguinte. A maioria deles herdou a capacidade de investir e manter suas terras, pois eram já de famílias mais abastadas de comerciantes ou tropeiros (SIQUEIRA, 2005, p. 224)[18]. Ainda que a cafeicultura em Socorro não tenha se feito como em outras localidades paulistas, ou seja, com a predominância do grande latifúndio, também não deixou de promover certa concentração de propriedades.

É na configuração dessas propriedades que é possível encontrar uma primeira pista da conformação dos morros socorrenses atuais. Tratava-se, como apontado por Monbeig (1984), da continuação do movimento iniciado nas terras montanhosas do Rio de Janeiro. Mesmo que o quadro físico não fosse o mesmo e mudasse ainda mais ao atingir as demais áreas do estado de São Paulo, se repetiam as dinâmicas em que a cafeicultura monopolizava os melhores terrenos. Eram reservados aos pés de café os melhores solos e as terras mais altas que pudessem ficar abrigadas das geadas. Parcela mínima era destinada às culturas de subsistência e na beira dos corpos d'água restavam apenas pastagens: "Nada disto era novo ou original, mas o tipo mesmo da plantação colonial girando em torno de um só produto comercial" (MONBEIG, 1984, p. 177).

Um exemplo dessa implantação pode ser encontrado no levantamento da fazenda Sant' Anna, elaborado em 1901 (Figura 9). Fundada ainda no século XIX, no bairro dos Cubas, essa fazenda possuía seus cafezais implantados nas cabeceiras do córrego que acabou por receber o mesmo nome da propriedade e era utilizado nos processos de beneficiamento dos grãos.

---

[17] Acompanhando a evolução dessas propriedades na região, Milliet (1941, p. 93) verifica a continuação do processo de fracionamento das grandes propriedades na região até 1938.

[18] Importante pontuar, como alerta Siqueira (2005), que as famílias abastadas de Socorro no século XIX não possuíam grandes montantes de riqueza. Conformavam bens que eram facilmente consumidos em uma ou duas gerações. Ainda assim, participou-se das práticas de exploração da época, incluindo das escravagistas.

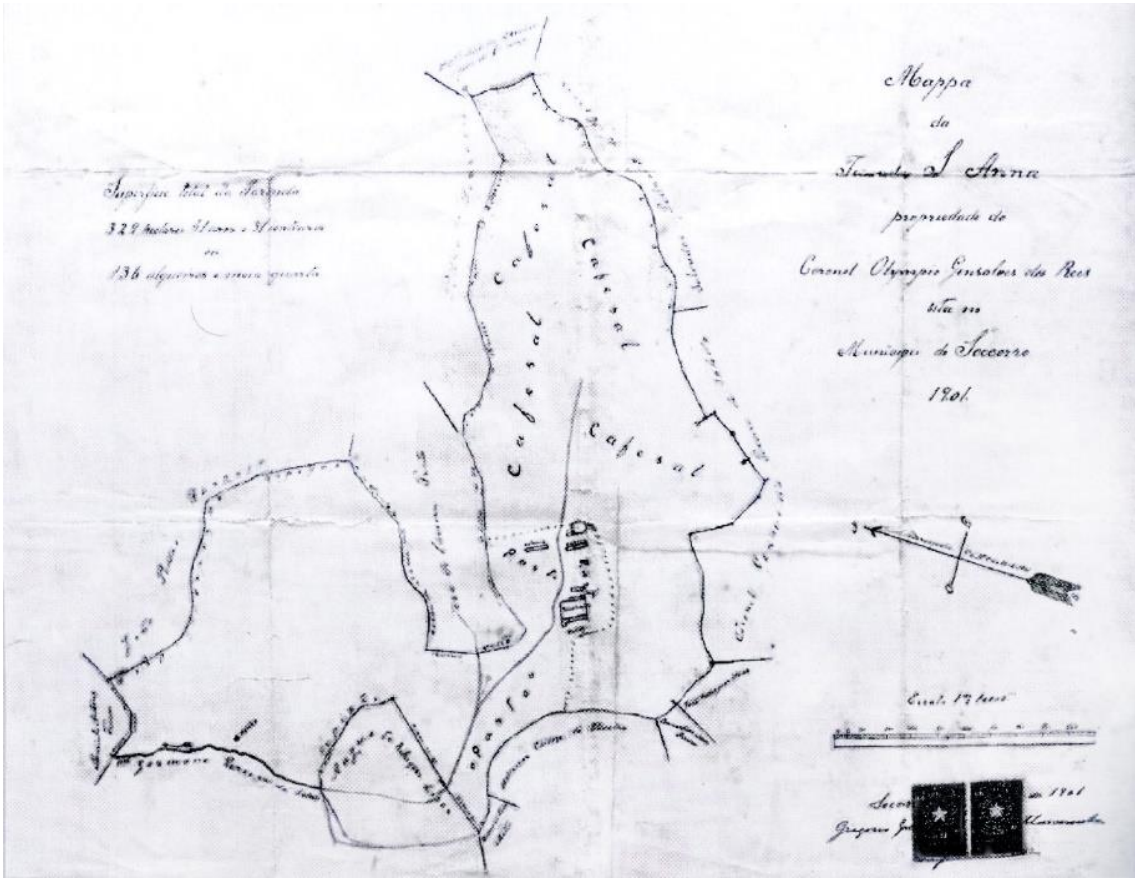


Figura 9: *Mappa da Fazenda Sant'Anna*, propriedade do coronel Olympio Gonçalvez dos Reis, implantada ao longo do córrego Sant'Anna, tributário do ribeirão dos Cubas, afluente do rio do Peixe. Levantamento de 1901 elaborado pelo agrimensor Gregório Gonçalves Mascarenhas.
Fonte: Ferrari (2013, p. 66).

Ainda assim, em meio a essa ocupação dominante dos cafeeiros, as pastagens, que já tinham seu papel no período anterior ao café, servindo às criações das mulas e cavalos valiosos do transporte pelas trilhas paulistas, ganhavam também destaque no processo de valorização das terras que acompanhou a cafeicultura em Socorro. Enquanto as vertentes e os vales iam sendo cada vez mais despidos da mata, Siqueira (2005, p. 54) aponta que nem mesmo o terreno destinado ao plantio do café chegava a atingir o valor dos gramados e pastos, que permaneceram como as partes mais valiosas das propriedades rurais durante todo o século XIX, chegando inclusive ao período em que as grandes plantações cafeeiras socorrenses já estavam formadas. Para se locomover do sítio para o centro urbano, assim como para efetuar as necessárias relações com os grandes centros que garantiriam os gêneros como sal, ferro e artefatos europeus, eram as mulas que venciam os morros: "Região de passagem e parte da Mantiqueira, Socorro utilizou-se intensamente dos muares até a metade do século XX, quando as rodovias ganharam posição central nos transportes nacionais"(SIQUEIRA, 2005, p. 84).

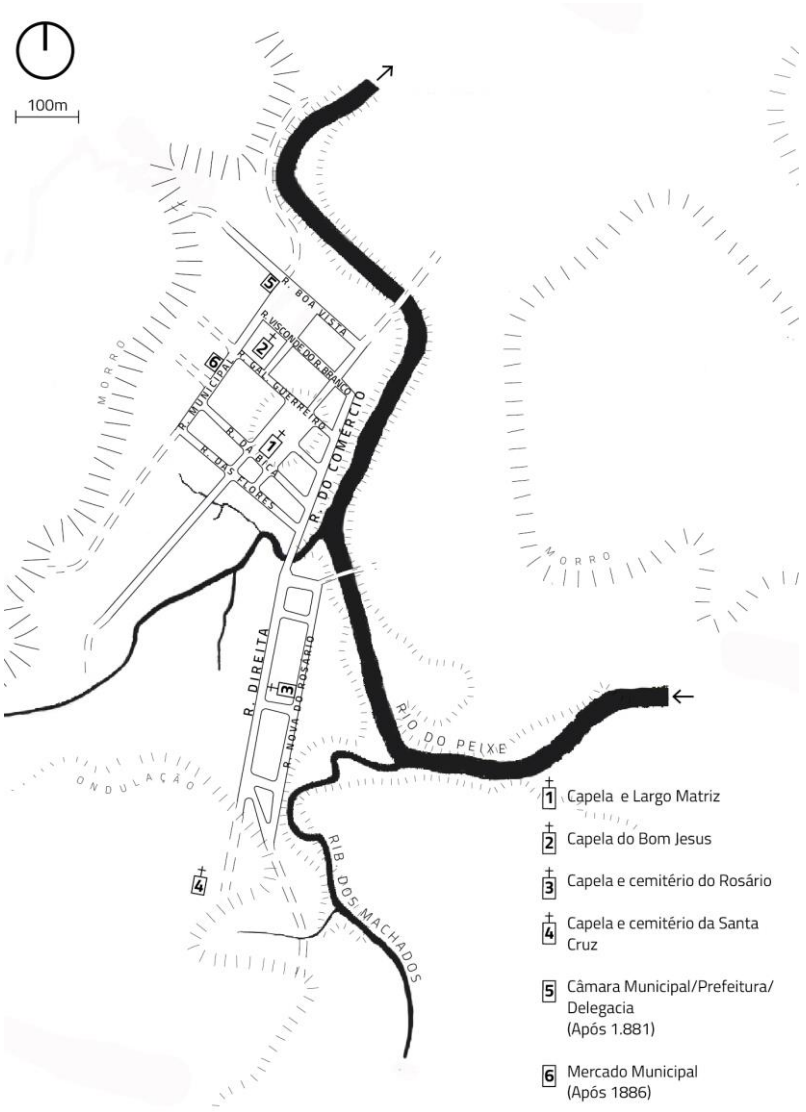
Esse processo de valorização que, no rural, incentivou a formação dos campos, atingiu igualmente os terrenos da cidade. Siqueira(2005) destaca que o prelúdio da cafeicultura promoveu primeiro um esvaziamento do povoado, acompanhando o incremento da vida rural.

O núcleo urbano socorrense se manteve coeso, até então, ao redor do comércio, uma vez que, ao contrário de São Paulo, por exemplo, que desde cedo reuniu funções administrativas regionais como capital da província, em Socorro a administração pública local mantinha-se bastante limitada, ficando restrita a poucos órgãos, alguns deles operando na casa de particulares (SIQUEIRA, 2005, p. 84). As principais casas de comércio e as moradias dos mais abastados ocupavam as ruas mais centrais e próximas ao Largo da Matriz, destacando-se a rua do Comércio e a rua Direita. Essas pessoas acabavam também ocupando os terrenos mais próximos das capelas centrais existentes, frequentemente fazendo parte das irmandades religiosas que as mantinham (Mapa 2).

Por conta dessa configuração, havia no pequeno povoado certa dose de indistinção entre o rural e o urbano. Além disso, ainda era comum haver gente que, morando em seus sítios, mantinha uma casa na cidade, que era ocupada quando se ia abastecer no comércio, ou participar dos eventos religiosos da paróquia. A partir de meados dos anos de 1860-70, no entanto, o cenário muda e torna-se menos acessível morar na então freguesia, uma vez que as moradias ficavam mais caras e a maioria trabalhadora também se concentrava nas atividades produtivas das zonas rurais (SIQUEIRA, 2005, p. 114).

Acompanha esse período a elevação do povoado à condição de vila em 1871 e de cidade em 1883. Somente depois da fundação da Câmara Municipal, em 1873, é que se pôde ver no núcleo urbano os primórdios de um ordenamento e o início de obras públicas, como as destinadas à construção da igreja matriz e da nova praça do mercado (SIQUEIRA, 1999, p. 247). Essas obras uniam-se à oficialização dos nomes das ruas, muitas delas remetendo a figuras da então nascente república (SIQUEIRA, 1999, p. 249), e tudo isso ocorria em meio a uma vida urbana que se animava e que, simultaneamente, construía uma nova materialidade em suas ações cotidianas:

> Dos anos 80 até a virada do século floresceram as atividades comerciais e outros serviços que o próprio café engendrou nas décadas anteriores; na vila, então, estouraram os ofícios, as mercadorias importadas e o consumo. (SIQUEIRA, 2005, p. 216).



Mapa 2: O núcleo urbano de Socorro do século XIX.
Conforme as ruas levantadas por Vieira (2000). Localização das capelas conforme Siqueira (2005) e Barbosa; Oliveira; Netto, (1979).
Fonte: Camila Conti, 2021.

Entretanto, as maiores mudanças na cidade chegariam somente depois da virada do século XX. Entre os anos de 1890 e 1925, a população socorrense praticamente triplicou, passando de 9.553 para 26.545 habitantes (BASSANEZI, 1998), incrementada também pela chegada de imigrantes que trabalhavam nos campos ou abriam suas lojas no comércio(SIQUEIRA, 1999, p. 228).

Corresponde a esse crescimento populacional o momento em que, tendo superado o abalo econômico da primeira crise de superprodução do café, em 1905, retomam-se os investimentos na monocultura cafeeira em diferentes regiões do estado. No caso socorrense o café é impulsionado em grande medida pela extensão do ramal ferroviário da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (CMEF) que alcança o munícipio em 1909, propiciando sua ligação com áreas mais consolidadas da região. A Mogiana, naquela altura, vinha há décadas

lançando ramais nos vales mais próximos da fronteira mineira, em áreas já estabelecidas, mas até então pouco ocupadas. Fundada em 1872, seus trilhos privilegiaram, no entanto, o caminho para Ribeirão Preto, onde a ferrovia chegou em 1883, se tornando a artéria de penetração que possibilitou o desenvolvimento rápido da cafeicultura na região (MONBEIG, 1984). O ramal da ferrovia existente em Amparo foi estendido tardiamente até Socorro, ao que tudo indica, em meio à insistência de dirigentes da política local junto aos acionistas da companhia[19].

Certamente o relevo teve influência no modo como a ferrovia se implantou na região. Ao chegar à entrada da cidade de Socorro, o ramal se acabava, não ousando atravessar o rio do Peixe e seguir pelo vale encaixado que, a partir dali, ligaria apenas aos pequenos povoados

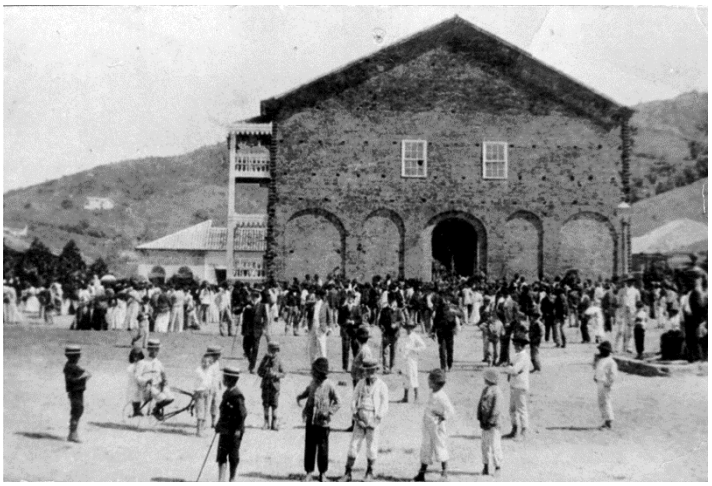


Figura 10: Antigo edifício da igreja Matriz, construído no século XIX. Vista do largo em 1909.
Fonte: Acervo Museu Municipal Dr. João Baptista Gomes Ferraz.

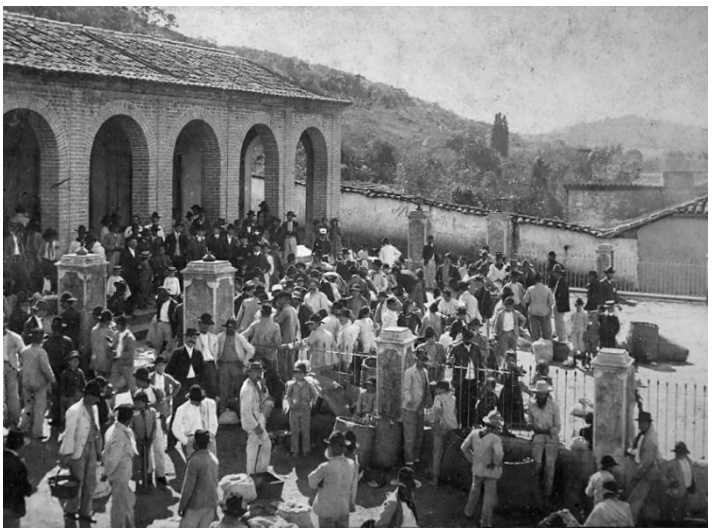


Figura 11: Mercado Municipal de Socorro. Autor desconhecido, 1909.
Fonte: Acervo Museu Municipal Dr. João Baptista Gomes Ferraz.

[19] Assim expressaram os autores do "Álbum de Socorro", publicado em ocasião da comemoração do centenário da independência do Brasil, em 1922, que "em uma das mais memoráveis e disputadas Assembleias Gerais desta empresa ferroviária" e "por pequena maioria, ficou decidida a vinda da *Mogyana* a Socorro" (SOUZA e SILVA, 1922 *apud* FERRARI, 2013, p.182).

da divisa entre São Paulo e Minas Gerais, que nem sequer haviam se emancipado na época[20].

Neste ponto, é importante notar que, quando Socorro intensificou sua produção cafeeira, os grandes cafezais que haviam colaborado para a crise de superprodução de 1905, encontravam-se implantados há tempos na terra roxa da depressão periférica, ao norte de Campinas (MONBEIG, 1984). Ainda assim, no pré-crise de 1929, enquanto a monocultura cafeeira de exportação consolidava sua marcha para o oeste do estado, aconteceu um aumento na quantidade de cafeeiros na Mantiqueira, quando, em meio a um breve período de retomada, foram sacrificadas as últimas reservas florestais da fronteira entre São Paulo e Minas Gerais e, como expressou Monbeig (1984, p. 184), "plantou-se até aos extremos limites tolerados em altitude". Socorro é citada por esse autor como exemplo das localidades que, no entre crises, se aproveitaram de novas áreas de cultivo em bons solos (MONBEIG, 1984, p. 190-191).

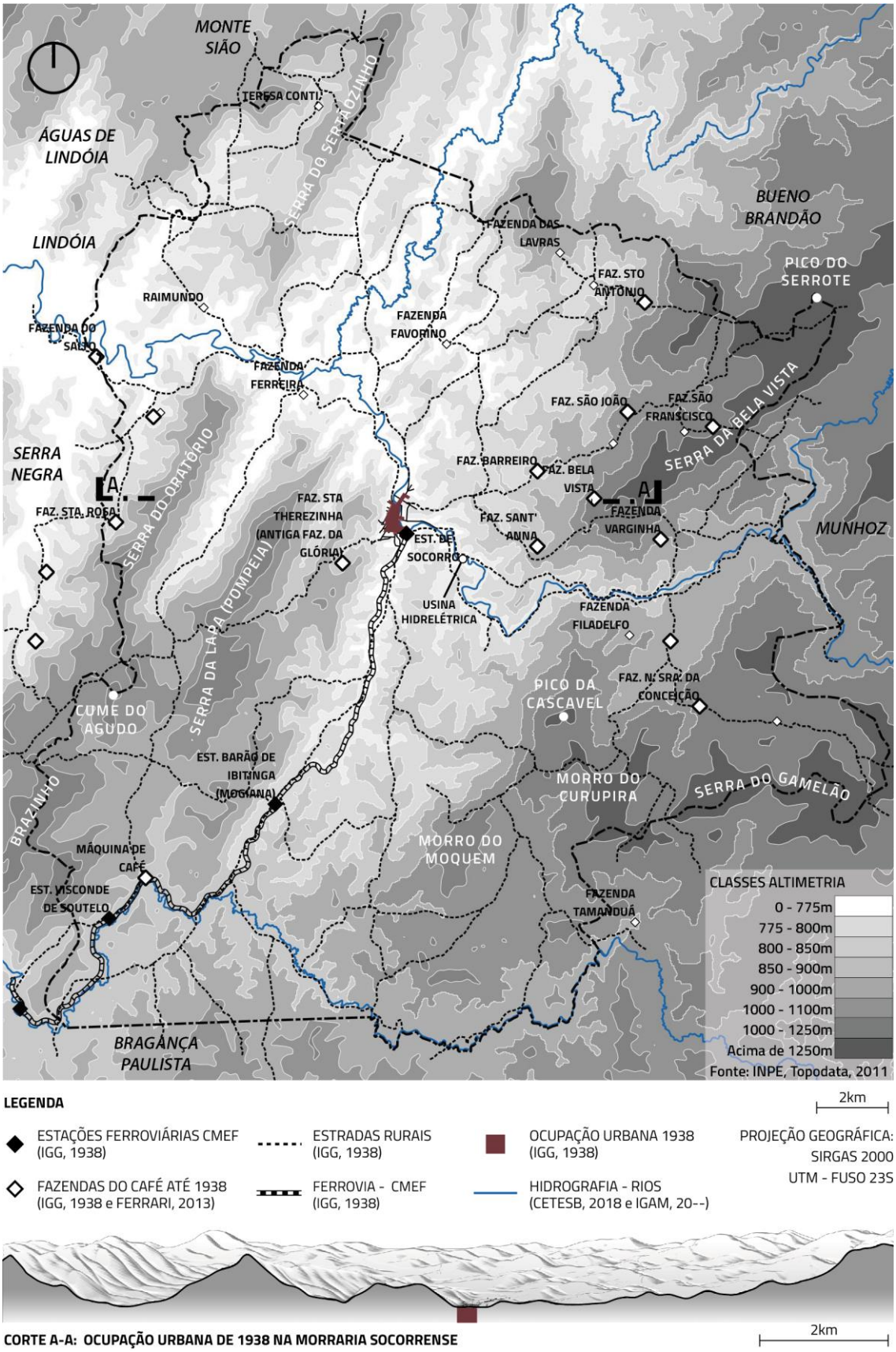
Porém, ainda que se tenha riscado grande parte dos morros socorrenses com os carreadores do café e de que por ali se tenha constituído fazendas expressivas[21], o município de Socorro como um todo não chegou a ter uma participação significativa na produção do estado de São Paulo. Mesmo quando comparado apenas com a região servida pela CMEF, ele não alcançou dois porcento do montante total no momento de seu auge produtivo em 1935 (MILLIET, 1941, p. 55).

Na escala local, no entanto, essa economia intensificada pela ferrovia trouxe consigo as mudanças mais estruturais desse período estudado. Entre os sítios rurais e a cidade, a ferrovia criava a necessidade cada vez mais premente de abrir e manter de forma definitiva os caminhos que levariam das áreas de produção à estação de transporte. Muitas das estradas que, da cidade, dão acesso aos bairros mais afastados foram abertas nesse período em que se cavou os morros e se canalizou as águas sob pontes por influência dos grandes produtores do município, para escoamento de sua produção (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979; FERRARI, 2013).

---

[20] Refere-se aqui aos caminhos que partiam do norte da cidade ligando-se aos seguintes municípios atuais dos quais destacam-se suas datas de emancipação: os municípios paulistas de e Lindóia (1938 e, definitivamente, em 1964) e Águas de Lindóia (1953); os municípios mineiros de Monte Sião (1936) e Bueno Brandão (1938). Fonte: (IBGE Cidades@, 2021).

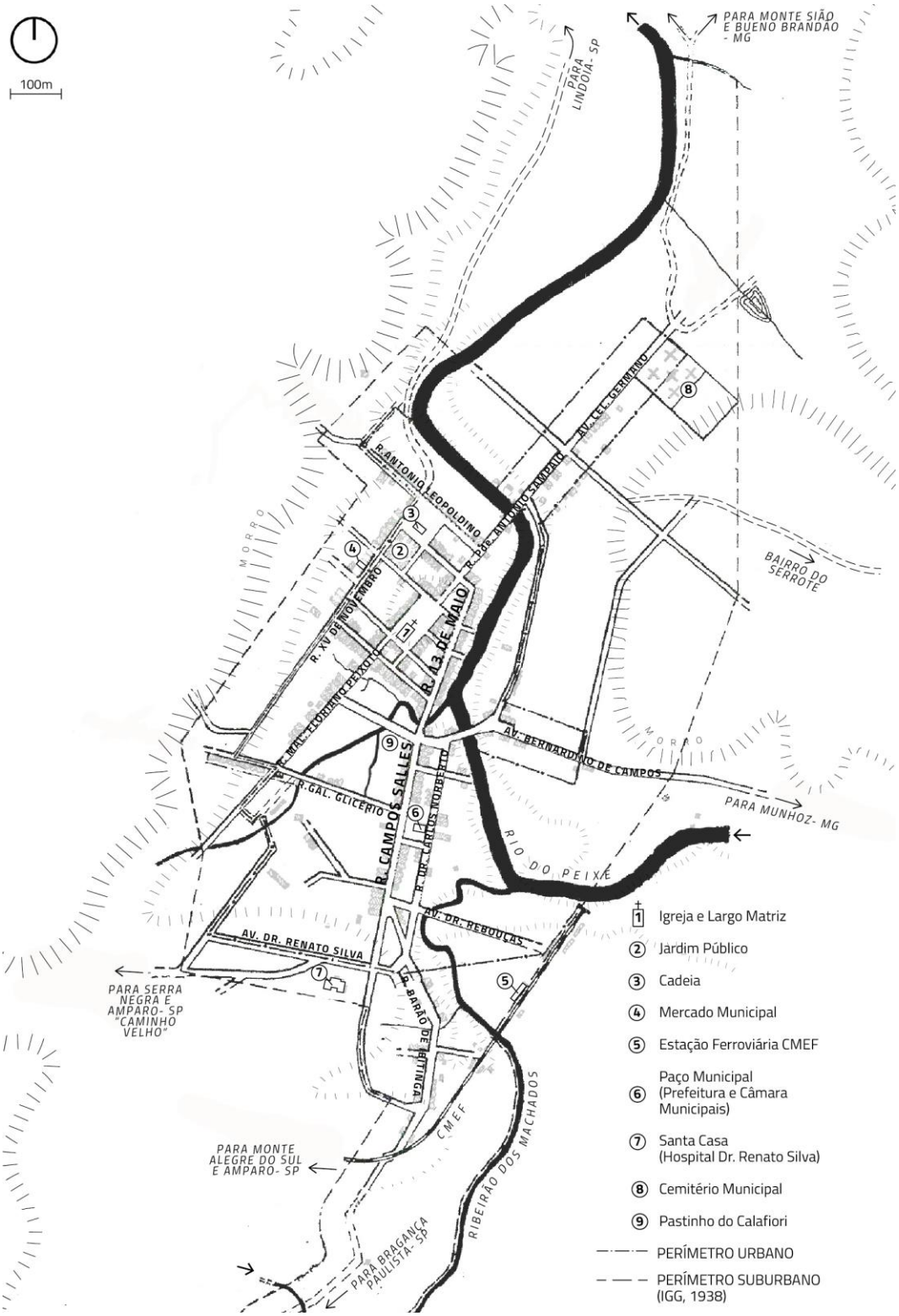
[21] Como a fazenda Fartura, antiga fazenda Fortuna que, segundo consta em dados não oficiais, contava no período com extenso cafezal de 600.000 pés e que, nas primeiras décadas do século XX passava por reestruturações que permitiram manter sua alta produção (FERRARI, 2013, p.48).



CORTE A-A: OCUPAÇÃO URBANA DE 1938 NA MORRARIA SOCORRENSE

Mapa 3: Ocupação da morraria do município de Socorro em 1938. Núcleo urbano, caminhos e fazendas sobre hipsometria e corte geral.

Fonte: Camila Conti, 2021.



Mapa 4: A cidade de Socorro até 1940.

Fonte: IGG (1938); Acervo histórico do IGC, São Paulo. Tratamento de imagem e anotações: Camila Conti, 2020.

Na cidade onde a economia cafeeira vinha criando papéis sociais e nichos de atuação econômica, várias obras foram feitas por intermédio dos maiores negociantes, cafeicultores e comerciantes que, simultaneamente, figuravam na política e nas associações civis e religiosas do município[22]. Passava-se também a construir edificações maiores, edifícios públicos e os sobrados que passaram a abrigar as famílias mais influentes. Novos equipamentos urbanos ultrapassaram os contornos originais da cidade que se mantivera, até então, limitada pelos corpos d'água. A leste a própria Estação Ferroviária, localizada na margem oposta do ribeirão dos Machados estendeu a cidade através da ponte e da avenida Dr. Rebouças, ambas construídas em meio aos investimentos da CMEF (Figura 13). Na mesma medida em que se fixavam os caminhos por entre a morraria, consolidavam-se também os principais eixos viários e equipamentos que estruturaram o núcleo histórico de Socorro (Mapa 4).

Ao aproximar-se da década de 1940, data aqui adotada como referência, Socorro colhia ainda os frutos do período de expansão cafeeira. O ano de 1936, por exemplo, corresponde à data em que a cidade ganhou uma sede para a sua prefeitura municipal (Figura 14). Há pouca informação disponível para dizer em que medida essa modernização do município que se completava veio acompanhada, ou não, da melhora nas condições de vida da população que, em sua maioria, trabalhava nas jornadas das lavouras. Dos relatos históricos, como os que constam nos álbuns comemorativos do município (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979), restam apenas os elogios da vida animada da cidade.

No entanto, já em 1935, os números populacionais davam sinais do recuo que se veria nos anos seguintes. Entre 1920 e 1935 a população decresceu dos 25.661 para 23.965 habitantes e seguiria em queda até 1970[23] (BASSANEZI, 1998; IBGE, 1970).

Junto a essa queda de população, foram se perdendo também os pés de café. Entre 1940 e 1950, 600.000 cafezais produtivos eram subtraídos no município (IBGE 1940a, 1950a) que viu também seus totais de lavoura caírem. O último baque ocorreria mais tarde, em 1966, quando foi desativado o ramal ferroviário da CMEF [24]. Em sentido contrário,

---

[22] Muitos conhecidos ainda hoje por serem homenageados em ruas e largos, como o político e cafeicultor Coronel Olympio Gonçalves dos Reis que nomeia a praça da igreja Matriz (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979).

[23] Para mais informações, ver Apêndice 1.

[24] O plantio comercial do café voltaria a ter destaque em Socorro apenas a partir da década de 1990, quando antigas fazendas das terras altas no município retomaram sua produção, como o caso da antiga Fazenda São João no bairro do Serrote, que deu origem à fazenda Sete Senhoras Fonte: <https://www.fazenda7senhoras.com/a-fazenda>. Acesso: 10 de agosto de 2021.

sucedeu-se um crescimento exponencial das áreas de pastagens nas propriedades do município. Em 1940 essa cobertura de solo correspondia a 18,75% da área total das propriedades rurais, confirmando a tendência socorrense das áreas plantadas conviverem



Figura 12: Vista do largo e igreja Matriz em 1931. Autor desconhecido.
Fonte: Acervo pessoal Vilma Simões.

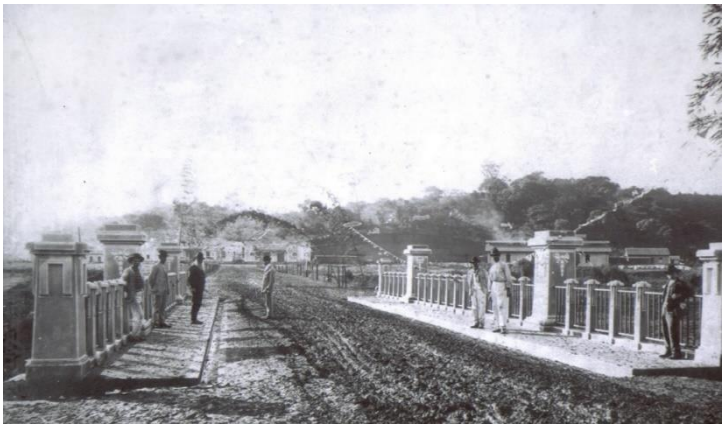


Figura 13: Ponte da avenida Dr. Rebouças. Ao fundo a estação ferroviária da CMEF. Autor desconhecido, 1910.
Fonte: Acervo Museu Municipal Dr. João Baptista Gomes Ferraz.



Figura 14: Vista do Paço Municipal, sede da prefeitura. Autor desconhecido, [19--].
Fonte: Acervo Museu Municipal Dr. João Baptista Gomes Ferraz.

com grandes áreas de pasto. Já em 1950, as pastagens alcançaram 36,40% da área das propriedades, denunciando a situação posterior, na qual essa cobertura do solo passou a indicar não somente um crescimento da agropecuária socorrense, mas principalmente, um sinal do abandono de antigas áreas de cultivo (CPEU, 1961, p. 28).

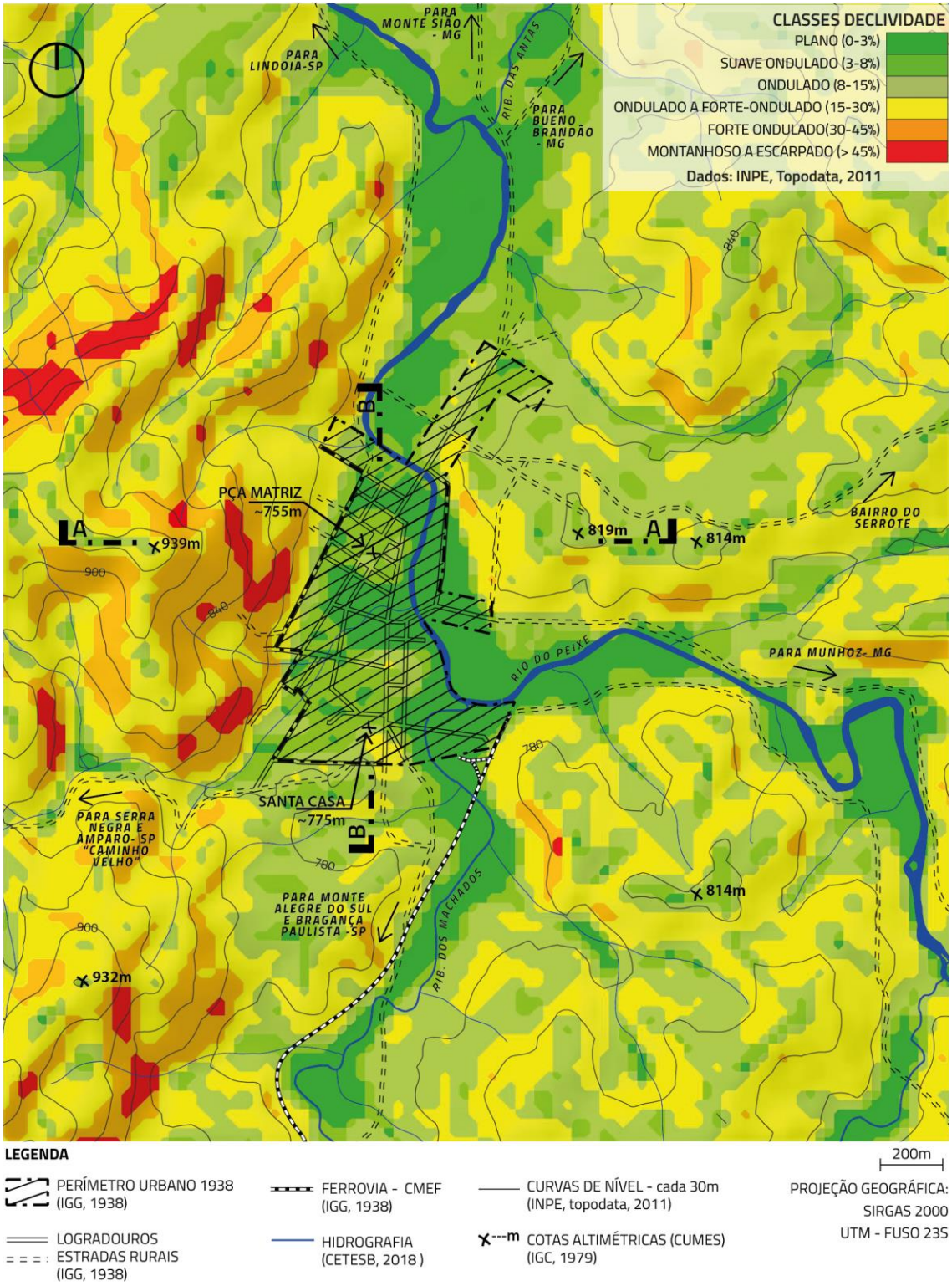
Quando Socorro se lançou ao desejo do progresso proporcionado pelas promessas da economia cafeeira, já não se delineava ali um horizonte desimpedido e amplo de expansão e enriquecimento. Ainda assim, esse ciclo foi se fazendo, se assentando no lugar e consolidando um modo de ocupar os morros socorrenses. Todo esse processo terminou, por fim, por entregar a paleta predominante do entorno desvelada pelas dobras da morraria, com a sua alternância de mirradas plantações e matas em meio às pastagens, às vezes verdes, mas às vezes também marcadas pela erosão do solo raso, escorregadio.

Simultaneamente, esse ciclo da história socorrense acabou por entregar uma cidade que, a partir daí, demoraria mais a crescer. É nessa pequena cidade resultante, que uma experiência preponderante da morraria se realizava. Sobre isso se dedicará a seção a seguir, na qual se descreverá a configuração e as relações com os morros propiciadas na cidade.



Figura 15: Vista da morraria de Socorro com sua cobertura predominante. Trecho de serra não identificado, 30 de jan. de 1940.
Fonte: Aerofotos oblíquas IGG, 1939/1940. Tombo 2710. Acervo histórico do IGC, São Paulo.

2.2. SOCORRO COMO PEQUENA CIDADE ENCRAVADA NO VALE



Mapa 5: Ocupação urbana de Socorro até 1940 sobreposta à topografia.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Até meados de 1940, a cidade de Socorro manteve sua implantação restringida ao vale do rio do Peixe. É o que se verifica no Mapa 5, correspondente ao cruzamento do levantamento executado pelo IGG, em 1938, com a leitura geral da topografia. Prevalecia a ocupação dos terrenos mais planos e das ondulações suaves entre os dois cumes históricos da fundação da cidade.

Esse núcleo urbano acabava por ser vivenciado segundo a condição do vale encaixado que era reforçada nas dinâmicas praticadas em suas antigas rotas. Com exceção da estrada que acompanha as curvas e os saltos do rio do Peixe em sua descida para Lindoia, os demais caminhos que da cidade davam acesso aos bairros rurais levavam para direção das cabeceiras dos corpos d'água. Assim, ao sair do miolo ocupado, a partida tendia a ser em subida e quando se estava fora do urbano, tendia-se a avistar do alto a cidade que se aproximava.

Naquela época, poucos eram os elementos construídos que se impunham diante do domínio geral da morraria. O principal deles era o edifício da igreja Matriz, que ainda hoje se mantém com marco na cidade. Ele é implantado sobre uma pequena ondulação de terreno, suficiente apenas para proteger das enchentes do rio esse lugar que foi o cenário da fundação da cidade. Serve também para dar destaque à presença da alta torre entre as demais construções. Na foto abaixo, é possível visualizar essa configuração do terreno, vista a partir da rua Marechal Floriano Peixoto. No entanto, é no corte transversal, representado na Figura 17, que a configuração geral da implantação histórica pode ser mais bem visualizada.



Figura 16: Socorro até 1940 - Vista da rua Marechal Floriano. Ao fundo vê-se a igreja da Matriz e a morraria ao norte da cidade. Autor desconhecido, [193-].
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.

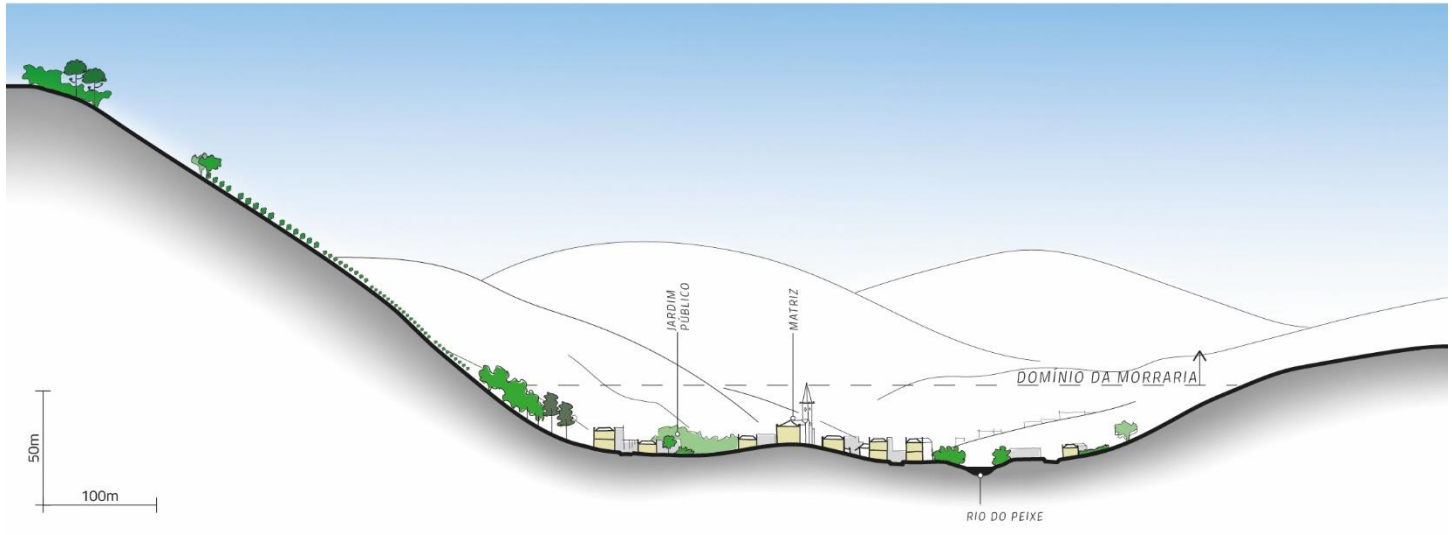


Figura 17: Corte esquemático da ocupação de 1940 passando pelos dois cumes históricos da cidade. Corte A-A, indicado no Mapa 5.
Fonte: Camila Conti, 2021.

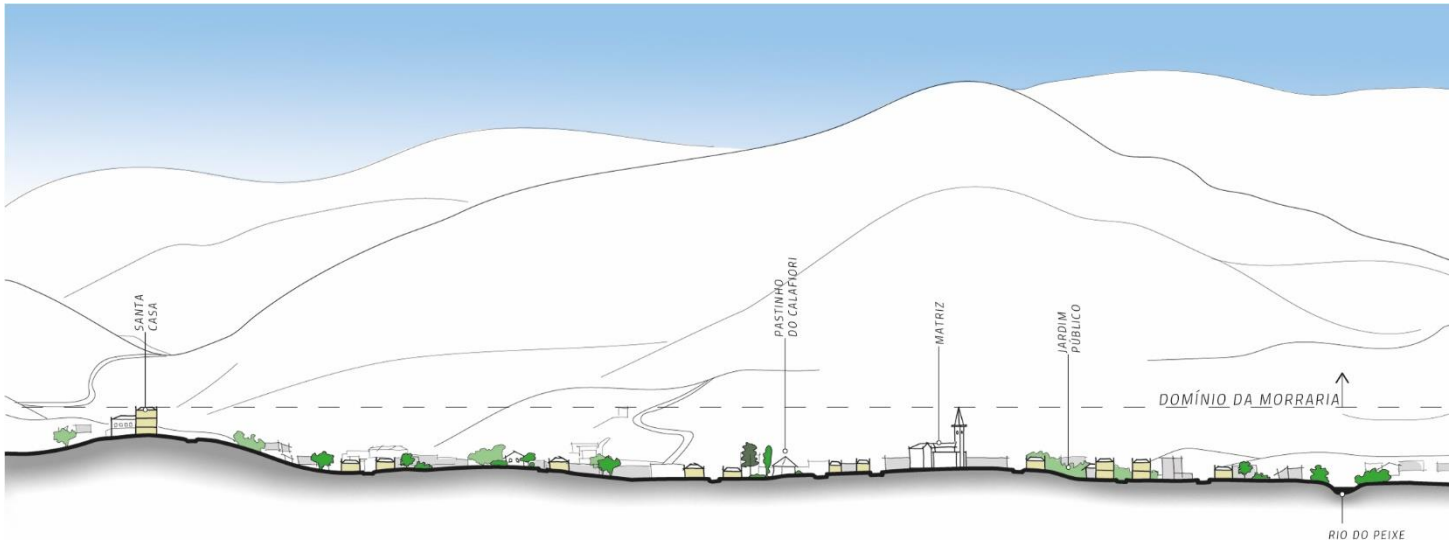


Figura 18: Corte esquemático da ocupação de 1940. Corte B-B Indicado no Mapa 5..
Fonte: Camila Conti, 2021.



Figura 19: Rua Campos Salles vista na direção da colina da Santa Casa. Autor desconhecido, 1935.
Fonte: Acervo Vilma Simões.

Na porção sul, a Santa Casa[25] era o equipamento que figurava no ponto mais alto da cidade, sobre uma ondulação que faz a rua Campos Salles terminar em subida, como pode ser visto na figura acima.

O sítio de sua implantação corresponde ao que, no século XIX, foi o outeiro da antiga capela de Santa Cruz (ver Mapa 2). Embora se assentasse nesse terreno elevado, a partir do qual se podia ter a visão do centro da cidade, essa ocupação se mantinha ainda pouco destacada em relação morros vizinhos, que se pronunciam em abundância, como pode ser visto no corte esquemático da Figura 18.

O resultado desse arranjo era a experiência de uma vida urbana que se fazia diante dessas constantes presenças topográficas. Fosse no campo de visão direto, ou na visão periférica de quem dobrasse as esquinas do povoado, os morros estavam sempre ali.

Descreve-se, aqui, uma situação que ainda hoje pode ser verificada no centro histórico de Socorro, oferecida, no entanto, em diferentes níveis de disponibilidade. Nessa cidade de 1940, a própria configuração do casario contribuía para amplificar essa experiência. Os alinhamentos quase constantes das edificações compunham como que um barrado baixo para a vista que contrastava com os morros, como é possível observar nas figuras a seguir (Figura 20 a Figura 23).

[25] Santa Casa de Misericórdia de Socorro, inaugurada em 1904 e nomeada como Hospital Dr. Renato Silva, que se mantém em uso atualmente como único hospital do município (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979).

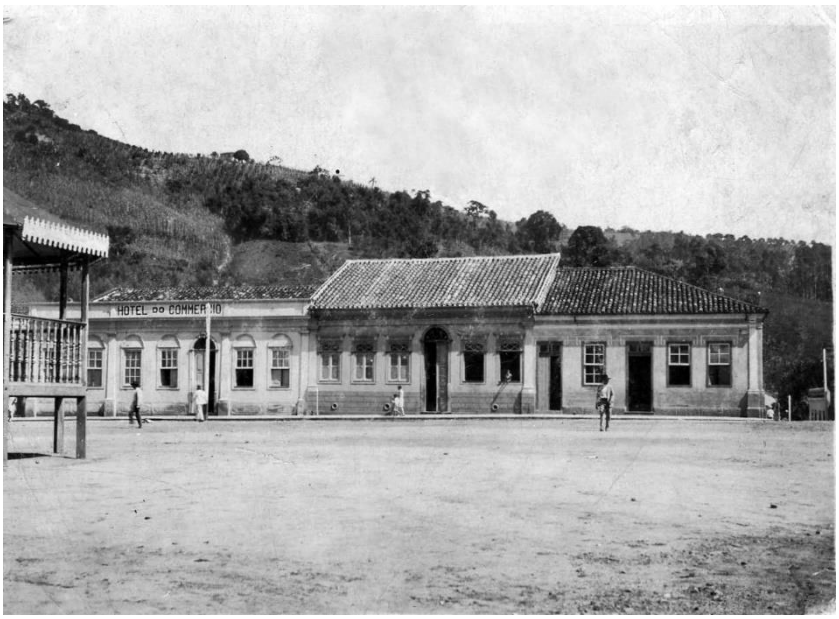


Figura 20: Casario do largo da Matriz (atual praça Coronel Olympio Gonçalves dos Reis). Autor desconhecido, 1931.
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.



Figura 21: Vista da esquina das ruas 13 de maio e Campos Salles com a rua Capitão Sobrinho. Ao fundo e por detrás da morraria leve, vê-se a serra da Bela Vista. Autor desconhecido, 1932.
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.



Figura 22: Vista da rua Campos Salles. Autor: Machado, [19--].
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.



Figura 23: Casarios defronte da vista do atual morro do Cristo. Ruas 13 de maio (à frente) e Marechal Floriano Peixoto (ao fundo). Autor desconhecido, [19--].
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.

Também contribuía para essa impressão de domínio da morraria, a ocupação incompleta das quadras existentes. Dessa maneira, a visão podia ser descortinada não apenas das ruas, mas também das várias áreas livres da cidade, em seus pastinhos e quintais plantados que complementavam os pequenos largos.

Algumas dessas descontinuidades da cidade demorariam para serem preenchidas. É o caso do "pastinho do Calafiori", que pode ser visto parcialmente na foto ao lado e, de maneira mais clara, na Figura 25. Esse lugar correspondia aos terrenos dos fundos de um conhecido casarão, presente ainda hoje no principal cruzamento da cidade, encontro das ruas Campos Salles e Treze de maio. Ali, abrigava-se, no térreo da edificação, um cinema e, nos terrenos dos fundos, esse que era um espaço recreativo da cidade, aberto à vista da morraria (Indicação no Mapa 3)[26].

Apesar dessa conformação urbana do período, é importante destacar que a população socorrense se mantinha predominantemente rural. Essa cidade abrigava, em 1940, menos de 3000 dos 23.965 habitantes do município (IBGE, 1940b). Configurava-se, assim, um pequeno vilarejo que, em todo lugar, e a poucas passadas, podia ser transposto.

[26] Propriedade original de José Ângelo Calafiori, o térreo desse casarão abrigou até 1940 o Cine Bijoux (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979). A ocupação dessa quadra central da cidade apenas se completaria depois da década de 1980, quando aconteceu o último desmembramento da área, aprovado em 1982 (SOCORRO, 1989).



Figura 24: Muares e pessoas enchem o pátio da máquina de beneficiar café de Juvenal de Souza Pinto & Zavanella. Autor desconhecido, [19--]. Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.

A cor predominante da cidade era a da terra que cobriu algumas das fachadas em tijolo exposto e o chão de todas as ruas principais até a segunda metade da década de 1940, incluindo o piso da praça Matriz, vista na Figura 20[27].

Os caminhos se mantinham ainda majoritariamente palmilhados a pé, ou vencidos pelo arrastar das rodas de carroções e carros de boi carregados, que dos sítios traziam a produção até o mercado, a estação ferroviária ou até o pátio existente à rua Barão de Ibitinga, espécie de largo que se formava na frente da antiga máquina de beneficiar café (Figura 24). Os automóveis até aí eram muito poucos, como pode ser visto também nas fotografias do período. Assim, qualquer ondulação de terreno era sempre vencida em recorrido lento e à base de esforço, configurando uma cidade que era também praticada na topografia.

Nessa pequena cidade, os lugares altos começavam a se tornar também lugares de encontro. A foto da Figura 25, que mostra o circo de cavalinhos armado no pastinho do Calafiori e o casario baixo da rua Marechal Floriano Peixoto, expõe também uma estrada que serpenteia no morro. A foto seguinte mostra o lugar acessado por essa estrada, com seus bancos de madeira voltados para a vista e seu rancho de palha. Trata-se do atual morro do Cristo que, desde meados da década de 1930, tornou-se destino das pessoas que subiam também para se servir de uma nascente ali existente, que deu origem à fonte Santa Maria.

[27] A pavimentação das ruas da cidade foi iniciada apenas em 1944. O largo da Matriz, atual praça Cel. Olympio Gonçalvez dos Reis, recebeu um jardim apenas em 1946 e teve seu calçamento completado apenas em 1948. (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979).

É nesse lugar que se construiu a primeira estrutura para o turismo de aquistas do município, área central para a cidade do próximo período abordado, quando Socorro iniciou o seu percurso como estância hidromineral.



Figura 25: Pastinho do Calafiori com circo e antigo caminho da fonte Santa Maria no atual morro do Cristo. Autor desconhecido, 1939.
Fonte: Acervo pessoal Vilma Simões.

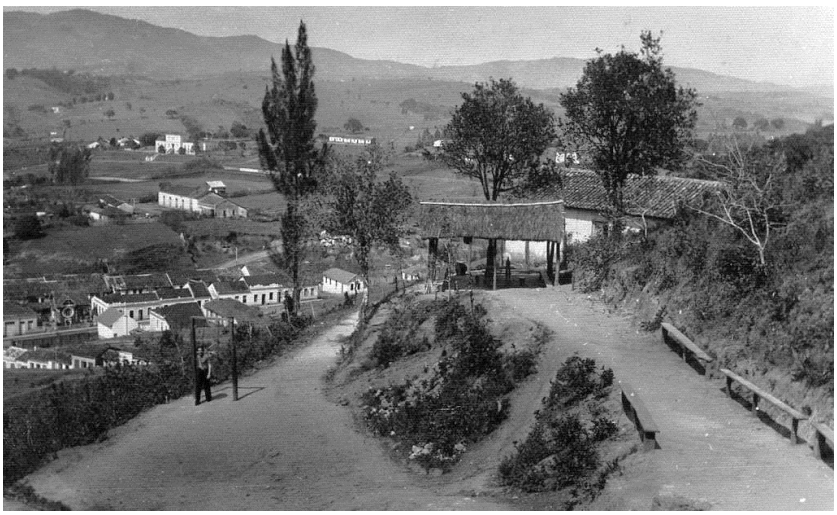


Figura 26: Antigo caminho da fonte Santa Maria. Autor desconhecido, [193-].
Fonte: Acervo pessoal Vilma Simões.

CAPÍTULO 3: OS PRIMÓRDIOS DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL - SOCORRO ATÉ 1960



Figura 27: Pessoas posam no caminho da fonte Santa Maria. Ao fundo vê-se o eixo da rua General Glicério. A alta serra da Bela Vista aparece no canto superior esquerdo. Autor desconhecido, [19--].
Fonte: Acervo Museu Municipal Dr. João Baptista Gomes Ferraz.



Figura 28: Escavações das obras da fonte Santa Maria. Autor desconhecido, [194-]
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.

Este capítulo aborda um período importante da história de Socorro, quando a relação com a morraria se verá colocada frente a um novo papel atribuído às áreas altas dos anfiteatros das nascentes do município. Ao tornar-se uma estância hidromineral, as encostas dos morros e seu subterrâneo passariam a servir ao fornecimento do recurso valioso das águas minerais que, naquela época, foi essencial para a conformação de uma categoria de cidade específica, toda estruturada em torno de balneários termais e equipamentos turísticos de alojamento.

Localizar o caso de Socorro na história das estâncias hidrominerais envolve uma atenção às suas particularidades. Isso porque, quando os investimentos para o turismo das águas minerais são iniciados no município, algumas das estâncias brasileiras encontravam-se já completamente estruturadas e, consequentemente, Socorro acabou por se inserir nesse ciclo de maneira bastante residual. Por esse motivo, o papel das áreas altas se veria também marcado por essa indefinição, em parte, resguardando ligações mais antigas e próprias do lugar ou se engajando nas atividades que se apresentavam como a nova vocação do município. É na associação com as nascentes, portanto, que se viu essas duas opções de relação com os morros: uma mais próxima e de maior possibilidade fruitiva que envolveu tanto a relação direta com as águas quanto a disponibilidade de acesso às áreas altas, o lugar onde essas águas brotam no terreno; outra produtiva que, neste caso, chegou de maneira externa impondo um novo interesse às encostas dos morros e ditando também a aparência desejada e o modo de acessá-los e usá-los.

Mas esse interesse produtivo não aconteceria apenas por vetores externos. Em meio a um período de retração econômica, as intervenções locais também se mostraram nos morros. Torna-se notável, entre elas, as iniciativas do mercado imobiliário que, embora colocado frente a um período de retração populacional, apresentou-se bastante ativo.

Em meio a esse contexto geral, o período aqui abordado não representou para Socorro o desenvolvimento efetivo de uma atividade turística de estância. Na verdade, o que se

conformou de maneira mais pronunciada foi uma predominância do poder público estadual nas atividades governamentais do município. Desde que as estâncias foram criadas pela primeira vez na divisão administrativa do estado de São Paulo, em 1934, ficou estabelecido que o governo estadual seria o responsável por nomear os seus chamados Prefeitos Sanitários e seria responsável pelas dotações orçamentárias desse tipo de município[28].

Essa influência estadual se dava também através do planejamento municipal. Em 1957, o governo estadual passou a condicionar as dotações orçamentárias das estâncias de São Paulo à efetivação desses planos, cuja execução seria intermediada pelo Departamento de Obras Sanitárias do Estado (FRANCO, 2003). Essa situação culminou, no ano de 1958, no convênio da prefeitura municipal de Socorro para a execução do Plano Diretor do município, que foi entregue em outubro de 1959.

Entre os vários órgãos e instituições de assistência técnica que, a partir da década de 1950, começavam a atuar junto às prefeituras municipais, Socorro firmou convênio com o Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos (CPEU), anexo à FAUUSP. Criado e dirigido até 1961 por Anhaia Mello, que vinha se firmando como influente urbanista e político[29], o CPEU foi responsável, no período em que existiu, entre 1957 e 1969, pela elaboração de 43 planos para cidades do interior e do litoral paulistas. Na região próxima a Socorro, a instituição executou também o plano diretor da estância de Serra Negra (RAINHO; ANELLI, 2017). Já Águas de Lindóia recebeu, em 1956, o plano de outro urbanista, Luiz Saia. Foi a implantação posterior desse plano que colocou aquela estância na história da arquitetura e do paisagismo brasileiros. Entre as obras previstas no plano urbanístico, contava-se com a construção do Balneário Municipal, obra do arquiteto Oswaldo Arthur Bratke e do paisagista Roberto Burle Marx. Projetada por Burle Marx a Praça Dr. Adhemar de Barros também se somou a sua formatação marcada por influências modernas (FRANCO, 2003; MANTOVANI, 2017). Como será visto, Socorro não se tornaria uma dessas estâncias marcadas pelo urbanismo e arquitetura modernos.

Será principalmente sobre o conteúdo das análises feitas pela equipe do Plano Diretor do município, elaborado pelo CPEU (1961), que se fará a descrição da cidade resultante no

---

[28] Conforme artigos 8º e 4º do Decreto Estadual nº 6.501/1934 (SÃO PAULO (Estado), 1934).

[29] Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello foi prefeito da cidade de São Paulo e também trabalhou como urbanista na Prefeitura de São Paulo entre 1930 e 1931. À frente do CPEU se consolidou como um dos principais urbanistas do período (FRANCO, 2003; RAINHO; ANELLI, 2017). Além de ser professor da FAU USP, era diretor da instituição na época, cargo que também consta no relatório do plano diretor de Socorro (CPEU, 1961).



Figura 29: Balneário Municipal de Águas de Lindóia. Foto Postal Colombo, [19--].
Fonte: Associação dos Hoteleiros de Águas de Lindóia – AHAL, 2021.

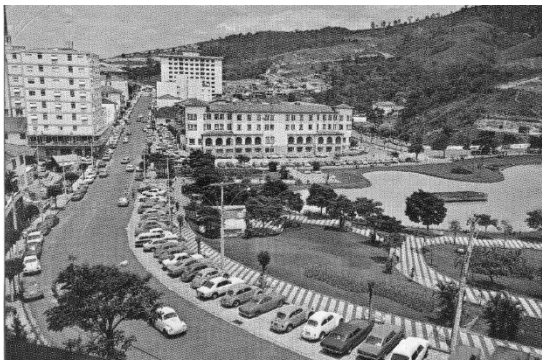


Figura 30: Vista da avenida das Nações Unidas e praça Ademar de Barros em Águas de Lindóia. Autor desconhecido, [19--].
Fonte: Associação dos Hoteleiros de Águas de Lindóia – AHAL, 2021.

período. As propostas desse plano urbanístico, entretanto, não serão foco de uma análise detalhada e serão citadas apenas quando se mostrarem importantes para a contextualização histórica abordada.

A fim de dar início à descrição mais detalhada das questões aqui citadas, faz-se necessário acrescentar algumas palavras sobre as águas que definem as estâncias hidrominerais. O termo "águas minerais" refere-se a um grupo específico de águas subterrâneas, diferenciadas por sua composição química, propriedades físicas ou físico-químicas[30]. A formação dessas águas e seu afloramento como nascente nessas estâncias hidrominerais dizem respeito a processos intimamente ligados ao ambiente geológico desses lugares. Nesse sentido, acrescenta-se uma breve descrição sobre esse aspecto, de modo que, ao descrever a história que se deu sobre os morros e ao dizer da disponibilidade da água mineral na região, não se banalize um acontecimento que é tão caro ao ambiente subterrâneo dos morros do lugar.

Admite-se que os morros dessa região da serra da Mantiqueira encontram-se no chamado Embasamento Cristalino. Todos os terrenos são sustentados por rochas predominantemente granito-gnáissicas que remetem há mais de 570 milhões de anos. A história evolutiva dessas rochas envolveu profundas transformações metamórficas e de transporte tectônico que resultaram em litologias complexas, com composições minerais de diferentes origens e idades que se imbricaram e se recristalizaram, resultando em distribuições que variam entre os lugares. (THEODOROVICZ et al, 2000).

[30] Propriedades reguladas no Brasil pelo Código de Águas Minerais - Decreto-lei n° 7.841/1945 (BRASIL, 1945), cuja interpretação é atualmente instruída pela Portaria n° 540 de 2014 (DPNM, 2014).

Essas grandes massas de rochas com diferentes resistências sofreram, por sua vez, os processos de escavação acentuados por parte da drenagem abundante. Mais resistentes, os granitos e gnaisses resultaram os morros elevados com vertentes íngremes que caracterizam a região. Além disso, o cisalhamento subterrâneo nessas rochas resultou em fraturas subterrâneas que abrigam os aquíferos, que também caracterizam o local.

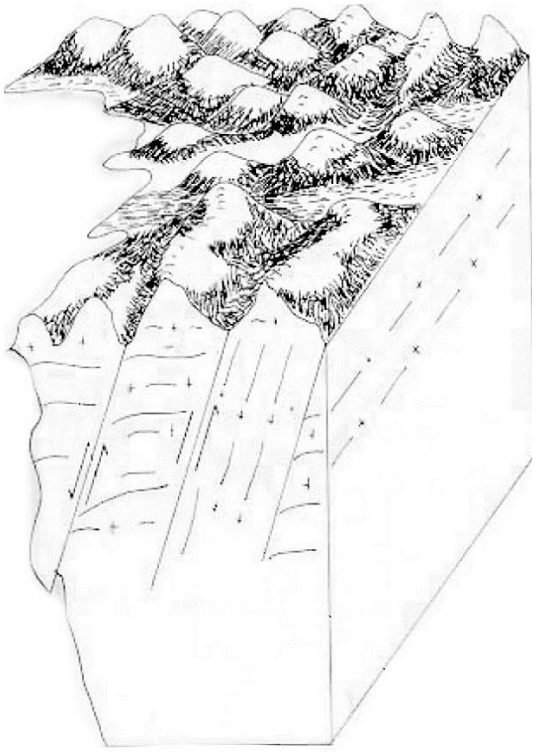


Figura 31: Rochas granito-gnáissico-migmatíticas do Embasamento Cristalino e suas zonas de cisalhamento de alto ângulo fraturadas.
Fonte: Theodorovicz *et. al.*; (2000, p. 8), adaptado Camila Conti, 2021.

Por se diferenciarem das águas subterrâneas comuns, torna-se necessária ainda a reunião de outros fatores para que as fontes de água mineral possam ser encontradas em um determinado lugar. A teoria meteórica considera a origem dessa água começando na chuva (MARTINS *et al.*, 2006; MESTRINHO, 2008).

Primeiro, é preciso que se viabilize a infiltração da água precitada e que nela não estejam diluídos poluentes, contribuindo para sua potabilidade. Infiltrando, essa água recebe a influência da zona não saturada do solo, onde interage com os componentes que influenciarão também sua qualidade. Encontrando a rocha, a água percola por suas fraturas ou orifícios abertos. A cada 30 metros percorridos em sentido descendente, a temperatura aumenta 1°C (gradiente geotérmico). A composição química da água será, então, um reflexo da composição das rochas, das condições de pressão e temperatura e do tempo, que é necessário para que os minerais sejam dissolvidos ou entrem em reação com a água.

Acumulada no aquífero, tem início o caminho ascendente. Para que uma fonte de água mineral aflore em um local específico, ainda será preciso que o peso de coluna d'água superposta, ou os gases e vapores nela presentes a impulsionem e que, ao subir, ela encontre o caminho para sair. (MARTINS *et al.*, 2006; MESTRINHO, 2008)[31].

[31] Opta-se aqui por fazer essa descrição focada nos processos hidrológicos, uma vez que são as águas de origem meteórica que prevalecem e mesmo a água termal pode ser associada ao ciclo hidrológico. Para os demais

Toda essa história subterrânea se manifesta nas áreas altas das nascentes das estâncias hidrominerais que, neste período, foram envoltas por configurações de uso e valores específicos, aspectos esses, que serão descritos a seguir.

3.1. A FORMAÇÃO DA ESTÂNCIA DE SOCORRO

As estâncias hidrominerais mais antigas, criadas no Brasil até a década de 1960, foram estruturadas primeiro para a prática do termalismo, que era tanto uma forma de turismo quanto também de medicina.

Criadas originalmente na Europa, as estâncias termais eram lugares de sociabilidade que dialogavam com as concepções de saúde e doença difundidas pela medicina a partir do século XIX. As práticas termais, de uso terapêutico ancestral, foram apropriadas pela aristocracia já no século XVIII, especialmente pela burguesia francesa, que passou a fazer uso dos banhos em suas cortes (QUINTELA, 2004a, 2004b). Posteriormente, na primeira metade do século XIX, os banhos dão lugar às estâncias de cura e repouso que instituem, então, a prática da "viagem da cura e do prazer"(NARCISO, 1940 *apud* QUINTELA, 2004b). Tratava-se de um tipo específico de turismo que se diferenciava do tradicional *grand tour*, através do qual se buscava uma formação pedagógica por meio da viagem contínua que incluía, entre os destinos, lugares de reverência. Em contraposição, a viagem às termas surgiu focada no repouso praticado em um lugar que garantisse uma "mudança de ares" salutar, voltada especialmente para moradores das grandes cidades, que se deslocavam para o campo em temporadas específicas, dando origem a uma calendarização anual da prática, a vilegiatura.

Foi nesse contexto, quando se receitavam viagens com fins de "cura climática", que lugares montanhosos, como os Alpes suíços, no continente europeu, se tornaram sítios privilegiados para a implantação de estâncias de cura de tuberculose, ao mesmo tempo em que as águas minerais começavam também a se tornar remédios prescritos (QUINTELA, 2004b, p. 249).

---

tipos de água subterrânea, incluindo a água termal de origem vulcânica, e as demais águas magmáticas, vulcânicas e cósmicas, ver Mestrinho (2008) e Martins *et al.* (2006).

No Brasil, reconhece-se como marco do termalismo o decreto imperial de 1848 que exigiu a construção de um hospital termal em Caldas da Imperatriz, em Santa Catarina. Inicia-se, então, sua primeira fase, focada na descoberta das fontes de águas minerais e na legitimação de seu uso médico. Já no início do século XX, as práticas termais são incorporadas na criação de cadeiras de hidrologia e climatologia das escolas de medicina de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (QUINTELA, 2004a, 2004b).

Foi, a partir de então, que as águas minerais brasileiras passaram a ser identificadas e distinguidas por suas composições químicas, ao mesmo tempo em que passavam também a servir como um potencial de desenvolvimento econômico, uma vez que viabilizavam a implantação das estâncias de repouso. Por serem locais de cura, eram os médicos que regulavam a organização dessas estâncias e isso transparecia na avaliação das águas minerais, em que se preconizava, por um lado, a necessidade expressa de que possuíssem elementos terapêuticos em sua composição e, por outro, a demanda urgente de explorar esse recurso, quando encontrado:

> Esse é um medicamento particular, representado como "natural". Portanto, é um recurso natural valioso que se deve conhecer e explorar. São esses os argumentos que se encontram em memórias, relatórios e monografias escritos sobre águas minerais (QUINTELA, 2004b, p. 244)

O período áureo do termalismo brasileiro é identificado entre os anos de 1930 e 1950. Para Langenbuch (1977), essa época notabiliza-se também pela profusão dos "grandes hotéis". Permitidos até 1946, os jogos de azar estimularam o auge dessa rede hoteleira entre os anos 30 e 40 dos novecentos, uma vez que faziam engrossar os fluxos turísticos.

Na região próxima a Socorro, a história do turismo termal gira em torno da figura do médico napolitano Francisco Tozzi. Imigrante, Tozzi chegou à cidade de Socorro em 1900 e, anos mais tarde, acabou por ter seu destino na região do morro Pelado, a poucos quilômetros dali, em sentido noroeste. É nas ramificações desse morro, que se forma um sítio bastante particular, uma bacia elevada a aproximadamente 945 metros acima do nível do mar, cercada de cumes pronunciados. De um desses morros, jorrava uma água que refletia azul, saía morna e ganhava fama por seus poderes curativos[32]. Nesse lugar, o referido médico construiu, a partir de 1910, uma estância de cura e repouso, que depois veio a se chamar Termas de Lindóia, herdando o nome do distrito de paz do município de Serra Negra do qual fazia parte (FUINI, 2010, p. 93; IBGE, 1957, IBGE Cidades@, 2021).

---

[32] Morro que era conhecido como Águas Quentes, e que acabou nomeando também o corpo d'água principal do lugar, o ribeirão das Águas Quentes, tributário do rio do Peixe em Águas de Lindoia.

Como Socorro dos primeiros anos do século XX, Serra Negra encontrava-se também às voltas de seu empreendimento cafeeiro. As Termas de Lindoia – atual cidade de Águas de Lindoia – eram aí um sítio distante que foi, aos poucos, se tornando local de implantação da primeira estrutura hoteleira turística da região, onde também se daria início, a partir de 1916, à exploração de nascentes para engarrafamento de águas minerais, o remédio que podia ser levado dali a partir da estação ferroviária de Serra Negra (IBGE Cidades@, 2021).

No ano de 1938, a Estância Hidromineral de Lindóia foi oficializada, tornando-se a primeira da região[33]. Naquela época, essa estância era já um centro turístico estruturado, com balneários e grandes hotéis famosos, como o Hotel Glória, construído em 1929 (Figura 32). Nada disso poderia ser comparado à situação do núcleo urbano de Socorro que, na altura, possuía apenas pequenos hotéis de pernoite, que serviam aos viajantes da estrada de ferro. Em 1942 o núcleo urbano de Águas de Lindóia tornou-se também o primeiro da região a receber um "plano de desenvolvimento", que reuniu propostas de urbanização e de organização do conjunto de equipamentos turísticos e dos serviços de abastecimento essenciais. Conforme analisado por Franco (2003), esse plano previu a construção das estruturas de tratamento termal em meio a parques extensos, prática comum nas estâncias europeias, francesas e alemãs. Tratava-se de uma primeira fase do urbanismo brasileiro das estâncias, que se deu entre os anos de 1920 e 1950 e da qual Socorro não participaria.

A relação de Socorro com o termalismo deu-se primeiro através do transporte rodoviário, desenvolvido na região a partir de 1930. Diariamente, as jardineiras passariam a atravessar



Figura 32: Vista das estruturas turísticas em Termas de Lindóia, com piscina construída ainda na década de 1930 e trecho do Hotel Glória ao fundo e à esquerda. Foto Mattielo, [19--]. Fonte: Associação dos Hoteleiros de Águas de Lindóia – AHAL, 2021.

[33] Conforme Decreto nº 9.731 de 16 de novembro de 1938 (SÃO PAULO (Estado), 1938).

o centro da cidade de Socorro no caminho que, de São Paulo e Bragança, ligava às Termas de Lindoia[34].

Conforme dito, Socorro iniciou seu percurso como estância apenas em 1945 e isso se deu às vésperas do marco legal nacional de classificação e gestão das águas minerais. Aos 24 de abril daquele ano, foi criada a Estância Sanitária e Hidromineral de Socorro (SÃO PAULO (Estado), 1945); em agosto, foi instituído o Código de Águas Minerais (BRASIL, 1945).

As águas minerais no Brasil acabaram, então, consideradas definitivamente como recurso mineral, competência do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que havia sido criado em 1930. Situação que se mantém até hoje, não sendo tratadas juridicamente como recurso hídrico, mas como um minério do país, explorado mediante às lavras concedidas pelo órgão[35]. Ainda assim, restou mantido o caráter médico desses lugares, garantido através da atuação da Comissão Permanente de Crenologia, instância técnica responsável pela classificação, aprovação e fiscalização tanto da qualidade das águas minerais quanto das instalações que passaram a ser obrigatórias às estâncias. Além da obrigatoriedade de uma fonte de exploração, exigia-se também a construção de hotéis e estruturas balneárias (GESICKI; SINDICO, 2013).

Nenhuma dessas estruturas eram pré-existentes em Socorro. Sua primeira fonte, a Santa Maria, tem sua lavra concedida em 1943[36], porém é possível verificar que a maior parte dessa construção ocorreu provavelmente entre os anos de 1945 e 1946, quando as maiores escavações puderam ser vistas nas fotografias históricas do período (ver Figura 33). Como provado posteriormente, a fonte Santa Maria, era efetivamente uma fonte mineral, suas águas eram radioativas, mineralizadas e hidrotermais[37]. Dessa forma, viabilizou-se as dotações especiais do Governo Estadual, que na época, deveriam soar como uma esperança à cidade que assistia a decadência da cafeicultura. Foi nesse contexto, que os morros socorrenses passaram de terras privilegiadas ao cultivo, a lugares potenciais dos negócios

---

[34] Nos levantamentos de Ferrari (2013, p. 241–242), consta a atuação de duas empresas que surgiram no período: a Rápido Socorrense e a Expresso Brasil, esta última ligando a região também à Ouro Fino, em Minas Gerais.

[35] O DPNM foi substituído pela Agência Nacional de Mineração (ANM), sucessora das obrigações e direitos do órgão, conforme a Lei nº 13.575/2017 (BRASIL, 2017). Sobre a classificação legal das águas minerais e os conflitos com os princípios da Constituição Federal de 1988, regulamentados pela Lei de Águas de 1997, ver Gesicki e Sindico (2013) e Ninis e Drummond (2008).

[36] Conforme dados básicos do processo nº. 003.532/1937 da Agência Nacional de Mineração (ANM). Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

[37] Utiliza-se aqui as conclusões do médico Dr. Salles Teixeira citadas no parecer da Comissão de Crenologia do Estado de São Paulo de 12 de janeiro de 1960 (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979, p. 127).

ligados à prática termal, que envolviam o desenvolvimento de estruturas balneárias, de alojamento e de engarrafamento e venda das águas.



Figura 33: Vista para o morro da fonte Santa Maria e as escavações de suas obras. Sequência dos anos 1943, 1945 e 1946. Autores desconhecidos.
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.

Socorro, portanto, não se encontrava equipada quando se tornou estância e tampouco seria equipada durante o período aqui abordado. O Grande Hotel Moraes, por exemplo, a maior estrutura de alojamento construída na época, não alcançaria o número mínimo de apartamentos exigido à estância[38]. Além disso, conforme consta nos levantamentos do CPEU (1961), o município chegaria ao ano de 1959, contando com apenas um hotel que, efetivamente, recebia turistas[39].

Apesar de não se mostrarem tão efetivos para o turismo, os subsídios estaduais que existiram foram essenciais tanto para a manutenção das estruturas urbanas existentes quanto para a construção de novos equipamentos na cidade. Constavam, entre os beneficiados, importantes áreas de lazer, recreação, instituições de ensino e de caridade que passavam, pela primeira vez, a terem uma verba estatal que começaria a substituir o papel que fora atribuído às irmandades locais[40].

A distribuição desses equipamentos acabaria por reforçar a estrutura da cidade pré-existente. A maioria deles foi implantado sobre o mesmo quadro viário, ou diante de pequenas extensões do mesmo, como pode ser visto no Mapa 6. Neste mapa, construído sobre o levantamento da ocupação urbana de 1959 (CPEU, 1961), é possível notar que o crescimento da cidade se deu, principalmente, através de uma maior ocupação das quadras da margem direita do rio do Peixe, onde começaram a surgir áreas mais densamente ocupadas, até então reservadas às quadras mais antigas da margem oposta do rio.

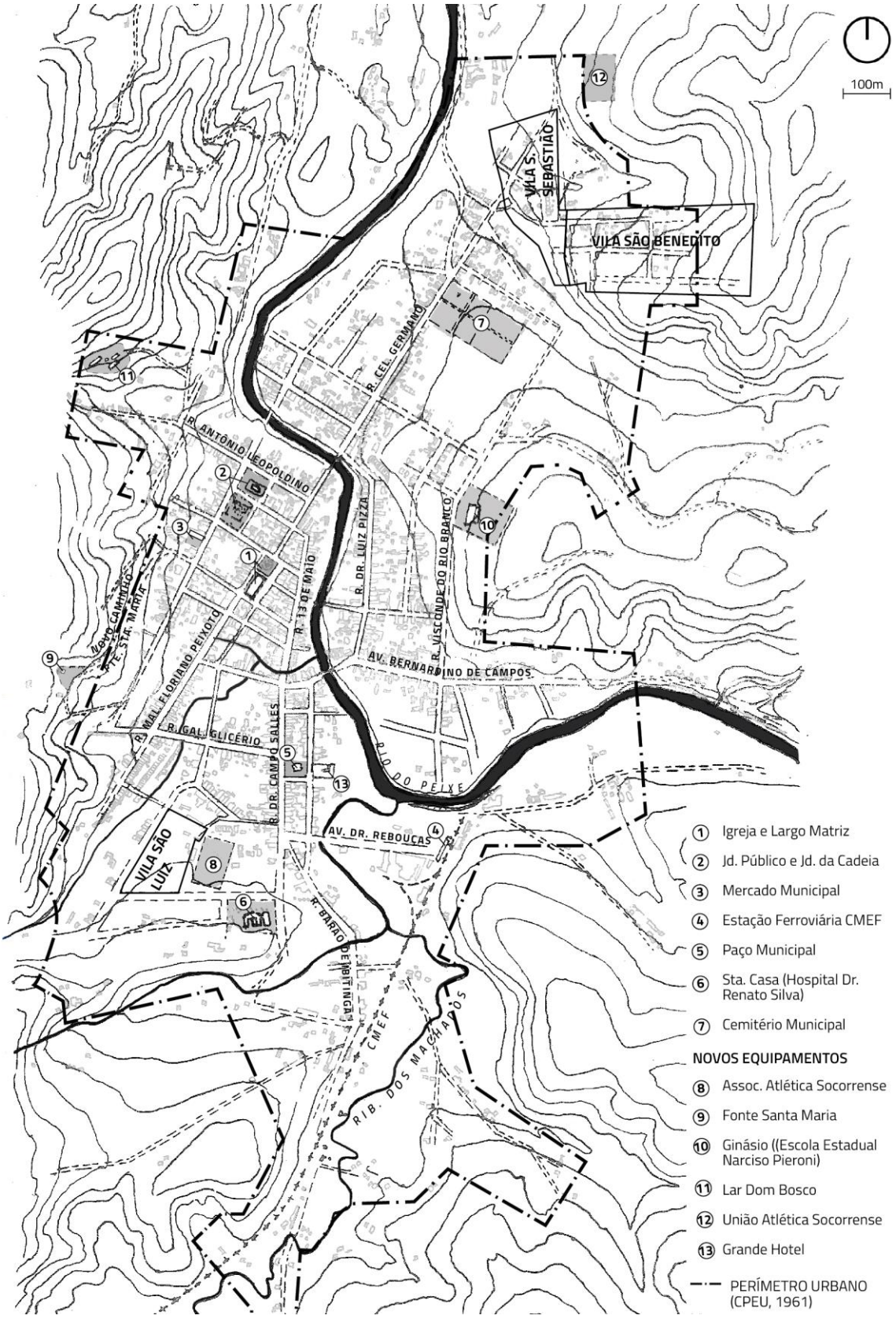
Enquanto se dava a baixa do café, frente ao esgotamento dos solos da região, a população urbana de Socorro assistiu a um crescimento constante que se compunha com o cenário de recuo econômico do município e que não correspondia, necessariamente, a uma atratividade gerada pelas atividades da cidade.

---

[38] O Decreto-Lei estadual nº 16.615/1946, regulamentou para Socorro os incentivos federais para a construção de estruturas de alojamento. Através dele, incentivou-se a construção de hotéis com o mínimo de 80 quartos com banheiros privativos (SÃO PAULO (Estado), 1946). O Grande Hotel Moraes, atual Grande Hotel Vergani, foi construído com apenas 40 apartamentos.

[39] O Hotel Estância Niágara, não localizado. Segundo consta, localizava-se na zona rural e um clube de campo se encontrava em construção no local (CPEU, 1961, p. 58).

[40] Utiliza-se como base, três legislações do período, nas quais constavam incentivos aos seguintes equipamentos e instituições: Hospital Dr. Renato Silva, o Lar Dom Bosco, a Associação Atlética Socorrense, o Clube XV, a Escola e Sociedade São Vicente de Paulo, entre outros (SÃO PAULO (Estado), 1945a, 1946, 1949).



Mapa 6: A cidade de Socorro até 1960.

Fonte: CPEU, 1961. Edição e anotações: Camila Conti, 2021.

Conforme mostra o relatório do CPEU (1961), eram os jovens que, sem perspectiva de vida, abandonavam o município, levando a um envelhecimento da população[41]. Mesmo com o êxodo das áreas rurais, a maioria da população ativa se manteve ainda no campo. Parte dos que partiam de Socorro emigrou para outras regiões, levando junto os recursos de capital que buscaram outras áreas de exploração. Mas parte da população também se refugiou nos pequenos aglomerados mais densos (São Paulo, 1971), fenômeno que apareceria refletido nos tipos de ocupação urbana socorrense do período.

As novas quadras da cidade eram ocupadas, em sua maioria, por um casario mais simples compondo inclusive pequenos cortiços em meio às quadras de maiores dimensões. Ao todo, 43,4% das moradias correspondiam a casebres, favelas, cortiços ou moradia precária (CPEU, 1961, p. 44). Já os níveis de vida eram baixos tanto no campo quanto na cidade (CPEU, 1961, p. 27).

Apesar desse cenário geral não apontar para uma grande demanda de novos lotes urbanos, Socorro assistiu ao surgimento de um grande impulso de urbanização a partir da década de 1950. Em 1957, uma lei municipal definiu o perímetro urbano, as zonas de ocupação da cidade e regulamentou o loteamento de áreas (CPEU, 1961, p. 47). Isso se deu na ocasião em que vários loteamentos vinham sendo apresentados à prefeitura municipal, dos quais se mostravam excessivos os totais de lotes que seriam acrescentados à cidade. Esse fato levou os técnicos do plano do CPEU à necessidade de demonstrar que as quantidades de áreas por se ocupar dentro dos limites da zona urbana suportariam já um acréscimo de população considerável (CPEU, 1961, p. 43).

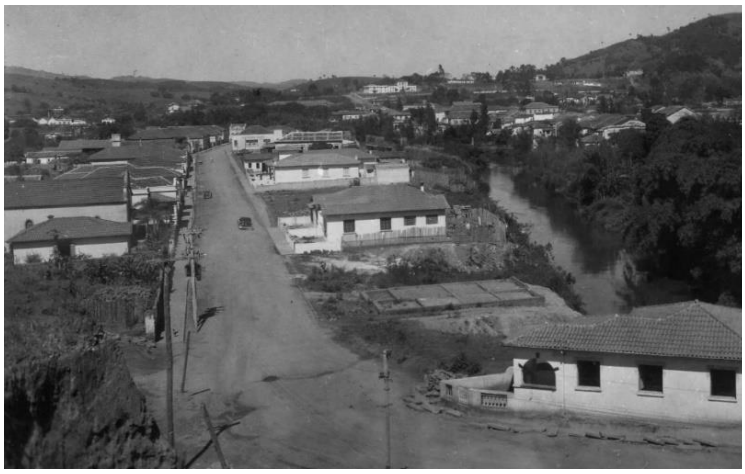


Figura 34: Vista da rua Luiz Pizza, considerada no Plano Diretor do CPEU como uma das vias principais da cidade, ainda sem pavimentação no período. Autor desconhecido, [195-]. Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.

[41] A população rural menor de 15 anos e a população masculina rural entre 15 e 30 anos superava ainda a urbana e o relatório observava uma "notável deficiência de população urbana masculina de 20 a 30 anos" (CPEU, 1961, p. 24–25).

Entre os documentos da Diretoria de tributos da PMES, encontram-se três desses empreendimentos datados do período: a Vila São Benedito, a Vila São Luís e a Vila São Sebastião. Ainda que não tenham sido completamente implantados na época, eles representavam um ensaio do que se veria conformado nas décadas seguintes, antecipando a formação do mercado imobiliário local. Para o CPEU, esses novos empreendimentos impunham já a necessidade de um "código de loteamento", que pudesse reger o crescimento da cidade (CPEU, 1961, p. 60–64).

Nas análises feitas para o plano diretor do município, Socorro foi caracterizada como uma cidade precária sob vários aspectos. A maioria das ruas, por exemplo, não era pavimentada, o que colocava a cidade em atraso frente ao que era esperado no cenário do transporte rodoviário que se intesificava[42]. Os caminhos que partiam da cidade mantinham-se na configuração adquirida no período anterior, agora considerados estreitos e com pontes frágeis para a passagem dos novos caminhões (CPEU, 1961, p. 33). Naquela altura, o trem era bastante utilizado como transporte para os socorrenses, mas as instalações dos trilhos e os seus vagões tornaram-se obsoletos para o que se esperaria de uma estância turística[43].

Às vésperas do ano de 1960, a Estância Hidromineral e Sanitária de Socorro estava, assim, em situação irregular frente às exigências de sua infraestrutura. Além disso, a fonte Santa Maria achava-se também com problemas, necessitando intervenções. O relatório do plano do CPEU apontou que a sua exploração encontrava-se "na dependência de reserva e preservação da vertente que a encerra" sem, no entanto, entrar em mais detalhes quanto à solução do problema (CPEU, 1961, p. 58). Fazia-se, na verdade, referência a um fato curioso que acabou por cruzar a história das fontes de águas minerais do município, com os primórdios da silvicultura em seus morros. Em janeiro de 1960, na ocasião da aprovação do planejamento da estância de Socorro entregue pelo CPEU[44], o médico, Dr. João de Aguiar Pupo, membro da Comissão de Crenologia do Estado de São Paulo e responsável pelo parecer sobre a estância de Socorro, utilizou a situação da fonte Santa Maria para justificar sua posição favorável a novas áreas de exploração de águas minerais no município:

---

[42] Apenas 21,5% do comprimento viário total da cidade era pavimentado (CPEU, 1961, p. 36).

[43] Além disso, apenas duas locomotivas partiam por dia no sentido de Campinas, enquanto as linhas das jardineiras vinham crescendo e partiam 6 vezes para Bragança e Águas de Lindóia e 4 vezes para São Paulo, atendendo ao movimento turístico vinculado às termas de Águas de Lindoia (CPEU, 1961, p. 32–33).

[44] Aos 12 de janeiro de 1960, o parecer é assinado e faz referência ao plano, que é entregue como anexo para avaliação da Comissão de Crenologia do Estado de São Paulo. Conforme consta, trata-se do processo nº. 2159/59 do Departamento de Obras Sanitárias que acabou sendo anexado ao Álbum do Sesquicentário de Socorro (PUPO, 1960 *apud* BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979, p. 127-129).

> O Município de Socorro, que goza de privilégios da legislação referente às Estâncias Hidrominerais do Estado, contava na encosta do vale onde situa-se a cidade, diversas fontes, entre as quais explorava-se há mais de 10 anos, a denominada Santa Maria, então utilizada pelos aquistas, com finalidades terapêuticas.
> (...)
> Com o reflorestamento da região das fontes e consequente desenvolvimento dos eucaliptos, planta drenadora das águas superficiais de filtrações, ou por circunstâncias especiais de ordem geológica a ser investigada, a fonte desapareceu, criando-se irregular situação para a estância; de outro lado, a população da cidade vem se inquietando em face da ausência de aquistas, que tantas vantagens turísticas conferiam ao progresso local (PUPO, 1960 *apud* BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979, p. 127).

Como é possível ver em fotografias do período, grande parte do morro da fonte Santa Maria foi sendo coberto pelos eucaliptos, que passaram a ser plantados em antigas áreas de cultivo e de pastagens, resultando, a partir de então, em uma ocupação esparsamente distribuída nas propriedades do município (ver Figura 35 e Figura 36).

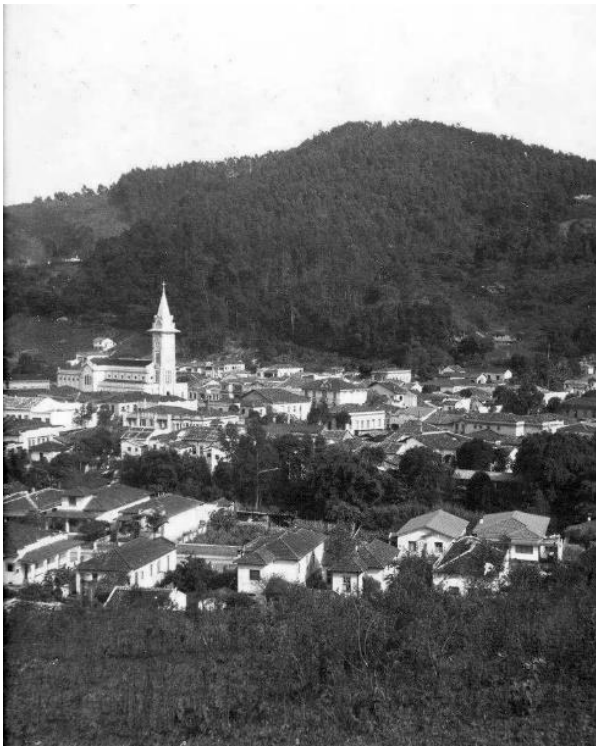


Figura 35: Vista do morro da fonte Santa Maria (atual morro do Cristo) coberto de eucaliptos, [196-].
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.

A utilização de espécies do gênero do *Eucalyptus* não era nova em Socorro, remetendo ao século XIX[45]. O que diferiu o uso da época, era a sua identificação como áreas de reflorestamento de áreas degradadas, que eram voltadas também à indústria extrativa de madeira[46].

Vale dizer que a fonte Santa Maria não desapareceu, como advertia o médico no trecho reproduzido anteriormente. Apesar da sua licença de exploração ter

[45] O registro mais antigo dessa presença é encontrado em uma ata da Câmara Municipal de 1880, na qual mudas de eucaliptos aparecem sendo oferecidas por um boticário para plantio no Largo da Cadeia da cidade (SIQUEIRA, 2005, p. 248).

[46] Nos levantamentos da época, essas plantações constavam entre as poucas áreas de floresta mapeadas. É o que se vê nas cartas e também nos dados apresentados pelo CPEU (1961) que, por sua vez, fizeram referência ao Censo Agrário nacional de 1950. Além disso, vê-se que Socorro, a partir de 1944, passou a fazer parte do Distrito Florestal de Mogi Mirim (SÃO PAULO (Estado), 1944), submetido ao Serviço Florestal do Estado de São Paulo que tinha, entre suas atribuições, o "desenvolvimento da silvicultura e da prática racional da indústria extrativa da madeira"(SÃO PAULO (Estado), 1941).

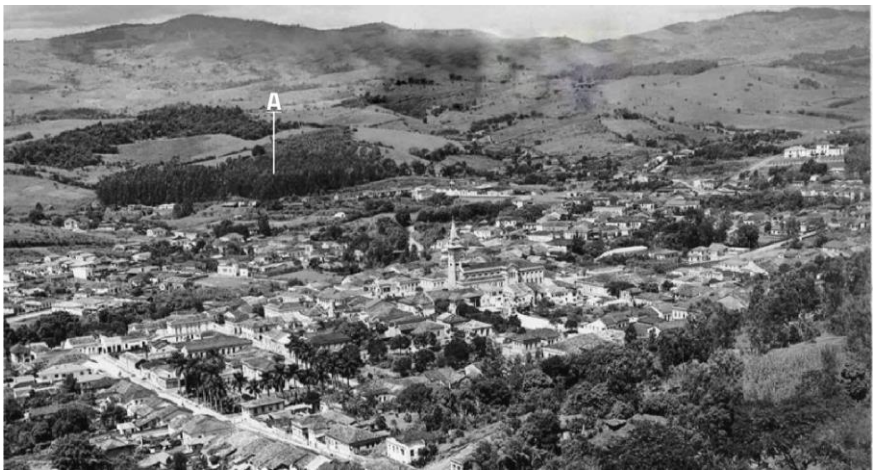


Figura 36: Vista parcial da ocupação em meados da década de 1950.
Indicação: A- corresponde a outro caso de plantação de eucaliptos. Fonte: Foto Mattielo, [195-]. Acervo pessoal de Vilma Simões.

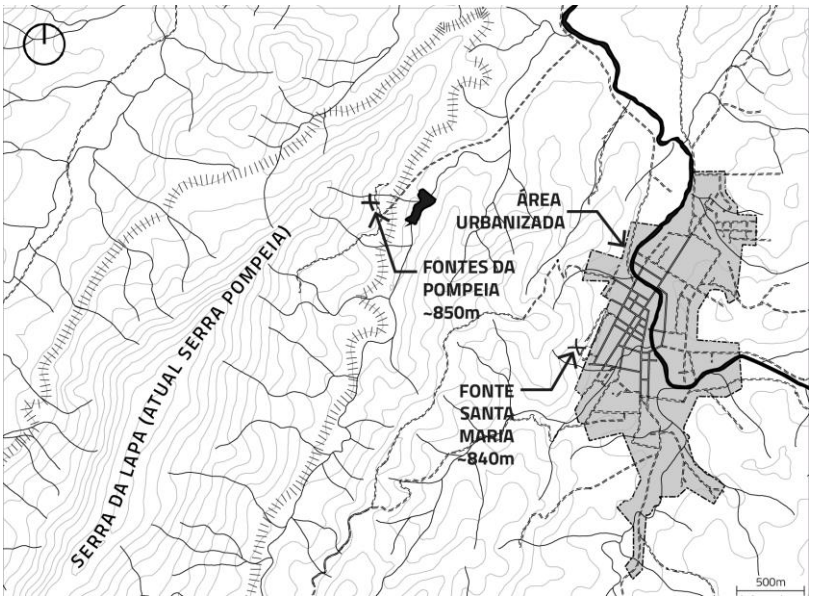
sido revogada em 1971[47], ela ainda existiu por mais tempo e constava entre os passeios propagandeados no álbum comemorativo da cidade de 1979 (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979). No entanto, a vazão atingida naquele momento, comprometia a exploração da fonte Santa Maria por uma estância de cura e repouso, contribuindo para que os planos, nessa direção, se voltassem para outro morro.

Foi nesse contexto, que a serra da Lapa se tornou o novo sítio priorizado para o desenvolvimento da Estância Hidromineral de Socorro. Em suas encostas, a aproximadamente três quilômetros do centro da cidade, foram descobertas duas novas fontes, nomeadas de fontes da Pompeia (Mapa 7). Como é possível ver nos documentos do período, essa descoberta não ocorreu ao acaso, mas se deu no momento em se vinha procurando por essas fontes no município. Algumas nascentes da zona rural já estavam sendo canalizadas para usos turísticos e as fontes da Pompeia eram, como expresso no plano do CPEU (1961, p. 42), "das melhores entre as analisadas possuindo grande vazão que permite seu uso para balneário, piscina e engarrafamento".

Diante de todo esse processo, tanto o parecer do plano CPEU quanto da Comissão de Crenologia do Estado mostraram-se favoráveis à implantação de uma zona hoteleira na área. No entanto, é possível identificar entre esses órgãos divergências quanto ao papel da região da Pompeia e sua relação com a cidade de Socorro.

Para o CPEU a Pompeia se tornaria um parque regional que se somaria às demais áreas de parque e zonas hoteleiras previstas no centro da cidade, às margens do rio do Peixe. A fim de conformar adequadamente o sítio, destacava-se a necessidade de se reservar áreas

[47] Conforme dados básicos do processo nº. 003.532/1937 da Agência Nacional de Mineração (ANM). Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.



Mapa 7: Localização das fontes da Pompeia na serra da Lapa e área urbanizada conforme CPEU (1961).
Fonte: Camila Conti, 2021.

voltadas à criação dos espaços verdes, além da previsão de obras para a estabilização do lago existente no local (Figura 37).

Já para a Comissão de Crenologia do Estado de São Paulo, a região da Pompeia era vista apartada da cidade. Ela seria destinada às instalações hoteleiras e de banhos de melhor qualidade, aos quais se sugeria adotar o padrão suíço de construção "tão propício à topografia serrana de Pompéia" (PUPO, 1960 *apud* BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979, p. 128–129). Aos hotéis da área, se somariam as modestas instalações pré-existentes do centro da cidade e alguns quartos da Santa Casa de Misericórdia, que ficariam reservados para atendimento da demanda. Não haveria, portanto, a previsão de uma zona hoteleira ou de parques no centro da cidade, como sugeria o plano do CPEU.

Entre as duas instituições havia, entretanto, o consenso sobre o potencial turístico de Socorro, uma vez que, entre as estâncias da região, ela se tornaria a mais próxima da capital do estado. Todo o turismo termal era pautado para servir ao fluxo de temporada dos moradores da capital paulista. Por esse motivo, os investimentos rodoviários se faziam urgentes. Em meio às propostas de reconfiguração da cidade, a fonte Santa Maria acabaria separada da cidade, justamente por conta do traçado de uma rodovia de meia encosta no morro, que garantiria a travessia da cidade e a vista da estância aos viajantes (Mapa 8). Estava sendo discutida pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, a ligação de São Paulo com as estâncias de Socorro, Serra Negra, Águas de Lindóia e Amparo, feita através de duas rodovias com início na via Anhanguera e na Fernão Dias. Surgia, pela



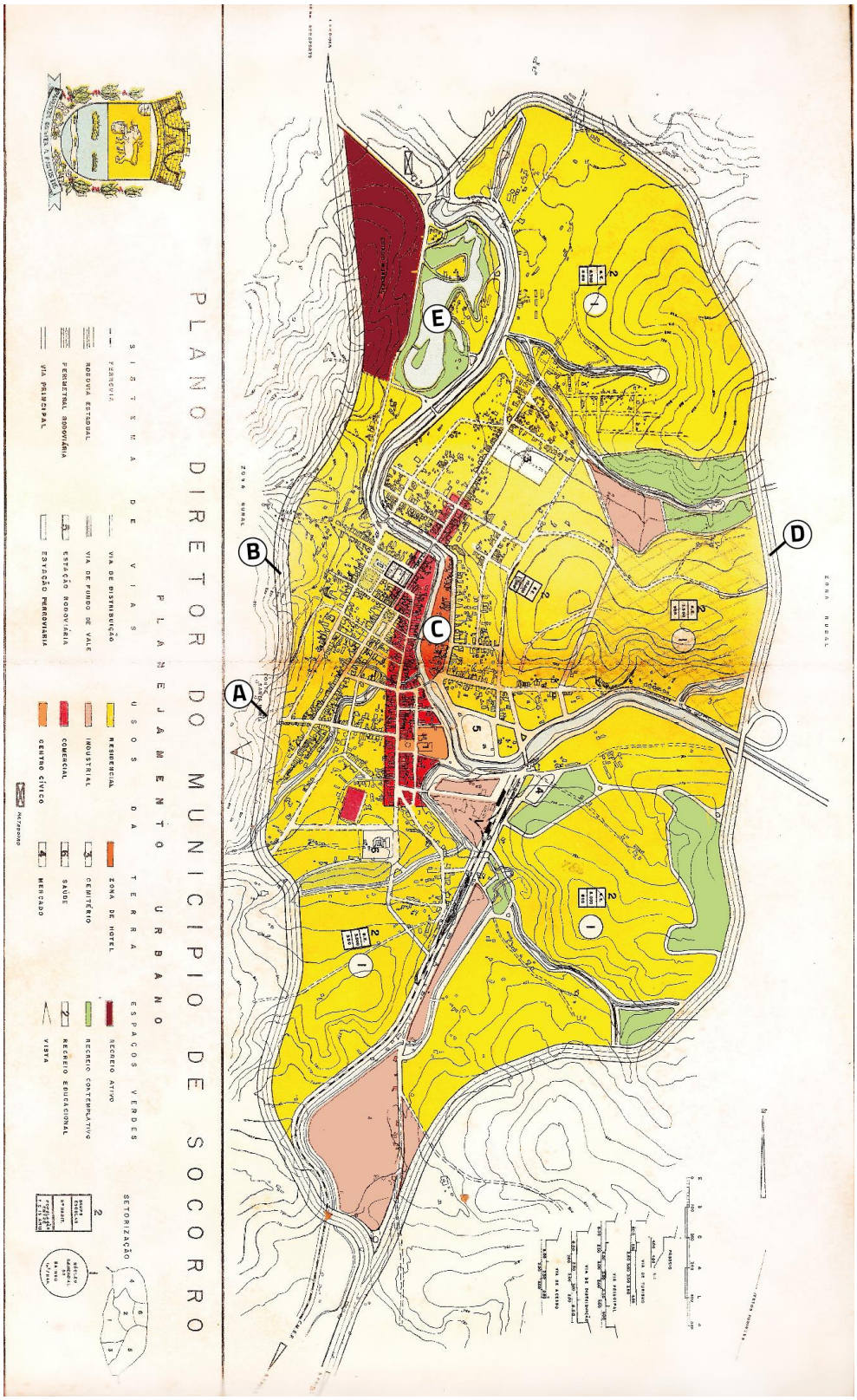
Figura 37: Lago da Pompeia no sopé da serra da Lapa desmatada.
Fonte: Foto Colonvist, [19--]. Acervo pessoal de Vilma Simões.

primeira vez, o termo "Circuito das Águas", abordado como um planejamento rodoviário de acesso à região (Mapa 9).

A oficialização da Pompeia seguiu os ritos previstos no período. Identifica-se primeiro, em 1957, o decreto federal que autorizou a Prefeitura da Estância do Socorro a pesquisar e explorar a lavra de água mineral em uma área de pouco mais de 11 hectares, em terrenos adquiridos pelo poder público municipal (BRASIL, 1957). As análises das fontes Pompéia foram realizadas pelo Laboratório de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, no mesmo ano. Na ocasião, ficou provado que as águas jorravam em grande vazão (156.000 litros em 24 horas) e constituíam um "precioso manancial de água radioativa, oligomineralizada, com um teor dominante de bicarbonato de cálcio, hidrotermal e hipotônica", nos quais os "os grifões emergem nas fendas de rochas cristalinas de quartzo-ametista" .(PUPO, 1960 *apud* BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979, p. 127). Por fim, os terrenos e as lavras de exploração, aprovadas em 1958, foram cedidas ao estado de São Paulo[48].

De pequena localidade esgotada pelo café, Socorro se viu em meio às expectativas criadas pelo planejamento de sua nova vocação econômica. No entanto, a inserção atrasada do município no turismo termal encontrou logo à frente a crise definitiva desse tipo de turismo. Além da proibição dos jogos, ocorrida já em 1946, o turismo das estâncias termais foi impactado pela mudança gradual na prática médica, que aos poucos foi abandonando a Hidrologia Médica (Crenologia) para privilegiar o uso de medicamentos alopáticos.

[48] Conforme dados básicos do processo nº. 001.336/1957 da Agência Nacional de Mineração (ANM). Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br>. Acesso em: 30 de outubro de 2020.



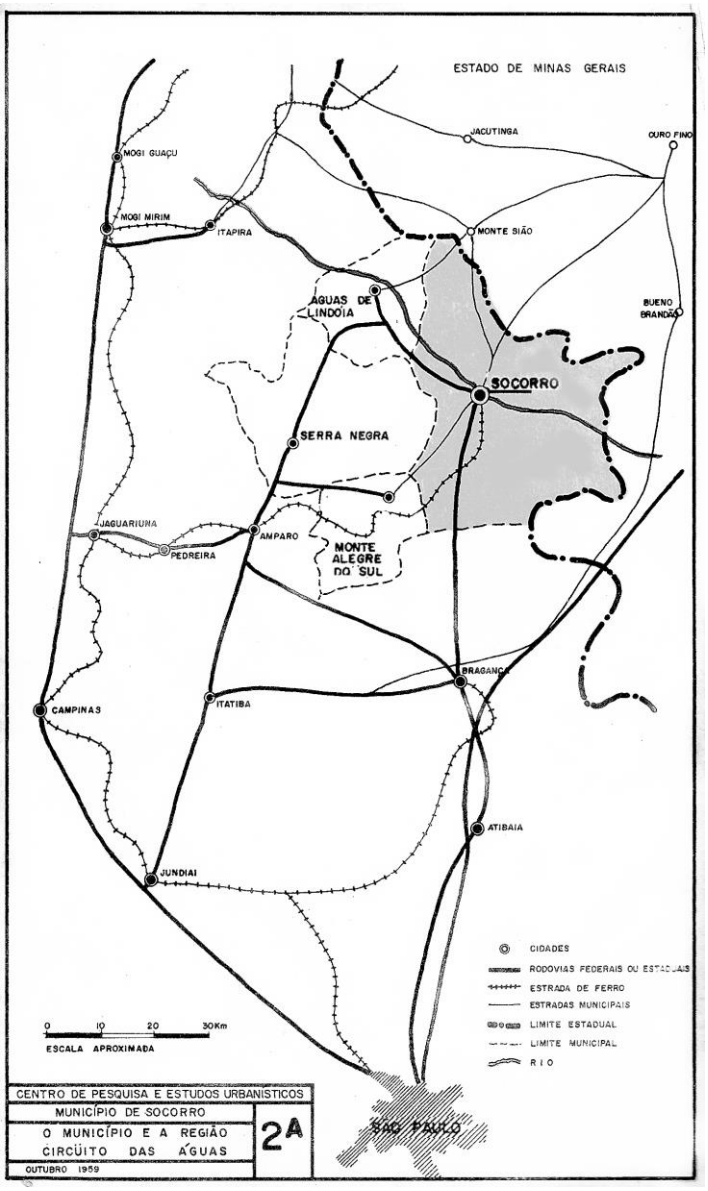
Mapa 8: Propostas urbanas do Plano Diretor do Município - CPEU, 1959.

Indicações: A- Fonte Santa Maria; B - Rodovia na encosta do morro da fonte Santa Maria; C - Zona hoteleira; D- Previsão de rodovia perimetral à cidade; E – Parque do Lago.

Fonte: CPEU (1961). Tratamento de imagem e anotações: Camila Conti, 2021.

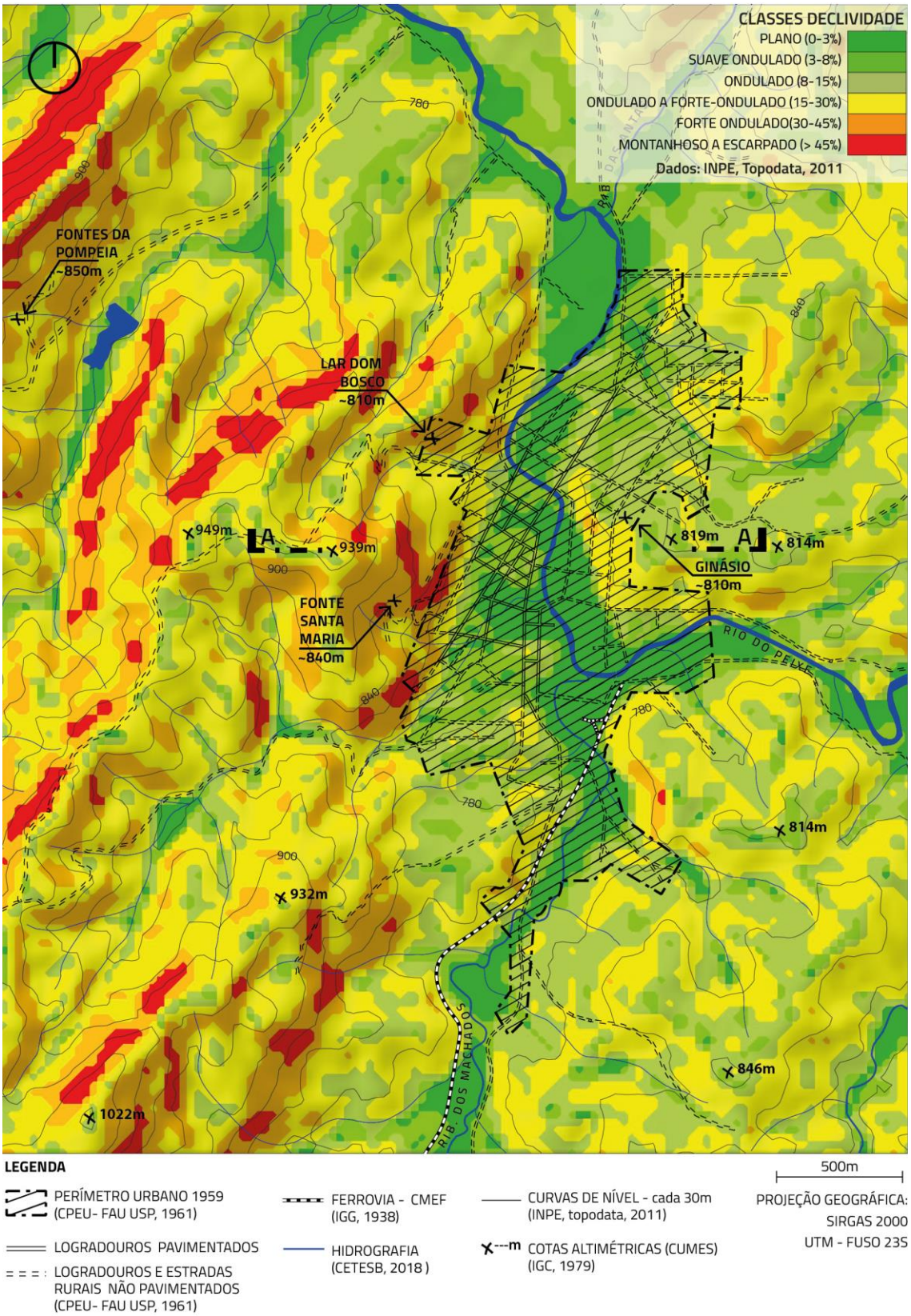
Em 1959, mesmo ano em que Socorro entregava seu planejamento de estância, foi também extinta pela primeira vez a Comissão Permanente de Crenologia, órgão que nacionalmente era responsável pela avaliação médica das águas minerais no Brasil (GESICKI; SINDICO, 2013; QUINTELA, 2004b).

Será em meio às discussões iniciais do planejamento regional do estado de São Paulo que Socorro terminou o ciclo que marca os primórdios de sua estância hidromineral: Planejada, no entanto posta em face de incertezas sobre seu efetivo desenvolvimento turístico. Diante desse interesse externo nas fontes de águas minerais de Socorro, outras relações locais com as vertentes dos morros seriam também reveladas nos usos e configurações adotadas nesse período. A esse assunto se dedica a seção a seguir.



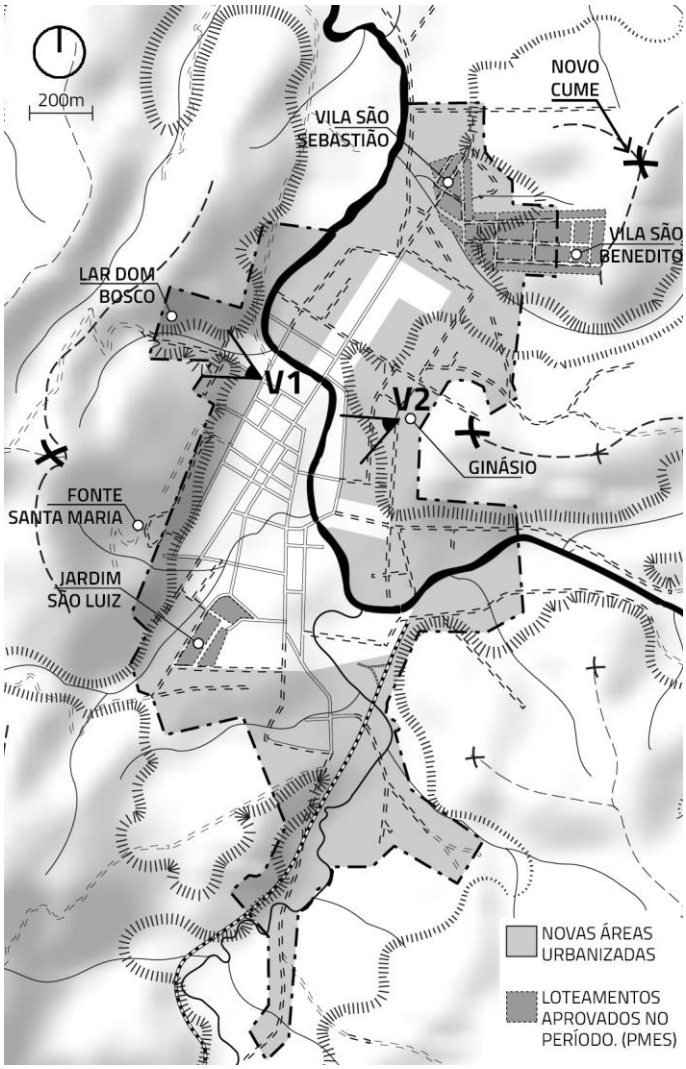
Mapa 9: As rodovias e ferrovias do Circuit
das Águas Paulista.
Fonte: CPEU (1961).

3.2. A CIDADE E OS MORROS ATÉ 1960



Mapa 10: Ocupação urbana de Socorro até 1960 sobreposta à topografia.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Foi em meio à inserção incompleta no turismo da época, que a cidade de Socorro começou a abandonar as áreas mais planas ao longo dos corpos d'água para iniciar a ocupação de áreas de morro. Como pode ser visto no Mapa 10, algumas das novas áreas urbanizadas foram implantadas em terrenos ondulados a fortemente ondulados próximos ao núcleo central. Cada vez mais integrados à cidade, os dois morros da implantação histórica receberam as edificações que passaram a ocupar as cotas mais altas, acima do outeiro da Santa Casa, que se destacava na cidade anterior. De um lado, implantou-se a fonte Santa Maria, que se uniu ao edifício do Lar Dom Bosco (1941), uma entidade de caridade socorrense existente até hoje. De outro lado, o Ginásio Estadual (1958) foi implantado próximo ao cume do morro histórico da margem direita do rio. Como pode ser visto no corte da Figura 38, essas construções se encontram acima também da torre da igreja Matriz. Essa implantação garantia o destaque desses equipamentos de importância pública, que desempenhavam também uma função integradora da cidade com os morros.



Mapa 11: As áreas urbanizadas na morraria até 1960.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Na Figura 40, vê-se que, para o caso do edifício do Lar Dom Bosco, isso se dava através de seu destaque enquanto edificação isolada no morro.

A subida da rua Antônio Leopoldino, perpendicular à encosta, é arrematada por uma casa que demarcava o limite da cidade, garantindo essa configuração (indicação "V1" no Mapa 11).

Já na Figura 41, vê-se que a rua Visconde do Rio Branco, que dá acesso ao Ginásio Estadual, contribuía para descortinar a vista para a morraria do entorno (indicação "V2" no Mapa 11).

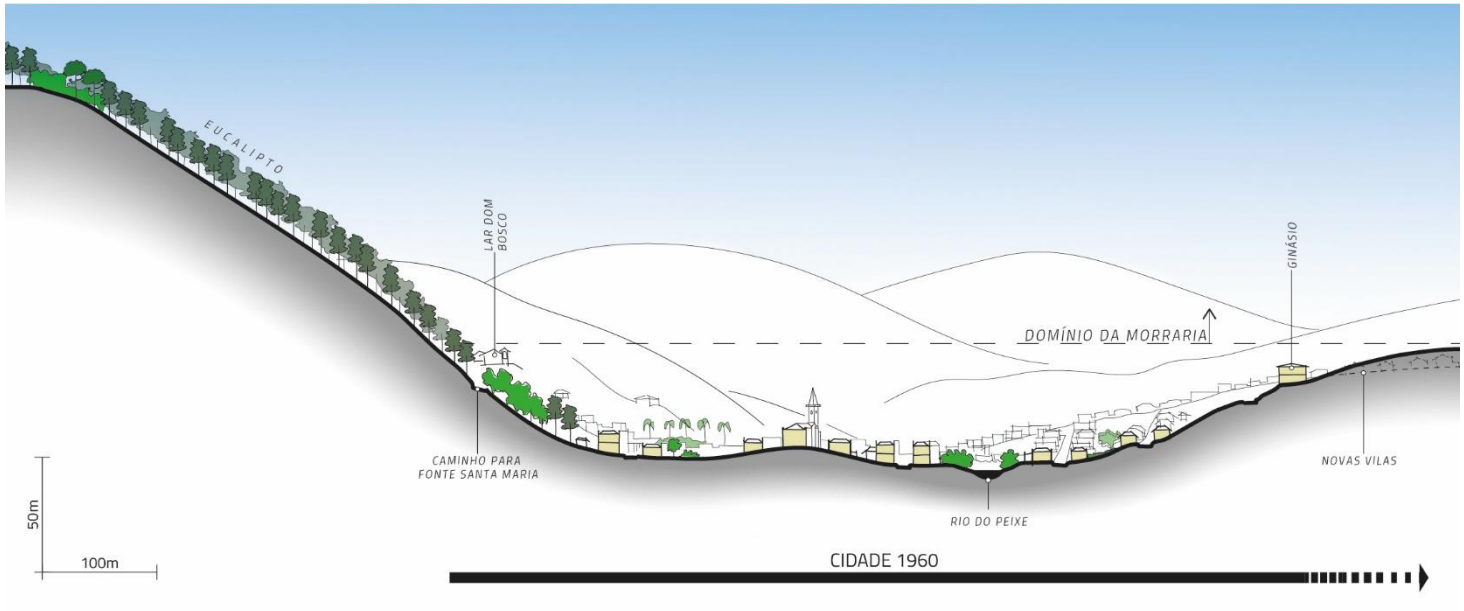


Figura 38: Corte esquemático da ocupação de 1960 passando pelos dois cumes históricos da cidade. Corte A-A, indicado no Mapa 10.
Fonte: Camila Conti, 2021.

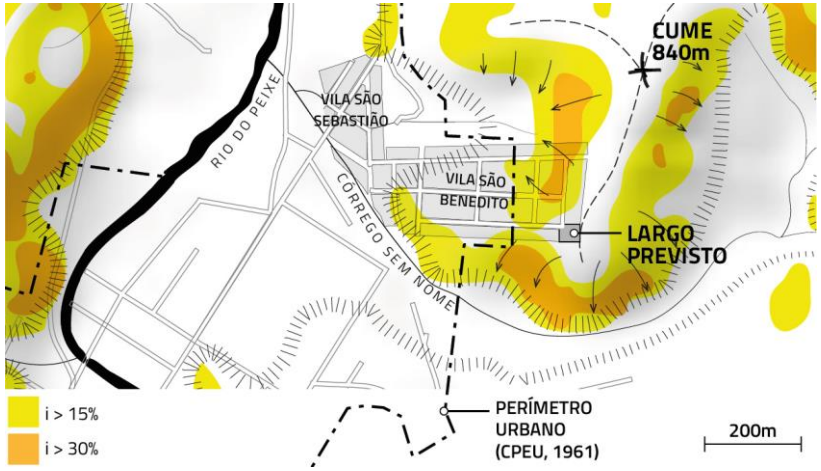


Figura 39: Loteamento Vila São Benedito e as áreas de maior declividade do morro de sua implantação.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Considerando-se os casos de loteamento urbano, a relação com os morros se deu de maneira diferente. Dos três empreendimentos identificados nesse período, a Vila São Benedito, que passou a ser chamada de "Vila Nova", se destacou por ter urbanizado o morro conhecido há tempos como morro "do União"[49]. Seu parcelamento inaugurou a ocupação residencial das partes altas da cidade. Em grande parte, seus lotes ocuparam terrenos de menor declividade. Entretanto, suas ruas longas avançaram também até as áreas próximas à cumeeira divisora das águas, onde as declividades aumentam, chegando a ultrapassar os 30%. No alto do morro, foi previsto um pequeno largo que tem, no entanto, uma área muito reduzida quando comparada com as áreas dos lotes do empreendimento, resultando uma implantação bastante inexpressiva (ver Figura 39).



Figura 40: Vista da rua Antônio Leopoldino e ao fundo o Lar Dom Bosco, [195-]. Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.



Figura 41: Vista da rua Visconde do Rio Branco com o morro da fonte Santa Maria ao fundo em um dia de acidente aéreo, [196-].
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.

[49] Referência ao União Atlético Clube implantado nesse morro.

Embora isso demonstre que a cidade cresceu e mudou ligeiramente as suas maneiras de se assentar na topografia, prevalecia, até 1960, muito do aspecto do pequeno povoado anterior. Como já citado, as ruas continuavam cobertas de terra, tendo mudado também muito pouco quanto ao tipo de ocupação das quadras. Em 1959, a cidade possuía poucos edifícios com mais de um pavimento e se praticavam baixas taxas de ocupação em suas quadras urbanas (CPEU, 1961)[50]. Era essa composição da baixa ocupação junto às ruas altas que criava as possibilidades dos visuais das novas ruas da cidade.

Outro aspecto especialmente importante para este período abordado é a relação dos habitantes da cidade com as áreas altas dos anfiteatros de nascente das águas minerais. Essas regiões tinham uma grande importância local, tendo sido centrais na conformação e apropriação originais dos assentamentos. Alguns registros históricos podem ser encontrados nesse sentido.

Na cidade do século XIX, as bicas de água encanada se configuravam como marcos[51], entretanto, nascentes também eram diretamente acessadas pela população. Em uma ata da Câmara Municipal de 1879, Siqueira (2005, p. 248) verifica que os moradores da antiga rua das Flores[52] buscavam água e exigiam acesso desimpedido à nascente de Francisco Gomes Ferraz, expoente da elite política e econômica da região.

Mesmo nas ocasiões em que as águas acabavam encanadas, permanecia ainda a importância das nascentes. Em 1913, o abastecimento de água e parte da verba da Santa Casa, ficou garantida através da doação dos terrenos no entorno de uma nascente, localizada a pouco mais de um quilômetro morro acima do equipamento público. Naquela época, aprovou-se uma lei municipal que permitiu à Santa Casa canalizar e vender a água da fonte que, chegando aos consumidores do vale urbano, garantiria uma renda mensal para a instituição. Fato que ficou registrado como ato louvável para a história da cidade (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979, p. 183)[53].

---

[50] Apenas 65 edifícios da cidade não eram construções térreas, sendo uma delas de três pavimentos. As taxas de ocupação das quadras correspondiam, em média, a 10,3%, se considerada a ocupação de toda região demarcada no plano diretor do CPEU como zona urbana (CPEU, 1961, p. 44).

[51] Uma delas nomeava a nomeava a rua da Bica, identificada por Vieira (2000), cuja localização atual não pôde ser confirmada.

[52] Atual rua José Bonifácio, segundo Vieira (2000).

[53] Segundo relato de Wladimir da Prussia Gomes Ferraz, constante no Álbum do Sesquicentário, a doação foi feita por José Ângelo Calafiori que levou à promulgação da Lei Municipal de nº. 25 (sem data) pelo então prefeito Cel. Olympio Gonçalves dos Reis.

Essa situação se estendia também às áreas rurais do município. Como visto em relação às fazendas cafeeiras, os anfiteatros das nascentes eram centrais nessas propriedades (Figura 9). Pode-se dizer que, em grande medida, ter uma nascente próxima garante ainda hoje uma boa condição de implantação às propriedades socorrenses, uma vez que os corpos d'água não são caudalosos, mas majoritariamente córregos, nem sempre perenes.

Através de outros registros não oficiais, somos levados a crer que essa era também a relação estabelecida na região das fontes da Pompeia. Segundo citado no Álbum do Sesquicentenário de Socorro, os moradores da cidade e das áreas próximas à serra da Lapa se serviam da nascente, apesar de seu acesso dificultoso na encosta. Ali teria sido erguida uma capela consagrada à Nossa Senhora da Pompeia, de onde teria advindo o nome das fontes. Tempo depois, as águas teriam sido canalizadas, abastecendo as áreas próximas por quase meio século (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979, p. 183). No parecer entregue à Comissão de Crenologia do estado de São Paulo, entre as providências urgentes para as novas instalações da Pompeia, é citada a necessidade de "estender o abastecimento de água da cidade, ao bairro que há mais de 20 anos vem se utilizando da água da fonte Pompeia" (PUPO, 1960 *apud* BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979, p. 130), de modo que a implantação das estruturas balneárias supunha o rompimento da relação dos munícipes com as águas daquele local.

Nesse sentido, verifica-se na implantação das fontes da estância hidromineral um pouco da apropriação dos morros do período, resultado de sua relação integrada às nascentes do lugar. A fonte Santa Maria terminou sem grande destaque este ciclo inicial da estância de Socorro, no entanto, na escala local, ela foi relevante por todo o período em que existiu, tendo sido bastante apropriada pelos moradores que, como visto, vinham já adotando o local em seus passeios desde o final dos anos 30 dos novecentos (Figura 26 e Figura 27).

Como destacado anteriormente, essa fonte não incorporou estruturas balneárias. Tampouco a implantação dos hotéis da cidade contribuía para sua adequação às necessidades do turismo termal.

O Grande Hotel Moraes, por exemplo, foi implantado longe da fonte Santa Maria, mais próximo das margens do rio do Peixe e dos equipamentos centrais da cidade (Figura 42). Assim, para terem acesso ao lugar, os turistas esperados teriam que subir o morro, da mesma maneira que população local vinha fazendo.



Figura 42: Localização do Grande Hotel Moraes (visto do outeiro da Santa Casa). Indicações: 1- Rio do Peixe; 2-Grande Hotel; 3- Edifício do Paço Municipal; 4- Caminho para Fonte Santa Maria, rua Gal. Glicério.
Fonte: Foto Mattielo, [195-]. Acervo pessoal de Vilma Simões. Anotações Camila Conti, 2021.

O próprio edifício daquela fonte também a diferenciava do uso como estrutura de engarrafamento de águas, comuns às estâncias da época (Figura 44). Configurando-se apenas como um bebedouro, que lembra uma pequena capela no alto do morro[54], era o sítio no entorno da fonte que possibilitava a apropriação como um mirante urbano (ver Figura 43 e Figura 33). Sem entrar no mérito sobre a aparência ou o rigor do tratamento arquitetônico e paisagístico adotado no local, pode-se dizer que a configuração dessa fonte permitia a ela ser mais organicamente inserida nas dinâmicas anteriores da cidade, situação que se efetuava de diversas maneiras. Primeiramente, por ter se mantido livremente acessada a partir da cidade. A subida por sua estrada garantia os pontos de mirante que preservavam o convívio direto dos habitantes com as qualidades da elevação. Isso se dava também porque esse acesso podia ser feito diariamente a pé, dada a sua proximidade do centro urbano. Sua configuração como bebedouro mantinha também a relação das pessoas com as águas que brotavam no lugar. Tudo isso contribuía para sua apropriação vinculada ao cotidiano da cidade.

[54] A santa representada no frontão do edifício corresponde à imagem de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da cidade.

Quando a fonte Santa Maria perdeu sua centralidade no turismo do município para as fontes da Pompeia, inaugurou-se, simultaneamente, uma nova relação local com essas áreas altas das nascentes de águas minerais. Como verificado, esses lugares eram vistos a partir das oportunidades de controle dessas áreas, que eram destinadas a papeis específicos. Um desses papeis era o dado na apropriação como balneário, tipo de equipamento que limita o acesso e o usufruto das águas a um perfil de usuário específico. Outra possibilidade, era o uso praticado nas indústrias de engarrafamento de águas minerais que se dedicam simplesmente a sua exploração comercial como recurso.

Não obstante, como se verá, essa mudança que afetou o status da cidade e dos morros de Socorro não geraria todo o desenvolvimento esperado nessa época, uma vez que a região da Pompeia, ao contrário das expectativas criadas, se tornaria uma das áreas características do exíguo desempenho turístico do município.



Figura 43: Vista do bebedouro da fonte Santa Maria configurado como capelinha, 1950.
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.



Figura 44: Fonte Nossa Senhora do Rosário configurada como indústria de engarrafamento de águas minerais. Serra Negra, 1958.
Fonte: IBGE Cidades, 2021.

CAPÍTULO 4: OS PRIMÓRDIOS DO TURISMO RECREATIVO NO CIRCUITO DAS ÁGUAS - SOCORRO ATÉ 1980

Este capítulo aborda o período no qual a cidade de Socorro se viu inserida na consolidação do Circuito das Águas, uma das regiões voltadas ao desenvolvimento do turismo recreativo no estado de São Paulo. Corresponde também ao momento em que, junto à cidade, se construiu o monumento do Cristo Redentor sobre o morro da fonte Santa Maria. Sob essas circunstâncias, se poderia esperar que, na época, a relação com os morros se desse através de sua valorização como lugar destinado à visitação. No entanto, esses aspectos decorreram de maneira mais complexa.

É prática comum do turismo operar, via imagens difundidas, sobre as expectativas em relação à aparência dos lugares (CRUZ, 2002; MENESES, 2002)[55]. Entretanto, essa expectativa efetua-se através de uma hierarquização. Cruz (2005) explica que o turismo escolhe áreas privilegiadas de uso, de modo que porções do território permanecem como não lugares para as suas atividades. Sob esta condição, os morros de um lugar podem ou não ter valor turístico, porque alguns deles podem ser desqualificados frente aos padrões estipulados pela atividade. Também uma cidade pode ou não ser considerada um lugar favorável ou desejável à recepção das pessoas.

No período aqui abordado, não apenas a situação de Socorro, mas de todas as estâncias do Circuito das Águas mudou sensivelmente. Como visto, os fatores históricos que possibilitaram o desenvolvimento das estâncias termais haviam cessado. Ao mesmo tempo, o setor do turismo de lazer iniciava sua estruturação em todo o país sob novas bases, diante das quais as águas minerais já não conservavam motivação suficientemente atrativa.

De modo geral, para Socorro, esse contexto que crescia em complexidade de interesses e decisões teve um resultado imediato: o município não receberia, por fim, os recursos para implementação das medidas urbanísticas voltadas a sua viabilização com estância e previstas no plano diretor do CPEU (1961). Nesse sentido, torna-se imperativo citar alguns dos aspectos da conjuntura que definiu o papel desempenhado por Socorro e por sua morraria nesse ínterim.

---

[55] Cabendo a distinção, proposta por Cruz (2002), do termo paisagens artificiais, como as criadas pelo turismo, seja através da espetacularização de aspectos naturais e culturais existentes nos lugares, seja pela reprodução de formas que são exteriores aos contextos geográficos locais.

Contribuía para o novo contexto do turismo, o fato de se ter difundido o uso do automóvel entre a população dos grandes centros urbanos brasileiros e de terem sido mobilizados grandes gastos públicos com obras rodoviárias. No estado de São Paulo, essas obras, iniciadas na década de 1940, ganharam um grande impulso depois da década de 1960[56]. Partindo da grande São Paulo, que já polarizava toda a circulação de pessoas e mercadorias, toda essa infraestrutura contribuiu para o surgimento das viagens curtas do turismo de fim de semana, que passou a influenciar os hábitos e as motivações dos que viajavam. Nesse contexto, as pessoas mais jovens das classes médias e mais abastadas, dirigindo-se aos lugares em busca de atividades recreativas, se tornariam o foco das atividades turísticas, distinguindo-se do público que buscava as temporadas de repouso do termalismo (BORIN, 2013; LANGENBUCH, 1977; SÃO PAULO (Estado), 1971).

Centradas na vilegiatura, as estâncias hidrominerais paulistas assistiram ao crescimento do número de lugares turísticos concorrentes. Mais próximo da capital, o litoral paulista se tornou lugar privilegiado, consolidando-se como principal destino turístico do estado na década de 1970. Além disso, assistiu-se à predominância crescente da estadia em casas e apartamentos de veraneio, que passaram também a se concentrar no litoral e em municípios mais próximos da grande São Paulo[57]. Esse novo produto imobiliário concorreu para uma desmobilização da estrutura hoteleira herdada do período anterior, levando ao início do processo de obsolescência das estruturas balneárias públicas criadas (GESICKI; SINDICO, 2013; LANGENBUCH, 1977).

Apesar disso, a região do Circuito das Águas era reconhecida, naquela altura, como o segundo destino turístico do estado de São Paulo, uma vez que Águas de Lindoia conservava-se como um grande polo hoteleiro, superado apenas pela cidade de Santos, no litoral Sul (São Paulo, 1971). No entanto, essa posição se dava diante de um processo cada vez mais acentuado de desigualdade regional, que culminaria ainda na construção das rodovias dos Imigrantes e da BR-101, inseridas no contexto de compreensão turística da ocupação do litoral paulista e também brasileiro (CRUZ, 2006; SOUZA, 2010)[58].

---

[56] Em 1947 foram asfaltados os primeiros 20 km da Via Anchieta. Em 1957, as rodovias do estado de São Paulo chegaram a 2.924 quilômetros, número que saltou rapidamente para 14.187 quilômetros em 1969 (LANGENBUCH, 1977, p. 44).

[57] Segundo os dados levantados por Lagenburg (1977, p. 38), o turismo praiano paulista abrangia 86,65% dos leitos de estadia em 1970. A estadia em casas e apartamentos de veraneio correspondia a 97,07% dos leitos nos principais destinos turísticos do estado de São Paulo (LANGENBUCH, 1977, p. 18).

[58] A título de exemplo, em matéria de setembro de 1969, o jornal Estado de São Paulo anunciava a rodovia Rio-Santos (BR-101) como a "Rodovia do Turismo nacional", que vinha sendo projetada no litoral paulista

Este período que, a partir de 1964, decorreu durante a Ditadura Militar brasileira, foi marcado também pelas legislações que passaram a reger nacionalmente as atividades turísticas, entendidas pela primeira vez como integrantes do sistema produtivo brasileiro (CRUZ, 2006). Em 1966, foi criada Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), que passou a ser o principal órgão responsável por fomentar e financiar diretamente os planos, projetos e programas públicos voltados ao desenvolvimento turístico no país (CRUZ, 2006; SOUZA, 2010). Nesse cenário, as estâncias também passariam a concorrer pelas verbas e incentivos fiscais desse novo setor econômico.

Até então, os municípios classificados como estâncias correspondiam aos destinos oficiais do turismo no estado de São Paulo. No entanto, importantes cidades litorâneas turísticas – como Praia Grande, Mongaguá, Santos e São Vicente – não se encontravam nesse arrolamento. Ao mesmo tempo, havia estâncias estaduais com pouca ou nula relevância turística (LANGENBUCH, 1977, p. 34). O efeito principal da transformação de um município em "estância", que poderia ser hidromineral, balneária ou climática[59], era ainda o seu tratamento administrativo diferenciado que incluía, em tese, a canalização de verbas específicas para o seu desenvolvimento e a manutenção dos seus serviços. Por outro lado, no caso específico das estâncias hidrominerais, havia ainda o efeito mais diretamente político, tendo em vista que se mantinham, para elas, a perda da autonomia do poder público municipal (LANGENBUCH, 1977, p. 26).

Como pontuou Langenbuch (1977, p. 34–35), transparecia, por exemplo, nos discursos dos deputados estaduais da época, o tom das disputas em torno da condição das estâncias do estado, subordinadas a uma mistura de motivos de caráter político e administrativo que, cada vez mais, passavam a se tornar imperiosos nas exclusões e inclusões desse tipo especial de município discutidas no período ditatorial[60]. Muitas das estâncias hidrominerais, além de não receberem turistas, não chegavam a cumprir as exigências mínimas, por exemplo, de possuírem um balneário e uma fonte de água mineral aprovada, com vazão suficiente para sua exploração.

---

de forma a viabilizar uma faixa de terreno litorânea que, loteada, formaria as "novas cidades de turismo" (O MAR, 1976)

[59] Critérios que eram estabelecidos na Constituição Estadual de 1969, Decreto-Lei nº. 09/ 1969 e Lei nº. 10.426/1971 (LANGENBUCH, 1977, p. 26).

[60] A classificação das estâncias era aprovada na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Em 1976 Socorro e as estâncias da região, por exemplo, quase perderam sua classificação como hidrominerais, em meio às disputas sobre a influência política dos deputados estaduais nessas localidades (LANGENBUCH, 1977, p. 35; AS ESTÂNCIAS..., 1976).

Toda essa nova conjuntura acabou refletida na maneira como o governo estadual atuaria na região. A gestão das estâncias passou a depender de um novo órgão técnico, transformado em entidade autárquica em 1970. O Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias (FUMEST) substituiu o Departamento de Obras Sanitárias e ficou responsável pela execução de planos que unissem esses municípios em regiões, de acordo com suas características[61]. Foi assim que, em 1971, o Circuito das Águas se tornou oficialmente reconhecido, convertendo-se em objeto do planejamento regional. Com Socorro, reuniram-se as estâncias hidrominerais de Águas de Lindoia, Amparo, Atibaia, Lindoia, Monte Alegre do Sul e Serra Negra e a estância climática de Bragança Paulista. O Plano de Desenvolvimento do Turismo do Circuito das Águas (PLADETUR) foi, então, elaborado com o fim de orientar os investimentos da autarquia na região entre os anos de 1972 e 1980[62].

De modo geral, o agrupamento do Circuito das Águas reuniu municípios que se encontravam igualmente em um período de estagnação (SÃO PAULO (Estado), 1971, p. 26). Todos eles foram classificados no plano como bastante dependentes do governo estadual, possuindo arrecadação pequena, de modo que as agências estaduais respondiam pela maior parte dos seus equipamentos sociais básicos. Havia, entretanto, algumas discrepâncias entre as estâncias do circuito que acabariam orientando as decisões do PLADETUR. O movimento turístico, por exemplo, direcionava-se apenas para os locais que concentravam a oferta de serviços, efetivando-se em Águas de Lindoia, Serra Negra e, em menor grau, Atibaia (SÃO PAULO (Estado), 1971, p. 30–32).

Essa desigualdade acabaria reforçada nos critérios que definiram o destino dos investimentos do FUMEST. A política de desenvolvimento turístico do PLADETUR estabeleceu que se deveria minimizar o risco das aplicações da autarquia, operando através de um "escalonamento de prioridades por área" (SÃO PAULO (Estado), 1971, p. 52)[63]. Isso significava que as intervenções de infraestrutura previstas estariam mais concentradas em Águas de Lindoia, Serra Negra e Atibaia, que se consolidariam como os núcleos receptores

---

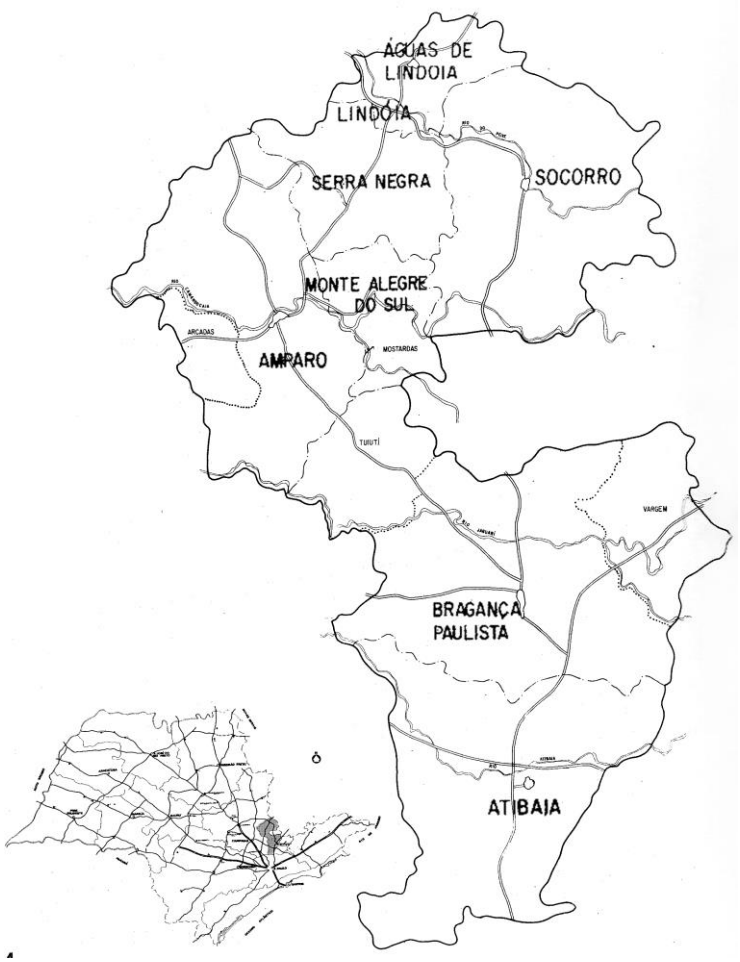
[61] Conforme Artigo 2º do Decreto-Lei nº. 258/ 1970 (SÃO PAULO (Estado), 1970).

[62] Executado, sob a supervisão do FUMEST, na forma de consórcio com as empresas SD Consultoria de Planejamento, Serete S.A.- Engenharia e Jorge Wilheim Arquitetos Associados (São Paulo, 1971).

[63] Justificava-se essa situação nos seguintes termos: "Em razão do contínuo aumento do número desses municípios, incluindo novas estâncias de baixa arrecadação, torna-se cada vez mais difícil a alocação espacial dos recursos disponíveis, que tendem à fragmentação" (São Paulo, 1971, p. 22). Além disso, o orçamento estadual mantinha o FUMEST em situação de desfalque, o que levou ao PLADETUR a propor, entre os seus programas, um projeto de lei para correção das transferências financeiras da autarquia (São Paulo, 1971, p. 89).

principais do turismo da região. Menos expressivas, as demais estâncias receberiam investimentos complementares, voltados à sua conformação como locais de apoio ao turista em trânsito pelo circuito. Socorro se encontrava entre os municípios com as menores perspectivas de desenvolvimento turístico da região e permaneceria, por esses critérios, entre os que receberiam os menores investimentos[64].

Outro critério da política de desenvolvimento do PLADETUR era relacionado ao tipo de estrutura que receberia as aplicações da FUMEST. Para o intervalo de escopo do plano (1972-1980), previa-se que os recursos públicos deveriam centrar-se na construção de equipamentos recreativos, esportivos e culturais, visto que, frente às demais áreas turísticas do estado de São Paulo, o Circuito das Águas via-se em desvantagem, com equipamentos inexistentes ou considerados precários para os novos padrões de uso turístico (SÃO PAULO (Estado), 1971, p. 50).



Mapa 12: Municípios do Circuito das Águas-SP, segundo PLADETUR 1972-1980.

Fonte: PLADETUR; São Paulo (Estado), 1971.
Edição: Camila Conti, 2021.

[64] Em termos de receita gerada nos serviços de alojamento e alimentação, Socorro superava apenas Monte Alegre do Sul e Lindoia (São Paulo 1971, p. 32). No somatório dos projetos de parques e equipamentos turísticos, os investimentos previstos para Socorro correspondiam a 3,7% dos custos estimados totais, montante que superava apenas o previsto para Monte Alegre e Amparo (São Paulo, 1971, p. 100).

Dessa maneira, a concentração prenunciada nos investimentos ficaria também evidenciada na identificação das áreas de interesse paisagístico, que foram selecionadas enquanto lugares adequados à recepção dos equipamentos previstos. Os projetos do "Programa de preservação e desenvolvimento dos recursos paisagísticos naturais" do PLADETUR foram formatados de modo a reunir os pontos de natureza notável da região. Entretanto, os critérios adotados para a escolha desses lugares eram relativos tanto às suas qualidades paisagísticas quanto à facilidade de acesso dos turistas, tornando-se decisiva a disponibilidade dos percursos rodoviários próximos. Socorro se veria novamente em desvantagem nesse aspecto.

No Mapa 13, que ilustra o conjunto de intervenções previstas, é possível verificar o resultado da aplicação desses critérios. Distante de Socorro, o trânsito dos turistas privilegiaria o caminho entre as cidades de Serra Negra, Lindoia e Águas de Lindoia, de modo a consolidar um corredor que, acessado a partir de Amparo, serviria como porta de entrada para a região norte do circuito[65].

Fora desse agrupamento principal, apenas um dos equipamentos recreativos sugeridos para execução estadual era prevista no município de Socorro. Tratava-se da proposta de uma praia fluvial, um pequeno restaurante e um *camping* que aproveitariam as áreas no entorno da cachoeira do Rancho Alegre, localizada no caminho entre a cidade de Socorro e o município mineiro de Munhoz. Essa sugestão se deu apenas como um primeiro indicativo do potencial de exploração turística das corredeiras existentes na cabeceira do rio do Peixe, uma vez que, desconectada dos circuitos principais previstos na época, ela não se efetivaria.

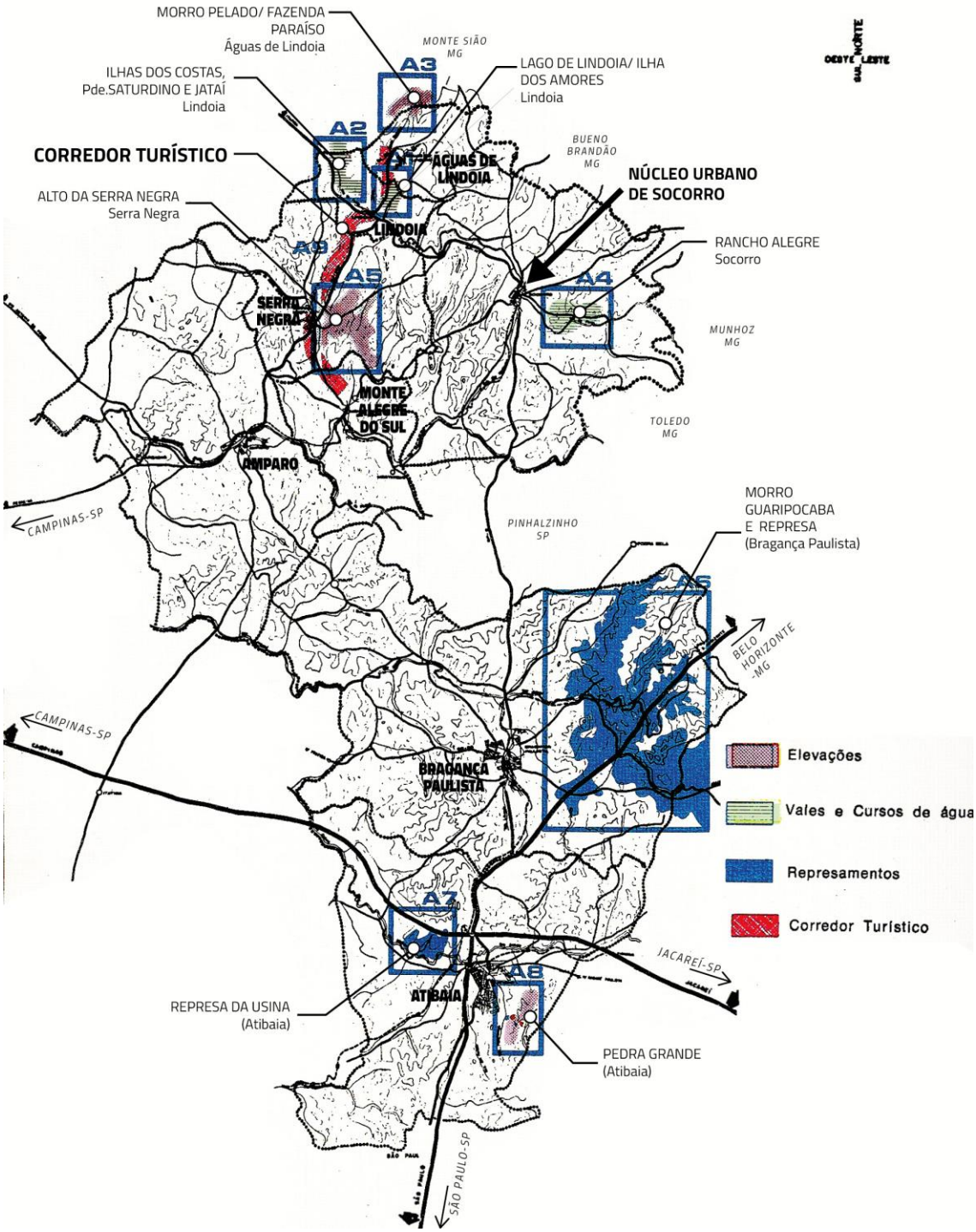
Socorro se manteve, assim, com um papel secundário no turismo do Circuito das Águas que se desenhava naquela época. Dependente dos investimentos governamentais e de sua efetivação descontínua, desprovido das vantagens de localização e de infraestrutura para poder competir em pé de igualdade com algumas das localidades próximas, o município se viu também em meio a iniciativas locais de novos negócios.

Aqueles que tinham recursos financeiros deram início a esses empreendimentos, fossem relacionados ao turismo, ou se aproveitando de outros vetores externos que passavam a influenciar a região. Um desses vetores correspondeu à forte campanha de vendas das empresa Lanofix no final da década de 60 e início dos anos 70 dos novecentos. Essa

---

[65] Os custos estimados no PLADETUR refletem também essa configuração geral. A região que reunia os municípios de Águas de Lindoia, Lindoia e Serra Negra teria o destino de mais de 70% das verbas dos projetos de parques e equipamentos turísticos. (São Paulo, 1971, p. 100).

multinacional japonesa de máquinas têxteis manuais passou a induzir a formação de uma rede de negócios, composta por empresas distribuidoras de fios e pequenas manufaturas de



Mapa 13: Projetos do Programa de Preservação e Desenvolvimento dos recursos paisagísticos naturais, PLADETUR 1972-1980.

Fonte: PLADETUR; São Paulo (Estado), 1971. Tratamento de imagem e anotações: Camila Conti, 2021.

fundo de quintal que originariam o turismo das malhas em Socorro e região (BORIN, 2013; SIQUEIRA, 2005).

Como se verá a seguir, foi em meio a essa conjuntura que o crescimento da cidade de Socorro passaria, agora definitivamente, a ser impulsionado por outro desses negócios, formado pela consolidação do mercado imobiliário local.

4.1. ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO NO PERÍODO

Conforme visto, por meio da atuação do governo estadual, previa-se para este período a construção de uma nova área de importância para a cidade, localizada junto às fontes da Pompeia na serra da Lapa. Destinada a se tornar um parque regional, segundo o plano diretor de 1959 (CPEU, 1961), a Pompeia acabou tendo seu papel bastante reduzido no cenário da época, com um alcance turístico bem menor que o imaginado nas décadas anteriores.

Os parcos investimentos estaduais na área se deram durante a primeira década dos anos 60, portanto, antes da execução do PLADETUR[66]. Essas verbas foram usadas para a construção de um pequeno hotel que poderia até ser considerado pela população de Socorro, como de fato era citado no Álbum do Sesquicentenário, um "moderno Hotel Piloto, com 20 apartamentos de luxo, decorados em estilo colonial" .(BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979, p. 130). Para o FUMEST, no entanto, esse hotel, cuja construção estava em vias de ser finalizada em 1971, configurava-se como um equipamento incerto, sobre o qual era percebida uma grande probabilidade de que a receptividade da clientela turística resultasse

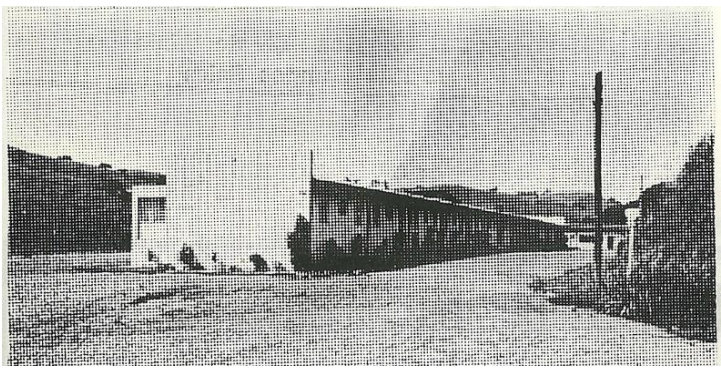


Figura 45: Hotel Piloto no Álbum do Sesquicentenário de Socorro. Fonte: Barbosa, Oliveira e Netto, 1979, p. 136.

[66] No Decreto de 27 de outubro de 1969, que dispôs sobre o Plano Plurianual para o triênio 1969-1972, consta a descrição da destinação de verbas para dar prosseguimento e conclusão às obras da Pompeia em Socorro (SÃO PAULO (ESTADO), 1969).

muito baixa. Essa situação foi destacada no PLADETUR, que sugeriu o arrendamento das instalações a empresas hoteleiras, ou a sua venda definitiva. Para a equipe do plano, a construção do hotel da Pompeia reunia uma série de problemas que expressavam o contrário das expectativas socorrenses. Também o local era visto como desinteressante para o turismo:

> Sua localização em área de poucos atrativos naturais e distante das principais concentrações da demanda turística; problemas de estética e de arranjo arquitetônico; dimensões reduzidas dos empreendimentos, possivelmente abaixo do mínimo economicamente viável, são algumas das características dão margem a esta previsão pessimista (São Paulo, 1971, p. 99)[67].

Como pontuado anteriormente, a prefeitura de Socorro havia adquirido e doado os terrenos das fontes da Pompeia ao patrimônio estadual que, por fim, manteve a área sob a gestão do FUMEST, destinando-a à Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (AFPESP). Naquela época, o governo municipal efetuaria pelo menos mais uma doação de áreas dos subúrbios da cidade, feito sempre na expectativa de desenvolver equipamentos em regime de cooperação com a autarquia[68].

No projeto executado na Pompeia, foi mantido o acesso a um bebedouro, permitindo o usufruto eventual dos turistas e munícipes que tiveram a circulação facilitada também pela conversão da antiga estrada vicinal em via pavimentada na época[69]. Instalado no interior do terreno da AFPESP, o chamado "rancho do Batatão" ajudaria a atrair um movimento local com seu pequeno restaurante inaugurado em 1966 junto ao lago da Pompeia. De

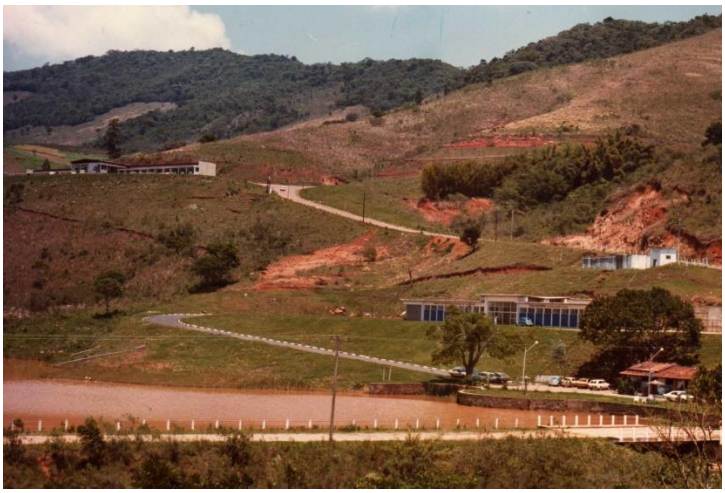


Figura 46: Vista do complexo da Pompeia. Abaixo, à direita, vê-se o restaurante do rancho do Batatão; logo acima vê-se o Balneário e ao final da estrada o Hotel Piloto da AFPESP; no alto, a serra da Lapa/ Pompeia. Autor desconhecido, 1981.
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.

[67] Esse diagnóstico do PLADETUR fazia referência tanto ao Hotel da Pompeia quanto ao Hotel Bocaina em Amparo.

[68] O terreno citado foi doado para o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (IAMSPE) através do Decreto Estadual nº 117/ 1972 (SÃO PAULO (ESTADO), 1972). Por fim, acabaria reavido pela prefeitura através da Lei nº 2.956/1981 (SÃO PAULO (ESTADO), 1972, 1981).

[69] Atual avenida Vicente Lomônico.

resto, manter-se-ia um caráter mais exclusivista, próprio do uso do hotel e do futuro balneário, finalizado em 1979, cujo acesso às estruturas de banhos se dá, até hoje, apenas para associados e pagantes (INAUGURAÇÃO DO..., 2015).

Ao contrário da avaliação negativa do PLADETUR sobre o hotel da Pompeia, as áreas de suas fontes foram apresentadas como de grande interesse ao FUMEST. Isto porque, havia um potencial de lucratividade na exploração comercial do engarrafamento das suas águas minerais, tornando-se importante a ampliação da pesquisa de novas lavras no local (SÃO PAULO (Estado), 1971, p. 85). Mesmo não se viabilizando em Socorro na época, o engarrafamento de águas minerais se intensificou grandemente nas estâncias da região, especialmente através da exploração privada em Águas de Lindoia, Lindoia e Serra Negra (BORIN, 2013).

Ainda que tivesse um alcance turístico reduzido, a existência dos equipamentos da Pompeia configurou um novo eixo de urbanização em Socorro ao longo do caminho para o município de Lindoia. É nessa direção, que se concentrariam os empreendimentos voltados às casas de veraneio, até então, inexistentes no município de Socorro[70]. Esse tipo de parcelamento foi implantado junto às áreas de interesse turístico, destacando-se a Pompeia e a região da cachoeira do Saltinho, ambas com conexão mais facilitada com os centros turísticos regionais (Mapa 14). Além dessa influência das áreas turísticas, outras duas ações estaduais em Socorro se somariam à urbanização da Pompeia, tornando-se determinantes para a nova estruturação da cidade que se delineava.

A primeira delas correspondeu à supressão do ramal da CMEF que, indiretamente, estimularia a ocupação das antigas margens da ferrovia. Cessado o interesse em escoar a produção do município, essa desativação passou a interessar à CMEF e foi sendo autorizada aos poucos pelo governo estadual, com início já na década de 1950[71]. Foi assim que, em 1966, deu-se fim a essa infraestrutura na região, deixando o transporte dos moradores das áreas servidas e a modesta produção rural socorrense sem a ligação regional com Campinas.

Outra obra estadual decisiva para a cidade foi a construção do contorno rodoviário da estrada entre Bragança, Socorro e Lindoia, cujo tráfego ainda penetrava a área urbana de

---

[70] Segundo estimativa apresentada no PLADETUR, Socorro não possuía casas de veraneio pertencentes a turistas em 1971. (SÃO PAULO (Estado), 1971, p. 38).

[71] O Decreto Estadual nº. 23.456 /1954 previu, primeiro, a supressão da estação de Barão de Ibitinga, na zona rural de Socorro. Depois, o Decreto Estadual nº 37.950/1961 autorizou a desativação de todo o ramal que ligava Amparo, Monte Alegre do Sul e Socorro (SÃO PAULO (ESTADO), 1954, 1961).

Socorro e a solução vinha sendo discutida desde o plano diretor de 1959 (CPEU, 1961)[72]. Esse contorno ajudou a viabilizar os novos loteamentos residenciais que foram executados, principalmente, nas áreas entre o centro histórico e o eixo da rodovia estadual (SP-008).

Conforme pontuado, o mercado imobiliário local se converteu no ator principal do crescimento da cidade. Apesar de permanecer, até 1970, diante de um cenário de retração populacional do município[73], Socorro assistiu à profusão do número de parcelamentos aprovados. Nos dados da Diretoria de Tributos da PMES, somam-se 14 parcelamentos que foram propostos, principalmente, nas décadas finais deste período abordado e cujo número total é superado apenas pelo alcançado nos anos 2000 (Tabela 1)[74].

Chamados em Socorro de "jardins" e "vilas", esses empreendimentos foram implantados, muitas vezes, junto às trilhas antigas de saída da cidade, em propriedades que, antes rurais, foram desmembradas para venda pelas novas empresas imobiliárias surgidas. Em meio a essas novas áreas urbanizadas, o papel dos equipamentos urbanos na estruturação do crescimento da cidade acabou diminuído. Se antes eles surgiam inaugurando as áreas

Tabela 1: Loteamentos aprovados entre 1961 e 1980, constantes no acervo da Diretoria de Tributos da PMES.

LOTEAMENTOS IDENTIFICADOS	DATAS DE APROVAÇÃO
Jardim Araújo	[196-]
Vila Santa Maria	[196-]
Jardim Nossa Senhora Aparecida (Aparecidinha)	[196-]
Jardim Teixeira	1972
Loteamento Batista	1973
Jardim da Pompeia	1975
Loteamento Cavalhieri João Della Magiori Orlandi	1977
Loteamento Jardim Barbosa	1978
Loteamento Jardim Carvalho	1979
Residencial Bela Vista	[1979?]
Jardim Jussara	1979
Loteamento Jardim Gollo	1980
Recanto Pedra Branca	1980
Jardim Saltinho	1980

Fonte: Camila Conti, 2021.

[72] Constava no relatório do CPEU (1961, p. 67) a proposta de dois esquemas de desvio, vistos no Mapa 8.

[73] Entre 1970 e 1980, o município de Socorro deixou de perder população (Ver Apêndice 1).

[74] Para os números referentes ao século XXI, ver Tabela 4 no Capítulo 6.

graduais de ocupação, agora o chão urbano passou a chegar primeiro, sem esses marcos locais definidos.

As novas ruas construídas nesses empreendimentos tinham, em geral, um padrão dimensional similar ao praticado nas áreas de ocupação histórica, sendo estreitas, com larguras girando em torno dos 12 metros[75]. Além disso, esses novos bairros mantinham igualmente um padrão de escassez de espaços livres públicos, tendo sido previstos apenas pequenos largos e áreas verdes que correspondiam, na maioria dos casos, às margens dos corpos d'água. Apesar de aprovados, poucos foram os parcelamentos efetivamente ocupados até 1980. É o que se verifica no Mapa 14, correspondente ao ano de 1978, data do levantamento aerofotogramétrico usado como base para o mapeamento apresentado (IGC, 1979). Socorro chegou ao ano de 1980 com vários trechos novos de cidade por ocupar, como os que podem ser vistos na Figura 47, que seriam consolidados apenas nas décadas seguintes.

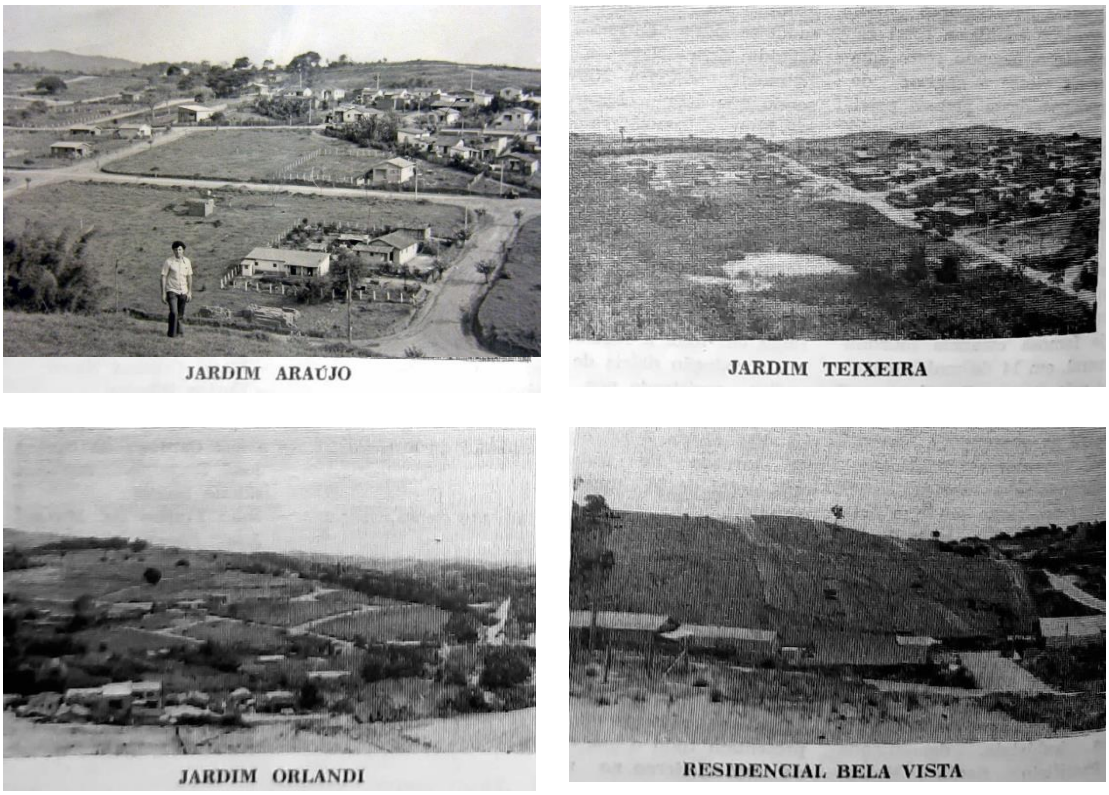
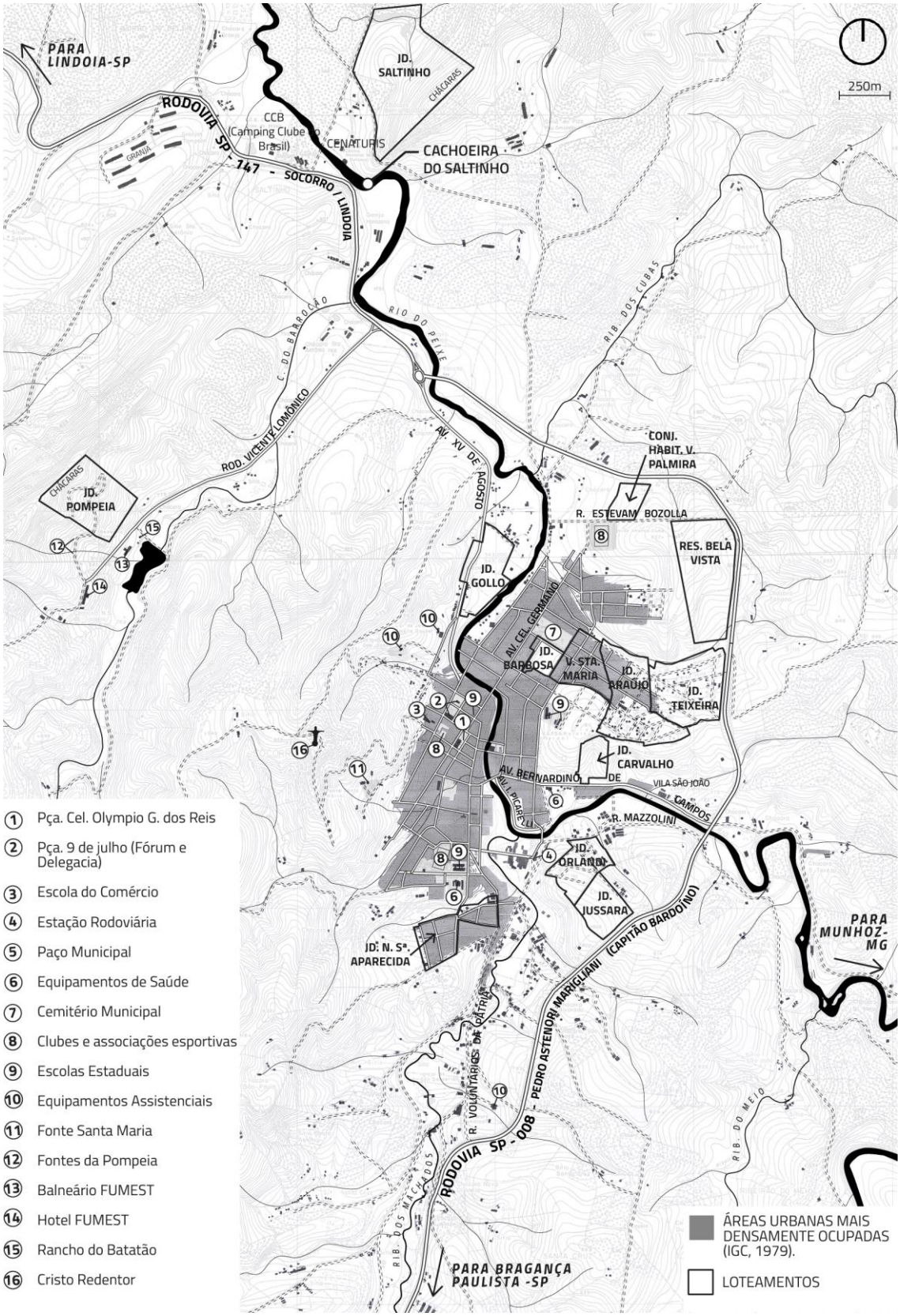


Figura 47: Alguns dos empreendimentos do período entre 1961 e 1980.
Fonte: Barbosa, Oliveira e Netto, 1979; Acervo pessoal de Vilma Simões. Compilação Camila Conti, 2021.

[75] A maioria do traçado de Socorro é composto por vias estreitas de largura variável. As avenidas giram em torno dos 17 metros, como na avenida Bernardino de Campos e 19 metros, como na avenida Doutor Rebouças. Poucas são as calçadas que ultrapassam os dois metros de largura.



Mapa 14: A cidade de Socorro até 1980.

Fonte: IGC, 1979. Edição e anotações: Camila Conti, 2021.



Figura 48: Asfaltamento da rua Campos Salles, [197-].
Fonte: Arquivo pessoal de Vilma Simões.



Figura 49: Vista da rua Treze de Maio com sua nova ocupação de pequenos edifícios comerciais e residenciais. Foto tirada durante a limpeza feita após a grande cheia do rio do Peixe de 1970.
Fonte: Jornal O Município de Socorro, 2021.

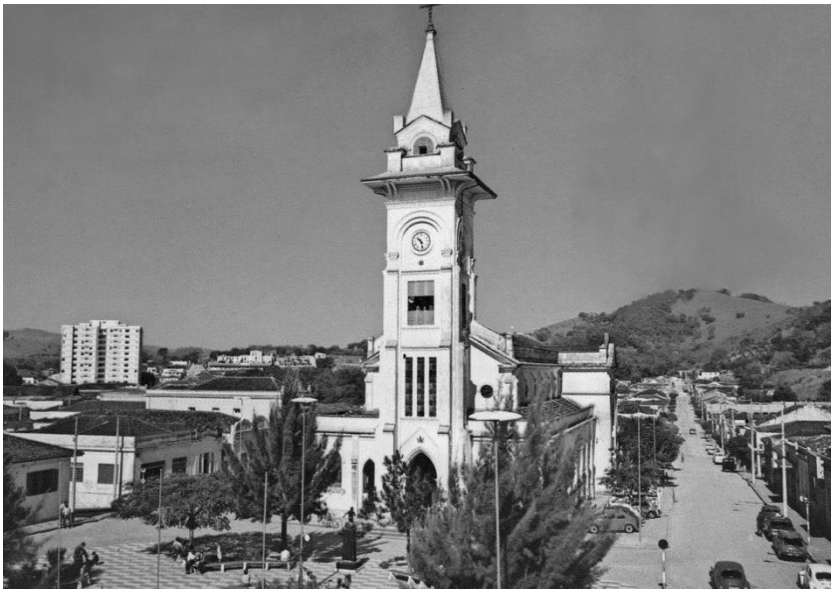


Figura 50: Vista da cidade tomada da praça da Matriz. Aos fundos, à esquerda, destaca-se Prédio dos 40; à direita, o morro do barrocão, [196-].
Fonte: Arquivo pessoal de Vilma Simões.

Sendo assim, a cidade de Socorro deste período se manteria ainda marcada pela concentração das atividades urbanas no entorno de suas áreas já consolidadas, o que se vê demostrado na distribuição de seus equipamentos urbanos. Os novos edifícios públicos também surgiriam sobrepondo-se a estruturas antigas, prática que se tornaria comum na cidade, com poucas áreas disponíveis que foram se revezando em seus usos[76].

Ainda assim, a cidade de Socorro ganhava uma nova feição, e isso se dava também por conta da profusão de obras pontuais que se uniam a esses novos empreendimentos imobiliários. Foi entre 1970 e 1980 que se viu pela primeira vez na cidade as obras de asfaltamento das ruas (Figura 48)[77]. Além disso, assistiu-se à construção de pontes maiores em concreto armado, que foram inauguradas em vários pontos de travessia do rio do Peixe[78]. Edifícios públicos, como o do Fórum Municipal, construído onde havia sido o Jardim Público, chamavam também a atenção para as novas iniciativas estaduais na cidade.

Naquela época, aconteciam também as primeiras tentativas de verticalização da ocupação do centro histórico. No geral, trava-se de edifícios pequenos, com três ou quatro pavimentos que passaram a substituir alguns dos casarões térreos, especialmente nas ruas Campos Salles e Treze de maio (Figura 49). Contrastando com esses casos, a construção

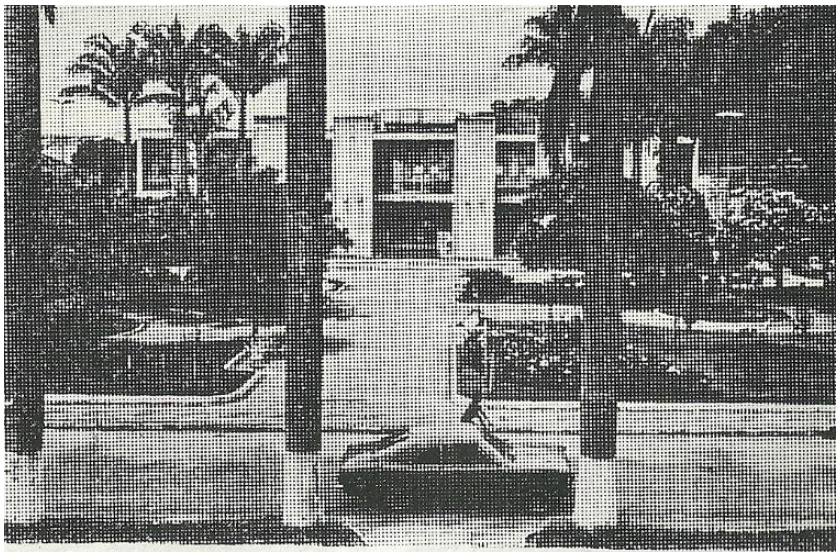


Figura 51: Edifício do Fórum Municipal construído na praça Nove de Julho. Autor desconhecido.
Fonte: Barbosa, Oliveira e Netto, 1979, p. 135.

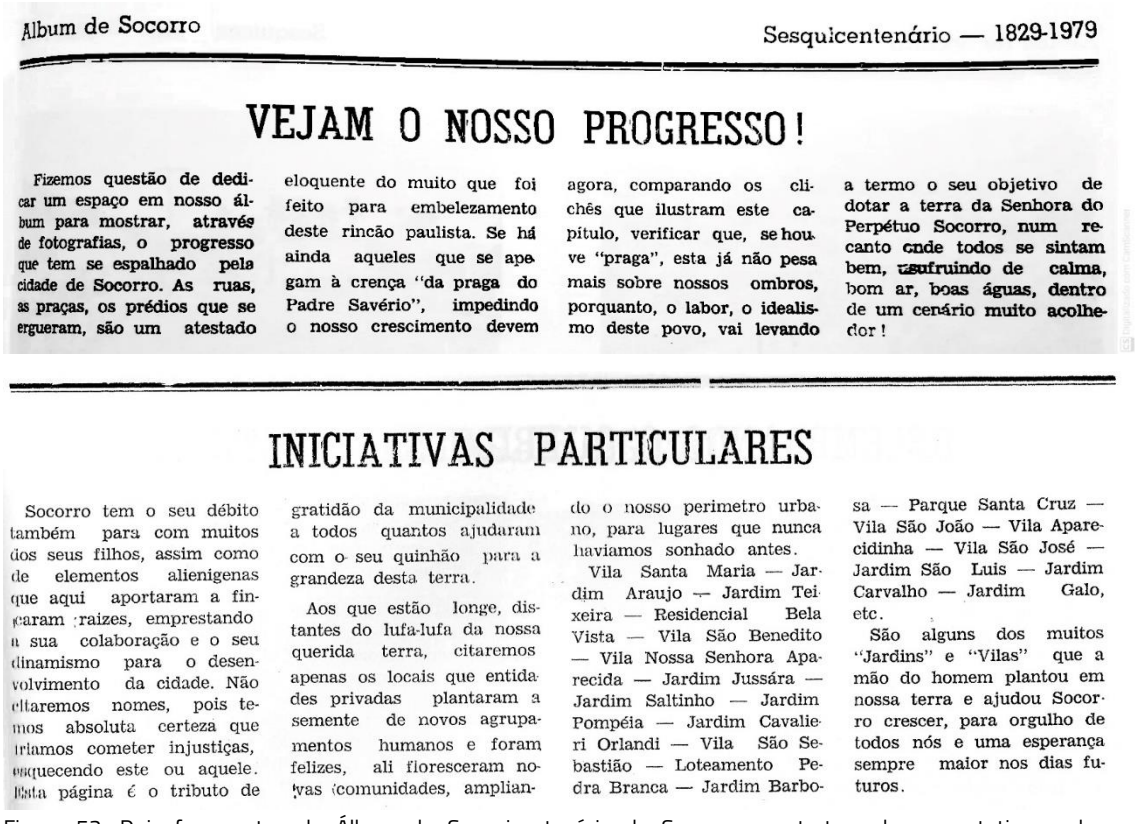
[76] Isso pode ser visto, por exemplo, no caso do Fórum Municipal, construído onde houvera o antigo Jardim Público da cidade, e onde, na década de 1950, funcionara uma quadra poliesportiva (DECADA DE..., 2021).

[77] Iniciado na gestão dos prefeitos nomeados Imir Baladi (1970-1975) e finalizado na gestão de Antônio Augusto Ferraz Tassara (1975-1979), segundo Barbosa, Oliveira e Netto (1979).

[78] Cita-se aqui as obras da "ponte da Estação", assim chamada por sua localização junto à antiga estação da CMEF, inaugurada em 1972; a ponte do Saltinho que viabilizou os loteamentos de chácaras daquele bairro e a ponte "da rua do Expresso". (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979).

isolada dos 11 pavimentos do "Prédio dos quarenta" se fazia destacar no panorama da cidade (Figura 50).

Essas intervenções podiam não ser suficientes para tirar Socorro da situação de desigualdade com as principais estâncias próximas. Também não serviriam para que a cidade pudesse lidar, por exemplo, com os problemas relativos aos eventos das grandes cheias do rio do Peixe, cujas inundações se mantinham historicamente invadindo todo o centro da cidade, ocorrendo de maneira frequente naquelas décadas[79]. No entanto, ao que parece, essas obras causavam uma impressão significativa de mudança para a pequena cidade. Nesse sentido, o Álbum do Sesquicentenário, produzido de maneira coletiva pelos socorrenses no período, torna-se um registro privilegiado. Por ser um documento comemorativo, o tom geral é lisonjeiro sobre a história transcorrida desde a fundação formal da cidade, em 1829, até o ano de 1979 (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979). Dos vários relatos e descrições reunidos nas suas duzentas páginas, adquire-se algumas vozes convergentes sobre o que se



Album de Socorro

Sesquicentenário — 1829-1979

VEJAM O NOSSO PROGRESSO!

Fizemos questão de dedicar um espaço em nosso álbum para mostrar, através de fotografias, o progresso que tem se espalhado pela cidade de Socorro. As ruas, as praças, os prédios que se ergueram, são um atestado eloquente do muito que foi feito para embelezamento deste rincão paulista. Se há ainda aqueles que se apegam à crença "da praga do Padre Savério", impedindo o nosso crescimento devem agora, comparando os clichês que ilustram este capítulo, verificar que, se houve "praga", esta já não pesa mais sobre nossos ombros, porquanto, o labor, o idealismo deste povo, vai levando a termo o seu objetivo de dotar a terra da Senhora do Perpétuo Socorro, num recanto onde todos se sintam bem, usufruindo de calma, bom ar, boas águas, dentro de um cenário muito acolhedor!

INICIATIVAS PARTICULARES

Socorro tem o seu débito também para com muitos dos seus filhos, assim como de elementos alienígenas que aqui aportaram a fincaram raízes, emprestando a sua colaboração e o seu dinamismo para o desenvolvimento da cidade. Não citaremos nomes, pois temos absoluta certeza que iríamos cometer injustiças, esquecendo este ou aquele. Esta página é o tributo de gratidão da municipalidade a todos quantos ajudaram com o seu quinhão para a grandeza desta terra.

Aos que estão longe, distantes do lufa-lufa da nossa querida terra, citaremos apenas os locais que entidades privadas plantaram a semente de novos agrupamentos humanos e foram felizes, ali floresceram novas comunidades, ampliando o nosso perímetro urbano, para lugares que nunca havíamos sonhado antes.

Vila Santa Maria — Jardim Araujo — Jardim Teixeira — Residencial Bela Vista — Vila São Benedito — Vila Nossa Senhora Aparecida — Jardim Jussára — Jardim Saltinho — Jardim Pompéia — Jardim Cavalieri Orlandi — Vila São Sebastião — Loteamento Pedra Branca — Jardim Barbosa — Parque Santa Cruz — Vila São João — Vila Aparecidinha — Vila São José — Jardim São Luis — Jardim Carvalho — Jardim Galo, etc.

São alguns dos muitos "Jardins" e "Vilas" que a mão do homem plantou em nossa terra e ajudou Socorro crescer, para orgulho de todos nós e uma esperança sempre maior nos dias futuros.

Figura 52: Dois fragmentos do Álbum do Sesquicentenário de Socorro que tratam das expectativas sobre o desenvolvimento do município e o crescimento da cidade.
Fonte: Barbosa, Oliveira e Netto, 1979.

[79] Ocorreram dois eventos de grandes cheias que devastaram o centro da cidade, primeiro em 1970 e 13 anos depois, em 1983. Antes disso, um evento de mesma magnitude havia acontecido apenas na década de 1940 (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979).

escolhia comemorar na ocasião, duas delas relevantes para este trabalho, uma vez que falam sobre a relação com a paisagem e sobre as expectativas colocadas ao crescimento da cidade.

Havia, por um lado, uma vontade de registrar cada uma das iniciativas locais que vinham sendo implantadas – cada loja comercial, pequena fábrica ou equipamento público. As novas iniciativas imobiliárias da época eram apresentadas de modo bastante favorável, vistas como um novo meio de desenvolvimento local. "Vejam nosso progresso!", diziam os editores do documento, fazendo referência também às novas ruas e construções que podiam indicar que Socorro voltaria a crescer e se desenvolver, como mostram os fragmentos registrados na Figura 52.

Simultâneo ao elogio das obras socorrenses figurava também no álbum comemorativo o elogio às belezas naturais do município. Socorro era estância hidromineral há mais de 30 anos, por isso, as qualidades de suas águas terapêuticas ainda constavam como propaganda turística, focada principalmente nas fontes da Pompeia. No entanto, incorporavam-se também as novas áreas de potencial turístico que correspondiam a lugares singulares do meio físico do município, na maioria das vezes, tratando-se das quedas d'água do rio do Peixe, como a cachoeira do Rancho Alegre, vista nos materiais de divulgação da cidade (Figura 53).

Na apresentação desses lugares, fazia-se questão de destacar suas qualidades paisagísticas, ao mesmo tempo em que se incluía o seu papel turístico. É o que se vê no trecho a seguir onde a descrição da paisagem era acompanhada do convite à visita feito ao turista e de uma crítica indireta ao limitado papel do município no setor:

> [...] nós, os seus habitantes podemos nos orgulhar de nosso "habitat" ser um lugar tão privilegiado por seu clima ameno, suas águas encantadas e seus recantos maravilhosos. Por todos os lados nossas vistas descortinam paisagens atraentes e no ondular de seu terreno, as montanhas recortam o horizonte, como a querer mostrar a sua proximidade com a paz azulada dos céus. Adentrando o município, de norte a sul, o viandante vai se extasiando com o caprichoso marulhar das águas do sonolento rio do Peixe, que, não raras vezes, sai do seu torpor para despencar em saltos, cachoeiras e corredeiras barulhentas!
> O vozerio das águas é uma ordem de parada! Ninguém há que por elas passe sem se deter numa admiração muda e embevecida. O homem dotado de rara inteligência ainda se curva à perfeição da natureza! E nessa contemplação admirativa vive o seu reconhecimento à majestade do Divino Construtor! Em tudo há o sinal da mão onipotente de Deus! E é para nós, neste pequeno rincão paulista, devemos reconhecer a prodigalidade com que fomos premiados. Aqui estão tantas belezas naturais que seria injusto que algumas delas não viessem enriquecer as páginas de nosso álbum. Queremos com isso formular um convite para que nos visitem aqueles que ainda sabem valorizar as obras da Mãe Natureza e deixar um "alô" às digníssimas autoridades para voltarem suas vistas ao que podemos oferecer de atrativo no campo turístico. (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979, p. 74)

Esse único registro que permite uma aproximação das ideias da época, aponta para as expectativas socorrenses do período. A construção do balneário da AFPESP na Pompeia, coroava o anseio socorrense de figurar no rol das estâncias do estado de São Paulo, com a perspectiva de receber só naquela estrutura, 10.000 turistas por ano (BARBOSA; OLIVEIRA; NETTO, 1979, p. 130). Ironicamente, no entanto, Socorro terminaria esse período de sua história perdendo temporariamente seu título de Estância Hidromineral. A Lei Estadual nº 1.844/ 1978 transformou o município em "Estância Turística" um ano antes de ser finalizado o balneário que equiparia Socorro, pela primeira vez, para as atividades de hidrologia médica (SÃO PAULO (Estado), 1978).

Entre as novas áreas de interesse dessa fase do turismo de Socorro, figurava no Álbum do Sesquicentenário, ainda que com pouco destaque, a estátua do Cristo Redentor construída sobre o morro da fonte Santa Maria. A visita ao monumento era anunciada no álbum como uma oportunidade de, através de sua estrada de acesso, ver descortinada a vista da cidade (Figura 54).

Apesar de não configurar ainda o mirante que passará a ser conhecido como um dos pontos turísticos principais da cidade, será a partir desse monumento que se dará início à descrição da relação de cidade e morro do período, feita a seguir.

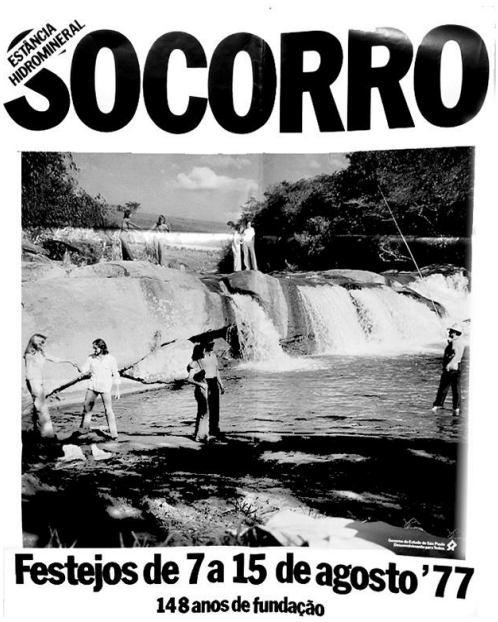


Figura 53: Folheto dos festejos de aniversário da Estância Hidromineral de Socorro de 1977, com destaque para a cachoeira do Rancho Alegre.
Fonte: Jornal O Município de Socorro, 2017.


1 — O Cristo Redentor se coloca num ponto bem alto e para lá chegarmos existe uma estrada que, partindo da rodovia Socorro-Lindóia. (hoje rodovia Dr. Otavio de O. Santos), vai circundando o morro, oferecendo paisagem encantadora de toda a cidade.

Estátua do Cristo Redentor, erguida no Morro da Fonte Santa Maria, por iniciativa do então prefeito Antonio Floriano Barboza Junior e Exma. Senhora, tendo a seus pés a cidade de Socorro.

Figura 54: Apresentação da estátua do Cristo Redentor de Socorro no Álbum do Sesquicentário do município.
Fonte: Barbosa, Oliveira e Netto, 1979, p. 173.

4.2. A CIDADE E OS MORROS ATÉ 1980

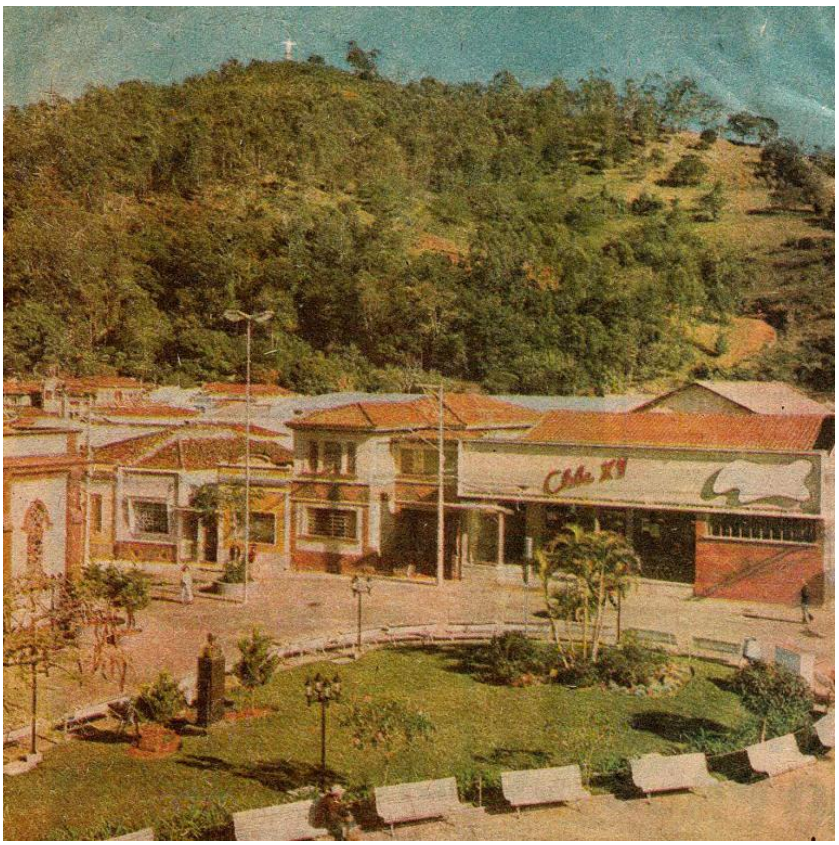


Figura 55: Vista do morro do Cristo de Socorro tomada a partir da Praça Cel. Olympio Gonçalves dos Reis (praça da Matriz), [197-].
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.

Poucas informações são encontradas sobre a construção do Cristo Redentor de Socorro. Daquilo que já foi publicado na imprensa local, tem-se que a execução do monumento deu-se a partir da iniciativa de moradores que, em 1968, fizeram um rateio para a compra das peças de concreto armado produzidas em Amparo. A construção foi, então, executada pela prefeitura local, levando em torno de seis meses para sua finalização (MIRANTE DO..., 2021). Foi dessa maneira, que o cume do morro da fonte Santa Maria terminou encimado pela estátua de aproximadamente 12 metros de altura[80], que aparece elevada por sobre a cidade, a 939 metros de altitude acima do nível do mar.

Essa iniciativa dos socorrenses se inseriu, no entanto, em uma tendência já popularizada no Circuito das Águas. Socorro, na verdade, foi a penúltima das estâncias vizinhas a adquirir seu exemplar do monumento e instalá-lo em um topo de morro da região.

[80] Somadas as alturas de estátua e pedestal.

Monte Alegre, por exemplo, já tinha seu Cristo instalado desde 1945 a 872 metros de altitude (acima do nível do mar). Serra Negra havia sido a segunda da região, com a construção datada de 1952 de um monumento de 17 metros de altura no pico da Fonseca, a 1080 metros de altitude. Lindoia construiu seu Cristo Redentor em 1960 no morro do Mosquito, a 1400 metros de altitude. Por fim, Amparo inaugurou a maior estátua da região em 1966, com 17,2 metros de altura, erigida no morro da Biquinha, elevando-se a 863 metros de altitude. Somente Águas de Lindoia, a principal estância hidromineral da região, aguardaria um pouco mais, tendo executado seu monumento nos anos de 1990 sobre o morro do Cruzeiro, a 1054 metros de altitude (FREITAS, 2021; ROTA DAS ÁGUAS, [*s. d.*]; TRIBUNA DAS ÁGUAS, 2021; TURISMO EM MONTE ALEGRE DO SUL, [*s. d.*]).

Entre todos esses monumentos existe o elemento comum de se configurarem claramente como uma versão do Cristo Redentor construído no alto do morro do Corcovado na cidade do Rio de Janeiro, inaugurado em 1931. Nesse sentido, essas estátuas que marcam o Circuito das Águas dividem com a obra original um pouco da convivência entre os



Figura 56: Os vários Cristo Redentores do Circuito das Águas existentes no período. Acima: Monte Alegre do Sul e Serra Negra. Abaixo: Amparo e Lindoia.
Fonte: Turismo em Monte Alegre; Rota das Águas; Tribuna das Águas, 2021; Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, 2020; Circuito das Águas Paulista, 2019. Compilação: Camila Conti, 2021.

aspectos claramente religiosos do monumento, sua configuração específica na topografia e suas características de serem ícones turísticos das cidades nas quais se implanta.

Referente a essas questões, como mostra Giumbelli (2008), o Cristo Redentor do Corcovado assinalou um discurso novo, tanto no campo das devoções religiosas quanto no campo artístico e tecnológico brasileiros. A implantação do monumento se deu em um contexto recém-republicano do país. Destacada pela modernidade de sua construção, que reuniu avanços técnicos compatíveis a um grande arranha-céu de concreto armado, o processo de concepção daquela obra foi assinalado também pelas novas pretensões eclesiásticas da Igreja católica, que disputava os discursos da época e pretendia estabelecer um vínculo entre catolicismo e nacionalidade, de modo que a presença do Cristo católico se tornasse auto evidente na vida dos brasileiros:

> Se o Estado recusara a religião, diziam os intelectuais católicos, tratava-se então de relembrar que a nação, por sua história e por seu povo, estava imersa no cristianismo. A data originalmente planejada para a inauguração do monumento ao Cristo Redentor era 1922, para acompanhar as comemorações da independência. Contudo, só ocorreu em 1931, e o dia foi escolhido para celebrar a chegada de Colombo às Américas como marco da cristianização do continente. Na solenidade no alto do Corcovado, diante de Getúlio Vargas e de várias autoridades, os bispos católicos abençoaram a imagem proclamando Cristo como rei e solicitando que ele salvasse o Brasil. (GIUMBELLI, 2008, p. 85)

Marcando a então capital do país, o monumento tornava-se, assim, um exemplo dos limites e das frequentes cumplicidades entre autoridades estatais e as instituições religiosas no Brasil. Por outro lado, a solução de projeto que estilizou a imagem do Cristo em traços lineares, de influência *art déco,* carregou em si uma consequência para o efetivo uso religioso daquele lugar elevado do morro.

Apesar de ter constado entre as soluções apresentadas no concurso público da obra, acabou derrotado o projeto que garantiria uma funcionalidade dirigida diretamente para o culto no local. Tratava-se da proposta de Adolfo Morales de los Rios, que pretendia, nas palavras do autor, "converter o Corcovado no Monte Sagrado da Capital brasileira" (RIOS, p. 8 *apud* GIUMBELLI, 2008, p. 91).

Essa configuração de "monte sagrado" remete à tradição iniciada pelo eremitério da ordem franciscana da Igreja Católica, que desde o século XIII havia adotado o Monte Verna, na Itália, como local de peregrinação devota. Foi através da empreitada do frade franciscano Bernardino Caimi, em 1486, que esse monte recebeu uma configuração específica, sendo dotado por um complexo de capelas temáticas que passaram a guiar a subida dos peregrinos formando as "estações da cruz" que, espalhadas pelas encostas do monte, demarcavam de

maneira teatral os lugares de contemplação e oração. Popularizado durante a Contra-Reforma, esse tipo de configuração, que toma todo o monte como local de uso religioso e que culmina com símbolos da "paixão de Cristo, se tornou popular nos montes europeus. Essas obras foram construídas, por exemplo, em Granada, na Espanha, em Braga em Portugal e no Monte Valérien, o popular local de perigrinação adotado pela aristocracia parisiense do século XVII (SCHAMA, 1996).

Divergindo dessa solução tradicional, o projeto vencedor do Cristo Redentor do Rio de Janeiro[81], suprimiu as estruturas de culto que estariam presentes no topo do morro, prevendo apenas uma pequena capela de capacidade reduzida sob o pedestal do monumento[82]. Diminuída a dimensão especificamente católica do monumento, o Cristo Redentor do morro do Corcovado tornou-se um ícone paisagístico da cidade do Rio de Janeiro: "Os cariocas e, em certa medida, todos os brasileiros acostumaram-se a ter o Cristo como seu ícone. Folhetos e cartazes turísticos da EMBRATUR passaram a adotar a figura da estátua, cartunistas e publicitários se apropriaram de sua imagem" (Menezes, 2001, p. 22 *apud* GIUMBELLI, 2008).

Em meio a essa influência da obra original, as estátuas do Circuito das Águas herdaram sua configuração e o uso turístico proeminente. Por exemplo, se repetiu a construção acompanhada de mirantes, como em Serra Negra que, durante a década de 1970,

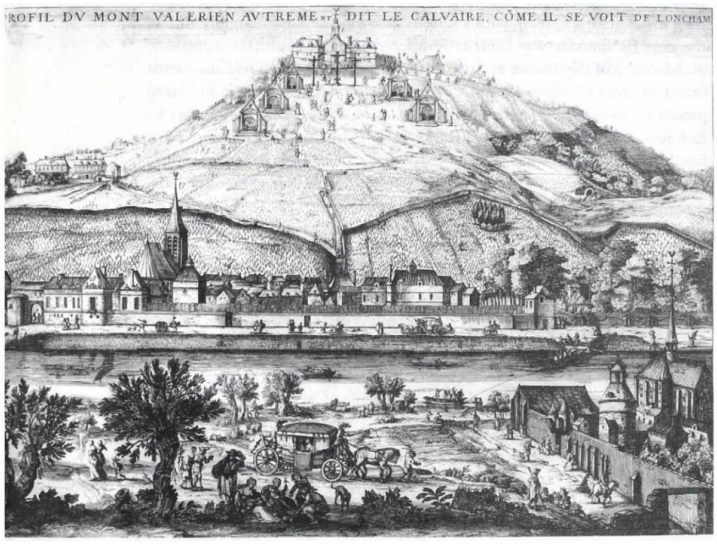


Figura 57: O monte sagrado em seu esquema tradicional com o arranjo de capelas nas encostas e no topo, culminando nas cruzes da paixão de Cristo. Anônimo, gravura, *Profit du Mont Valerien*, meados do século XVII.
Fonte: Schama, 1996, p. 439.

[81] A solução final do projeto foi formatada através da intervenção do escultor Paul Landowski no projeto original de Heitor da Silva Costa (GIUMBELLI, 2008).

[82] O sítio não chegou a se efetivar como local de culto, apesar das tentativas posteriores da Arquidiocese carioca de restituir o caráter e o uso religioso da obra. Em 2006, por exemplo, o local foi convertido em "Santuário do Cristo Redentor", condição que o habilitou para a realização cerimonial de casamentos e batizados em sua capela (GIUMBELLI, 2008, p. 93).

acrescentou ao mirante um teleférico que passou a ligar o local com a parte baixa da cidade, facilitando o passeio turístico.

Entre todos esses monumentos há também em comum o fato de terem sido escolhidos morros expressivos e elevados o suficiente para se destacarem sobre a cidade. No entanto, quando comparados ao original, sob vários aspectos as versões do Circuito das Águas se apequenam. A estátua carioca possui 38 metros de altura e foi instalada a 710m do nível do mar, sobrepondo-se à cidade litorânea (MENDONÇA, 2021). O morro do Corcovado também se destaca na topografia do Rio de Janeiro pela dramaticidade de suas formas e de seus afloramentos rochosos que contrastam com a vegetação tropical de suas encostas (Figura 58). No caso de Socorro, por exemplo, o morro do Cristo se eleva a apenas 184 metros acima do centro da cidade[83]. Apesar de seu dorso mais alongado e marcado, formado por seus divisores de águas, e de seu cume um pouco pontiagudo, ele também não se difere dramaticamente dos morros do entorno.

Esses morros, que vinham se tornando populares na região do Circuito das Águas, não configuravam lugares de grande valor paisagístico para os critérios do turismo da época. Ao menos é o que se vê expresso no relatório do PLADETUR (SÃO PAULO (Estado), 1971).



Figura 58: Cristo Redentor no morro do Corcovado da cidade do Rio de Janeiro.
Fonte: Agência de Turismo Receptivo do Rio de Janeiro, 2018.

[83] Considerando aqui a diferença de cota entre o cume do morro a 939 metros e o nível da praça da Matriz, a 755 metros acima do nível do mar.

Mostrados no Mapa 13, vê-se que constavam, como objetos do "Programa de preservação e desenvolvimento dos recursos paisagísticos e naturais" do plano, quatro formações de relevo da região: a Pedra Grande de Atibaia, o morro Guaripocaba de Bragança Paulista, o Alto da Serra Negra e o Morro Pelado de Águas de Lindoia. Para esses locais sugeria-se uma normatização que regulamentava o uso do solo e os tipos de equipamentos adequados para os pés, as encostas e os cumes dos morros[84]. Conforme dito, a seleção dessas formações topográficas usou como critérios tanto as condições de acesso que pudessem viabilizar a implantação de novos equipamentos turísticos quanto as suas características singulares.

Nesse sentido, a Pedra Grande, por exemplo, era identificada como um dos principais recursos naturais do Circuito. O grande afloramento rochoso que forma uma laje granítica era já usado na propaganda turística do município e poderia ser integrado a um conjunto de clubes de montanha e parques pré-existentes, através da melhoria das suas estradas de acesso. (SÃO PAULO (Estado), 1971, p. 44).

Sobre o morro Guaripocaba, o relatório do plano apontava que, apesar de possuir atrativos consideráveis, as condições de aproveitamento não eram ainda favoráveis. A grande área alagada da represa dos rios Jaguari e Jacareí[85] e as casas de veraneio de seu entorno poderiam ampliar as possibilidades do seu uso turístico pelo município (São Paulo, 1971, p. 44–48).

O Alto da Serra Negra, formação que deu nome ao município, era importante por sua configuração singular: "forma-se um grande patamar que se desfaz abruptamente em escarpas íngremes, a leste. Desse topo, avistam-se várias cidades da região e a própria cidade de Serra Negra, ao sopé da elevação" (SÃO PAULO (Estado), 1971, p. 45). Por essa configuração, o turismo do município de Serra Negra poderia valer-se de um adequado tratamento paisagístico no local e do incentivo à instalação de restaurantes, casas de show e similares em seu topo.

O Morro Pelado também era singular por sua altitude, à qual se acrescentava o fato de localizar-se na divisa de São Paulo e Minas Gerais, garantindo uma vista excepcional das áreas dos dois estados (SÃO PAULO (Estado), 1971, p. 45).

---

[84] Era proposto um arranjo típico que previa o uso com mirantes, restaurantes e bares e limitava o acesso de veículos motorizados a até 50 metros abaixo da cota máxima do cume dos morros (SÃO PAULO (Estado), 1971, p. 61).

[85] Prevista no período para compor o sistema da Canteira de abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo.

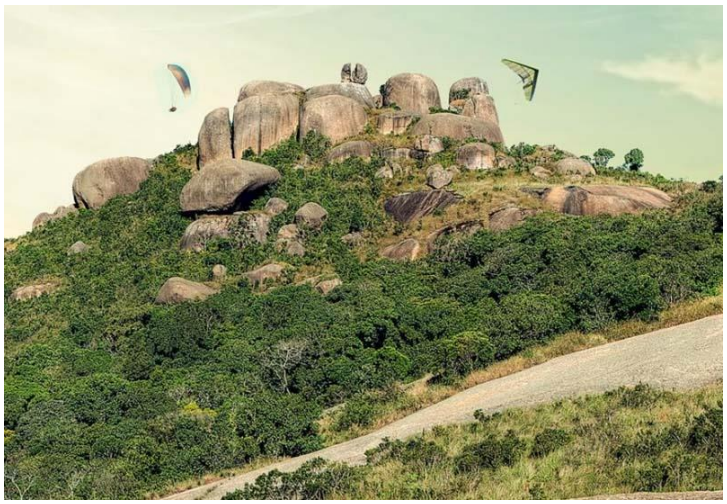




Figura 59: Dois dos morros notáveis do Circuito das Águas, segundo o PLADETUR 1972-1980: Acima Pedra Grande em Atibaia; abaixo, Morro Pelado em Águas de Lindoia.
Fonte: O Atibaiense, 2019; Página de Águas de Lindoia, Tripadvisor®, 2021.

Contrastando com esses lugares, os morros "do Cristo" do Circuito das Águas acabariam classificados no plano como locais de pouca riqueza paisagística, que necessitariam de tratamento específico para poderem ser incorporados às atividades turísticas:

> Nos diversos municípios do Circuito, notam-se ainda outras elevações menos destacadas como potencial de atração turística. Entre elas, pode-se mencionar a Pedra Vermelha, em Atibaia; o Morro ltapechinga, em Bragança Paulista; o Morro Cruzeiro, em Lindóia e Águas de Lindóia; o Morro do Cristo, em Serra Negra, Monte Alegre do Sul e Amparo. Embora ofereçam pouca riqueza paisagística, essas elevações geralmente são mais frequentadas pelos turistas do que as destacadas anteriormente.
> A razão deste fato está na proximidade dos núcleos urbanos e nos acessos relativamente bons. O tratamento dos cumes e das paisagens, contudo, é quase sempre monótono e não motiva a permanência mais prolongada do turista. Algumas dessas áreas, sobretudo aquelas próximas aos polos turísticos regionais, poderiam ser mais bem aproveitadas para rápidos passeios diurnos ou noturnos, mediante a instalação de bares, quiosques, belvederes e mirantes. (SÃO PAULO(Estado), 1971, p. 45)

Tendo a mais recente das estátuas do Cristo Redentor da região, o antigo morro da fonte Santa Maria não chegava a ser citado nessa listagem das elevações relevantes da região.

Também a solução da obra, ao que se vê da descrição da época constante no Álbum do Sesquicentenário (Figura 54), não foi dotada de um mirante, que seria acrescentado à estátua apenas em período posterior.

Embora o novo morro do Cristo fosse expressivo e importante historicamente para os socorrenses, restava a ele um papel limitado. Ainda assim, Socorro se inseriu na tendência da época de procurar pelos lugares mais especiais do terreno, como as cachoeiras e os morros, e de tentar dar a eles destaque, vinculados aos seus potenciais de uso turístico.

Na escala local, essa atitude de hierarquização dos lugares trouxe também consequências à maneira como a urbanização do período se efetuaria sobre a topografia. Na análise da implantação dos novos parcelamentos urbanos, vê-se que o primeiro aspecto dessa hierarquização é dado na escolha dos que seriam os morros considerados urbanizáveis.

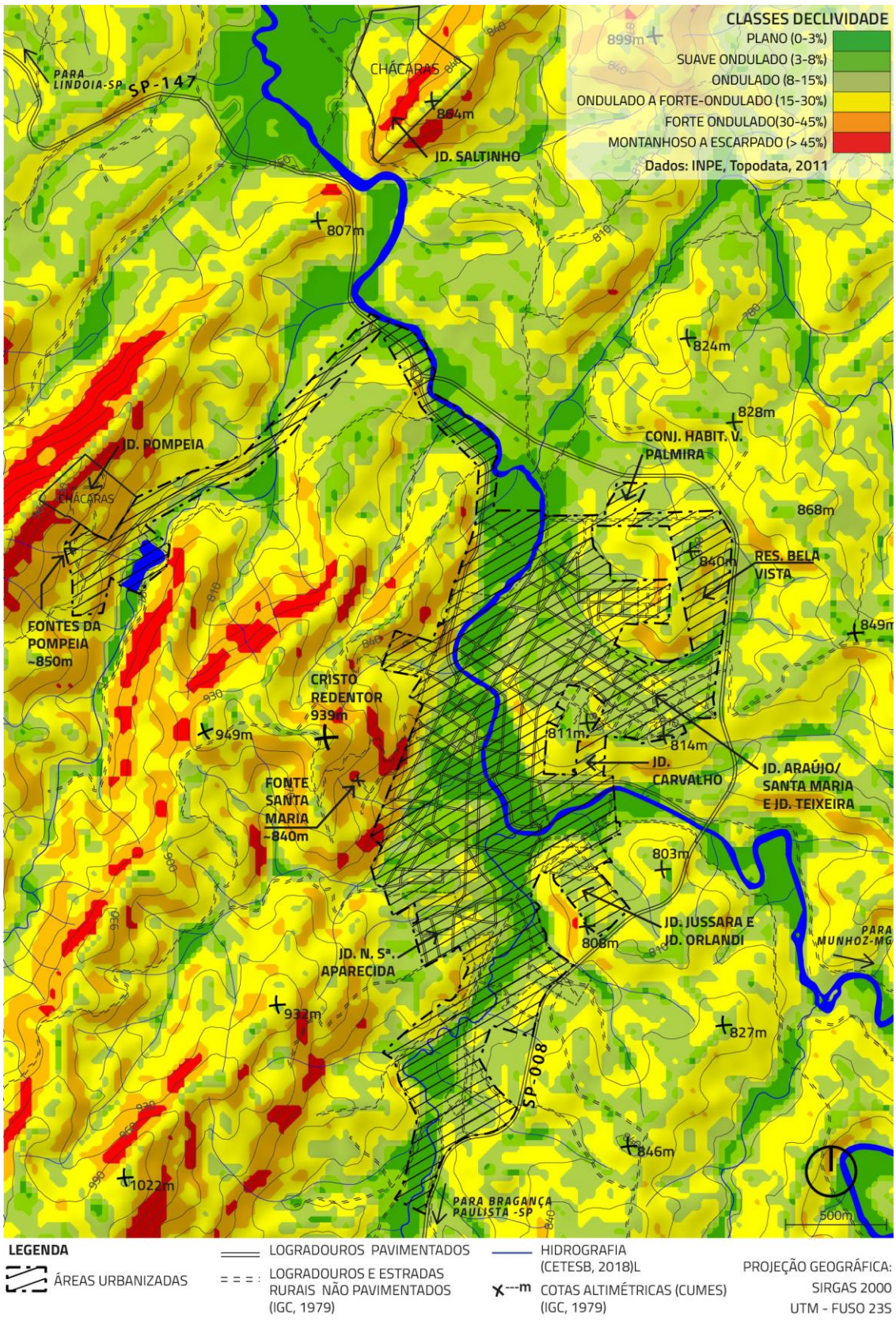
De maneira geral, os novos loteamentos urbanos ocuparam de modo mais pronunciado os terrenos ondulados a fortemente ondulados próximos ao núcleo histórico (Mapa 15). Essas áreas correspondem aos morros arredondados e mais baixos que foram englobados ao centro urbano através do traçado da rodovia. Como pode ser visto no Mapa 16, esse traçado passou por detrás dos seus cumes, conformando essa situação de se ter os morros incluídos à cidade. Esses morros são identificados no referido mapa pelos nomes que são usados ainda hoje como recurso de localização na cidade de Socorro: morro do União-Bela Vista[86]; morro do Ginásio e morro dos jardins Jussara e Orlandi.

Contrastando com o dorso alongado e mais expressivo do morro do Cristo, foram essas as formações escolhidas como as primeiras a serem urbanizadas. Uma hierarquização dessas formas topográficas é encontrada também no modo específico da implantação dos lotes e ruas dos empreendimentos. Alguns dos novos parcelamentos mantiveram-se implantados nos terrenos mais favoráveis, evitando as vertentes com declividades maiores (próximas a 30%)[87]. Acompanhou o gesto de ocupar esses compartimentos, a atitude de lotear até a linha divisora das águas, mas não a ultrapassar.

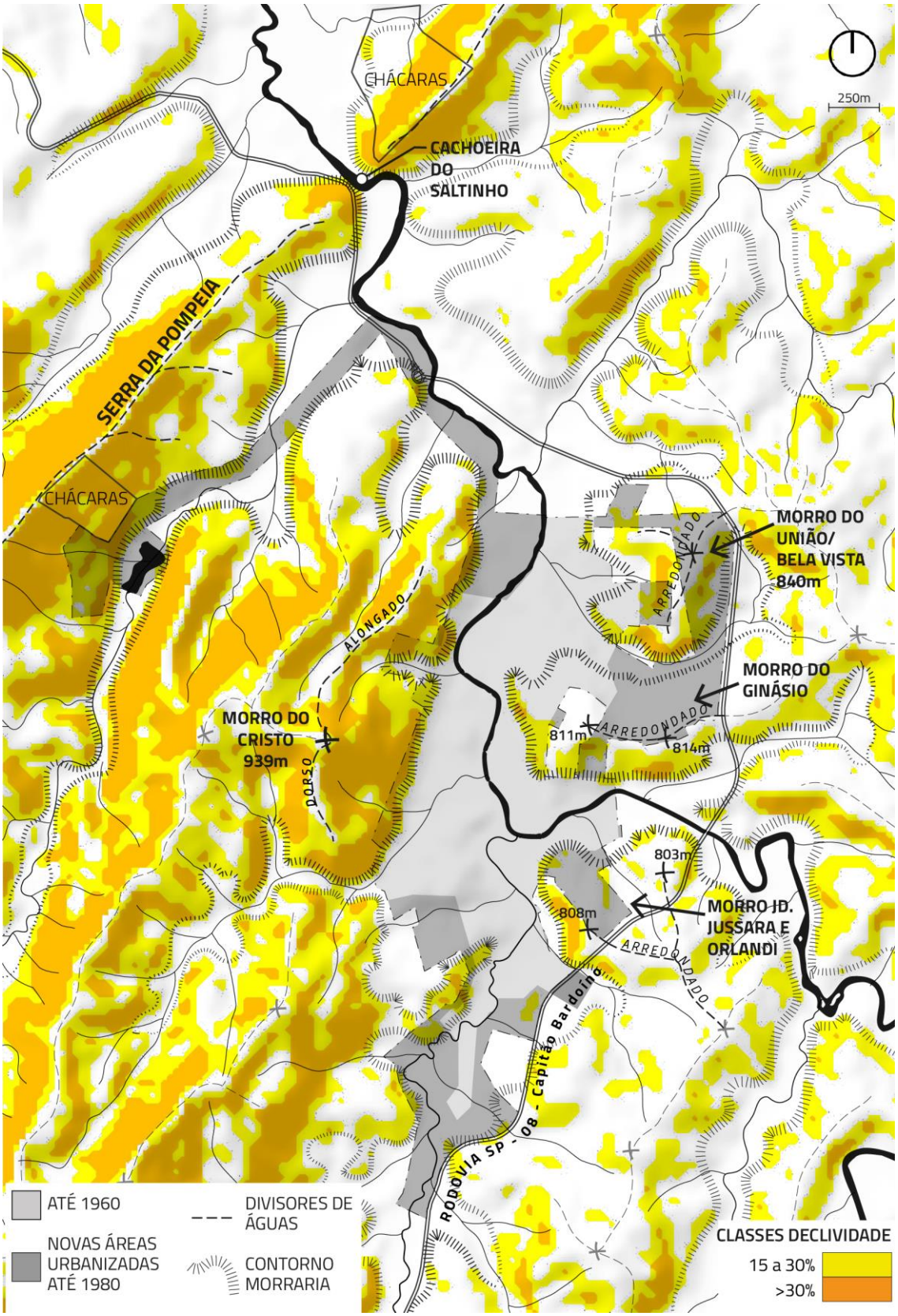
---

[86] Também conhecido como morro da Vila Nova.

[87] Com exceções como o do Jardim Carvalho, indicado no Mapa 15, todo implantado sobre um anfiteatro de nascente.



Mapa 15: Ocupação urbana de Socorro até 1980 sobreposta à topografia.
Fonte: Camila Conti, 2021.



Mapa 16: Esquema geral da configuração de cidade e morro de Socorro até 1980.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Contrastando com essa escolha, destacou-se o caso do loteamento chamado de residencial Bela Vista que dispôs as quadras e ruas sem distinguir os diferentes compartimentos do morro sobre o qual se implantou. Suas ruas avançam nas vertentes mais íngremes e suas quadras ultrapassam o dorso do morro sem nenhuma distinção de desenho. Prevaleceu nessa implantação a forma que permitia a divisão dos lotes, não a forma do morro.

Este período termina com a marca da hierarquização dos pontos notáveis do meio físico do turismo da época diluída na urbanização praticada: de um lado da cidade escolheu-se o morro mais alto e expressivo para a instalação de um monumento; no lado oposto, resguardou-se ao segundo morro mais alto da cidade um papel menos elevado, agindo-se sobre ele sem discriminar aquelas que eram as suas próprias singularidades.

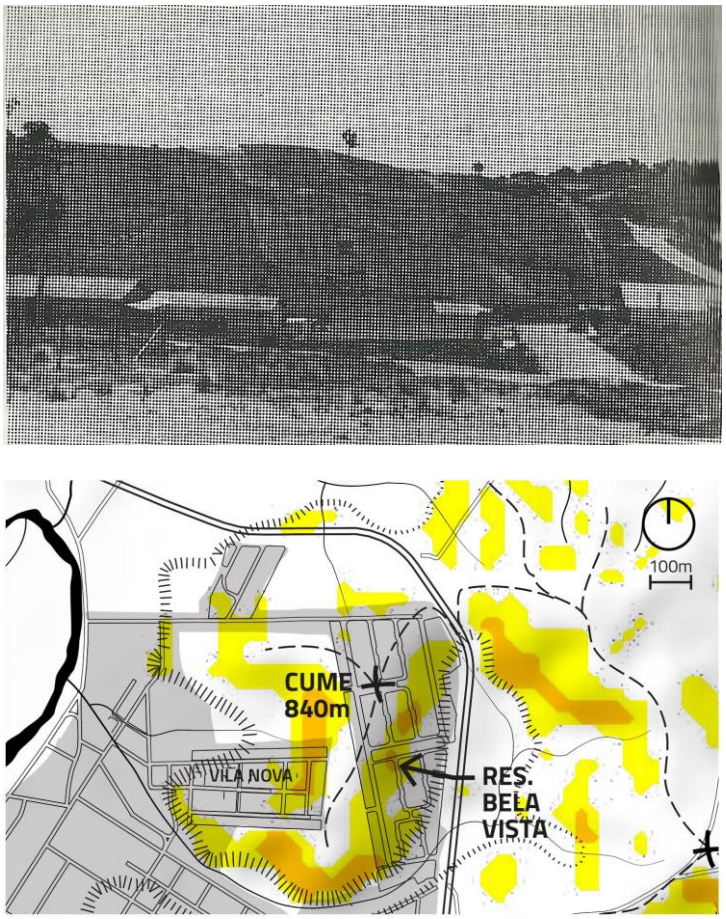


Figura 60: Morro loteado pelo Jardim Bela Vista.

Acima, fotografia das obras em 1979. Fonte: Barbosa, Oliveira e Netto, 1979.

Abaixo, esquema da implantação sobre a topografia. Fonte: Camila Conti, 2021.

CAPÍTULO 5: A REDEMOCRATIZAÇÃO E A FORMATAÇÃO DE UMA ESTÂNCIA MUNICIPALIZADA - SOCORRO ATÉ O ANO 2000

O período abordado neste capítulo revela-se como um ponto de inflexão na sequência de transformações das relações de cidade e morro em Socorro. Primeiramente, porque representou o momento em que o solo urbanizado nas décadas anteriores se consolidaria efetivamente. Além disso, a urbanização socorrense começaria a evidenciar mais as suas tendências predominantes que, como se verá, não se efetuariam de modo a moldar a forma urbana baseando-se nas qualidades singulares do seu terreno. Esse traço característico já se mostrava patente na cidade anterior e seria exposto a transições importantes para o município.

A população urbana de Socorro se tornou maioria entre os anos de 1980 e 1990, de modo que o município abandonou, definitivamente, o seu caráter rural. Essa situação seria colocada, ainda, frente a um novo arranjo político e institucional viabilizado através da democratização do país, que teve como uma de suas prerrogativas a descentralização federativa e o fortalecimento dos poderes locais (CNM, 2016; FUINI, 2010; ROLNIK, 2009; ROLNIK; KLINK, 2011). Por meio dele, os poderes executivo e legislativo, as secretarias e as organizações da sociedade civil socorrenses passariam a se envolver mais na produção do espaço urbano que, no caso, se tornou predominantemente guiado pelo mercado imobiliário local. Esse papel seria disposto, portanto, de maneira complexa.

No contexto nacional, o período da transição democrática do país se deu sob um intenso debate entre sociedade civil, partidos e governos acerca do papel dos cidadãos e suas organizações na gestão das cidades. Consolidou-se, então, uma agenda para a reforma urbana que ficou centrada na promoção do direito à cidade. (BRASIL. Ministério das Cidades, 2004; ROLNIK, 2009). Contrapondo-se ao modelo centralizado de desenvolvimento urbano do período autoritário, no qual o poder decisório sobre a destinação de recursos ficava concentrado sobretudo na esfera federal, desenvolveu-se uma pauta municipalista que ganhou relativo espaço na nova Constituição Federal de 1988 (ROLNIK, 2009; ROLNIK; KLINK, 2011).

Pela primeira vez, passava-se a atribuir ao Município o *status* de Ente Federativo, detentor de obrigações e prerrogativas (CNM, 2016). Garantida a sua autonomia financeira, os municípios brasileiros poderiam dispor de tributos, que se aplicariam justamente sobre as atividades eminentemente urbanas, como no caso dos impostos prediais e de serviços. Através dos órgãos colegiados locais, como os Conselhos Municipais, o executivo e o legislativos locais poderiam se unir às organizações civis na busca de respostas para os seus assuntos econômicos, sociais, culturais ou ambientais. Essa descentralização daria início à estruturação do poder municipal para atuar sobre o processo de urbanização, exercido especialmente pelas prefeituras que, na Constituição Federal, se tornaram as responsáveis pela condução da política urbana (BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004; CNM, 2016; FERREIRA, 2012; FUINI, 2010; ROLNIK, 2009).

Torna-se necessário dizer, como aponta Rolnik (2009), que essa atuação municipalizada da política urbana nacional ficaria garantida apenas em tese, uma vez que a implantação progressiva das estruturas de descentralização federativa foi bastante constrangida, tanto pela continuidade política que o processo de redemocratização brasileiro envolveu quanto pelo ajuste macroeconômico adotado no país nesse período.

A partir dos anos 90 do século passado, operou-se uma mudança no papel e nas estratégias estaduais e federais, remodelação que alguns teóricos denominaram de implante de um "Estado neoliberal", uma vez que se recorreu, por exemplo, à queda brusca na fixação das despesas orçamentárias estatais (BRAGA, 2003 apud FUINI, 2010)[88]. Para Rolnik (2009), as reformas macroeconômicas de caráter neoliberal, que atuaram através da agenda de privatização de amplas áreas das políticas públicas, colaboraram não apenas para a radicalização das assimetrias sociais já existentes nas cidades brasileiras, como impactaram diretamente na capacidade de ação dos governos e atores sociais locais sobre a produção urbana do país.

Grande peso desse cenário recairia sobre a competência financeira dos municípios brasileiros, uma vez que as receitas municipais seriam insuficientes para produzir condições

[88] Ainda conforme Braga (2003, p. 349-351 *apud* FUINI, 2010, p. 28–29): "Considerando o caráter liberal da globalização, a tendência é de que as funções do estado se reajustem no sentido de retraimento das funções alocativa e distributiva, que passam a ser consideradas objeto das leis de mercado, e de uma ampliação do escopo da função estabilizadora. Com isso, o estado não exatamente deixa de intervir na economia, mas muda seu enfoque, anteriormente centrado nas funções fim (crescimento e distribuição de renda, prioridades do modelo nacional desenvolvimentista) para as funções meio (estabilização fiscal e monetária, prioridades da economia globalizada)".

adequadas de urbanização (ROLNIK, 2009; ROLNIK; KLINK, 2011)[89]. Dessa maneira, os municípios e cidades pequenas, como Socorro ficaram submetidos ao que, na literatura sobre federalismo no Brasil, nomeou-se de uma "descentralização tutelada", ou seja: "aquela que é feita por meio de transferências negociadas caso a caso, mantendo uma frágil relação de dependência entre a esfera local e a central, baseada em laços políticos, técnicos ou institucionais que podem ser efêmeros" (ROLNIK; KLINK, 2011, p. 105).

Colocados frente à urbanização, restou aos poderes locais o papel de fiscalizar, via leis urbanísticas, a atuação do mercado imobiliário, que se manteve como o ator responsável pela produção do solo urbanizado no Brasil. Operada por processos burocráticos e setorizados, essa regulação pública manteve-se ainda influenciada pelo pacto político territorial anterior, ou seja, bastante penetrada pelos interesses de atores econômicos e políticos, diante das quais os órgão públicos e as estâncias participativas criadas não teriam força suficiente para reverter os processos decisórios (ROLNIK, 2009; ROLNIK; KLINK, 2011)[90].

Trazido para o contexto das estâncias do estado de São Paulo, também os arranjos institucionais envolvidos na sua gestão seriam marcados por mudanças significativas. Socorro e os municípios vizinhos, que haviam perdido seus títulos de estâncias hidrominerais, recuperaram esta condição em 1986 (SÃO PAULO (Estado), 1986)[91]. Apesar disso, assistiu-se à diminuição do papel do estado de São Paulo nas iniciativas turísticas dessas localidades. Em 1989, seria extinto o FUMEST, de modo que o novo papel estadual, frente a esses municípios, ficou limitado à dotação de uma receita especial destinada a melhorias vinculadas ao turismo[92]. Culminou-se, por exemplo, na Lei nº 9.280/1995 que autorizou a alienação e concessão de todos os balneários e hotéis públicos construídos da região (SÃO PAULO (Estado), 1995)[93]. A partir deste período, não se

---

[89] Por um lado, a política de ajuste das contas públicas, que estabeleceu maiores controles sobre gastos, limitou drasticamente as possiblidades de crédito dos municípios junto aos bancos públicos. Por outro lado, os municípios continuaram fortemente dependentes das transferências de recursos que se mantiveram centralizadas nos instrumentos de repasse dos estados e da federação (ROLNIK, 2009).

[90] Vale ressaltar, que a própria regulamentação da Política Urbana nacional definida na Constituição Federal de 1988, seria efetivada apenas com o Estatuto da Cidade, instituído pela Lei Federal nº 10.257/2001, de modo que apenas no período seguinte seriam detalhados os instrumentos legais para a atuação dos municípios (BRASIL. Ministério das cidades, 2004).

[91] Refere-se a Águas de Lindoia, Lindoia, Amparo, Serra Negra, Monte Alegre do Sul e Atibaia.

[92] Através do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias, submetido à Secretaria de Esportes e Turismo do estado de São Paulo, conforme Lei nº 6.470/1989 (SÃO PAULO (ESTADO), 1989).

[93] Entre eles encontravam-se incluídos o hotel da Pompeia e o balneário "Dr. Otávio de Oliveira Santos" de Socorro que, no entanto, permaneceram sob a gestão da AFPESP.

identificaria mais no turismo brasileiro em geral a participação direta do Estado na gestão de empreendimentos. Além disso, acompanhando o verificado na política urbana, a política nacional do turismo seria também impactada pela tendência à descentralização de sua gestão (CRUZ, 2005, 2006; TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

A atividade econômica do turismo foi, no entanto, cada vez mais valorizada, sendo vista como engendradora de processos de desenvolvimento regional e induzida por meio de incentivos públicos. Grandes programas seriam gestados, voltados também para a abertura do turismo nacional ao contexto globalizado. Nesse sentido, manteve-se fortemente o foco nas regiões litorâneas brasileiras, especialmente no caso do litoral nordestino, que foi convertido em extensos canteiros de obras naquela época, a fim de inseri-lo nas rotas do turismo internacional (CRUZ, 2005, p. 31). Já no contexto do turismo interno, a descentralização se faria ver nos programas que passariam agora a delegar a gestão do setor aos municípios. Nesse contexto, os estados e a federação atuaram através de um apoio indireto na capacitação do setor público, da sociedade civil organizada e do setor privado locais, instruídos a conformar sua estrutura de gestão própria, centrada principalmente na formação dos Conselhos Municipais de Turismo[94]. Além disso, ganhava destaque cada vez maior no discurso governamental o estímulo ao aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais dos lugares (CRUZ, 2006; LIMA; IRVING; ABREU, 2017).

Conforme aponta Cruz (2006, p. 348–349), a exuberância dos ecossistemas brasileiros esteve sempre presente no discurso público federal do setor, entendida como um dos principais atrativos turísticos nacionais. No entanto, a consolidação do paradigma ambiental conduziria, neste período, à associação da retórica da valorização e atratividade turística dos ecossistemas nacionais ao discurso sobre sua necessidade de proteção e preservação.

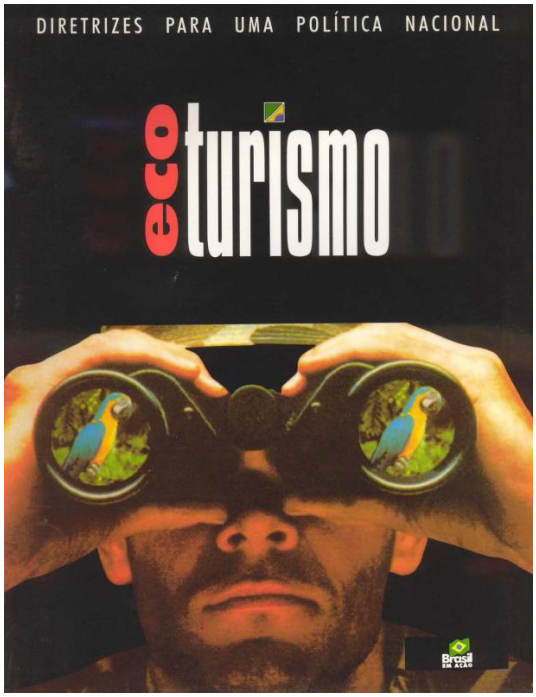


Figura 61: Capa da publicação do Programa de Diretrizes para uma Política Nacional do Ecoturismo.
Fonte: MICT; MMA, 1994.

[94] Esse era o foco do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, criado pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, entre 1992 e 1994 (TRENTIN; FRATUCCI, 2011).

Apresentada no documento da Agenda 21 Global[95], a proposta de associação entre o desenvolvimento sustentável ambiental e social ao desenvolvimento econômico seria também absorvida pela política nacional do turismo (CRUZ, 2006, p. 347; TRENTIN; FRATUCCI, 2011, p. 841). Foi frente a essa conjuntura, que o Ecoturismo passaria a ser identificado como a opção brasileira para o desenvolvimento sustentável:

> [...] a indústria de turismo e viagens, líder mundial em movimentação de recursos e geração de empregos, que depende umbilicalmente de uma gestão sustentada dos patrimônios natural e cultural, cruza seu caminho com o Brasil, maior país tropical do mundo, proprietário e gestor do maior banco de biodiversidade do planeta. Desta relação surge o ecoturismo como um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar seu sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo em que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza. (MICT; MMA, 1994, p. 6)

Em Socorro, esse contexto geral colaborou, por exemplo, para o aumento do papel turístico dos morros e do rio do Peixe, cada vez mais valorizados por suas singularidades paisagísticas e vistos, agora, sob um novo olhar frente às oportunidades de aventura existentes na morraria socorrense.

Coincidiu também com as buscas em se criar uma identidade para a cidade de Socorro, mostrada através das tentativas de construir, no meio urbano, atrativos culturais e turísticos. Enquanto se conformou como uma estância municipalizada, a relação com os morros se daria tanto frente a um novo olhar voltado às questões locais quanto diante de um novo ritmo de crescimento urbano precariamente regulado, aspectos que serão expostos na seção a seguir.

[95] Documento redigido na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco 92).

5.1. ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO NO PERÍODO

No contexto de municipalização descrito, aos poucos, e diante das suas limitações, Socorro conformaria seus novos arranjos institucionais e a legislação que passaria a reger a sua gestão local de modo definitivo.

Frente ao processo de democratização, nota-se que, sobre alguns aspectos, o município poderia até mesmo ter se antecipado, por exemplo, ao criar um Conselho de Defesa do Meio do Ambiente de Socorro (CODEMA)[96] já em 1987, portanto, antes de promulgada a nova Constituição Federal (SOCORRO, 1987). Apesar dessa formatação do CODEMA, como um dos primeiros órgãos colegiados locais, a Prefeitura Municipal da Estância de Socorro (PMES) demoraria, por exemplo, para compor um setor específico do meio ambiente entre seus quadros fixos. Isso seria feito apenas em 2001, quando foi estabelecida de maneira mais definitiva a organização administrativa do município e se passaria a ter, entre seus órgãos de primeiro nível, o Departamento de Meio-Ambiente e Urbanismo [97].

Na nova configuração de Socorro, agora como estância municipalizada, os setores do turismo se veriam formatados. Desde 1990, a atividade estava contemplada nos quadros do executivo municipal através do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo (SOCORRO, 1990a). Em 1996, foi criado o Conselho Municipal do Turismo (COMTUR), órgão colegiado consultivo e deliberativo que se tornou responsável também pelo financiamento de programas, projetos e serviços turísticos desenvolvidos pela PMES, feito através de um fundo próprio municipal[98].

As obras públicas se destacariam, não apenas pelo contexto político-institucional, mas também porque os loteamentos anteriores a 1980, se consolidariam nesta época demandando novos equipamentos urbanos à cidade, que foram construídos principalmente nos novos bairros formados (Mapa 17). Nas obras municipais dos equipamentos e espaços livre públicos do período, é possível ver colocadas as expectativas locais sobre o desenvolvimento da estância hidromineral de Socorro. Na maioria das vezes, tratou-se de intervenções pontuais e bastante singelas que, no entanto, marcavam-se pela busca de se

---

[96] Atual COMDEMA.

[97] Através da Lei nº. 2941/ 2001 (SOCORRO, 2001, Artigo 5º). Ainda assim, os anos 90 do século XX seriam notáveis pela formação de um ativismo local, que incluiu a formação de organizações não governamentais voltadas, principalmente, às questões do meio ambiente.

[98] Criado por meio da Lei Municipal nº. 2.741/ 1996, o COMTUR passou a gerir o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) criado, por sua vez, através da Lei nº. 2.831/1998 (SOCORRO, 1996a, 1998).

construir uma identidade conectada tanto ao turismo vinculado às águas minerais quanto à vinculação da cidade de Socorro como um bom lugar para se viver.

Pequenas amostras transparecem já nas décadas finais de 1980. Após a última cheia do rio do Peixe, que devastou o centro da cidade em 1983, as obras pontuais de retificação e dragagem de trechos do rio passaram a ser acompanhadas por intervenções que buscavam, pela primeira vez, adotar uma identidade única para as estruturas paisagísticas criadas e que também demostravam um cuidado particular com os modos de vida locais. Isso transparecia tanto nas passarelas e áreas de margem reconfiguradas quanto nos tratamentos adotados nas ruas das áreas centrais atingidas, vinculadas aos usos festivos e turísticos da cidade (Figura 62). Também o portal, construído em 1985 na entrada da cidade, buscava criar para Socorro a identidade de um lugar pacato, expondo a mensagem gravada: "Socorro, onde ainda se vive" (Figura 64).

Um dos exemplos mais marcantes desse olhar local sobre a identidade da estância hidromineral é visto nos chamados "potes" que passaram a ser distribuídos nos diferentes bairros da cidade nos anos finais de 1980. Tratava-se de bebedouros que canalizavam águas de nascentes próximas ou de poços perfurados, construídos no formato característico de jarros cerâmicos e instalados junto aos espaços públicos, como meio de fazer referência à abundância das nascentes de águas minerais (Figura 63).

Nos anos 90 do século passado, essas ações locais se voltariam, pela primeira vez de maneira oficial, às questões do patrimônio arquitetônico da cidade, principalmente relacionadas à construção de uma memória local da cafeicultura paulista. Em 1996, foi criado o Conselho de Defesa do Patrimônio Arquitetônico Cultural e Natural de Socorro



Figura 62: Passarela de travessia do rio do Peixe nas áreas centrais da cidade e vista da rua Campos Salles com o tratamento que se tornaria típico, com pequenas árvores e arcos metálicos usados para decorações nos períodos de festas. Autor desconhecido.
Fonte: Acervo pessoal de Vilma Simões.

(CONDEPACNAS)[99] que concluiu, em 1998, um trabalho de listagem para abertura de processos de tombamento de 125 imóveis históricos da cidade (IMÓVEIS HISTÓRICOS, 2018). Apesar dos esforços dispendidos, apenas um desses tombamentos se efetivaria na cidade, dando-se também tardiamente, em 2008[100]. Entretanto, essas medidas resultaram



Figura 63: Obras da praça do Jardim Araújo (praça Mar Del Plata) inaugurada em maio de 1986 e equipada com um dos típicos bebedouros da cidade. Autor desconhecido, [198-].
Fonte: Jornal O Município de Socorro, 2018.

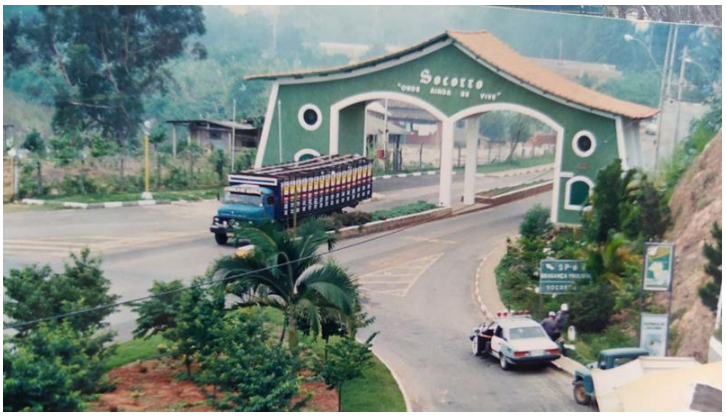


Figura 64: Portal de entrada da cidade de Socorro construído na saída para o município de Lindoia. Meados da década de 1990.
Fonte: Jornal O Município de Socorro, 2020.



Figura 65: Obras de reformas do antigo Mercado Municipal para sua conversão em centro cultural. Aos fundos vê-se o edifício Cortina D' Ampezzo, 1999.
Fonte: Jornal O Município de Socorro, 2018.

[99] Lei Municipal nº 2.747 de 1996, atual COMDEPANACS.

[100] Através do Decreto n° 2724 de 2008, o COMDEPANACS efetuou o tombamento do sobrado histórico do século XIX que, desde 1989, abriga o Museu Municipal Dr. João Baptista Gomes Ferraz.

também em obras de readequação de alguns desses edifícios, que passariam a abrigar equipamentos públicos, geralmente culturais e de apoio turístico[101].

Todas essas iniciativas locais se deram, no entanto, diante de uma transição do urbano do município. Conforme pontuado, a população da cidade ultrapassou a rural, alcançando 64,16% em 2000. Entre 1980 e 2000, a população do município também cresceria consideravelmente passando de 23.657 para 32.626 habitantes (IBGE, 1980, IBGE, 2000). Pela primeira vez, Socorro ultrapassaria os números populacionais totais alcançados no seu período áureo da cafeicultura[102], dando início, assim, a um processo de crescimento mais acentuado, que se estendeu às décadas seguintes. Nesse cenário, as leis urbanísticas municipais de Socorro se desenvolveriam muito tardiamente.

A Lei Orgânica Municipal de Socorro, de 05 de abril de 1990, reforçou a obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor[103], que deveria ser precedido de uma "campanha de esclarecimento à população, no sentido de conscientizá-la dos objetivos e motivá-la a participar efetivamente da sua elaboração" (SOCORRO, 1990b)[104]. Essa execução foi cumprida apenas em 1995, quando foi promulgado o Plano Diretor do Município de Socorro (PDS). De modo geral, as metas estabelecidas para a cidade encontravam-se expostas na lei de modo bastante alinhado às expectativas da época. Um de seus objetivos centrais era, justamente, a valorização do meio ambiente, que incluía a criação de parques, vistos como oportunidades de se proteger e valorizar as áreas com potencial paisagístico e turístico do município. Aliada a essa orientação, se colocava também a necessidade de valorização e preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade e o apoio à atividade turística do município, considerada frente ao seu potencial gerador de renda (SOCORRO, 1995a)[105]. Além disso, o PDS estabelecia entre as suas metas a necessidade da execução das novas leis de parcelamento e de zoneamento do uso do solo, que acabariam promulgadas no ano seguinte (SOCORRO, 1995a). O Parcelamento de Solo da Estância de Socorro

---

[101] Foi o caso do Palacete da Cultura, inaugurado em 1997, que abrigou, em um sobrado histórico da cidade, a biblioteca municipal e os departamentos de cultura e turismo da PMES, transferidos dali em meados dos anos 2000 (PALACETE DA CULTURA, 2017; EM OBRAS, 2018).

[102] Correspondeu à população total de 26.545 habitantes verificada no ano de 1920 (BASSANEZI, 1998).

[103] Refere-se à obrigatoriedade estabelecida da execução do Plano Diretor, no Artigo 182º da Constituição Federal de 1988, para as cidades de mais de vinte mil habitantes e integrantes de áreas de especial interesse turístico (BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

[104] Redação que viria a ser alterada através da Emenda à Lei Orgânica do Município nº 26, de 09 de setembro de 2004 (SOCORRO, 2004).

[105] Objetivos e metas definidos no Artigo 2º da Lei Municipal nº 2.723/ 1995, referente ao PDS.

foi definido pela Lei Municipal nº 2.765 de 1996. Já o zoneamento do Uso do Solo e Ocupação seria estabelecido através da Lei Municipal nº 2.766 de 1996 (SOCORRO, 1996b, 1996c).

Seguindo essa cronologia, vê-se que as leis que passariam a reger a cidade foram aprovadas nos cinco anos finais do século XX, de modo que muito pouco de seu papel regulador foi efetivo para o desenvolvimento urbano do período. Quando comparado, por exemplo, com as iniciativas do mercado imobiliário, vê-se que entre os dez parcelamentos aprovados neste período, a grande maioria passou por essa aprovação antes da vigência dessas leis (Tabela 1).

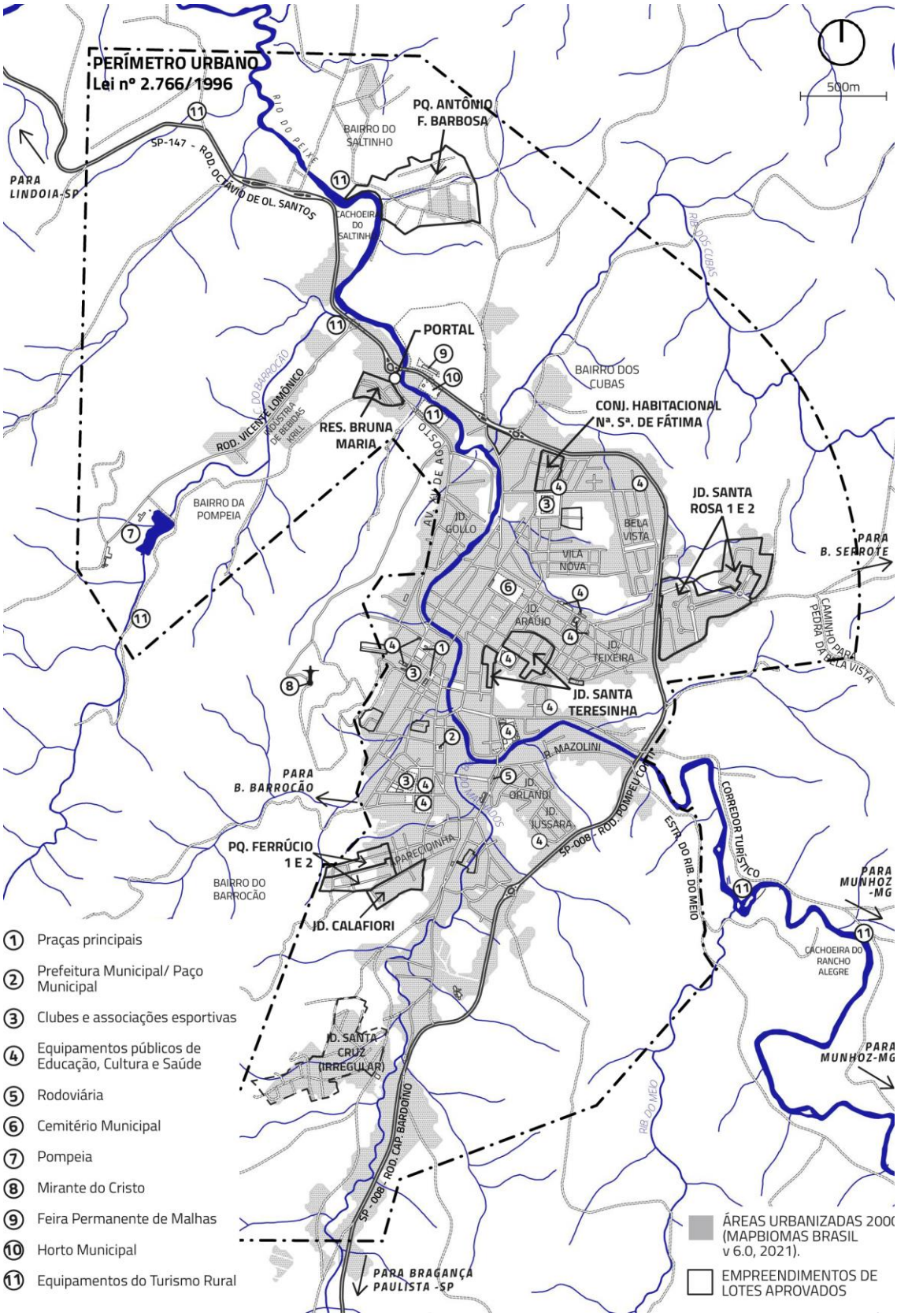
Além disso, os critérios utilizados nas leis urbanísticas, também refletiriam uma aderência ao modo como a cidade se desenvolvia, que se mostrou, principalmente, na definição do novo perímetro urbano de Socorro. Através dele, passou-se a incluir os terrenos de ondulado mais leve localizados além da rodovia de contorno, nomeada na época como rodovia Pompeu Conti (SP-008)[106]. Desta forma, acompanhou-se as novas ocupações surgidas, por exemplo, por meio do loteamento Santa Rosa, destacado no Mapa 17. Além disso, ao aumentar com folga o perímetro urbano, as leis urbanísticas viabilizavam a ocupação de mais áreas da morraria socorrense.

Tabela 2: Loteamentos aprovados no período entre 1991 e 2000, constantes no acervo da Diretoria de Tributos da PMES.

LOTEAMENTOS IDENTIFICADOS	DATAS DE APROVAÇÃO
Parque das Estâncias	[19--]
Jardim do Salto II	1983
Santa Rosa (1)	1984
Residencial Recanto do Bosque	1986
Residencial Bruna Maria	[198-]
Jardim Calafiori	1989
Parque Antônio Ferreira Barbosa	1995
Santa Rosa (2)	1996
Parque Ferrúcio II	1999
Parque Ferrucio I	[entre 1997 e 2000]

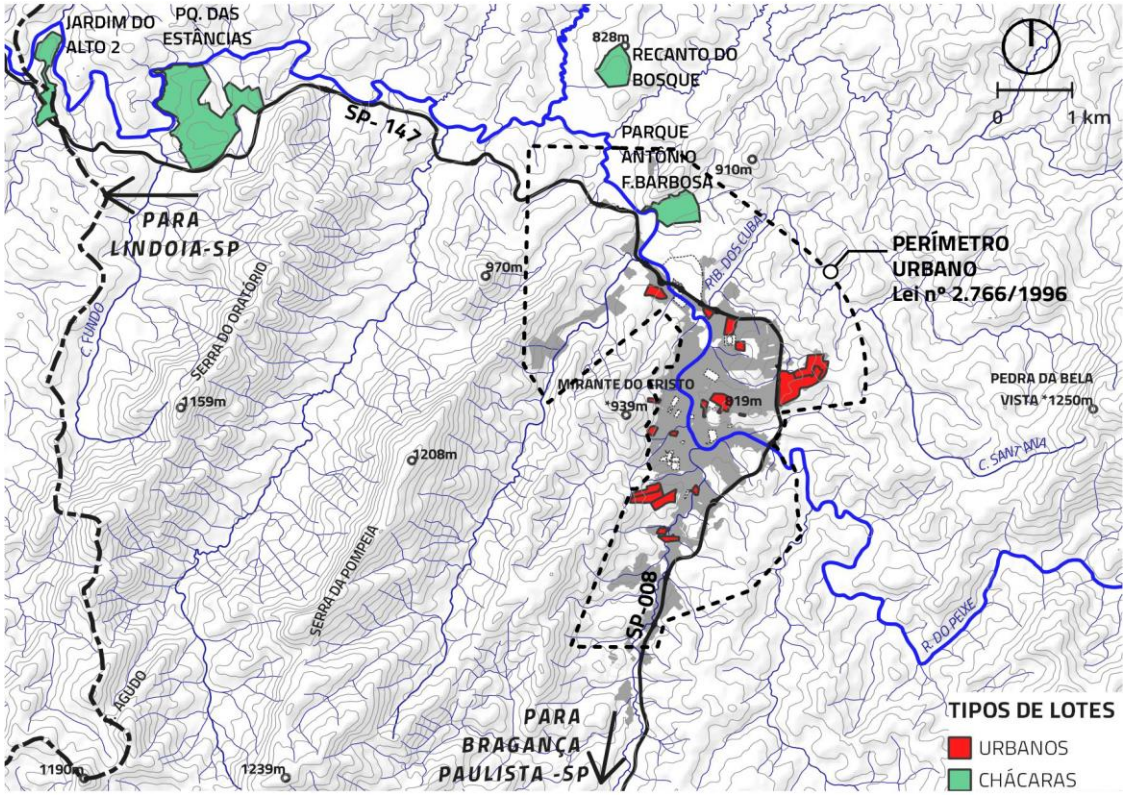
Fonte: Camila Conti, 2021.

[106] Conforme Lei nº 6.921, de 26 de junho de 1990 (SÃO PAULO (ESTADO), 1990)



Mapa 17: A ocupação do núcleo principal da cidade de Socorro até o ano 2000.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Outro aspecto dessa continuidade, correspondeu aos loteamentos voltados à conformação de chácaras de recreio. Os anos 80 e 90 do século XX representaram o maior pico desse tipo de empreendimento no município de Socorro[107], uso este que se concentrou na direção do município de Lindoia, reforçando o papel dessa região do rio do Peixe como área privilegiada para o turismo (Mapa 18). Na nova lei de zoneamento do uso do solo de Socorro, essa situação ficava reforçada mesmo nas zonas de atividades rurais, uma vez que os loteamentos de chácaras eram reconhecidos automaticamente como áreas urbanas, mesmo estando fora do perímetro urbano[108]. Desse modo, facilitava-se esse tipo de parcelamento feito com lotes menores que o padrão definido pelo módulo rural[109],



Mapa 18: Distribuição dos empreendimentos de lotes (loteamentos e desmembramentos) aprovados até o ano 2000.
Fonte: Camila Conti, 2021.

[107] Conforme os dados dos empreendimentos formais levantados no arquivo da Diretoria de Tributos da PMES.

[108] Conforme o artigo 6° da Lei nº 2.766/1996 (SOCORRO, 1996c).

[109] O Estatuto da Terra (Lei Federal no 4.504/64) regrou o parcelamento sobre o rural e estabeleceu o lote mínimo como sendo igual a um módulo rural, que no estado de São Paulo corresponde a 20.000 metros quadrados. Desde a promulgação do Decreto Federal nº. 59.428/66, nas áreas declaradas como zona de turismo ou caracterizadas como estâncias hidrominerais ou balneárias, foi permitido o parcelamento com



Figura 66: Vista parcial da cidade em 1996. Destaques: A- Edifício Cortina D'Ampezzo; B- Edifício Mantovani; C- Prédio dos 40; D- Igreja Matriz.
Fonte: Vilma Simões, 1996. Acervo pessoal. Anotações Camila Conti, 2021.

acompanhando também o crescimento significativo das casas de veraneio que passaram de 1.112 para 2.076 entre 1991 e 2000 (IBGE, 1991, 2000).

Ao menos duas das definições da nova lei de zoneamento foram mais rigorosas que os padrões existentes. O primeiro caso se deu na regulação da verticalização construtiva que, naqueles anos, foi efetuada sem critério nas áreas urbanas centrais e nas áreas residenciais. Edifícios como o "Cortina *D'Ampezzo*" e o edifício "Mantovani", destacados na Figura 66, passaram a praticar gabaritos ainda mais altos que o do antigo "Prédio dos 40" que, desde a década de 60, já contrastava com o padrão do conjunto das edificações da cidade[110].

A legislação urbanística da época também pouparia algumas áreas do município da expansão prevista. Uma delas correspondia às margens do rio do Peixe na direção das suas cabeceiras que, mesmo em seu trecho próximo à cidade, não foram incluídas no perímetro urbano,

lotes menores, desde que se comprove a perda das características agrícolas. A classificação legal dessas áreas como urbanas ou de expansão contribui para viabilização desses empreendimentos (SANTORO, 2014).

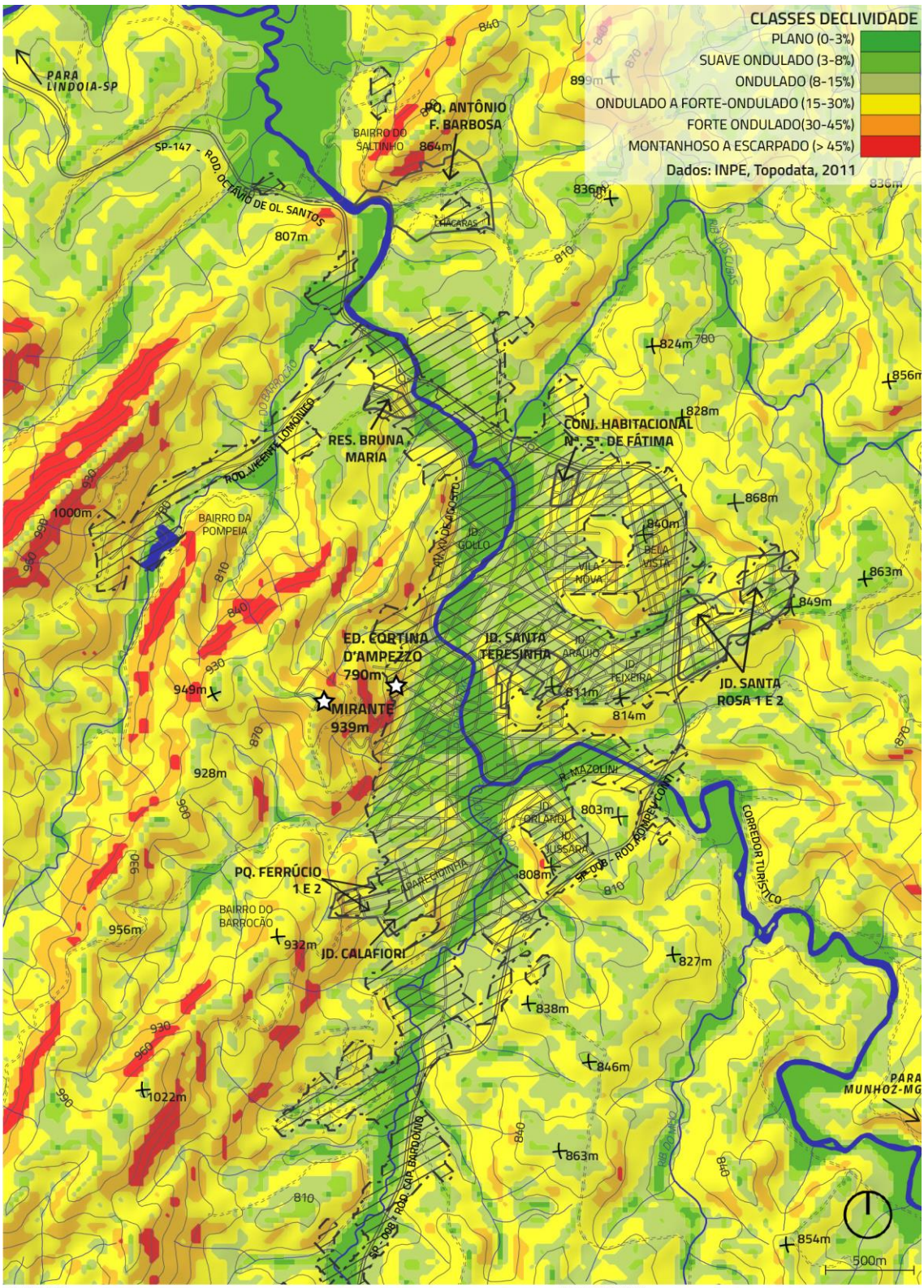
[110] O Cortina D'Ampezzo possui 18 pavimentos, o edifício Mantovani possui 14 pavimentos e o Prédio do 40 possui 11(computados os pavimentos térreo e de sobrelojas). No novo padrão estabelecido pela Lei nº 2.766/1996 o gabarito máximo da cidade passaria a ser de 7 pavimentos (22,50 metros) permitido nas áreas centrais (SOCORRO, 1996c).

por configurarem um novo corredor turístico (ver indicação no Mapa 17). Outra das áreas poupadas correspondeu ao morro Cristo. Esse fato reflete, por um lado, a postura do que viria a ser o ecoturismo socorrense. Nesse sentido, este período termina com um marco desse processo, dado pela chegada, em 1997, da primeira empresa especializada a dar início à exploração turística das corredeiras e cachoeiras socorrenses para a prática dos esportes de aventura[111]. A partir de então, as cabeceiras do rio do Peixe receberiam mais estruturas turísticas privadas como parques, centros de lazer e de aventura, pesqueiros, pousadas e hotéis fazenda, os quais passariam a ser vistos como as opções do desenvolvimento sustentável socorrense.

Como se verá a seguir, para o caso do morro do Cristo, nem mesmo essa reserva e a continuidade da sua valorização turística, conseguiria fazer frente ao processo urbano mal regulado.

[111] Refere-se à chegada da Canoar Rafting e Expedições, que passou a operar com o aluguel dos botes e canoas e contratação de instrutores para a prática assistida dos esportes de aventura aquáticos pelos turistas do município

5.2. A CIDADE E OS MORROS ATÉ O ANO 2000



Mapa 19: Ocupação do núcleo principal da cidade de Socorro até o ano 2000 sobreposta à topografia.
Fonte: Camila Conti, 2021.

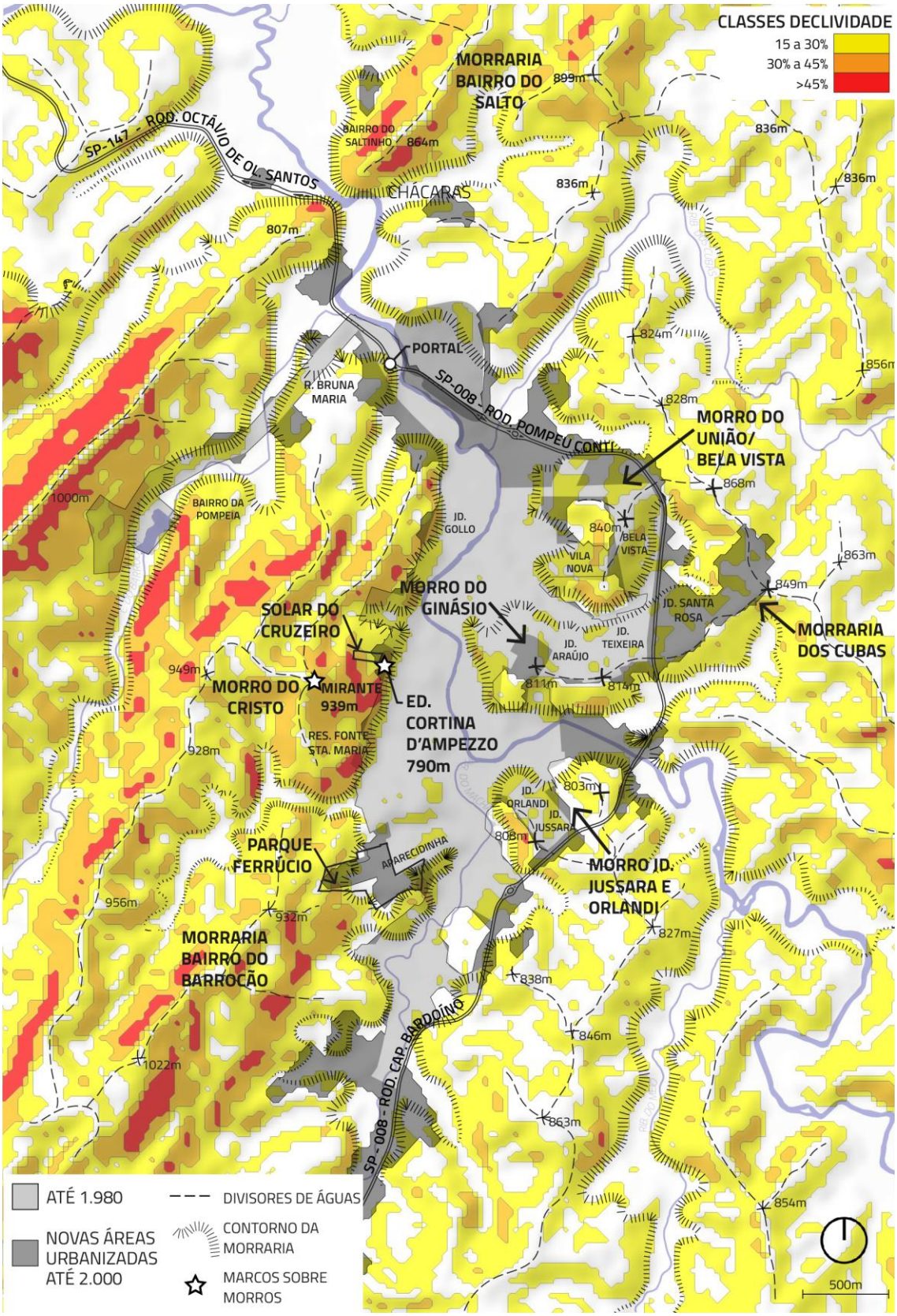
Conforme pontuado, o desenvolvimento da cidade de Socorro, verificado naquela época, serviria para consolidar a ocupação dos lotes produzidos nas décadas anteriores, além de inaugurar um novo período de crescimento contínuo da cidade. Assim, quando se analisa as relações entre a cidade e os morros, vê-se que elas se deram tanto como uma consequência direta das atitudes anteriores quanto como prelúdio do que se veria nas décadas seguintes do século XXI.

Algumas dessas questões se apresentam, primeiro, na maneira como a cidade se implantou sobre o terreno. Vê-se que grande parte das áreas ocupadas seguiram o mesmo padrão do período anterior, estendendo-se sobre o vale e nas áreas onduladas, ainda correspondentes aos morros considerados urbanizáveis – ou seja, de topo arredondado e compostos por inclinações que não configuram vertentes escarpadas, como pode ser visto no Mapa 19. Além disso, como continuação da cidade anterior, assistiu-se nos anos 80 e 90 do século passado à efetiva incorporação dos morros loteados anteriormente à vida decorrida na cidade. Isso se deu nos morros centrais, isto é, naqueles que foram incluídos ao urbano por meio do traçado da rodovia. Foi nesses lugares que a ocupação avançou, restando livres apenas alguns dos compartimentos de terreno, correspondendo àqueles onde predominam declividades maiores (acima de 30% - ver Mapa 19).

Bairros como a Aparecidinha, os jardins Orlandi, Jussara, Araújo e Teixeira, a Vila Nova e a Bela Vista se consolidaram sobre terrenos ondulados e configuraram uma ocupação que se caracterizou pelas casas térreas ou sobrados isolados. Na vida da cidade, eles se tornaram o que, aqui, se chama de bairros de morraria, caracterizados pelas suas ruas de subida íngreme e por serem lugares de onde se tornava possível avistar constantemente as encostas dos morros do entorno, fosse das ruas ou mesmo a partir de áreas internas aos lotes.



Figura 67: A configuração do bairro da Vila Nova como um bairro de morraria na década de 1980.
Fonte: Jornal O Município de Socorro, 2018.



Mapa 20: Esquema geral da configuração de cidade e morro de Socorro até o ano 2000.
Fonte: Camila Conti, 2021.

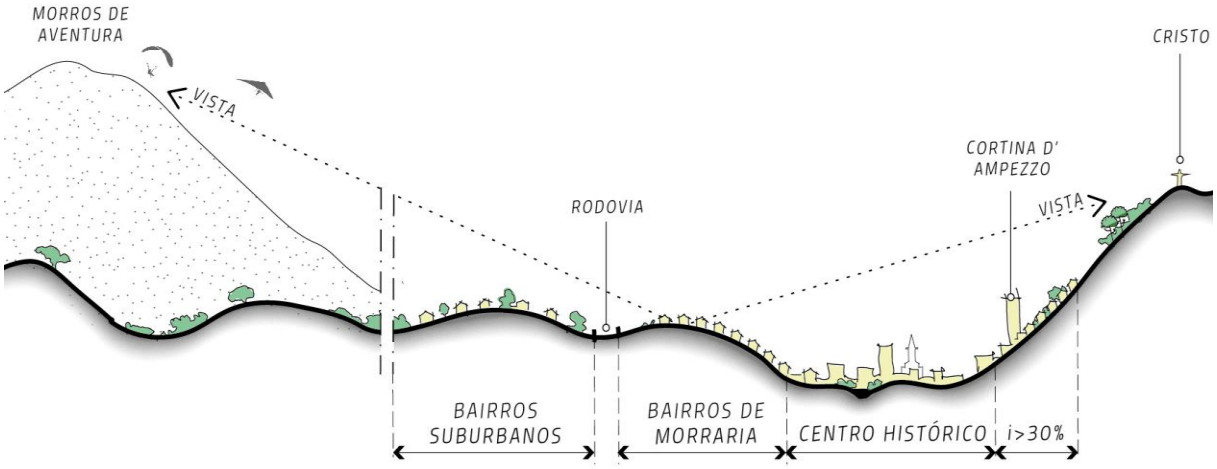


Figura 68: Corte esquemático da ocupação urbana até o ano 2000.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Já enquanto prelúdio do que se verá no período seguinte, identifica-se uma primeira característica relativa à expansão da cidade. Aos três morros centrais – chamados de morro do União-Bela Vista, do Ginásio e dos jardins Jussara e Orlandi –, somavam-se outras novas morrarias urbanizadas como a dos Cubas e os trechos mais suaves da morraria do bairro do Salto, que começaram a ser ocupadas pela cidade que ultrapassou a rodovia (SP-008). Nesses locais, começaram a ser conformados os bairros suburbanos e de chácaras, caracterizados por seus lotes maiores e construções mais espaçadas. Pela primeira vez a cidade que era marcada pela implantação em um mesmo vale consolida e inicia novas ocupações em áreas que se encontram, predominantemente, fora do domínio visual do morro do Cristo.

Também os morros começaram a ganhar novos papeis. O morro do Cristo, evidentemente, cresceu em importância neste período, firmando-se como um dos lugares característicos da cidade de Socorro. No entanto, o uso de seu cume ainda não havia mudado, mantendo-se a configuração do monumento isolado que continuou acompanhado pelas poucas áreas



Figura 69: Vista parcial da cidade de Socorro e das morrarias vizinhas à cidade, 2002.
Fonte: Vilma Simões, 2002. Acervo pessoal.

livres de seu entorno e pela estrada que garantiam as vistas da cidade. Essas estruturas seriam objeto de um projeto paisagístico apenas no período seguinte, em 2003 (REVITALIZAÇÃO DO..., 2020).

Essa situação não impediu a participação desse morro, ainda que indiretamente, no desenvolvimento dos esportes de aventura no município, que se deu naquela época. A prática dos saltos de voo livre vinha se popularizando nas morrarias da região e, em Socorro, um evento teria marcado sua consolidação ocorrida nos anos de 1980 e 1990. Em meio às festividades de aniversário da cidade, em meados dos anos 80, um aventureiro de Serra Negra saltou de asa-delta do topo do morro do Cristo e sobrevoou a cidade, chamando a atenção para a prática que começou a ganhar adeptos, formando-se, então, a primeira equipe socorrense, a Equipe Gato de Voo Livre que atuou durante esse período (SE O MUNDO..., 2021). Inaugura-se, assim, um novo uso para vários morros de Socorro, ainda que essa prática não desse origem a infraestruturas turísticas específicas construídas em suas encostas e cumes, uma vez que o esporte se fazia envolvendo apenas o transporte de morro a morro, ou seja, de maneira não fixa, sem se apropriar e reservar áreas nos seus compartimentos topográficos.

As áreas do centro histórico de Socorro consolidaram uma ocupação mais densamente construída durante este período. Foi principalmente nesse local, que surgiram os condomínios verticalizados que começavam a modificar o horizonte da cidade de maneira mais pronunciada. De todos eles, o edifício Cortina D'Ampezzo teria um grande peso, pois passaria a interferir na aparência do morro do Cristo visto da cidade.

Além de se tornar o edifício mais alto de Socorro, ele foi implantado nas encostas do morro, em áreas que alcançam altas declividades e que, em relação ao centro histórico, são bastante



Figura 70: Uma das equipes que iniciaram a prática e os cursos de voo livre nos morros socorrenses. Autor desconhecido, [199-].
Fonte: Jornal O Município de Socorro, 2021.

altas. Por essa configuração, esse edifício se comporta até hoje como mais um marco que compete com o monumento. De vários pontos da cidade, ele altera a apreensão da vista que havia sido familiar até então, sem propiciar nenhuma qualidade de composição com o morro e tampouco oferecendo alguma importância pública – por limitar-se ao papel de um edifício residencial de alto padrão, portanto, pouco acessível, seja para os moradores ou os visitantes de Socorro (Figura 71). Colocado à frente da vista do morro, ele também atua alterando a relação entre a antiga torre da igreja e o morro do Cristo (ver Figura 7 do Capítulo 2). As encostas do morro do Cristo voltadas ao centro histórico, já haviam sido ocupadas por empreendimentos de lotes, como no caso do desmembramento Solar do Cruzeiro, aprovado em 1993, que, bem próximo ao edifício citado, havia já reforçado a tendência de ocupação de suas áreas mais íngremes. Esse tipo de implantação também se estenderia por toda a encosta do morro do Cristo voltada à cidade, como no caso da sua face junto à avenida XV de Agosto, vista na Figura 73.



Figura 71: Vista Cortina D' Ampezzo contraposto ao morro do Cristo. Experiência dada em vários pontos da cidade baixa.
Fonte: Anúncio imobiliário, Viva Real, 2021.



Figura 72: Cortina D' Ampezzo e morro do Cristo ao fundo. Situação em 2017.
Fonte: Jornal O Município de Socorro, 2017.

Já através dos loteamentos Parque Ferrúcio I e II, no bairro da Aparecidinha (Figura 74), conformou-se o início da ocupação urbana da morraria do bairro do Barrocão. Esse conjunto de morros se une às terras íngremes do morro do Cristo, com a diferença de configurarem os topos arredondados que são vistos a partir da cidade.

As encostas do Cristo e a morraria do barrocão correspondem, justamente, aos lugares onde ocorreram os dois casos que motivaram esta dissertação. Assim, ao chegar ao capítulo final desse percurso histórico, torna-se evidente que a urbanização socorrense já havia subido esses morros. Ou seja, se antes dos anos 80 do século XX o terreno mais movimentado e íngreme foi poupado como limite da cidade, nas vésperas dos anos 2000 as atitudes locais da urbanização já davam sinais de que a indistinção que era operada em relação aos morros mais baixos e arredondados, poderia também ser estendida aos morros mais altos e mais expressivos.



Figura 73: Vista da encosta do morro do Cristo junto à avenida XV de Agosto no início dos anos 2000.
Fonte: Vilma Simões, [200-]. Acervo pessoal.

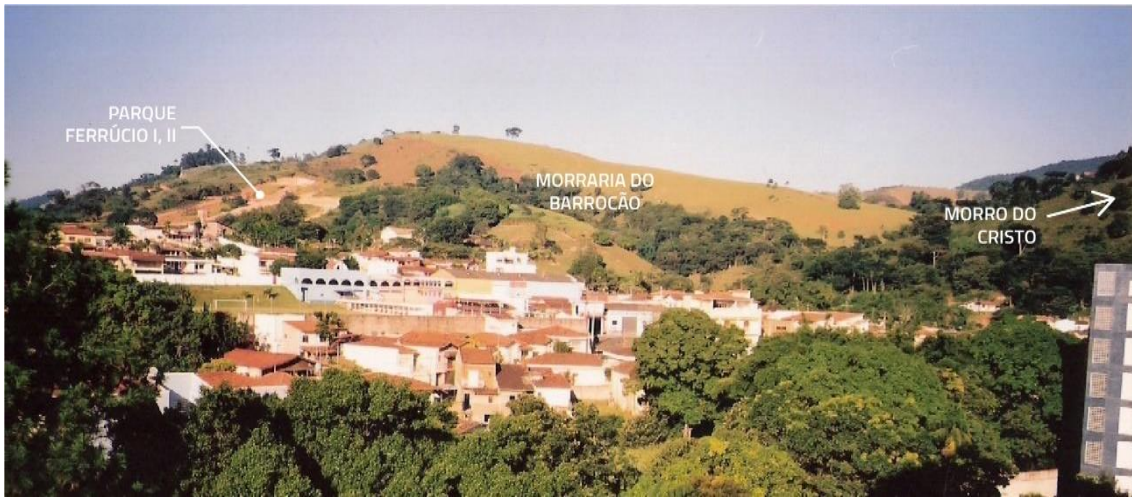


Figura 74: Vista da morraria do Barrocão onde se vê o início da ocupação dos loteamentos Jardim Parque Ferrúcio I e II.
Fonte: Vilma Simões, 2002. Acervo pessoal.

CAPÍTULO 6: A CONSOLIDAÇÃO DO TURISMO RURAL E O CRESCIMENTO DA CIDADE - SOCORRO ATÉ 2020

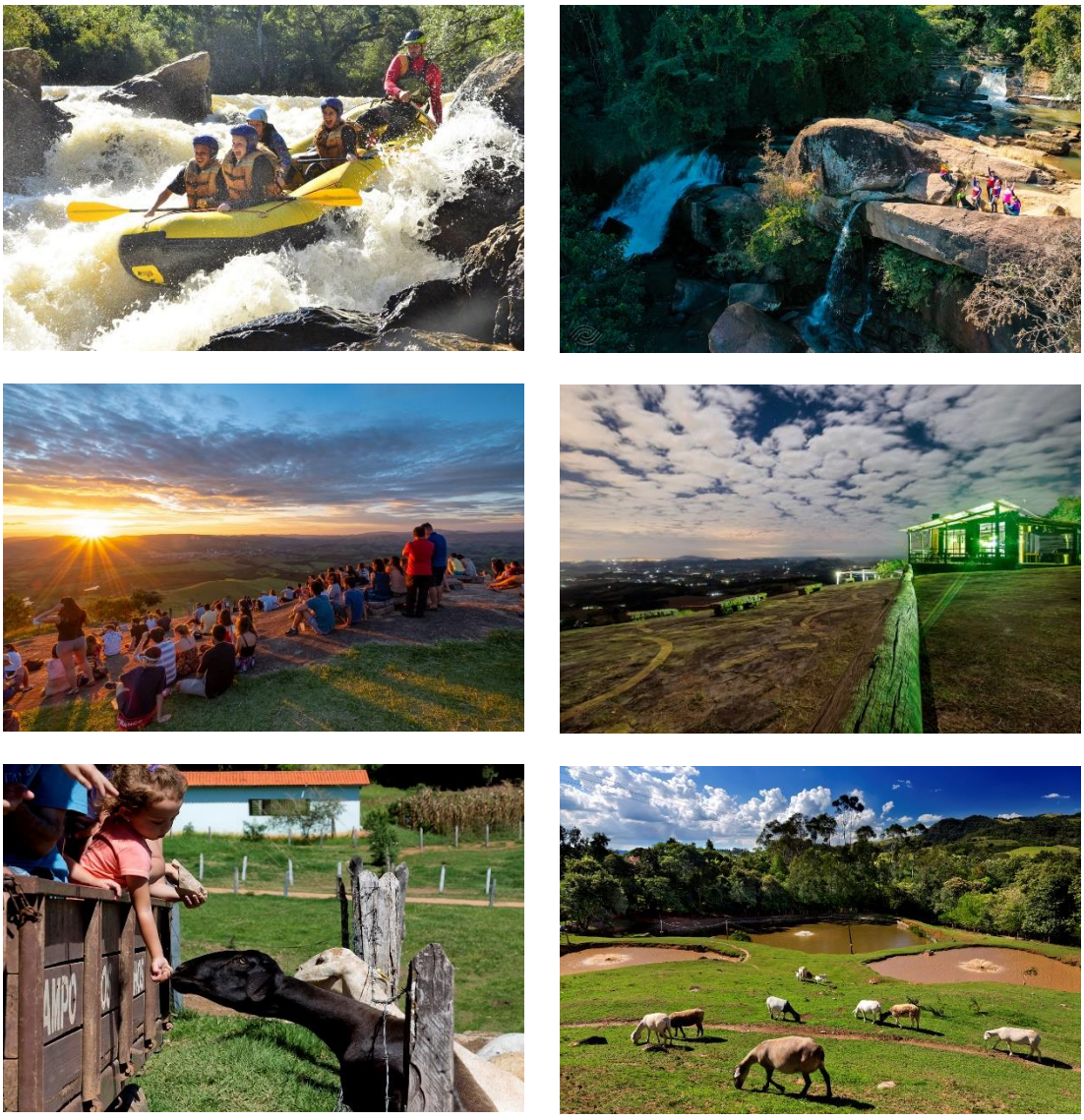


Figura 75: As imagens de divulgação do turismo socorrense presentes nos roteiros Aventura e Ecoturismo, Caminhos da Natureza, Caminhos da Roça e Gastronômico & Rural.
Fonte: Turismo de Socorro; COMTUR; ASTUR; PMES, 2021.

O último capítulo desta dissertação é dedicado ao contexto geral que deu origem às situações descritas em sua apresentação. Nos fatos que se sucederam, dois aspectos colaborariam conjuntamente para novas mudanças na relação com os morros: de um lado, o crescimento do turismo, que se efetuou tanto através da valorização do uso dos cumes quanto pela limitação de seu acesso; de outro, o crescimento urbano que, além de dar sequência à tendência de subir os morros altos e íngremes, passaria a contribuir para ocultá-los nas vistas da cidade.

No século XXI, a expansão da cidade de Socorro reforçou a sua condição de processo contínuo no desenvolvimento local. Um sinal dessa tendência encontra-se no fato de que, em 2010, a população urbana do município atingiu 68% da população total (IBGE, 2010). É necessário pontuar, no entanto, que esse novo ritmo de crescimento urbano se inseriu no contexto geral da urbanização brasileira, que se vinculou também a um ciclo econômico de crescimento do país. Foi nesse cenário, que a indústria da construção civil nacional passou por um período de inegável aquecimento, diante do qual, teve seu protagonismo nas transformações urbanas brasileiras aumentado, beneficiado também por ações institucionais que favoreceram o setor financeira e juridicamente (FERREIRA, 2012)[112]. Em 2010, a população vivendo em situação urbana no país atingiu a marca histórica de 84% (IBGE, 2010), resultado do processo de urbanização acelerado brasileiro que, no século XXI, não se restringiu às grandes metrópoles, ocorrendo também através da explosão das chamadas cidades médias, localidades com 100 mil a 2 milhões de habitantes que passaram, em 2010, a representar 40% do total de habitantes do país (FERREIRA, 2012, p. 20).

[112] Por exemplo, a partir de 2006 as grandes construtoras do país passaram a poder abrir capital na Bolsa de Valores, ampliando sua rede de investimentos. Outro exemplo seria o Programa Minha Casa Minha Vida do governo federal, lançado em 2009, que contribuiria para a conformação do crédito às construtoras vinculado à produção habitacional para o novo "segmento econômico" da habitação (FERREIRA, 2012, p. 45).

Para o caso socorrense, também o turismo seria beneficiado pelo ciclo de crescimento econômico nacional. Durante a segunda década dos anos 2000, Socorro se consolidou de maneira efetiva como um município turístico do estado de São Paulo. Conforme pode ser visto na Tabela 3, o município veria todas as suas estruturas relacionadas às atividades desse setor econômico crescerem expressivamente, quando comparadas com o que existia no século XX.

Tabela 3: Número de estruturas turísticas de Socorro em 1994 e 2014.

Setores Turísticos	1994	2014
Hotéis, Pousadas e Colônias	5	47
Restaurantes	7	38
Bares e Similares	6	25
Centros de Compras	1	3
Parques Turísticos	2	11
Turismo Rural	3	16

Fonte: COMTUR, 2014.

Esses acontecimentos simultâneos, entre um crescimento urbano mais acelerado e a intensificação do turismo no município de Socorro, tornaram-se importantes para as relações com os morros estudadas neste capítulo. Entretanto, foge ao escopo desta dissertação pretender articular uma correlação de causa entre esses dois fenômenos. É válido destacar apenas que entrar no rol dos destinos turísticos é sempre resultado de fatores que, na maioria das vezes, não se limitam ao lugar receptor. Por exemplo, a proximidade de grandes centros urbanos, emissores das viagens, e a concentração das infraestruturas colaboram para uma convergência dos fluxos turísticos que, por sua vez, reflete na distribuição e na frequência de visitação dos lugares turísticos. Além disso, a atividade econômica do turismo pode tanto acompanhar as tendências de crescimento urbano existentes no território quanto, a partir de determinado momento, induzi-las. Por ser o turismo também uma prática social, ele não fica reduzido às lógicas de seu sistema produtivo, uma vez que se faz no encontro das práticas externas do turista com as inércias próprias das práticas locais (CRUZ, 2006, p. 338).

Por outro lado, a atividade do turismo se desenvolve produzindo suas "geografias particulares", principalmente, porque tem como matéria prima principal o espaço, como lembra Cruz (2006, p. 339). Através ou servindo às práticas do turismo novos equipamentos e infraestruturas são construídos em lugares escolhidos, com o fim de torná-los atrativos ou acessíveis às atividades.

No enfoque específico que interessa a este trabalho, torna-se importante considerar, por exemplo, que o papel da morraria para o turismo local cresceu e um sinal disso foi que, agora, mais morros expressivos e elevados de Socorro se tornariam objeto de intervenção para instalação dos equipamentos turísticos.

Por esse motivo, cabe contextualizar alguns dos aspectos que colaboraram para o crescimento da participação do município no setor e para a sua especialização no turismo rural e de aventura. Esse tipo de atividade faz uso e se estrutura no entorno dos rios e nos morros de Socorro e, para promover esse uso, divulga a beleza desses lugares. Se no turismo do século XX os morros de Socorro não tinham valor destacado, a partir da segunda década do século XXI, eles se tornariam ultra valorizados e utilizados.

Primeiramente, é necessário destacar que não apenas Socorro como toda a região próxima a Campinas chegou a 2020 com um novo *status* no turismo do estado de São Paulo[113]. Essa nova inserção da região campineira refletiria o fortalecimento do Circuito das Águas Paulista que, neste período, foi reativado com uma nova configuração regional e institucional.

Alguns fatores dados pela gestão brasileira do setor contribuíram para esse cenário. Nos anos 2000, o turismo manteve o seu papel de destaque no discurso público nacional, compreendido ainda como um importante setor de geração de emprego e renda, sendo foco das ações estatais de incentivo ao seu desenvolvimento (CRUZ, 2005, 2006). Em 2003, por exemplo, foi criado o Ministério do Turismo (MTur) e se iniciou uma nova redefinição das funções da EMBRATUR (TRENTIN; FRATUCCI, 2011, p. 842). Nesse contexto, assistiu-se à continuidade das estratégias implementadas desde a municipalização da atividade, que seriam reorientadas segundo o entendimento do turismo como elemento chave da superação de desigualdades regionais. As políticas nacionais do turismo geridas na primeira década do século XXI buscaram incentivar a desconcentração da oferta turística, que ainda se encontrava de modo predominante no litoral brasileiro (CRUZ, 2006, p. 348; TRENTIN; FRATUCCI, 2011, p. 841)[114].

A partir de 2004, através do Programa de Desenvolvimento de Roteiros Integrados de Turismo (PRT), o governo federal, por meio do MTur, passou a atuar selecionando e agrupando municípios com capacidade de estimular a interiorização da atividade, ou seja, formatando os produtos turísticos regionais que tivessem qualidade suficiente para competirem nos mercados nacional e internacional. Os destinos mais destacados,

---

[113] Em meio à diminuição das viagens ocorrida durante as medidas de isolamento social, adotadas no início da pandemia de Covid-19, os municípios turísticos dessa região obtiveram o maior crescimento verificado para o chamado turismo de segunda residência no estado de São Paulo, com um aumento de 72,9% (SÃO PAULO (ESTADO), 2020a). Vale ressaltar que, considerando todo o fluxo turístico anual, a região campineira mantém-se ainda atrás dos outros destinos tradicionais do estado de São Paulo, como a capital, a baixada santista e o litoral norte (SÃO PAULO (ESTADO), 2020b).

[114] Refere-se aqui àquelas regidas pela Política Nacional do Turismo dos anos de 2003-2007 e 2007-2010.

tornavam-se os prioritários para as ações de qualificação voltadas às demandas do mercado externo (TRENTIN; FRATUCCI, 2011, p. 843)[115].

Trazida para o contexto do estado de São Paulo, a política de apoio ao turismo também passaria a formatar esses roteiros turísticos regionais, dividindo os municípios em corredores, rotas e circuitos que se tornaram a maneira utilizada para promover a atividade em feiras, eventos do setor e agências de viagens. Apesar de formatados junto ao governo estadual, a gestão desses circuitos se manteria feita pelas prefeituras municipais. Isto porque, sob influência do PRT, novas instâncias de governança passariam a ser usadas para a articulação entre os municípios turísticos (FUINI, 2010). Conforme visto, desde a Constituição Federal de 1988, os municípios brasileiros receberam destaque na cena político-institucional, na medida em que assumiram a execução de políticas públicas, que antes ficavam a encargo da União ou dos Estados. Diante de sua baixa capacidade operacional e financeira, os Consórcios Públicos Intermunicipais passaram a ser defendidos como ferramenta que propiciaria a integração de governos locais para a gestão associada e a colaboração na execução de serviços e políticas públicas (CNM, 2016)[116].

Desse modo, em 2004, os municípios próximos à Socorro, articulados através das Secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo e da Secretaria Executiva do Turismo do Estado, iniciaram a formatação do que veio a se tornar, em 2005, o Consórcio Intermunicipal do Polo Turístico do Circuito das Águas Paulista (CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA, 2021; FUINI, 2010; SOUZA, 2010). O novo agrupamento manteve as estâncias hidrominerais de Águas de Lindóia, Amparo, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Serra Negra e Socorro, passando a abarcar, posteriormente, três municípios da Região Metropolitana Campinas: Pedreira, Jaguariúna e Holambra (Figura 76)[117].

---

[115] Selecionados conforme o Plano de Marketing Turístico Nacional - Plano Cores do Brasil.

[116] Os Consórcios Públicos Municipais foram viabilizados a partir da Lei nº 11.107/2005, que instituiu as normas gerais desse novo arranjo institucional que passaria a ser conformado como associação pública ou pessoa jurídica de direito privado formado apenas por entes federativos (CNM, 2016; FUINI, 2010). Na região de Socorro, o primeiro desses consórcios foi o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Circuito das Águas que uniu o atendimento médico de especialidades dos municípios de Águas de Lindóia, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Serra Negra e Socorro (CONISCA, 2021).

[117] Configuração final adquirida em 2013, com a entrada do último município no consórcio, Holambra. Foi a partir de 2021, que essa mesma configuração do Circuito das Águas Paulista passou a ser identificada como a Rota Turística do Circuito das Águas e Flores, no âmbito do programa Rota Cênica SP do governo do Estado de São Paulo (SETUR, 2021).

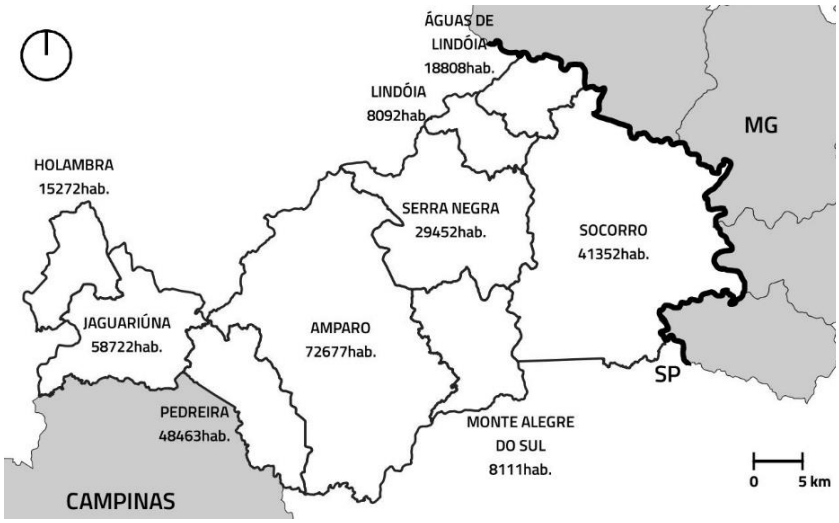


Figura 76: A configuração do Circuito das Águas a partir de 2013. Municípios e suas populações totais, conforme IBGE, 2020.
Fonte: Camila Conti, 2020.

Formatada a nova organização institucional do Circuito das Águas, o consórcio passaria a viabilizar parcerias voltadas ao desenvolvimento turístico da região. Uma delas foi a parceria iniciada em 2005 com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Através do Programa de Desenvolvimento do Turismo Receptivo (PDTR), o SEBRAE atuou capacitando empresários, representantes do poder público e promovendo ações de sensibilização da população para o desenvolvimento turístico local. Já através do programa "Redescobrindo o Circuito das Águas Paulista", produziram-se os materiais gráficos e estandes para a promoção da região em eventos voltados ao setor. Seria justamente nessas campanhas de marketing turístico que Socorro passaria a se destacar como o local da região voltado ao turismo rural e de aventura (SOUZA, 2010, p. 64).

Outros investimentos feitos especificamente em Socorro também colaborariam para essa especialização do município e o aumento de sua visibilidade no mercado turístico. Entre eles, destacaram-se os investimentos feitos pelo MTur no programa Socorro Acessível, voltado à implementação de medidas de acessibilidade nas estruturas de hospedagem, restaurantes e nos atrativos do turismo de aventura socorrenses. Entre 2006 e 2008, o município recebeu 1,73 milhão de reais para obras de infraestrutura turística e cursos de qualificação profissional. Em 2010, no contexto de preparação para os eventos internacionais da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíadas de 2016, Socorro se tornou um dos dez destinos turísticos brasileiros parte do projeto Destinos Referência em Segmentos Turísticos do MTur. Seguindo essa tendência de profissionalização do turismo,

o município também foi inserido no programa Aventura Segura, voltado à estruturação e qualificação do ecoturismo e turismo de aventura brasileiros (MTur, 2010)[118].

Socorro foi também incluído nos roteiros turísticos selecionados para serem promovidos durante o evento da Copa do Mundo, tendo sido um dos 23 municípios brasileiros contemplados pelo programa Talentos do Brasil Rural[119]. Por localizar-se a menos de três horas da cidade de São Paulo, uma das sedes do mundial, Socorro foi selecionado com o roteiro Caminho da Roça que reunia os empreendimentos locais voltados, por exemplo, à pesca esportiva e à exposição e acompanhamento do cultivo de hortaliças e criação de animais (MTur 2014)[120].

Todos esses fatores contribuíram para elevar o município à nova condição de ser um importante destino turístico da região. Em 2014, o turismo rural socorrense recebia em média 500 mil turistas ao ano (MTur, 2014). Já na categorização realizada pelo MTur em 2015, Socorro, Águas de Lindoia e Serra Negra se destacariam agora como os municípios com o maior fluxo turístico e o maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem da região (BANTIM; FRATUCCI, 2016, p. 8).

Nesse cenário, o município ganhou mais destaque nas propagandas do turismo voltadas, principalmente, para as viagens internas ao estado de São Paulo. Centrada na zona rural, as imagens de divulgação de Socorro fazem uso, predominantemente, das características físicas do sítio e de seus pontos notáveis. Por meio dos portais eletrônicos oficiais do município, o poder público local, o COMTUR e a nova Associação de Turismo da Estância de Socorro (ASTUR), criada em 2017, sugerem roteiros nos quais predominam os passeios entre os morros, as cachoeiras, os parques privados de esporte e lazer e os hotéis-fazenda.

Quase nenhuma menção é feita, por exemplo, ao antigo balneário, que um dia havia sido central para o turismo da estância hidromineral de Socorro e que hoje passa quase despercebido. Já o engarrafamento para venda de águas minerais foi inaugurado em 2005,

---

[118] Desenvolvido pela Abeta, Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura.

[119] Resultado da parceria entre Ministério do Desenvolvimento Agrário, MTur e SEBRAE, o programa tinha como objetivo formatar roteiros turísticos que incluíssem ao menos 10% de produtos e serviços da agricultura familiar (Mtur 2014).

[120] O roteiro envolvia os seguintes empreendimentos privados do município: Rancho Pompeia, Laticínio Tradição do Campo, Hotel Fazenda Campo dos Sonhos, Fazenda Sant´Ana, Pesqueiro Nenê Oliani e Alambique Pioneira (Mtur, 2014).

por meio de uma nova lavra que manteve o papel de exploração produtiva das áreas altas das nascentes da Pompeia[121].

A valorização do rural e a exacerbação do uso e do elogio às características físicas do município ocorreram de maneira paralela aos processos de crescimento da cidade, marcados agora pela profusão ainda maior da produção de lotes urbanos. Inserido nas dinâmicas de regulação, via leis urbanísticas, o poder público municipal manteve-se com uma baixa capacidade em regular o mercado imobiliário aquecido, que passava a impor novas pressões. A esse assunto, dedica-se a seção seguinte que expõe as consequências diretas desse processo sobre as configurações que passaram a predominar na cidade e afetar a experiência dos morros no lugar.

6.1. ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO NO PERÍODO

Infelizmente, a quebra do intervalo decenal do Censo Demográfico no Brasil impede o acompanhamento da evolução populacional das áreas urbanas socorrenses depois do ano de 2010, de modo que se torna mais difícil demonstrar como os processos de urbanização de Socorro se intensificaram, visto que isso se deu, sobretudo, no intervalo entre 2010 e 2020.

A partir da população estimada total do município, de 41352 habitantes (IBGE, 2020), apenas se pode dizer que, comparativamente, Socorro atingiu pouco mais que o dobro da população apresentada em seu último ciclo intenso de crescimento, correspondente a sua fase cafeeira, em 1920, quando tinha 26545 habitantes (BASSANEZI, 1998). Por esses números, percebe-se que, ainda assim, o município se manteve pouco povoado. A grande diferença seria dada no fato de que, aos seus habitantes, cuja maioria vive em situação urbana, soma-se o crescimento de uma população flutuante, que acompanha a tendência de aumento das estruturas de alojamento do turismo e das casas de segunda residência[122].

---

[121] A lavra de exploração foi adquirida pela Mineradora Pompeia Ltda em 2003. Em 2017 a mesma lavra foi adquirida pela empresa Socorro Industria de Bebidas (antiga Indústrias Krill), que se tornou a fabricante da Pompeia Água Mineral, conforme processo n °. 820.948/1997 da Agência Nacional de Mineração (ANM). Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br>. Acesso em: 30 de outubro de 2021.

[122] A ausência dos dados do Censo Brasileiro para 2020 afeta igualmente o acompanhamento da evolução das casas de veraneio no município de Socorro. Vê-se, no entanto, que os números vinham crescendo, passando de 2076 para 2399 entre 2000 e 2010 (IBGE, 2000, IBGE, 2010) e encontrariam ainda o maior desenvolvimento do turismo em Socorro.

Esses dados, no entanto, mostram-se limitados para compreender como os processos de transformação urbana, especialmente os ocorridos durante a segunda década do século XXI, contribuíram nas relações conflituosas entre a cidade e os morros que se encontraram condensadas nos casos citados como motivo desta dissertação.

Quando se analisa a expansão urbana de Socorro, centrando-se na produção de loteamentos formais do munícipio, verifica-se que os números encontrados auxiliam, mas também não dão uma medida exata do aumento da produção de solo urbanizado no período, uma vez que os loteamentos e desmembramentos informais se tornaram mais frequentes. Dos dados da Diretoria de Tributos da PMES, tem-se um total de 16 empreendimentos formais que configuraram parcelamento de glebas para urbanização, o que corresponderia a um pico desse tipo de empreendimento em relação aos períodos anteriores. Entre eles, haveria a novidade dos primeiros condomínios fechados, surgidos durante a segunda década dos anos

Tabela 4: Loteamentos e condomínios fechados aprovados entre 2001 e 2020, constantes no acervo da Diretoria de Tributos da PMES e loteamentos irregulares identificados.

LOTEAMENTOS IDENTIFICADOS	**DATAS DE APROVAÇÃO**
Greenville - Residencial Fazendinha	2002
Parque Ferrúcio (III)	2003
São Miguel	2004
Santa Helena	2005
Jardim Itália	2006
Colina Cintra-Franco	[entre 2000 e 2010]
Residencial Portal Colonial	2013
Residencial Solar das Águas	2013
Residencial Serra da Mantiqueira	2016
Residencial Jardim Nova Araújo	2017
Residencial Palma Real	[entre 2010 e 2020]
San Pietro	[entre 2010 e 2020]
Jardim das Laranjeiras	[entre 2010 e 2020]
CONDOMÍNIO FECHADOS IDENTIFICADOS	**DATAS DE APROVAÇÃO**
Lacqua Pompeia Residencial	[entre 2010 e 2020]
Sítio dos Ipês	[entre 2010 e 2020]
Terras da Mantiqueira	[entre 2010 e 2020]
LOTEAMENTOS IRREGULARES IDENTIFICADOS	**PERÍODO**
Bozzer e Montini	[entre 2000 e 2010]
Lino	[entre 2000 e 2010]
Jardim Vitória	[entre 2010 e 2020]
Ribeirão do Meio	[entre 2000 e 2020]

Fonte: Camila Conti, 2021.

2000. Quanto aos loteamentos informais, os quatros casos apresentados na listagem da Tabela 4 configuram-se como um número pouco expressivo, representando apenas aqueles que puderam ser efetivamente identificados no trabalho de pesquisa que apoiou esta dissertação.

Diante das dificuldades em precisar o crescimento da cidade, é possível, no entanto, acompanhar um pouco do processo de desenvolvimento urbano ocorrido, através das suas consequências sobre as instâncias de regulação local, que se viram mais pressionadas no período.

Neste sentido, alguns avanços institucionais se configuraram como tentativas locais de intervir sobre o crescimento mais acelerado da cidade. Conforme destacado anteriormente, seria apenas em 2001 que a organização administrativa do Poder Executivo seria fixada, possibilitando uma atuação mais contínua dos seus departamentos municipais (SOCORRO, 2001). Além disso, a partir de 2009, o antigo CODEMA se tornou deliberativo e consultivo, passando a poder participar da elaboração de planos e emitir resoluções normativas próprias (SOCORRO, 2009). Renomeado como COMDEMA[123], o órgão colegiado emitiu sua Resolução Normativa n.º 001/2011, a partir da qual passou também a ter entre suas competências a emissão de pareceres prévios quanto à aprovação de loteamentos em Socorro. Através da Resolução Normativa nº. 001/2015, o órgão colegiado criou a Comissão Permanente de Análise de Projetos de Loteamentos, Condomínios e Regularização Fundiária, que passaria, obrigatoriamente, a receber, via Departamento Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo, todos os processos de aprovação dos empreendimentos imobiliários do município. Por ser um órgão composto por representantes da sociedade civil, aumentava-se, através dessa atuação, a publicidade sobre esses processos (COMDEMA, 2011; 2015).

Apesar disso, nas atas das reuniões do COMDEMA, é possível se obter uma amostra de como a atuação do órgão foi efetivada em meio às dinâmicas do crescimento da cidade. Pressionados quanto aos prazos de retorno, que poderiam invalidar suas deliberações, e questionados pelos empreendedores sobre a validade de suas opiniões frente a outras instâncias aprovadoras estatais[124], os conselheiros ainda se viam sob a demanda de processos

[123] Renomeado pela Lei Municipal nº 3.345/2010 (SOCORRO, 2010).

[124] Como a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).

de regularização de loteamentos recém-construídos, que tentavam burlar as regras de aprovação do município:

> D., do Departamento de Planejamento, questionou sobre a não definição das áreas Verde e Institucional desse parcelamento, uma vez que se enquadra como loteamento, apesar de estar irregular.
> D. trouxe a reflexão que, mesmo sendo projeto de regularização, o processo tem sido inverso- os loteadores fazem o parcelamento irregular e depois solicitam a regularização, sendo injusto com quem segue o processo correto. (COMDEMA, 2015).

A atuação municipal, entretanto, não foi feita apenas por essas tentativas de controle, que se veriam refletidas, por exemplo, nos novos movimentos de defesa dos morros. Isso porque, se assistiria também à aderência das leis urbanísticas aos padrões de cidade que foram sendo produzidos pelo processo de urbanização local.

Nesse sentido, encontram-se nas leis urbanísticas municipais alguns aspectos que afetam a relação com os morros. Por um lado, essas leis ampliaram as áreas de morraria consideradas oficialmente como urbanizáveis; por outro, elas se abstiveram de regular os padrões construtivos adotados na cidade.

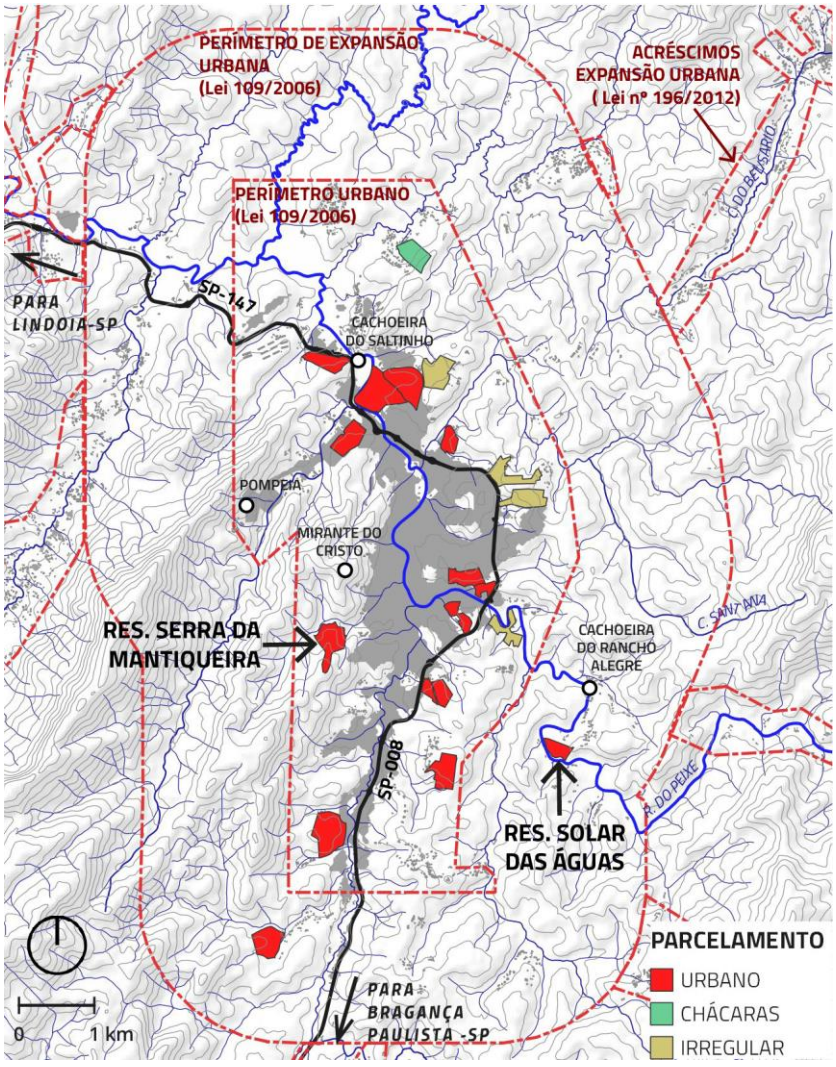
Sobre esses aspectos, é necessário dizer que a evolução das leis urbanísticas em Socorro refletiu tanto as pressões quanto as dificuldades administrativas locais. Já no início dos anos 2000, as revisões que visavam alterar pontos da lei de zoneamento do uso e ocupação do solo, promulgada em 1996 (Lei n°. 2766/1996), ficariam marcadas pelas limitações do poder público municipal em definir a regulação urbana frente ao processo de urbanização que se desenhava.

Em algumas ocasiões, essas revisões foram feitas para solucionar erros ou omissões do texto vigente. Foi o caso, por exemplo, da Lei Complementar n°. 052/ 2000, que serviu para inserir categorias de usos que permitiriam a construção de serviços e equipamentos urbanos de utilidade pública, como os de saúde e educação, que não estavam previstos em zonas predominantemente residenciais da cidade (SOCORRO, 2000). Em outros casos, elas serviram para atender aos interesses de empreendimentos específicos, como no caso da Lei Complementar n° 065/2002, que também revisou o zoneamento de modo a prever a atividade de envasamento de águas minerais na região da Pompeia, acompanhando o surgimento da nova lavra privada de exploração (SOCORRO, 2002).

Partindo-se de projetos de lei redigidos pelo Poder Executivo e pelos vereadores da Câmara Municipal, a prática de revisar pontualmente as leis urbanísticas se tornaria comum e ainda mais frequente para os casos das novas versões dessas leis promulgadas durante este período específico. Sob a vigência do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001) que havia

estabelecido o prazo de dez anos para as revisões do planos diretores do municípios[125], Socorro aprovou a Lei Complementar nº 109/2006 estabelecendo o novo "Plano Diretor do Município da Estância de Socorro" (SOCORRO, 2006). No ano seguinte, foi promulgada a Lei Complementar nº 120/2007 que dispôs sobre o "Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Zoneamento e Empreendimentos Urbanísticos no Município de Estância de Socorro" (SOCORRO, 2007).

De maneira geral, o texto original dessas leis era já mais permissivo ao regular a expansão da cidade sobre as áreas de morro. Por exemplo, o novo traçado do perímetro urbano da Lei nº 109/2006 entendeu com bastante folga o urbano e ainda previu um perímetro de expansão urbana definido de maneira genérica em seu Artigo 6º como "o perímetro de 2km (dois quilômetros) do entorno do perímetro da Zona Urbana" (SOCORRO, 2006).



Mapa 21: Distribuição dos empreendimentos de lotes identificados até o ano 2020 e os perímetros urbanos de Socorro estabelecidos nas leis urbanísticas do período. Fonte: Camila Conti, 2021.

[125] Definição prevista no Parágrafo 3º, Artigo 40º da Lei Federal n. 10.257/2001 (BRASIL. Ministério das cidades, 2004).

A rigor, os loteamentos urbanos localizados dentro do perímetro urbano ou dentro do perímetro de expansão, pouco se difeririam em termos das exigências das leis urbanísticas, uma vez que os critérios de ocupação das zonas de expansão ficaram sem definição até 2014 e, depois disso, mantiveram-se postos de maneira genérica. A partir deles foi permitido, por exemplo, a ocupação por qualquer tipo de uso – residencial unifamiliar e multifamiliar, comercial, de serviços ou industrial – e com índices compatíveis com a configuração tanto de chácaras suburbanas quanto de parcelamentos urbanos[126].

Todas essas definições encontraram equivalências nos loteamentos urbanos aprovados no período que ultrapassaram, simultaneamente, as áreas de morros e as áreas de cabeceiras do rio do Peixe. Ao caso do empreendimento Residencial Serra da Mantiqueira (2016), que loteou o topo do morro no bairro do Barrocão, somou-se o caso do Residencial Solar das Águas (2013), que loteou as margens do rio do Peixe no sentido de suas cabeceiras, acima da cachoeira do Rancho Alegre, um dos pontos turísticos principais do município (Mapa 21). Desse modo, todos esses pontos notáveis da paisagem socorrense, dos morros e das águas, adquiriram um novo valor frente ao mercado de produção dos lotes urbanos.

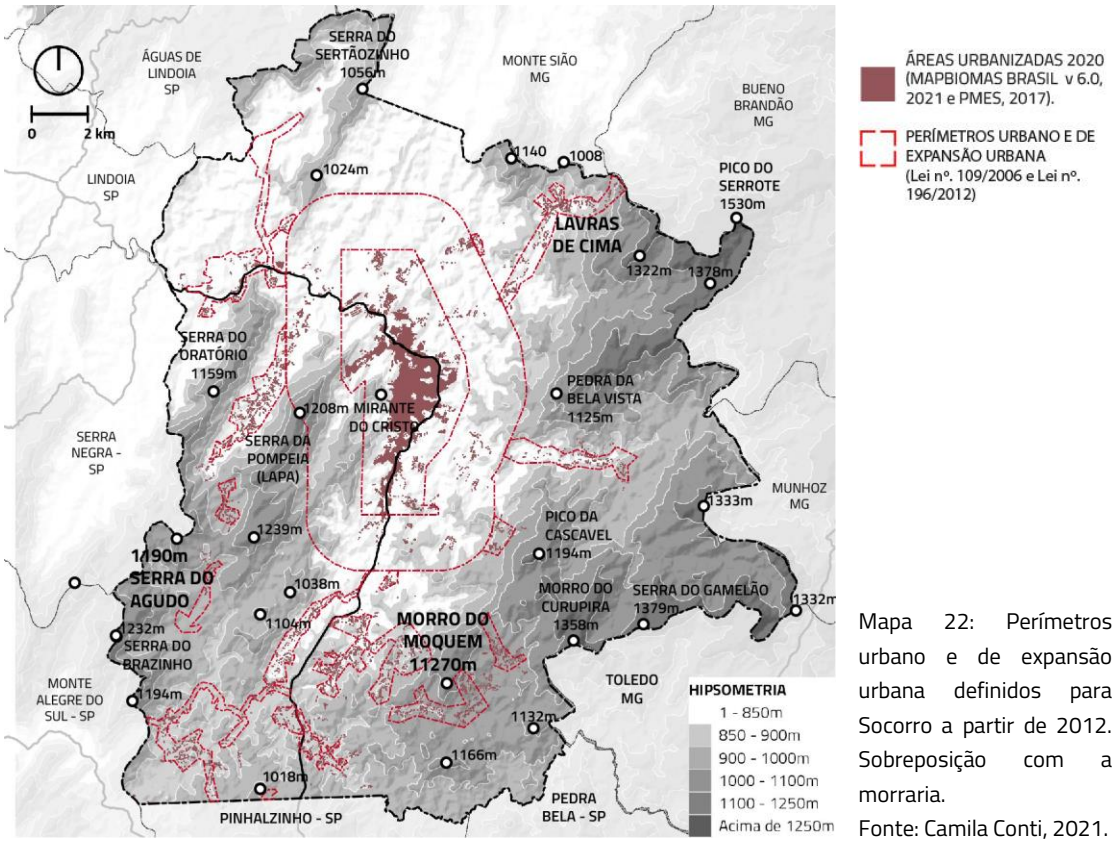
A essa indefinição de critérios prevista para a zona de expansão urbana, somou-se a questão dos loteamentos irregulares do município. Em meio à difusão das ocupações informais no município, algumas revisões das leis urbanísticas foram feitas com base na Lei Federal nº 11.977/ 2009[127] que estabeleceu, junto à criação do Programa Minha Casa Minha Vida, também os critérios para a regularização fundiária, prevista para os assentamentos localizados em áreas urbanas. De acordo com o Artigo 47º da Lei Federal, a área urbana seria correspondente à "parcela do território, contínua ou não, incluída no perímetro urbano pelo Plano Diretor ou por lei municipal específica"(BRASIL, 2009). Dessa forma, a fim de viabilizar as regularizações em Socorro, uma sequência de leis municipais foi promulgada aumentando ainda mais as áreas de expansão e mudando os índices urbanísticos que passariam a reger os critérios de regularização de empreendimentos[128]. O resultado

---

[126] A omissão do zoneamento de uso quanto aos parâmetros de ocupação das áreas de expansão urbana foi corrigida através da Lei Complementar nº 221/2014 que criou, efetivamente as Zonas de Expansão Urbana (SOCORRO, 2014). Parâmetros esses, que foram acrescentados ao Anexo II – "Descrições dos Perímetros das Zonas de Uso e ocupação na Área Urbana e Características das Zonas de Uso (Parágrafo único, do art. 3º)" da Lei Complementar nº 120/2007.

[127] O Capítulo III da Lei Federal nº 11.977/ 2009 a que se refere o texto encontra-se atualmente revogado pela Lei Federal nº 13.465, de 2017.

[128] Essa foi a justificativa apresentada na ata da audiência pública referente à aprovação da Lei Complementar nº 221/2014 (Câmara Municipal Da Estância De Socorro, 2014). Entre as leis revisoras desses parâmetros destaca-se: a Lei Complementar nº 194/2012, que diminuiu as exigências quanto às doações de áreas públicas



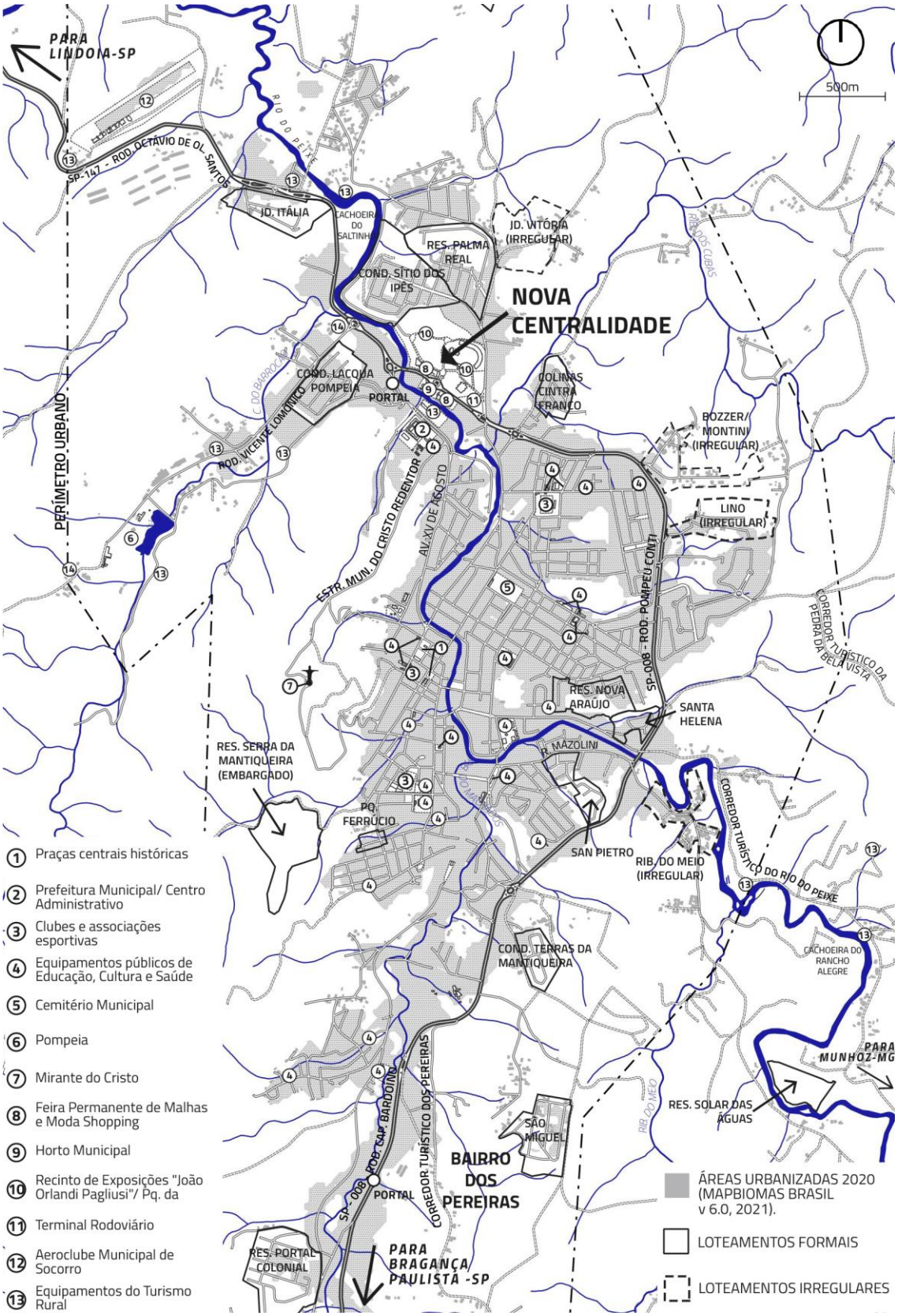
Mapa 22: Perímetros urbano e de expansão urbana definidos para Socorro a partir de 2012. Sobreposição com a morraria.
Fonte: Camila Conti, 2021.

desse processo, foi a oficialização de amplas áreas do município como zonas urbanizáveis, acompanhando os adensamentos que começaram a mudar, de maneira mais pronunciada, o que fora o caráter anterior de pequena cidade encravada no vale em meio à morraria. Essa ocupação chegou, inclusive, a algumas das regiões mais altas do município, como as áreas próximas ao morro do Moquem, à serra do Agudo e às Lavras de Cima, mostradas no Mapa 22.

Diante da expansão pouco controlada da cidade, também a configuração do núcleo urbano principal foi afetada. Durante o século XXI, assistiu-se ao desenvolvimento de uma nova centralidade na cidade, marcada pelos equipamentos públicos, centros comerciais e centros de serviços voltados ao turismo que se concentraram junto às margens do rio do Peixe, no que antes se configurava como a saída para o município de Lindoia. Muitas das estradas dos novos bairros urbanizados se tornaram também "Caminhos Turísticos", rotas que são divulgadas e identificadas por portais específicos[129].

necessárias à regularização dos parcelamentos informais (SOCORRO, 2012b) e a Lei Complementar nº 196/2012, que ampliou as zonas de expansão urbana criando os núcleos de expansão em meio a antigas áreas rurais.

[129] Ao todo foram criados 14 desses Caminhos Turísticos que compõem roteiros com atrações turísticas divulgadas pelo COMTUR (EVOLUÇÃO DO ..., 2014).



Mapa 23: A ocupação do núcleo principal da cidade de Socorro até o ano 2020.

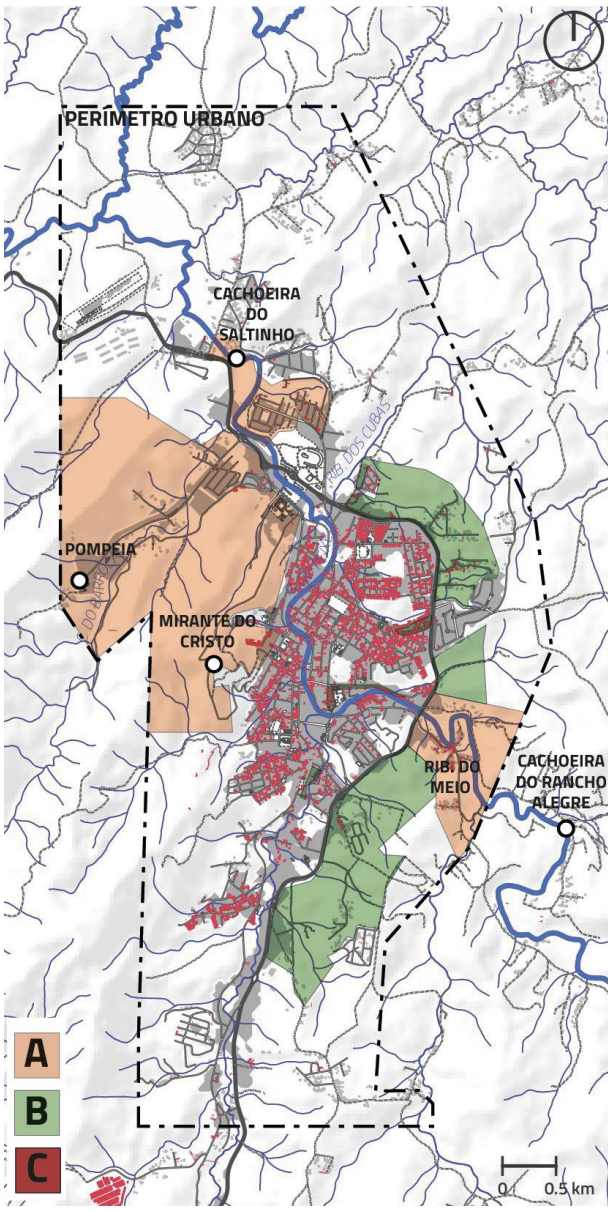
Fonte: Camila Conti, 2021.

Foi o caso do caminho para o antigo bairro rural dos Pereiras, que se encontra caracterizado por seu papel duplo, reunindo as novas ocupações urbanas com a produção agrícola familiar do município. Nesse novo arranjo, a rodovia começou a adquirir a configuração de uma avenida, servindo tanto para o fluxo turístico no município quanto para a ligação do núcleo principal com os novos bairros residenciais urbanos. Esse processo se encontra atualmente em seus estágios iniciais, uma vez que muitos dos equipamentos urbanos ainda se mantêm concentrados nas áreas mais centrais da cidade (Mapa 23).

No zoneamento de uso da cidade, viu-se novamente reunidas as omissões da regulação urbana, com potencial de impacto na relação com a morraria. Um primeiro aspecto dessa questão diz respeito às áreas escarpadas e altas do morro do Cristo e da Pompeia que, desde 2007, encontram-se classificadas como suscetíveis ao loteamento urbano e à ocupação por condomínios residenciais verticalizados, equivalentes ao novo gabarito máximo da cidade de 30 metros.

Não demorou para que essas permissões encontrassem correspondência nas construções realizadas, por exemplo, na estrada municipal do Cristo Redentor, cujo caso pode ser visto na Figura 79.

Frente à urbanização intensificada, também as omissões referentes aos padrões dos lotes e aos índices



Mapa 24: Distribuição dos novos padrões de ocupação da cidade e suas correlações com a regulação urbanística.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Indicações:
A- Áreas íngremes e margens do rio do Peixe classificadas como zonas predominantemente residenciais;
B-Antigas áreas de subúrbios com pouca regulação construtiva;
C- Áreas centrais onde predomina o adensamento construtivo mal regulado.

construtivos levaram a um adensamento construtivo feito de maneira aleatória na cidade. Entre essas omissões encontram-se, por exemplo, a dubiedade da lei quanto ao padrão do lote mínimo do município, que vem favorecendo o desmembramento indiscriminado nas áreas já consolidadas da cidade, resultando em áreas de propriedade muito reduzidas[130]. A essa situação compõe-se também a omissão da lei urbanística quanto ao recuo lateral das construções que, na maioria das zonas da cidade, não é regulado[131], sendo permitido, inclusive, prescindir desses recuos, até mesmo nos casos de edificações mais verticalizadas construídas em lotes pequenos[132]. Essa falta de regulação das construções se estende às áreas que antes configuravam os subúrbios da cidade, localizados nos terrenos contíguos à rodovia no lado oposto ao centro da cidade (Mapa 24).

Historicamente, as áreas residenciais da cidade de Socorro se caracterizaram pelos lotes urbanos maiores que possibilitavam os recuos nas construções, a formação de quintais e os jardins que compensavam a falta de espaços livres públicos que, em sua maioria, compõe-se de pequenos largos e praças. Esse padrão urbano vem sendo alterado, difundindo-se construções com alturas variáveis e com poucos recuos, resultado que pode ser visto nos novos padrões construtivos mostrados na Figura 77 e Figura 78, que passaram a marcar a cidade, por sua maneira aleatória de distribuição.

Às maneiras como esses aspectos da urbanização se compõem com as atitudes do turismo, participando das relações que, ambiguamente, negam a paisagem da morraria, se dedica a seção a seguir.

---

[130] O lote mínimo praticado nas áreas centrais da cidade era de 250m², conforme a Lei 2.766/1996 (SOCORRO, 1996c). A Lei nº 120/2007 criou, através de seu artigo 139º, exceções ao cumprimento desse mínimo em desmembramentos de lotes (SOCORRO, 2007). Durante os anos 2000 uma sequência de leis modificativas foi aprovada, acrescentando mais lugares onde essa exceção se tornou válida. A última dessas revisões foi feita por meio da Lei Complementar nº 280/2019, que estendeu essa possibilidade da divisão de lotes até mesmo para os loteamentos recém construídos, como o Jardim Nova Araújo, aprovado em 2017, onde a área mínima passou também a ser de 125 metros quadrados, apesar de ter sido aprovado com lotes maiores (SOCORRO, 2019).

[131] Os recuos laterais são exigidos em Socorro nos casos: das zonas estritamente residenciais, que correspondem aos bairros mais nobres; das zonas de expansão urbana e de lotes maiores que 360 metros quadrados de algumas das zonas predominantemente residenciais. Nas demais áreas da cidade, o Artigo 5º da Lei nº 120/2007 liberou a obrigação do recuo lateral para construções que não possuíssem aberturas laterais (SOCORRO, 2007).

[132] Refere-se às permissões existentes para a construção de edificações de até 12 metros de gabarito (4 pavimentos) em lotes reduzidos de 250 metros quadrados, casos em que também pode-se prescindir de recuo lateral (SOCORRO, 2007).



Figura 77: Padrão de adensamento construtivo dos lotes da segunda década dos anos 2000.
Fonte: Camila Conti, 2020.



Figura 78: Novos padrões de ocupação predominantes: A- Sobrados sem recuo; B- Edificações multipavimentos sem recuo.
Fonte: Camila Conti, 2021.



Figura 79: As novas edificações no caminho para o mirante do Cristo.
Fonte: Camila Conti, 2021.

6.2. A CIDADE E OS MORROS ATÉ 2020



Figura 80: Vista do mirante do Cristo para a cidade. Fonte: COMTUR; ASTUR; PMES, 2021.

Esta seção final retoma a história dos dois casos citados na apresentação da dissertação – dos morros do Cristo e do bairro do Barrocão. Como se verá, aqueles episódios expunham algumas das novas relações praticadas com os morros da paisagem de Socorro que serão aqui demonstradas.

Tendo acumulado uma série de apropriações e tendo sido frequentemente vinculado à identificação com a cidade, o morro do Cristo chegou a este período abordado com sua importância consolidada. Não seria inesperado, portanto, que a notícia de um loteamento em suas encostas voltadas à cidade gerasse apreensão em parte dos socorrenses. Essa situação pode ser verificada, por exemplo, no envolvimento dos órgãos colegiados municipais na questão.

Como visto, o conselho dedicado às questões do meio ambiente em Socorro, o COMDEMA, vinha desenvolvendo competências e deliberando sobre a viabilidade ambiental de loteamentos no município. Frente a esse papel central do COMDEMA, também os demais órgãos colegiados passariam a atuar conjuntamente no caso. Em 16 de fevereiro de 2016, o Conselho Municipal de Cultura (COMUC) se reuniu em sessão ordinária mensal, em cuja ata é possível ver expresso esse engajamento comum:

> B. mencionou o fato de ter participado de uma reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente, cujo tema abordado era a Construção de um Loteamento no Morro do Cristo. Devido à grande importância ambiental, patrimonial, turística e cultural que o Morro do Cristo tem para Socorro, todos os Conselhos estão unidos para impedir que seja feito algo que prejudique a nossa cidade. (COMUC, 2016)

Além da importância que pode ser apenas aludida nesse breve trecho e nas demonstrações públicas que se somaram ao movimento que buscava "salvar" o morro do Cristo, é possível verificar que esse morro adquiriu também uma nova configuração na cidade. Desde os primeiros anos do século XXI, o entorno do monumento do Cristo Redentor foi sendo estruturado, de tal modo que as intervenções operadas acompanharam o desenvolvimento intensificado do turismo no município, consolidando o papel do local nesta atividade.

Em 2001, Socorro adquiriu uma verba estadual[133] que foi destinada à urbanização da área (GOVERNADOR ENTREGA..., 2001). A partir de 2003, data da inauguração da obra, o monumento passou a contar com um adendo em torno de sua estrutura que configura, desde então, um mirante que permite a vista panorâmica da cidade. Além disso, a área ao redor do mirante recebeu um tratamento de pavimentação, iluminação e jardinagem. A intervenção incluiu também a construção de estruturas como bebedouros, banheiros públicos, *playground* e uma pequena lanchonete, que passaram a permitir a sua conformação como local de permanência (REURBANIZAÇÃO REVITALIZA..., 2003).

O mirante do Cristo foi também uma das primeiras áreas a serem adaptadas para o acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, sob o escopo do programa Socorro Acessível. A partir de 2013, contou-se com a reserva de vagas de estacionamento, banheiros adaptados, rampas e um elevador panorâmico que foi anexado à estrutura anterior do mirante. Em 2014, instalou-se ali um posto de distribuição de informações turísticas do município (PMES, 2014). Através dessa estruturação, o mirante do Cristo passou, aos poucos, a se tornar também um local de eventos da cidade, como as feiras e os encontros das associações comerciais e do turismo (ACE Socorro, 2015). Um empório, instalado em 2017, passaria a atrair os visitantes interessados no artesanato e em alguns dos produtos rurais do município (ASTUR; COMTUR; PMES, 2021).

Essa nova configuração não ficaria limitada ao caso do morro do Cristo. Frente ao crescimento do turismo rural, intensificou-se o uso de alguns dos cumes mais altos de Socorro que, nesse período, tiveram o acesso facilitado e começaram a disputar com o mirante do Cristo em termos de importância para o município. Foi o caso, por exemplo, do morro da Pedra da Bela Vista e do Pico da Cascavel.

---

[133] Verba vinculada ao Departamento de Apoio e Desenvolvimento das Estâncias (DADE).



Figura 81: A configuração atual do mirante do Cristo.
Fonte: Mirante do..., 2021.



Figura 82: Mirante do Cristo e seu uso atual.
Fonte: Página do Empório do Cristo no Facebook, 2019.

No cume elevado a 1250 metros acima do nível do mar, a Pedra da Bela Vista foi estruturada como um parque privado de lazer (Figura 83). O local já era conhecido no município por sua laje rochosa que permitia os saltos de voo livre e iniciou suas atividades como parque em 2002, ainda de maneira informal e atrelada ao circuito inicial do turismo de aventura de Socorro. Aos poucos, as estruturas foram se somando e o lugar se tornou um posto fixo das atividades de lazer que exploram a altura, como o rapel e o *Rock view*[134]. Atualmente a Pedra da Bela Vista possui também um mirante coletivo montado sobre o

[134] O *Rock View* é uma atividade de lazer que consiste em andar até a beirada de um afloramento rochoso no alto de uma elevação para desfrutar da vista e da vertigem. Já o rapel, é uma atividade que faz uso de técnicas de alpinismo para descer por paredões e vãos livres. Ambas as atividades são vendidas em Socorro e feitas com equipamentos de segurança e instrutores especializados contratados pelos parques e as agências privadas existentes.

afloramento rochoso, que reúne os visitantes que desfrutam da vista do pôr-do-sol e que podem contar com as áreas de restaurante e empório existentes. Essas estruturas equipam o local para a execução de eventos diurnos e noturnos, efetuados sempre com entrada paga. Os socorrenses são os únicos que não pagam para acessar o mirante, mas têm de comprovar sua origem e só podem acessar gratuitamente o local até o meio-dia (FERREIRA, 2021; Pedra Da Bela Vista, 2021).

Elevado a 1200 metros acima do nível do mar, o Pico da Cascavel se tornou o principal ponto para a prática do voo livre que é efetuada tanto por profissionais do esporte quanto também de forma assistida, através dos voos duplos de parapente (ASTUR; COMTUR; PMES, 2021). O local encontra-se atualmente em uma configuração mais informal que os demais morros, com as atividades sendo organizadas por intermédio do Clube de Voo Livre das Estâncias (Figura 84). Ainda assim, limita-se a entrada aos finais de semana, através da cobrança na forma de uma consumação mínima no bar instalado no local, prática comum em diversos parques privados de Socorro[135].

Verifica-se neste tipo de uso uma tendência mais marcada de limitação do acesso aos cumes do município. Este bloqueio feito à experiência dos cumes se dá sob o contexto aquecido do turismo, que se impõe tanto como maneira de garantir os ganhos das atividades quanto como necessidade dada pela natureza das atividades que, diante do grande movimento, exigem os cuidados com a segurança e a manutenção recorrente.

Sob esse aspecto, o morro do Cristo se difere dos demais por ter o acesso livre e ser mantido pelo poder público municipal. Tem também a vantagem de sua localização mais próxima à cidade e, nesse sentido, proporciona atividades menos relacionadas ao turismo rural. Em todos os casos, no entanto, o acesso aos lugares altos se faz por automóveis que se acumulam nos cumes e passam a compor o cenário de uso característico. Ainda que frequentemente cheio nos eventos dos finais de semana, divulga-se o uso do mirante do Cristo, buscando enfatizar os atributos da elevação, relacionados às vistas panorâmicas de possibilidade contemplativa. É o que se verifica no trecho a seguir, que compõe a página oficial de turismo do município:

> Ficar aos pés do Cristo – que está de braços abertos voltado para Socorro – dá uma paz indescritível, e a visão da paisagem que mistura construções e muito verde em meio às montanhas amplia essa sensação de bem-estar. (ASTUR; COMTUR; PMES, 2021)

[135] Para acessar o Pico da Cascavel cobra-se aos finais de semana o valor de R$5,00. Já a Pedra da Bela Vista foi se tornando mais cara, com a entrada atual girando em torno dos R$30,00, demonstrando a tendência dessa inflação, que impacta o acesso público.

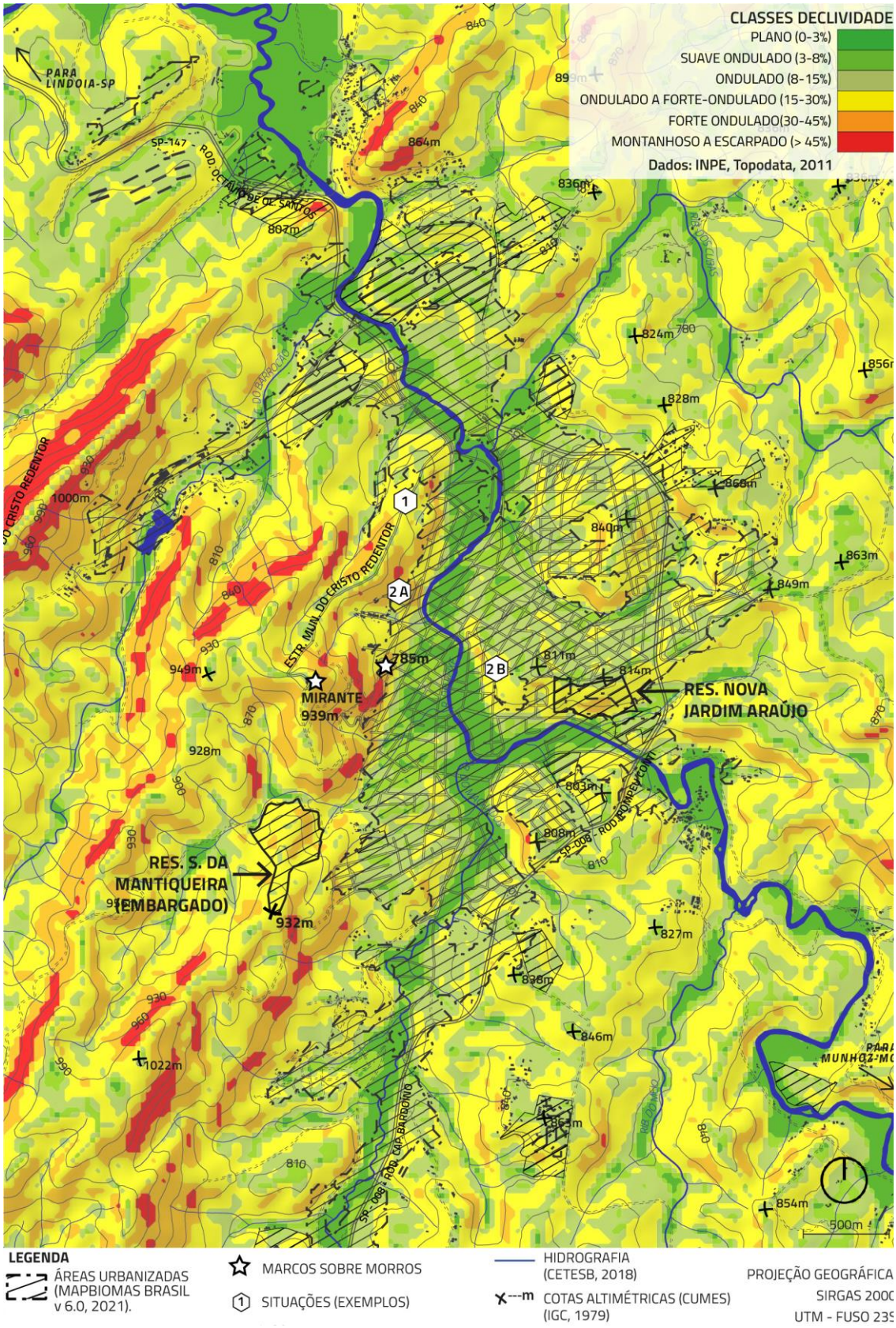




Figura 83: Estruturas instaladas na Pedra da Bela Vista.
Fonte: Ferreira, 2021 (acima); Pedra da Bela Vista, 2021 (abaixo).



Figura 84: O uso do Pico da Cascavel em Socorro.
Fonte: COMTUR; ASTUR; PMES, 2021.



Mapa 25: Ocupação do núcleo principal da cidade de Socorro até 2020 sobreposta à topografia.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Ainda que pudessem compor as vistas, as construções às quais faz referência a propaganda, foram se modificando rapidamente no período, adquirindo configurações que passaram a se impor aos morros e chamar a atenção para si.

Esse foi o caso do loteamento executado no bairro do Barrocão, chamado de Residencial Serra da Mantiqueira (2015), que acabou envolvido nas discussões públicas sobre o destino do morro do Cristo, fato que colaborou para seu embargo. É possível ver que seu topo arredondado se encontra a uma altitude muito próxima do mirante do Cristo de modo que a obra que gerou os deslizamentos de terra passava também a ser vista do ponto turístico (Figura 85 e Mapa 25).

Nos capítulos anteriores desta dissertação, verificou-se que, nas etapas de crescimento da cidade de Socorro, a urbanização encontrou várias vezes as ondulações da morraria, quase sempre não se valendo de suas singularidades. Agora, à medida em que os terrenos favoráveis se escasseavam e as possibilidades de ganhos se viabilizavam, intensificaram-se as ocupações em áreas de terreno mais movimentado, alto e com fortes declives. Essa postura passou a gerar grandes movimentos de terra, feitos para a conformação dos lotes e das

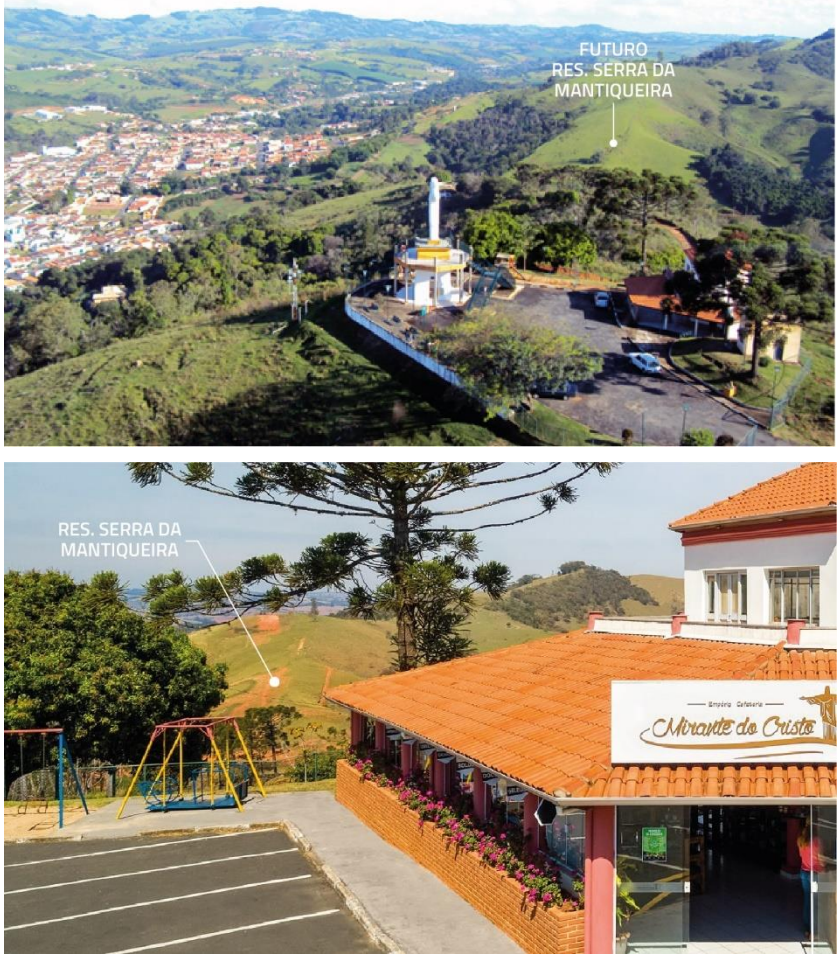


Figura 85: A relação entre o mirante do Cristo e o sítio de implantação do loteamento Residencial Serra da Mantiqueira.

Situação antes (acima, em 2014) e depois (abaixo, em 2019), quando as pastagens começam a se recompor sobre o terrapleno das obras paralisadas.

Fonte: Jornal O Município de Socorro, 2014 (acima); Página do Empório do Cristo no Facebook, 2019 (abaixo).

infraestruturas urbanas, tipo de implantação que operou desfigurando trechos das encostas com cortes abruptos, muitas vezes inadequados à qualidade dos solos, como no caso da morraria do bairro do Barrocão.

Outro exemplo dessa relação, que se expressa como negação da topografia, pode ser encontrado no caso do Residencial Jardim Nova Araújo. O loteamento original do Jardim Araújo (1964) restringia-se aos terrenos mais favoráveis, não ultrapassando a linha divisória das águas do morro na direção de sua encosta mais íngreme. A fim de ocupar o trecho com predomínio de altas declividades, as obras do novo loteamento viabilizaram-se por cortes e aterros exagerados, que contrastam com o morro (Figura 86). Já outros casos chamam a atenção pela tentativa de conformar as divisões de lotes individuais com testada pequena sobre terrenos escarpados, como na situação mostrada na Figura 87 no morro do Cristo, na qual os muros passam a compor as vistas do morro do Cristo tomadas a partir da cidade baixa.

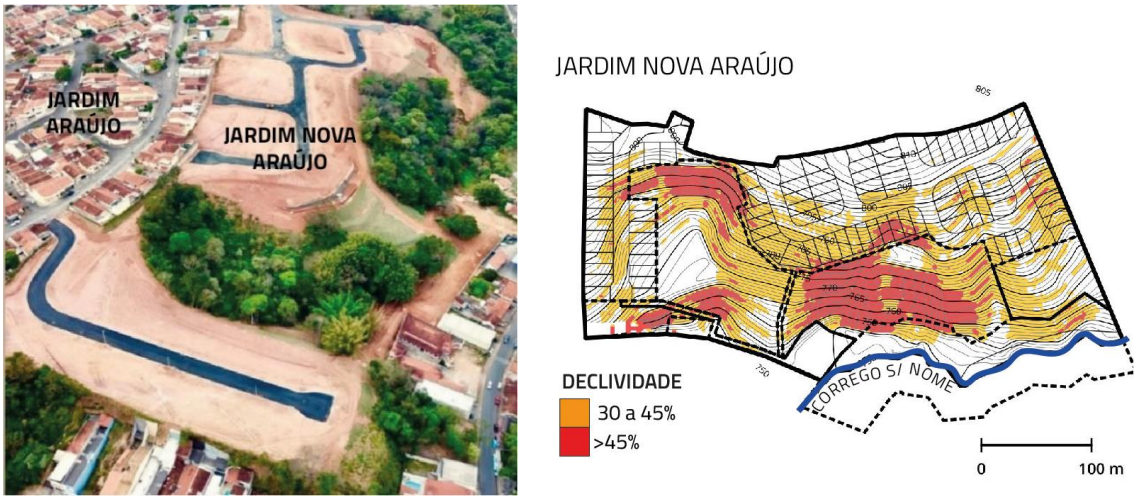


Figura 86: Loteamento Jardim Nova Araújo e sua implantação no morro. À esquerda, a fotografia de sua implantação final; à direita, as declividades predominantes do terreno,
Fonte: Imobiliária Baldi, 2019 (esquerda); Camila Conti, 2021 (direita).



Figura 87: Novas situações de lotes urbanos no morro do Cristo.
Fonte: Camila Conti, 2020.

Quando se analisa a implantação resultante da cidade, é possível ver que os processos de ocupação, apesar de se conformarem como uma continuação do período anterior, geram outra vez, relações novas com a morraria, que são sintetizadas no esquema em corte apresentado na Figura 88.

Primeiramente, destaca-se que Socorro se tornou, com o tempo, uma cidade densamente construída. Se antes os morros ondulados mais centrais eram ocupados pelas construções isoladas no lote, agora o adensamento e o padrão de alturas variáveis da ocupação mudaram a configuração e o horizonte dos antigos bairros de morraria residenciais (Indicação A, Figura 88). Igualmente, viu-se mudada a configuração dos antigos bairros suburbanos da cidade. Sem um padrão definido, variou-se entre ocupações mais ou menos densamente ocupadas (Indicação B, Figura 88). Além disso, como visto, essas áreas de expansão não ficaram mais limitadas às regiões mais próximas ao núcleo central, acontecendo ocupações mais densas na forma de núcleos urbanos isolados, que se espalharam por entre os vales e morros da paisagem (Indicação C, Figura 88).

Alteraram-se as relações com os cumes mais altos das zonas rurais que, equipados pelo turismo, viabilizam o afluxo do uso e a tendência citada do bloqueio que se expressa como uma privatização da experiência da elevação (Indicação D, Figura 88). O morro do Cristo, também se viu sob o acúmulo de uso turístico em seu cume, que se somou às novas tentativas de urbanização que, por sua vez, também reservaram de forma privada a vista, por exemplo, por meio das edificações residenciais verticalizadas construídas no dorso do morro (Indicação E, Figura 88).

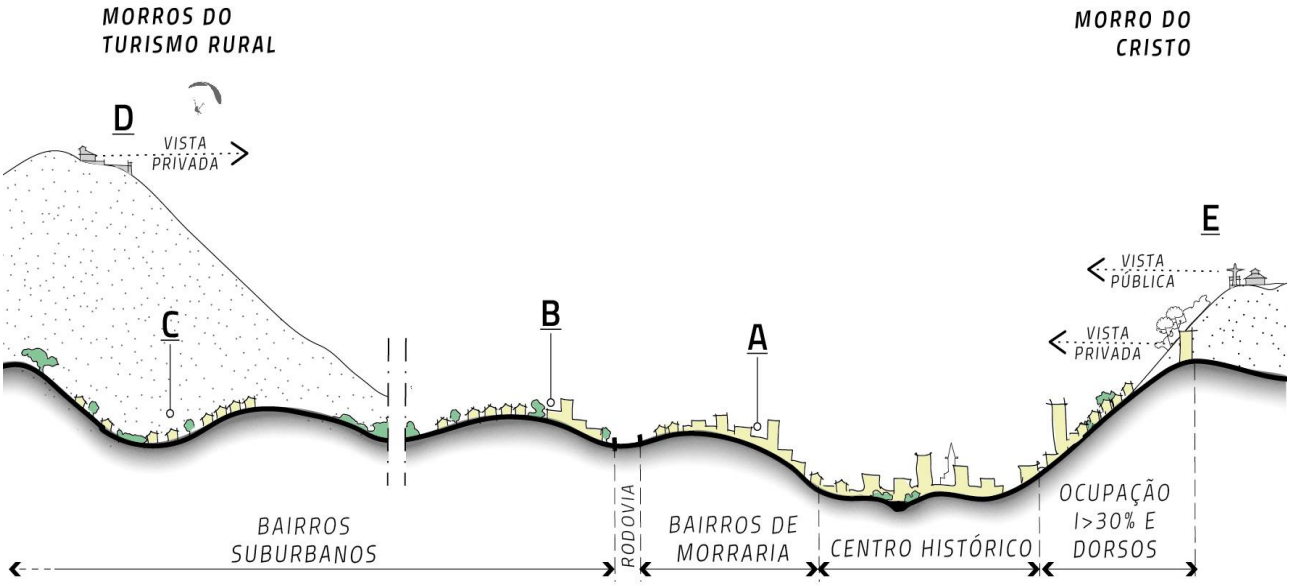
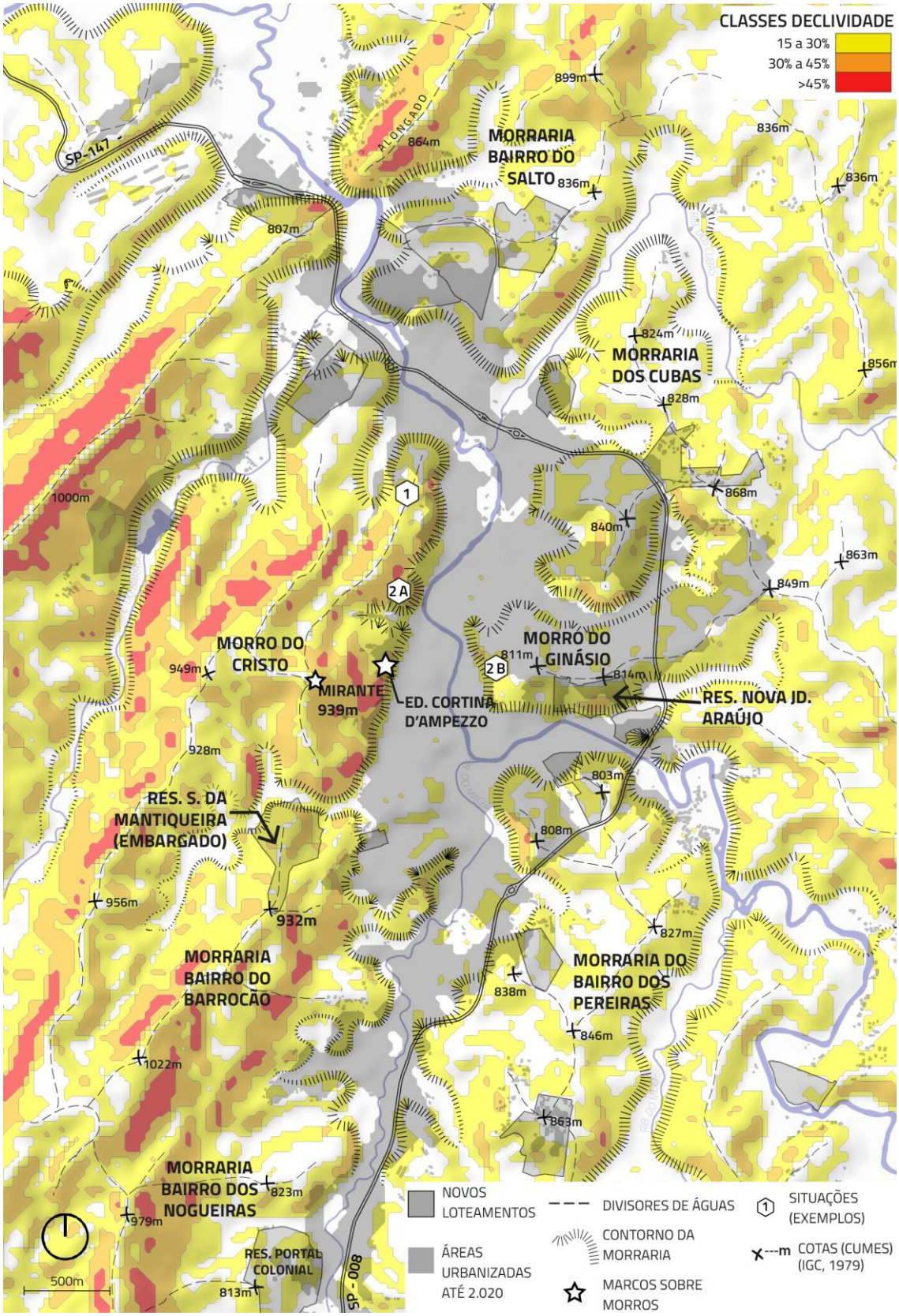


Figura 88: Corte esquemático das relações de cidade e morro em 2020.
Fonte: Camila Conti, 2021.



Mapa 26: Esquema de ocupação dos morros até 2020.
Fonte: Camila Conti, 2021.



Figura 89: A configuração típica dos novos loteamentos mais distantes do centro da cidade. Caso do loteamento Residencial Portal Colonial.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Quando se analisa em mais detalhe a distribuição dessas ocupações em cada morraria do entorno do núcleo principal da cidade (Mapa 26), vê-se que se deu continuidade à ocupação anterior sobre o bairro do Barrocão, do morro do Cristo e das morrarias dos bairros do Salto e dos Cubas. A essas novas formações urbanas, acrescentou-se a urbanização nos terrenos ondulados dos bairros dos Pereiras e dos Nogueiras, lugares onde se praticam os loteamentos mais isolados como o caso do Residencial Portal Colonial mostrado na Figura 89. Essa nova tendência da cidade, de conformar bairros distantes, contrasta com o que fora a pequena cidade encravada em um vale.

Além dessas configurações de ocupação e de uso gerais, é possível verificar também novas relações com os morros que tocam a experiência do movimento em meio à cidade. Nesse caso, identificam-se três situações típicas que demonstram o modo como a apreensão das formas topográficas tem sido afetada.

A **Situação 1** diz respeito à maneira como as construções começam a surgir no dorso proeminente dos morros de topografia mais expressiva, alterando a apreensão de suas formas. Como se viu, esse tipo de ocupação encontra-se genericamente permitida na legislação urbanística, gerando configurações marcadas pela aleatoriedade em relação à expressão dos morros.

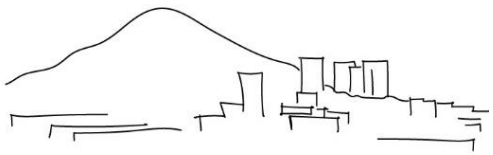


Figura 90: Esquema da percepção dos morros - Situação 1.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Como pode ser visto na Figura 93, essa situação dá-se hoje no morro do Cristo, uma formação topográfica que, historicamente, marcou a cidade com seu cume encimado pelo monumento e que tem, cada vez mais, seu desenho alterado. Edificações como o Cortina

D'Ampezzo já haviam alterado essas vistas, participando delas com lugar de destaque, mesmo não tendo nenhuma importância pública. Essa condição se repete com os novos edifícios residenciais das áreas altas.

A **Situação 2** corresponde ao resultado perceptivo do arranjo construtivo atual junto a vertentes íngremes da cidade e a sua interação com os espaços de acesso público. Ao se tornarem densamente construídas, tornou-se mais recorrente o bloqueio de vistas que, tradicionalmente, encontravam-se mais disponíveis nos percursos.

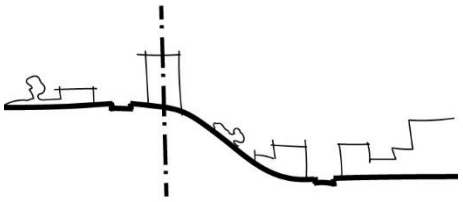


Figura 91: Esquema da percepção dos morros - Situação 2.
Fonte: Camila Conti, 2021.

Um desses casos pode ser identificado na implantação de edificações sem recuo lateral feita na rua Tenente Capitão Florêncio Espiridião, que forma paredões contínuos (Indicação 2A no Mapa 26- Figura 94). Outro caso corresponde à rua Visconde do Rio Branco onde se vê o mesmo padrão construtivo. A ocupação das vertentes íngremes do morro "do Ginásio", voltadas ao centro histórico da cidade, demorou a acontecer. No entanto, fez-se com edificações que começaram a encobrir aquela que fora a imagem reconhecível de Socorro: do vale encaixado entre os dois morros de sua fundação (Indicação 2B no Mapa 26 - Figura 94). Esse processo tona-se crítico por conta da falta da reserva de áreas que pudessem garantir a manutenção pública das vistas familiares e criar as oportunidades de desfrutar das qualidades de surpresa e deleite, que podiam ser praticadas nos percursos das encostas citadinas.

Por fim, a **Situação 3** acontece de maneira espraiada pela cidade e tem relação com o adensamento e com as alturas aleatoriamente praticadas nas construções, dadas na escala dos lotes. Trata-se das barreiras criadas à vista que mudam aquela que havia sido outra característica da ocupação de Socorro: a de possuir vazios e arranjos construtivos que permitiam a apreensão dos principais morros de referência, que participavam do cotidiano por sua presença constante nas vistas tomadas a partir das construções e dos espaços livres internos aos lotes.

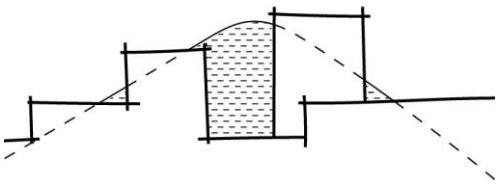


Figura 92: Esquema da percepção dos morros - Situação 3.
Fonte: Camila Conti, 2021.





Figura 93: Situação 1 - As edificações que alteram a percepção do contorno do morro do Cristo- diferentes pontos de vista.
Fonte: Página facebook Salve o Morro do Cristo, 2016 (acima); Camila Conti, 2021 (à esquerda e abaixo).











Figura 94: Situação 2 – O início dos bloqueios de vista nas ruas altas da cidade. Acima, à esquerda, vê-se as construções verticais com poucos recuos na rua Capitão Florêncio Espiridião. À direita, vê-se a vista que é interessante, mas que não é pública. Fonte: Camila Conti, 2021.
Demais vistas referem-se à rua Visconde do rio Branco. Acima, em meados dos anos 60 dos novecentos. Fonte: Acervo Vilma Simões. À esquerda e abaixo, em 2020. Fonte: Camila Conti, 2021.



Esses espaços vazios compensavam também a falta de espaços livres públicos de Socorro. Agora o padrão dos edifícios começa a se relacionar de maneira diferente com o entorno. É o que se vê nas vistas da Figura 95, nas quais algumas das edificações começam a ocupar grandes áreas dos lotes e são voltadas para o interior deles. Nesse arranjo, diminui-se as possibilidades de relação com o espaço exterior, propiciando menos oportunidades de leitura do terreno. O fato de os lotes de Socorro estarem se tornando menores, agrava essa situação. Em Socorro, essa divisão dos lotes, que ocorre nos vales, nas encostas e nos dorsos dos morros mais centrais têm resultado em mais situações de bloqueio de vista em meio à morraria[136].

É possível verificar, nas imagens das figuras 93 a 96, que as três situações descritas se encontram em estágio de transição, entregando, no estranhamento das configurações que se contrapõem, a impressão de uma mudança brusca, que afeta a percepção na cidade e a relação vivida com os morros.

Tudo isso acontece quando os morros socorrenses se encontram mais valorizados como lugares de uso e atenção, contribuindo para que Socorro se encontre sob uma encruzilhada: de um lado, se vê dependente da presença dos morros verdes, que possam expressar uma vida rural para sua exploração no turismo; por outro lado, assiste ao ritmo acelerado de sua ocupação urbana, que tem por expressão atual a prática do seu ocultamento indiscriminado.

[136] Torna-se necessário lembrar que a prática de dividir em lotes e as dimensões escolhidas para eles têm relação direta com o valor imobiliário que é reservado nessas áreas (FERREIRA, 2012).



Figura 95: Situação 3 - A relação com o entorno em um lote pequeno do centro da cidade.
Fonte: Camila Conti, 2021.



Figura 96: Situação 3 – Dois casos de transição quanto à ocupação dos lotes e suas relações com a morraria. Contrastes entre os quintais plantados tradicionais da cidade e as novas construções sem recuo que compõem também edículas nos fundos dos lotes.
Fonte: Camila Conti, 2021.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se buscou demonstrar nos capítulos desta dissertação, cada uma das etapas de transformação na paisagem em Socorro se viu sob novas relações com a morraria. Essas relações se revelaram nas configurações dos usos, que demonstraram sua importância para a história socorrense. No entanto, revelaram-se também nas formas com que os morros se fizeram presentes na cidade, possibilitando, em cada época, uma disponibilidade diferente de contato com as qualidades das elevações.

Partiu-se de uma cidade que, em 1940, vivia sob a presença dominante dos morros que estavam mais aparentes nas vistas e mais integrados às dinâmicas da vida no lugar. Chegou-se à situação atual, na qual os morros encontram-se ultra valorizados como lugares de apropriação e de proteção, ao mesmo tempo em que se apresentam cada vez mais ocultados e abstraídos, vendo-se diminuída a disponibilidade de uma relação mais direta com as formas de relevo no cotidiano do lugar.

A história das transformações da paisagem em Socorro também aponta para a complexidade com que esses aspectos se apresentam na realidade. Nesse sentido, cada uma das cidades existentes nos períodos analisados revela aspectos relevantes para o objeto da pesquisa, assim como para reflexões futuras.

As relações com os morros dadas até 1940 revelam que, embora Socorro seja pequena territorialmente, ela também se configurou como uma "cidade-território" (ASSUNTO, 2011a), na medida em que seu desenvolvimento se deu de modo indiferente às qualidades da paisagem. Como se viu, Socorro não se manteve pequena por escolha própria, como se os moradores ali tivessem escolhido e moldado essa forma urbana como seu modo de vida, mas restou pequena depois de um ciclo curto de desenvolvimento expansivo. Não obstante, os morros guardaram a relação produtiva desse período em suas encostas e cumes, em sua aparência que ainda hoje se faz presente na predominância de pastagens. Atualmente são essas pastagens de outrora que são substituídas pelos novos usos produtivos urbanos e turísticos.

Os morros de Socorro são expressivos, de modo que se torna mais fácil reconhecer neles suas qualidades. Essa história pregressa ajuda a deixar mais evidente que tão necessária quanto a capacidade de reconhecer essas qualidades é a faculdade de distinguir o que neles se mostra como conteúdo do que é prejudicial à vida no lugar e que, portanto, não faz jus

à paisagem. Esse critério se torna útil na escolha daquilo que pode ou precisa ser transformado.

Da cidade existente até 1960, depreende-se que, quando os aspectos territoriais ou produtivos se impõem sobre a relação com os morros, corre-se o risco de romper com as relações próximas e diretas tomadas pelas pessoas que habitam o lugar. A estância de Socorro e suas estruturas balneárias poderiam ser de inspiração suíça ou moderna, o que mais importava é que elas pudessem expressar, de alguma maneira, a relação direta, próxima e vivida com as formas topográficas. No caso socorrense, essa relação é atrelada à importância de suas nascentes de águas. Ao interferir negativamente sobre a disponibilidade da água para a vida local e sobre as possibilidades do acesso aos locais onde elas se manifestam brotando do subsolo dos morros, prejudica-se tanto os habitantes quanto os processos naturais que envolvem essas formas topográficas.

A partir da história dos morros até 1980, percebe-se como o relacionar-se com a expressividade das elevações não impõe a necessidade de uma hierarquização de suas qualidades. Pelo contrário, quando se escolhe lugares de cuidado e atenção apenas por serem mais importantes ou mais expressivos, corre-se o risco de deixar de lado os outros lugares, que não cabem nos critérios estabelecidos. Esses critérios de escolha, aliás, serão sempre temporários. Eles podem tanto valorizar os morros de um lugar em um período, como desvalorizá-los em outro, como de fato aconteceu em Socorro.

Ao testemunhar a cidade produzida até o ano 2000, compreende-se que, mesmo diante de uma gestão local, as relações com os morros se mantiveram sob uma mesma atitude, e que o crescimento da cidade de Socorro não se fez aproveitando as características singulares do terreno. Percebe-se que essa situação não ficou limitada simplesmente à pressão de vetores externos, como os que puderam ser vistos nos períodos que antecederam a municipalização da estância. A prática local da urbanização socorrense dos anos de 1980 e 1990 antecedeu as posturas da urbanização atual, deixando evidente que não se tratou de uma atitude recém-adquirida. Socorro iniciou a ocupação urbana de suas encostas mais íngremes por uma questão de oportunidade de ganhos, não por uma questão de seleção de áreas adequadas à urbanização. Tampouco a forma e a implantação dos edifícios levaram em conta sua composição com a expressão dos morros que se fazem presentes na cidade. Diante dessa conduta, o novo tende a surgir degradando a relação da cidade com a morraria.

O último período da história de Socorro revela como a relação com os morros se deu frente à intensificação dos usos que os consideraram enquanto espaço meramente mensurável, dividido e reservado para diferentes papeis produtivos.

No turismo isso se deu de duas formas: em uma delas, promoveu-se os morros para usos que se efetivaram de maneira a concentrar a ocupação sobre os cumes em áreas reduzidas que se mostram frequentemente cheias de pessoas e de automóveis. Essa maneira de usufruir das áreas altas se faz por gestos marcados pelo consumo, portanto, se poderia perguntar quanto dessas relações praticadas diz respeito realmente a uma experiência qualitativa com as elevações.

A outra postura do turismo correspondeu à limitação do acesso aos cumes, de maneira que passou a contribuir para alijar o público do contato com essas áreas. Essa situação se mostra crítica na medida em que se configura como tendência de uso predominante dos pontos notáveis do sítio do município. Torna-se pertinente perguntar qual seria o impacto para os habitantes de Socorro se todas essas áreas se tornassem lugares de exploração turística. O que sobraria para o contato próximo e íntimo daqueles que vivem no lugar, ou mesmo de qualquer visitante que não possa pagar para usufruir dessas áreas? Trata-se de questões que se encontram em aberto, mas que têm extrema relevância para uma cidade turística como Socorro.

Na cidade, as relações estudadas também se viram afetadas, trazendo consequências para a experiência paisagística dos morros. As mudanças na forma das suas construções remetem a uma nova atitude. A configuração do conjunto das edificações também chama a atenção para a forma aleatória de seu desenvolvimento, o que leva ao questionamento de como, coletivamente, essa cidade poderia ter sido construída de modo a evitar a descaracterização paisagística dos morros.

Conclui-se que, apesar de os novos processos urbanos e turísticos agravarem o ocultamento dos morros e seu progressivo alijamento da vida cotidiana da cidade, as relações demonstradas não representam uma prática nova, mas inserem-se como continuidade de processos anteriores, que passam agora a exercer um impacto maior na paisagem do lugar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de Andrade. **Poesia Completa - conforme as disposições do** autor. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.

ARENDT, H. **A vida do espírito: o pensar, o querer e o julgar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ASSUNTO, Rosário. A paisagem e a estética. *In*: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da Paisagem: Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011a. p. 339–375.

ASSUNTO, Rosário. Paisagem - Ambiente - Território. *In*: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Filosofia da Paisagem: Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011b. p. 125–129.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ASSUNTO, Rosário. **A Terra e os devaneios da vontade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BANTIM, Natasha Ribeiro; FRATUCCI, Aguinaldo Cesar. Programa de Regionalização do Turismo : reflexões a partir do processo no Circuito das Águas Paulista . *In*: XIII Seminário Da Associação Nacional de Pesquisa, 2016, São Paulo. **Anais do Seminário da ANPTUR 2016**. São Paulo: ANPTUR, 2016. p. 1–15. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/385.pdf. Acesso em: 27 jan. 2021.

BARBOSA, Benedita Geralda de Souza; OLIVEIRA, Geralda Dias de; NETTO, José Zia. **Estância Turística de Socorro: Álbum do Sesquicentenário 1829-1979**. Socorro, 1979.

BARTALINI, Vladimir. A paisagem em arquitetura e urbanismo: remontar às "nascentes" como opção metodológica. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 32, p. 67-82, 2013. Disponivel em: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/88080/90966>. Acesso em: 15 jun. 2017.

BARTALINI, Vladimir. **Natureza, paisagem e cidade**. São Paulo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 20, 2013, p. 36-48.

BARTALINI, Vladimir. **Notas sobre paisagem e ensino de paisagismo**. Paisagem e Ambiente, [s. l.], v. 30, n. 43, p. e153638, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.paam.2019.153638. Acesso em: 31 ago. 2021

BARTALINI, Vladimir. **Paisagens Surgentes.** Tese (Livre Docencia em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. **São Paulo do passado: Dados demográficos**

(1836-1920). Campinas: NEPO/ UNICAMP, 1998. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos.php. Acesso em: 21 jul. 2020.

BERQUE, Augustin. A chôra em Platão. In: SERRÃO, A. V. **Filosofia da Paisagem: Um manual**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014

BERQUE, Augustin. Das águas da montanha à paisagem. In: SERRÃO, A. V. **Filosofia da Paisagem: Um manual**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2014.

BERQUE, Augustin. **La pensée paysagère**. Paris: Archibooks: Sautereau Éditeur, 2008.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo. Exercícios de paisagem**. Tradução: Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014a.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. Tradução: Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2014b.

BORIN, Paula. Divisão interurbana no trabalho e uso do território nos municípios de Águas de Lindóia (SP), Lindóia (SP), Serra Negra (SP), Socorro (SP) e Monte Sião (MG). **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 34, p. 18, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74932. Acesso em: 21 jul. 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Diretor Participativo - Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Secretaria Nacional de Programas Urbanos/Confea, 2004.

CABRAL, Arthur Simões Caetano. **A realidade sensível da natureza nos espaços irresolutos de São Paulo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.16.2018.tde-11012018-121213. Acesso em: 13 mar. de 2020.

CARERI, Francesco. **Walkscapes. El andar como práctica estética**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2003.

COLLOT, Michel. **Poética e Filosofia da Paisagem**. Tradução: Ida Alves...[et al]. Rio de Janeiro: Editora Oficina Raquel, 2013

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **Consórcios Públicos Intermunicipais: Uma Alternativa à Gestão Pública**. Brasília: CNM, 2016. Disponível em: https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/Consórcios públicos intermunicipais - Uma alternativa à gestão pública.pdf. Acesso em: 5 dez. 2020.

CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA – COMUC. **Ata 066 da Reunião Ordinária realizada em 16 de fevereiro de 2016**. Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 2016. Disponível em: https://www.socorro.sp.gov.br/conselhos/comupc/ata-66. Acesso em: 5 jun. 2019.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE SOCORRO - COMDEMA. Resolução COMDEMA de Socorro n.º 001/2011 de 31 de janeiro de 2011. **Jornal Oficial de Socorro**, Socorro, n. 144, 11 mar. 2011. p. 2–3.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE SOCORRO – COMDEMA. Resolução COMDEMA De Socorro n.º 001/2015 de 25 de maio de 2015. **Jornal Oficial de Socorro**, Socorro, n. 356, 12 jun. 2015. p. 3.

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE SOCORRO - COMDEMA. **Ata 078 da Reunião Ordinária realizada em 30 de novembro de 2015**. Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 2015. Disponível em: https://www.socorro.sp.gov.br/conselhos/comdema/ata-078. Acesso em: 5 jun. 2019.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAM. **Resolução CONAMA Nº 303/2002**Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 maio. 2002. p. 68. Disponível em: http://conama.mma.gov.br/component/sisconama/?view=atosnormativos. Acesso em: 5 jul. 2019.

CPEU. **Relatório do Plano diretor do município de Socorro**. São Paulo: Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1961.

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião**. São Paulo: Paulinas, 2001.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. As paisagens artificais criadas pelo turismo. *In*: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 107–120.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. *In*: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo, 2006. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/19cruz.pd. Acesso em: 5 jul. 2021.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado**. Geosul, São Paulo, v. 20, n. 40, p. 27–43, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13234. Acesso em: 5 jul. 2021.

DARDEL, Eric. **L'homme et la terre. Nature de la réalité géographique**. Paris: Editions du CTHS, 1990.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DPNM. **Portaria nº 540, de 18 de dezembro de 2014**. Classificação das Águas Minerais. Brasília, DF: Ministério de Minas e Energia, 2014.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e Cosmologia. *In*: CASTRO, E; PINTON, F (org.). **Faces do trópico úmido: Conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Belém: Editora Cejup, 1997. p. 243–261.

DESCOLA, Philippe. Além de Natureza e Cultura. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Tradução de Bruno Ribeiro. Pelotas, v. 3, p. 7–33, 2015. DOI: 10.15210/tes.v3i1.5620.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo:

NUPAUB USP/ Hucitec, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e Marés. Simbolimo e imaginário**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

ELIADE, Mircea. **Imagens e Símbolos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ELIADE, Mircea. **Tratado de História das Religiões**. Tradução: Fernando Tomaz; Natália Nunes. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

EMBRAPA SOLOS; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Pecuária e Abastecimento; EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de. Classificação de Solos**. 5. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

FERRARI, José Valdir. **Fazendas: Origem do Progresso**. Socorro: do autor, 2013.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades? desafios para um novo Brasil urbano: parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos**. São Paulo: LABHAB, 2012.

FRANCO, A. C. . Entre o Racional e o Pitoresco: O Plano Diretor de Luis Saia para Águas de Lindóia, 1956. In: **Anais do V Seminário Nacional DOCOMOMO**, 2003, São Carlos. Anais do V Seminário Nacional DOCOMOMO, 2003. Disponível em: http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/010R.pdf. Acesso em: 31 ago. 2021.

FUINI, Lucas Labigalini. **Manifestações da governança territorial no Brasil: Uma análise do 'Circuito das Águas paulista' e do 'Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociência e ciências Exatas, Rio Claro, 2010.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agrícola de 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940a. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 jul. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agrícola de 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950a. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 jul. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 jul. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico: 1950**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950b. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 jul. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico: 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico: 1970**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. Disponível em:

www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 jul. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico: 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 31 jul. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico: 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=782&view=detalhes. Acesso em: 30 jul. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico: 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 30 jul. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 30

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01.07.2020Diário Oficial da União**. [*S. l.: s. n.*], 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **IBGE- Cidades@**. [*S. l.*], 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 21 jul. 2021.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Recenseamento geral do Brasil 1940**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=765&view=detalhes. Acesso em: 30 jul. 2021.

GESICKI, Ana Lúcia Desenzi; SINDICO, Francesco. GESTÃO DAS ÁGUAS MINERAIS NO BRASIL - PANORAMA LEGAL ATUAL E PERSPECTIVAS FUTURAS. **Revista do Instituto Geológico**, [*s. l.*], v. 34, n. 2, p. 69–88, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.5935/0100-929x.20130010. Acesso em: 1 nov. 2021.

GIUMBELLI, Emerson. A modernidade do Cristo Redentor. **Dados**, [*s. l.*], v. 51, n. 1, p. 75–105, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0011-52582008000100003. Acesso em: 19 nov. 2021.

HOUAISS, A; VILLAR, M S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda**. S.l: Objetiva, 2009.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment: essays in livelihood, dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. **The temporality of the landscape.** World Archaeology, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 152–174, 1993. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/124811?origin=JSTOR-pdf. Acesso em: 19 jun. 2019.

JULLIEN, François. **Living Off Landscape: or the Unthought-of in Reason.** London/ New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2018.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das Letras. Edição do Kindle, 2020a.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. Companhia das Letras. Edição do Kindle, 2020b.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LANGENBUCH, Juergen Richard. Os municípios turísticos do estado de São Paulo: determinação e caracterização geral. **Revista Brasileira de Geografia** – vol. 2, n. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14914. Acesso em: 17 jun. 2021.

LATOUR, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. EDUSC ed. Bauru: EDUSC, 2004.

LIMA, Catharina P. C. S. **Natureza e cultura: O Conflito de Gilgamesh**. São Paulo: Paisagem e Ambiente, 2004, p. 07-57.

LIMA, Marcelo A. G. de; IRVING, Marta de Azevedo; ABREU, Manuela Muzzi de. Políticas públicas de cultura e turismo: Uma relação mal resolvida? **Cultur - Revista de Cultura e Turismo da UESC**, Ilhéus, ano 11, n. 01, 2017. p. 175–202. Disponível em: https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/1259. Acesso em: 19 jan. 2022.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade**. Tradução: Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho. Lisboa: Edições 70, 2007.

LYNCH, Kevin. **Managing the Sense of a Region**. Cambridge: The MIT Press, 1976.

MANTOVANI, Samuel Machado. **Arquitetura, cidade e paisagem: A construção da cidade moderna de Águas de Lindóia através da atuação de Oswaldo Bratke, Luís Saia, e Roberto Burle Marx, 1950**. 2017. Mestrado (Arquitetura e Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui//handle/tede/1108. Acesso em: 31 out. 2021.

MARTIN, K. **O Livro Dos Símbolos - Reflexões Sobre Imagens Arquetípicas**. São Paulo: Taschen, 2012.

MARTINS, Aderson Marques *et al.* Crenoterapia das águas minerais do estado do Rio de Janeiro. *In*: SILVA, Cassio Roberto da *et al.* (org.). **Geologia médica no Brasil: efeitos dos materiais e fatores geológicos na saúde humana, animal e meio ambiente**. Rio de Janeiro: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2006. p. 161–168.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A Paisagem como Fato Cultural. *In*: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002. p. 29–64.

MESTRINHO, Suely Schuartz Pacheco. Geoquímica das Águas Subterrâneas. *In*: FEITOSA, Fernando A. C. *et al.* (org.). **Hidrogeologia: Conceitos e Aplicações**. 3ªed. Rio de Janeiro: CPRM: LABHID, 2008. p. 359–379.

MICT, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo; MMA, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo**. Brasília-DF, 1994. Disponível em: http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/12840. Acesso em: 20 out. 2021.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil**. 211 f. 1941. Coleção do Departamento de Cultura - São Paulo, 1941.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução: Ary França; Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec/ Editora Polis, 1984.

NINIS, Alessandra Bortoni; DRUMMOND, José Augusto. Áreas (des)protegidas do Brasil: as estâncias hidrominerais. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 149–166, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-753X2008000100011. Acesso em: 5 nov. 2021.

QUINTELA, Maria Manuel. Cura Termal: entre as práticas «populares» e os saberes científicos. **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**, Coimbra, p. 1–22, 2004a. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel37/MariaManuelQuintela .pdf. Acesso em: 1 nov. 2021.

QUINTELA, Maria Manuel. Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro. v. 11, n. suppl 1, p. 239–260, 2004b. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000400012. Acesso em: 2 ago. 2021.

RAINHO, Felipe; ANELLI, Renato. A importância do CPEU para o planejamento urbano no Brasil: da teoria à prática. *In*: , 2017, São Paulo. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**. ANPUR: São Paulo, 2017. p. 1–16.

RIBEIRO, Sandra Maria Patrício. (org.). **Ethos Humano e mundo contemporâneo**. São Paulo: Editora Baracoa, 2019. Disponível em: DOI: 10.5935/978-65-80620-00-5.

RITTER, Joachim. **Paysage. Fonction de l'esthétique dans la societé moderne**. Trad. Gérard Raulet. Besançon: Les Éditions de l'Imprimeur, 1997.

ROGER, Alain. La Naissance du Paysage en Occident. *In*: SALGUEIRO, Heliana A. (org.). **Paisagem e Arte**. CBHA/CNPq/ed. São Paulo: São Paulo, 2000. p. 33–39.

ROGER, A. Natureza e Cultura. A dupla artialização. In: SERRÃO, A. V. **Filosofia da Paisagem. Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 153-166.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 31, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n2p31. Acesso em: 20 out. 2021.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? **Novos Estudos - CEBRAP**, [*s. l.*], n. 89, p. 89–109, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006. Acesso em: 20 out. 2021.

SANDEVILLE, E. Paisagens Partilhadas. **Paisagem e Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 30, p. 203-214, 2012.

SANTORO, Paula Freire. Entre o rural e o urbano : zonas de chácaras , sítios de recreio ou ranchos e a preservação do meio ambiente. **APP Urbana 2014 - III Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambienais ao Parcelamento do Solo**, Belém, p. 1–20, 2014. Disponível em: http://www.appurbana2014.com/anais/. Acesso em: 17 dez. 2020.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço:** Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO. FOMENTO DE URBANIZAÇÃO E MELHORIA DAS ESTÂNCIAS. **Plano regional de desenvolvimento turístico do Circuito da Águas - SP 1972/1980 - PLADETUR**São Paulo: Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, 1971. p. 100.

SÃO PAULO (ESTADO), Secretaria de Turismo - SETUR. **Boletim de Monitoramento Turismo/ COVID-19**. São Paulo: Centro de Inteligência da Economia do Turismo - CIET/ Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo - SETUR, 2020a. Disponível em: https://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=2104. Acesso em: 21 dez. 2020.

SÃO PAULO (ESTADO), Secretaria de Turismo - SETUR. **Fluxos turísticos - perspectivas de retomada no pós-pandemia**. São Paulo: Centro de Inteligência da Economia do Turismo - CIET/ Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo - SETUR, 2020b. Disponível em: https://www.turismo.sp.gov.br/publico/include/download.php?file=526. Acesso em: 21 dez. 2020.

SCHAMA, Simon. **Landscape and Memory**. New York: Vintage Books, 1996.

SEEL, M. Uma estética da natureza. In: SERRÃO, A. V. **Filosofia da Paisagem:** Uma antologia. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 396-417.

SERPA, Ana Beatriz Borges. **Acessibilidade para Pessoas com Deficiência e Inclusão Social no Turismo: aExperiência da cidade de Socorro-SP**. 2009. Mestrado em Turismo - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SERRÃO, Adriana Veríssimo. A paisagem como problema da filosofia. *In*: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.). **Em Filosofia da paisagem: Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 13–35.

SIMMEL, George. Filosofia da paisagem. *In*: SERRÃO, Adriana Veríssimo (org.) (org.). **Em Filosofia da paisagem: Uma Antologia**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011. p. 42–58.

SIN-LÉQI-UNNÍNNI. **Ele que o abismo viu: epopeia de Gilgamesh**. Tradução: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

SIQUEIRA, Lucília. **Bens e costumes na Mantiqueira: Socorro no prelúdio da cafeicultura paulista (1840-1895)**. 1999. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SIQUEIRA, Lucília. **Bens e costumes na mantiqueira: o município de Socorro no prelúdio da cafeicultura paulista**. São Paulo: Editora CLA, 2005.

SOUZA, Natasha Ribeiro Bantim de. **As políticas públicas no processo de formação e gestão do Circuito das Águas paulista**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

STENGERS, Isabelle. **No Tempo das Catástrofes**. SãoPaulo: Cosac&Naify, 2015.

THEODOROVICZ, Antonio; THEODOROVICZ, Angela Maria de Godoy; CANTARINO, Sonia da Cruz. **Atlas Geoambiental das Bacias dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo, SP: subsídios para o planejamento territorial e gestão ambiental**. São Paulo: CPRM, Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, 2000.

TRENTIN, Fábia; FRATUCCI, Aguinaldo César. Política nacional de turismo no brasil: da municipalização à regionalização. In: **Anais do TMS Algarve 2011- International Conference On Tourism & Management Studies**. Algarve: Universidade do Algarve, 2011. p. 839–848.

TURRI, Eugenio. **Il paesaggio e il silenzio (A Paisagem e o Silêncio). Tradução: Vladimir Bartallini**. Venezia: Marsilio Editori, 2004.

YÁZIGI, E. (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

WEHMANN, Hulda Erna. **Habitar a paisagem**: o reconhecimento da experiência estética como direito à cidade. 2019. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

VIEIRA, Zara Peixoto. **Estudo Onomástico do Município de Socorro: reconstituição dos antropônimos e da memória da imigração**. 2000. Dissertação (Mestrado em Letras) - FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

VILLANUEVA, Ana. Os marcos geográficos como referências na ocupação do território paulista. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, [*s. l.*], v. 1, n. 1, p. 1, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.20396/urbana.v1i1.8635112

Legislações citadas:

BRASIL. **Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945**. Código de Águas Minerais. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 20 ago. 1945.

BRASIL. **Decreto nº 41.709, de 24 de Junho de 1957**. Autoriza a Prefeitura da Estância do Socorro a pesquisar água mineral no município de Socorro, Estado de São Paulo. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 27 jun. 1957. p. 16239.

BRASIL. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União de 8 de julho de 2009, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htmL

BRASIL. **Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017**Brasília, DF: Diário Oficial da União, 27 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**.Brasília: Diário Oficial da União, 1979. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6766-19-dezembro-1979-366130-publicacaooriginal-1-pl.html

SÃO PAULO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Ação Civil Pública 1002153-73.2016.8.26.0601** 2017. Disponível em: https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=GP0000EQR0000&processo.foro=601&processo.numero=1002153-73.2016.8.26.0601&uuidCaptcha=sajcaptcha_6553913c6b47439b8570c4a007c9caa1. Acesso em: 1 mar. 2021.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto-lei nº. 12.360-a, de 1º de dezembro de 1941**. Dá nova organização ao Serviço Florestal da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 6 dez. 1941.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto-Lei nº 13.978, de 12 de maio de 1944**. Aprova o Regimento do Serviço Florestal. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 13 maio. 1944.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto-Lei nº 14.680, de 24 de abril de 1945Dispõe sobre a criação da Prefeitura Sanitária de Socorro**, São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 25 abr. 1945.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto-Lei nº 16.615, de 30 de dezembro de 1946**. Dispõe sobre isenção de impostos, na Prefeitura da Estância de Socorro. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 31 dez. 1946.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto-Lei nº 258, de 29 de maio de 1970**. Dispõe sobre a criação, como entidade autárquica, do Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias - "FUMEST". São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 30 maio. 1970.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto de 27 de outubro de 1969**. Dispõe sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos para o período de 1970 a 1972. São Paulo: Coleção da Legislação Paulista, 1969. p. 572–664.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto Estadual nº 37.950, de 09 de janeiro de 1961**. Autoriza a supressão do rama férreo de Socorro, entre Amparo e Socorro pertencente è Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e dá outras providências. Sao Paulo: Diário Oficial da União, 10 jan. 1961. p. 2.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto nº 117, de 01 de agosto de 1972**. Autoriza o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE - a receber, por doação, da Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, imóvel localizado naquele município, necessário à construção do Hospital de Clínica Geriátrica para os servidores públicos estaduais. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2 ago. 1972.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto nº 23.456-A, de 07de julho de 1954**. Autoriza a supressão de estações nas linhas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 14 jul. 1954.

SÃO PAULO (ESTADO). **Decreto nº 6.501, de 19 de julho de 1934**. Cria na divisão administrativa do Estado, os municípios destinados a estâncias de tratamento ou de repouso. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 20 jun. 1934. p. 1.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei Estadual nº 1.844, de 17 de novembro de 1978**. Transforma as Estâncias Hidrominerais em Estâncias Turísticas e dá providências correlatas. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 18 nov. 1978. p. 1.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei nº 2.956, de 15 de julho de 1981**. Autoriza o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual IAMSPE a alienar, por doação, ao Município de Socorro, imóvel situado nessa localidade. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1981.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei nº 5.091, de 08 de maio de 1986**. Transforma estâncias turísticas em estâncias hidrominerais. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 9 maio. 1986. p. 1.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei nº 6.470, de 15 de junho de 1989**. Autoriza o Executivo a extinguir a autarquia "Fomento de Urbanização e Melhoria das Estâncias - FUMEST" e dá outras providências. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 16 jun. 1989. p.

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei nº 6.921, de 26 de junho de 1990**. Dá denominação de "Pompeu Conti" ao contorno situado no km 135, 810 da SP-8. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 1990. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/leis/

SÃO PAULO (ESTADO). **Lei nº 9.280, de 21 de dezembro de 1995**. Autoriza a Fazenda do Estado a adotar medidas para alienação e concessão de uso de hotéis e balneários e dá providências correlatas. São Paulo: Diário Oficial do Estado de São Paulo, 11 dez. 1995. p. 2.

SOCORRO. **Lei Complementar nº. 052, de 27 de dezembro de 2000 (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 120, de 22.10.2007)**Socorro: Prefeitura

Municipal da Estância de Socorro, 2000.

SOCORRO. **Lei Complementar nº 065, de 12 de agosto de 2002 (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 120, de 22.10.2007)**Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 2002.

SOCORRO. **Lei Complementar nº 109, de 05 de outubro de 2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor Do Município da Estância de Socorro e dá outras providências. Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 2006.

SOCORRO. **Lei Complementar nº 120, de 22 de outubro de 2007**. Dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Zoneamento e Empreendimentos Urbanísticos no Município de Estância de Socorro e dá outras providências. Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 2007.

SOCORRO. **Lei Complementar nº 280, de 11 de setembro de 2019**. Dá nova redação ao § 2º do Art. 139 da Lei Complementar nº 120/2007. Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 2019.

SOCORRO. **Lei Municipal nº. 2.741, de 22 de abril de 1996 (Revogada pela Lei Municipal nº 2.831, de 19.11.1998)**. Dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências. Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 1996 a.

SOCORRO. **Lei Municipal nº 2.079, de 28 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre a criação do Conselho de Defesa do Meio Ambiente - CODEMA - e dá outras providências. Socorro: Câmara Municipal de Socorro, 1987.

SOCORRO. **Lei Municipal nº 2.216, de 24 de Agosto de 1989**. Altera a denominação das vias públicas. Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 1989.

SOCORRO. **Lei Municipal nº 2.291, de 30 de abril de1990**. Dispõe sobre a organização do quadro de pessoal dos servidores da Prefeitura Municipal de Socorro e dá outras providências (Revogada pela Lei Complementar nº 058, de 31.10.2001). Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 1990 a.

SOCORRO. **Lei Municipal nº 2.723, de 15 de outubro de 1995 (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 109, de 05.10.2006)**.Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 1995 a.

SOCORRO. **Lei Municipal Nº 2.724, de 16 de outubro de 1995**.Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 1995 b.

SOCORRO. **Lei Municipal Nº 2.765, de 25 de outubro de 1996 (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 120, de 22.10.2007)**. Dispõe sobre Parcelamento de Solo da Estância de Socorro e dá outras providências. Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 1996 b.

SOCORRO. **Lei Municipal Nº 2.766, de 21 de outubro 1996. (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 120, de 22.10.2007)**. Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo da Estância de Socorro e dá outras providências. Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 1996 c.

SOCORRO. **Lei Municipal Nº 2.831, de 19 de novembro de 1998 (NR LM 2.906/2000)**. Dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal de Turismo, cria o Fundo Municipal de Turismo e dá outras providências. Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 1998.

SOCORRO. **Lei Municipal nº 2.941, de 18 de dezembro de 2001**. Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal e dá outras providências (Revogada tacitamente pela Lei Complementar nº 197, de 27.11.2012). Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 2001.

SOCORRO. **Lei Municipal nº 3.317, de 29 de setembro de 2009**Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 2009.

SOCORRO. **Lei Municipal nº 3.345 de 29 de janeiro de2010**. Dá nova denominação e atribuições ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA). Socorro: Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 2010.

SOCORRO. **Lei Orgânica do Município de Socorro**. Promulgada em 05 de abril de 1990. Socorro: Câmara Municipal de Socorro, 1990 b.

SOCORRO. **Lei Orgânica do Município de Socorro (Consolidada através da Emenda à Lei Orgânica do Município nº 26, de 09 de setembro de 2004)**. Promulgada em 05 de abril de 1990 (Consolidada através da Emenda à Lei Orgânica do Município nº 26, de 09 de setembro de 2004). Socorro: Câmara Municipal de Socorro, 2004.

Portais de internet e notícias:

ACE Socorro - Associação Comercial e Empresarial. **Mirantes em Socorro são procurados para contemplação e salto de asa delta e paraglider**. Portal G1/ Globo Campinas e Região, 02 de dez. de 2015. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/especial-publicitario/ace-socorro/luzes-de-natal-socorro/noticia/2015/12/mirantes-em-socorro-sao-procurados-para-contemplacao-e-salto-de-asa-delta-e-paraglider.html. Acesso em: 12 maio 2020.

ANDRADE, Lívia. **De carona com a Copa do Mundo.** Globo Rural, 11 de jun. de 2014. Disponível em: https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2014/06/de-carona-com- copa-do-mundo.html. Acesso em: 12 maio 2020.

AS ESTÂNCIAS entram na pauta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 de jun. de 1976, p. 6. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/. Acesso em: 02 de nov. de 2021.

ASTUR - ASSOCIAÇÃO DE TURISMO DA ESTÂNCIA DE SOCORRO; COMTUR - CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO; PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE SOCORRO - PMES. **Turismo de Socorro**. Socorro, 2021. Disponível em: https://socorro.tur.br/. Acesso em: 20 dez. 2021.

CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA. Lindoia, 2021. Disponível em: https://www.circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br. Acesso em: 30 nov. 2021.

CONISCA - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO CIRCUITO DAS ÁGUAS. Lindoia, 2021. Disponível em: https://www.conisca.com.br/. Acesso em: 30 de nov. 2021.

DÉCADA DE 50. **O Município**, Socorro, 12 de maio de 2021. Disponível em: https://www.jornalomunicipio.com.br/decada-de-1950/>. Acesso em: 02 de nov. de 2021.

EDIÇÃO Nº. 4104 anuncia obras e relembra história da Praça 9 de Julho. **O Município de Socorro,** 12 de nov. de 2018. Disponível em: https://www.jornalomunicipio.com.br/edicao-no-4104-anuncia-obras-e-relembra-historia-da-praca-9-de-julho >. Acesso em: 12 maio 2020.

EM 1997, a Zona Azul já era motivo de controvérsias e em Socorro acontecia o 1º Rodeo Festival Country. **O Município de Socorro,** 17 de set. de 2017. Disponível em: < https://www.jornalomunicipio.com.br/em-1997-zona-azul-ja-era-motivo-de controversias-e- em-socorro-acontecia-o-1o-rodeo-festival-country/>. Acesso em: 12 maio 2020.

EM OBRAS. **O Município de Socorro,** 25 de out. de 2018. Disponível em: https://www.jornalomunicipio.com.br/em-obras-2/. Acesso em: 12 maio 2020.

EMPÓRIO DO CRISTO. **Visita do clube Classe A Mercedes Benz neste domingo**.23 set, 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/emporiodocristo/photos/755294221598640. Acesso em: 30 de mar. de 2019.

EVOLUÇÃO DO turismo em Socorro é apresentada em solenidade. **O Município de Socorro,** 07 de mar. de 2014. Disponível em: https://www.jornalomunicipio.com.br/evolucao-do-turismo-em-socorro-e-apresentada-em-solenidade/. Acesso em: 12 maio 2020.

FERREIRA, Bruna. Pedra Bela completa 20 anos de atividades de aventura em Socorro. 6 no, 2021. ACidade ON – Circuito das Águas, 06 nov. 2021. Disponível em: https://www.acidadeon.com/circuitodasaguas/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1687491,pedra-bela-completa-20-anos-de-atividades-de-aventura-em-socorro.aspx. Acesso em: 12 dez. 2020.

FREITAS, Rebeca. **Há três décadas estátua do Cristo é atração em Águas**. [*S. l.*], 2021. Disponível em: https://www.acidadeon.com/circuitodasaguas/acontece-no-circuito/NOT,0,0,1695391,ha-tres-decadas-estatua-do-cristo-coroa-aguas-de-lindoia.aspx. Acesso em: 30 nov. 2021.

GOVERNADOR ENTREGA remédios e libera verba de R$ 5,4 milhões para construção de moradias populares. **O Município de Socorro,** Socorro, ano 78, n. 4179, 24 de ago. de 2001, p. 1.

IMÓVEIS HISTÓRICOS são listados para possível tombamento, em 1998. **O Município de Socorro,** 6 de jun. de 2018. Disponível em: <https:// www.jornalomunicipio.com.br/evolucao-do-turismo-em-socorro-e-apresentada-em-solenidade/>. Acesso em: 12 maio 2020.

INAUGURAÇÃO DA ponte no bairro do Salto, em 1978. **O Município**, Socorro, 7 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.jornalomunicipio.com.br/inauguracao-da-ponte-no-bairro-salto-em-1978/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

INAUGURAÇÃO DO Rancho do Batatão. **O Município de Socorro,** 2 de abr. de 2015. Disponível em: < https://www.jornalomunicipio.com.br/inauguracao-do-rancho-do-batatao/>. Acesso em: 30 de out. de 2020.

LOPES, Ivan. **Circuito das Águas Paulista prevê fluxo de 2,5 milhões de turistas nas férias de julho; veja perfil das cidades e atrações**. Portal G1/ Globo Campinas e Região, 23 de junho de 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/circuito-inverno-das-aguas/noticia/circuito-das-aguas-paulista-preve-fluxo-de-25-milhoes-de-turistas-nas-ferias-de-julho-veja-perfil-das-cidades-e-atracoes.ghtml. Acesso em: 12 maio 2020.

MENDONÇA, Alba Valéria. **O Cristo Redentor em números**. Portal G1- Rio/ Globo, 09, out. de 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/09/cristo-redentor-numeros.ghtml. Acesso em: 12 nov. de 2020.

MIRANTE DO Cristo de Socorro: informações oficiais, vista panorâmica e venda de produtos artesanais, **O Município de Socorro,** 16 de maio de 2021. Disponível em: < https://www.jornalomunicipio.com.br/mirante-do-cristo-de-socorro-informacoes-oficiais-vista-panoramica-e-venda-de-produtos-artesanais/>. Acesso em: 02 nov. de 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Socorro (SP) será exemplo de acessibilidade para Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016**. Socorro, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/socorro-sp-sera-exemplo-de-acessibilidade-para-copa-de-2014-e-olimpiadas-de-2016. Acesso em: 1 mar. 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Socorro tem roteiro rural para a Copa do Mundo**. [*S. l.*], 2014. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/socorro-tem-roteiro-rural-para-a-copa-do-mundo. Acesso em: 20 dez. 2020.

O MAR à vista na Rio-Santos. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 de set. de 1969. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690905-28960-nac-0019-999-19-not>. Acesso em: 02 nov. 2021.

NOVA RODOVIÁRIA começa a funcionar. **O Município de Socorro,** Socorro, ano 88, n. 4645, 27 de ago. de 2010, p. 1.

PALACETE DA CULTURA é inaugurado com exposição de 53 fotos de Sebastião Salgado. **O Município de Socorro,** 29 de set. de 2017. Disponível em: https:// www.jornalomunicipio.com.br/palacete-da-cultura-e-inaugurado-com-exposicao-de-53-fotos-de-sebastiao-salgado-em-1997/>. Acesso em: 12 maio 2020.

PEDRA DA BELA VISTA. Socorro, 2021. Disponível em: http://pedrabelavista.com.br/. Acesso em: 10 dez. 2021.

PMES - Prefeitura Municipal da Estância de Socorro. **Verão na cidade de Socorro (SP) tem atrações para todas as horas**. Portal G1/ Globo Campinas e Região, 13 de fev. de

2019. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/especial-publicitario/prefeitura-municipal-da-estancia-de-socorro/noticia/2019/02/13/verao-na-cidade-de-socorro-sp-tem-atracoes-para-todas-as-horas.ghtml. Acesso em: 12 maio, 2020.

PMES - Prefeitura Municipal da Estância de Socorro. **Mirante do Cristo é mais um ponto de informação turística da Estância de Socorro. Socorro:** Prefeitura Municipal da Estância de Socorro, 2014. Disponível em: https://www.socorro.sp.gov.br/noticias/mirante- do-cristo-e-mais -um-ponto-de-informacao-turistica-da-estancia-de-socorro. Acesso em: 12 maio, 2020.

PRAÇA SERÁ remodelada. **O Município**, Socorro, 24 de março de 2000. Disponível em: https://www.jornalomunicipio.com.br/edicao-no-4104-anuncia-obras-e-relembra-historia-da-praca-9-de-julho/. Acesso em: 02 nov. 2021.

REURBANIZAÇÃO REVITALIZA ponto turístico. **O Município de Socorro,** Socorro, ano 81, n. 4264, 11 abr. 2003, p. 1.

REVITALIZAÇÃO DO Mirante do Cristo foi destaque em 2003. **O Município de Socorro**, 16 de mar. de 2020. Disponível em: <https://www.jornalomunicipio.com.br/revitalizacao-do-mirante-do-cristo-foi-destaque-em-2003/>. Acesso em: 12 maio. 2020.

ROTA DAS ÁGUAS. [*S. l.*], [*s. d.*]. Disponível em: http://www.rotadasaguas.com.br.

SALVEM O Morro do Cristo. **Loteamento no bairro do Barrocão começa a acabar com o os morros no entorno da cidade e com a bela paisagem que faz a cidade de Socorro ser tão bonita.** Socorro, 16 dez, 2016. Disponível em: https://www.facebook.com/Salvem-o-Morro-do-Cristo-802289863225612/photos/1157261611061767. Acesso em: 30 mar. 2019.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SETUR. **Turismo-São Paulo**. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.turismo.sp.gov.br. Acesso em: 2 jan. 2022.

SE O MUNDO é dos espertos... então o céu é para os escolhidos. **O Município de Socorro,** 2 de fev. de 2021. Disponível em: <https://www.jornalomunicipio.com.br/se-o-mundo-e-dos-espertos-entao-o-ceu-e-para-os-escolhidos/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

TRIBUNA DAS ÁGUAS. Amparo, c2021. Disponível em: https://www.tribunadasaguas.com.br/2021/07/06/cristo-redentor-de-serra-negra-completa-69-anos/. Acesso em: 02 nov. 2021.

TURISMO EM MONTE ALEGRE DO SUL. Monte Alegre do Sul, c2021. Disponível em: https://www.montealegredosul.tur.br. Acesso em: 21 nov. 2002.

TURISMO DE aventura acessível da Estância Hidromineral de Socorro. **O Município de Socorro,** 21 de set. de 2021. Disponível em: <https://www.jornalomunicipio.com.br/turismo-de-aventura-acessivel-da-estancia-hidromineral-de-socorro/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

Material Cartográfico:

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). **Topodata: banco de dados geomorfométricos do Brasil**. São José dos Campos: Variáveis geomorfométricas locais., 2011. Disponível em: http://www.dsr.inpe.br/topodata/. Acesso em: 20 set. 2019.

CETESB. - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (São Paulo). **Enquadramento dos Corpos Hídricos – Arquivos digitais. Recursos Hídricos da UGRHI 09**. São Paulo, CETESB: 2018. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/enquadramento-dos-corpos-hidricos-arquivos-digitais/. Acesso em: 13 mar. 2021.

IGG - INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO DO ESTADO DE SÃO PAULO (São Paulo). **Mapas Municipais elaborados em cumprimento do Decreto Federal 311 de 1938**. São Paulo: IGG, 1938. 1 carta. Escala 1:100.000, 1 carta. Escala 1:10.000.

IGC - INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO (São Paulo). **Plano Cartográfico do Estado de São Paulo**. São Paulo: IGC, 1979. Articulação de Cartas SF-23-Y-A-VI-2-NE-F e SF-23-Y-A-VI-2-NE-F. Escala 1:10.000.

MAPBIOMAS, Projeto. **Coleção 6 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**. [*S. l.*:], 2021. Disponível em: https://mapbiomas.org/. Acesso em: 21 set. 2021.

PMES - PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE SOCORRO. **Mapeamento vetorizado do Município (Elaborado atráves das cartas topográficas IGC SF-23-Y-A-VI-2, SF-23-Y-B-IV-1 e SF-23-Y-A-III-4. Escala 1:50.0000)**. Socorro: Departamento de Cartografia, 2002.

PMES - Prefeitura Municipal da Estância De Socorro. **Mapeamento do Perímetro Urbano (Projeto de Lei nº109/2006 – Novo Plano Diretor)**. Socorro: Departamento de Cartografia, 2006.

APÊNDICE – DADOS COMPLEMENTARES

Apêndice 1: Evolução populacional do município de Socorro entre 1832 e 2020.

Ano	População- valores absolutos (hab.)			População – valores relativos (%)		Fontes dos dados
	Município	Urbano	Rural	Urbano	Rural	
1832	1.822	- [J]	- [J]	- [J]	- [J]	Siqueira (2005, p.59) [A]
1854	3.050	- [J]	- [J]	- [J]	- [J]	Bassanezi (1998)[B]
1872	7.872	- [J]	- [J]	- [J]	- [J]	Bassanezi (1998) [C]
1886	8.695	- [J]	- [J]	- [J]	- [J]	Bassanezi (1998) [D]
1890	9.553	- [J]	- [J]	- [J]	- [J]	Bassanezi (1998) [E]
1920	26.545	- [J]	- [J]	- [J]	- [J]	Bassanezi (1998) [F]
1935	25.661	- [J]	- [J]	- [J]	- [J]	Milliet (1941, p. 55) [G]
1940	23.965	3.771	20.194	15,74%	84,26%	IBGE (1940b) [H]
1950	21.914	4.346	17.568	19,83%	80,17%	IBGE (1950b) [H]
1960	20.959	- [J]	- [J]	- [J]	- [J]	IBGE (1960) [H]
1970	20.688	8.254	12.434	39,90%	60,10%	IBGE (1970) [H]
1980	23.657	- [J]	- [J]	- [J]	- [J]	IBGE (1980) [H]
1991	30.739	16.990	13.749	55,27%	44,73%	IBGE (1991) [H]
2000	32.626	20.934	11.692	64,16%	35,84%	IBGE (2000) [H]
2010	36.686	24.944	11.742	67,99%	32,01%	IBGE (2010) [H]
2020	41.352	- [J]	- [J]	- [J]	- [J]	IBGE (2020) [I]

Fonte: Camila Conti, 2021.

Observações:

A. Dados do "*Mapa Geral dos abitantes que existem na Capella de N.S. do Socorro do Rio do Peixe no anno de 1832*", constantes no Maços de População microfilmados do Arquivo do Estado – AE.
B. Dados do Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no anno de 1854.
C. Dados do Recenseamento Geral do Império – 1872, referentes à Paroquia N.S. do Socorro do Rio do Peixe.
D. Dados constantes no documento Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Commissao Central de Estatistica. Sao Paulo, Leroy King Bookwalter, Typographia King, 1888.
E. Dados do Recenseamento do Brasil de 1890 executado pela Directoria Geral de Estatística.
F. Dados do Recenseamento do Brasil de 1920 executado pela Directoria Geral de Estatística.
G. Dados do Boletim da Secretaria da Agricultura de 1935.
H. Censos demográficos do Brasil realizados nos respectivos períodos.
I. Estimativas populacionais para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros em 01 de julho de 2020.
J. Correspondem a dados não disponíveis nas fontes consultadas.

Apêndice 2: Parcelamentos urbanos privados aprovados de Socorro, constantes no acervo da Diretoria de Tributos da PMES. Período entre 1950 e 2020.

LOTEAMENTOS	DATAS DE APROVAÇÃO
Jardim São Luiz	[195-]
Vila São Benedito	1951
Vila São Sebastião	[195-]
Jardim Araújo	[196-]
Vila Santa Maria	[196-]
Jardim Nossa Senhora da Aparecida (Aparecidinha)	[196-]
Jardim Teixeira	1972
Loteamento Batista	1973
Jardim da Pompeia	1975
Loteamento Cavalhieri João Della Magiori Orlandi	1977
Loteamento Jardim Barbosa	1978
Loteamento Jardim Carvalho	1979
Residencial Bela Vista	[1979?]
Jardim Jussara	1979
Loteamento Jardim Gollo	1980
Recanto Pedra Branca	1980
Jardim Saltinho	1980
Parque das Estâncias	[entre 1981-2000]
Jardim do Salto II	1983
Santa Rosa (1)	1984
Residencial Recanto do Bosque	1986
Residencial Bruna Maria	[198-]
Jardim Calafiori	1989
Parque Antônio Ferreira Barbosa	1995
Santa Rosa (2)	1996

LOTEAMENTOS	DATAS DE APROVAÇÃO
Parque Ferrúcio II	1999
Parque Ferrucio I	[entre 1997- 2000]
Greenville - Residencial Fazendinha	2002
Parque Ferrúcio (III)	2003
São Miguel	2004
Santa Helena	2005
Jardim Itália	2006
Colina Cintra-Franco	[entre 2000 e 2010]
Residencial Portal Colonial	2013
Residencial Solar das Águas	2013
Residencial Serra da Mantiqueira	2016
Residencial Jardim Nova Araújo	2017
Residencial Palma Real	[entre 2010-2020]
San Pietro	[entre 2010- 2020]
Jardim das Laranjeiras	[entre 2010- 2020]

CONDOMÍNIOS FECHADOS	DATAS DE APROVAÇÃO
Lacqua Pompeia Residencial	[entre 2010-2020]
Sítio dos Ipês	[entre 2010-2020]
Terras da Mantiqueira	[entre 2010-2020]

Fonte: Camila Conti, 2021.

Observações:

A. Encontram-se listados acima apenas os empreendimentos privados que envolveram loteamento de gleba para urbanização, cujas com plantas de aprovação puderam ser identificadas no arquivo digital da Diretoria de tributos da PMES. Não se encontram listados os desmembramentos e loteamentos irregulares (com ou sem processo de regularização).
B. Aos loteamentos apresentados neste histórico, somam-se os plano urbanísticos destinados à construção das casas do Conjunto Habitacional Palmira Aparecida Souza Barbosa (Vila Palmira), executado pela Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB Campinas) em 1978 e do Conjunto Habitacional Nossa Senhora de Fátima, construído pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) em 1992.